

Volume 24 • número 2

# cadernos pós

cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

**ESPAÇO PÚBLICO:  
PROJETOS,  
CONCEITOS,  
EXPERIÊNCIAS**

***PUBLIC SPACE:  
PROJECTS,  
CONCEPTS,  
EXPERIENCES***



cadernos **pós**  
cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo  
universidade presbiteriana mackenzie

## Volume 24 • Número 2

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

### UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

**Marco Tullio de Castro Vasconcelos**, Reitor

**Robinson Grangeiro Monteiro**, Chanceler

**Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

**Carlos Leite de Souza**, Diretor da Faculdade de Arquitetura

**Eunice Helena Sguizzardi Abascal**, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

### INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

Entidade mantenedora

**Milton Flávio Moura**, Diretor-Presidente

**José Paulo Fernandes Júnior**, Diretor de Educação

**Denys Cornélio Rosa**, Diretor de Finanças

**Dante Venturini de Barros**, Diretor da Cidade Mackenzie

**André Ricardo de Almeida Ribeiro**, Diretor de Estratégia e Negócios

**Luiz Roberto Martins Rocha**, Diretor de Infraestrutura e Saúde

### EQUIPE EDITORIAL

**Maria Isabel Villac**, Editora

**Rafael Schmidt**, Editor Gerente

**Maria Augusta Justi Pisani**, Editora Temática

**Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi**, Assistente Editorial

**Erika Ciconelli de Figueiredo**, Assistente Editorial

**Karine da Silva Ferro**, Assistente Editorial

**Vanessa Carolina de Souza**, Assistente Editorial



## PARECERISTAS AD HOC

**Adriana Marques Rossetto**, Universidade Federal de Santa Catarina

**André Souza Silva**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**Beatriz Helena Nogueira Diogenes**, Universidade Federal do Ceará

**Camilla Magalhães Carneiro**, Universidade Federal de Viçosa

**Cristina Engel Alvarez**, Universidade Federal do Espírito Santo

**Cristina Maria Aleme Romcy**, Universidade de Fortaleza

**Eloísa Petti Pinheiro**, Universidade Federal da Bahia

**Felipe Rakauskas**, Universidade Nove de Julho

**Francoise D. Valery**, Universidade federal do Rio Grande do Norte

**Josielle Cíntia de Souza Rocha**, Universidade Federal de Juiz de Fora

**Laisa E. Marostica Stroher**, Universidade Federal do Rio De Janeiro

**Luciana Nemer**, Universidade Federal Fluminense

**Luiz Antonio Brito**, Universidade de Taubaté

**Maribel Aliaga**, Universidade de Brasília

**Nirce Saffer Medvedovski**, Universidade Federal de Pelotas

**Rosana Miranda**, Universidade de São Paulo

**Sergio M. Marques**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UniRitter

**Terezinha Gonzaga**, Centro Universitário de Votuporanga



cadernos **pós**  
cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo  
universidade presbiteriana mackenzie

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Andréia Ferreira Cominetti

#### ESTAGIÁRIA EDITORIAL

Isabelle Callegari Lopes

#### PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Hebe Lucas

#### REVISÃO

Vera Ayres

#### LOGOTIPO

Bebé Castanheira

#### PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

#### DIAGRAMAÇÃO

Iconika



## Sumário Volume 24 • Número 2

### EDITORIAL

- 9 ESPAÇO PÚBLICO: PROJETOS, CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS  
*Maria Isabel Villac*

### ARTIGOS

- 15 A CONSTRUÇÃO DO “VAZIO”: UMA EXPERIÊNCIA ANCORADA  
NA TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA  
*Ricardo Ruiz Martos*  
*Julio Cezar Bernardes Pinto*
- 49 AMBIENTES ESCOLARES ACUSTICAMENTE SENSÍVEIS AOS  
TRANSTORNOS DE DISCRIMINAÇÃO SENSORIAL DE CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES COM AUTISMO  
*Juliana Christiny Mello da Silva*  
*Sylvia Meimaridou Rola*  
*Paula de Castro Brasil*
- 79 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES MUSICAIS: CONCEITUANDO AS  
APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO PELA MÚSICA  
*Lucas Yudi Moriya Sampaio*
- 107 QUESTÕES DA PRODUÇÃO DO MORAR VERTICAL E O ESPAÇO  
PÚBLICO: UM OLHAR AO SETOR MARISTA, EM GOIÂNIA  
*Lara Stival Garrote*  
*Manoel Rodrigues Alves*
- 135 HOSTILIDADES URBANAS: UMA PERSPECTIVA FEMININA  
SOBRE O ESPAÇO URBANO  
*Yara Coelho Neves*  
*Brenda Costa Salatiel Batista da Silva*
- 160 LARGO DA MARIQUITA (SALVADOR-BA) A PARTIR  
DA REFORMA OCORRIDA EM 2015-2016:  
O ESPAÇO PÚBLICO COMO PROJETO EM MOVIMENTO  
*João Maurício Santana Ramos*



## cadernos pós

cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

- 191 RESISTÊNCIA ESPACIAL E O DIREITO À CIDADE  
NOS CONDENSADORES SOCIAIS  
*Eliel Lucas Batista Baía*  
*Candido Malta Campos*  
*Pedro Augusto Silveira Freitas*
- 221 USOS E APROPRIAÇÕES FEMININAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS:  
ESTUDO DE CASO EM DUAS PRAÇAS DE VILA VELHA-ES  
*Myllena Siqueira Santo*  
*Larissa Leticia Andara Ramos*
- 276 HISTÓRICO EVOLUTIVO DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL  
(HIS) SUSTENTÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA  
*Ana Carolina Ruivo Reis*  
*Marcos Alberto Oss Vaghetti*  
*Fabiane Vieira Romano*

### ARTIGO CONVIDADO

- 307 RESGATE DA ESCALA HUMANA  
*Renata Falzoni*



## Summary Volume 24 • Number 2

### EDITORIAL

- 12 PUBLIC SPACE: PROJECTS, CONCEPTS, EXPERIENCES  
*Maria Isabel Villac*

### PAPERS

- 32 THE CONSTRUCTION OF THE "VOID": AN EXPERIENCE ANCHORED  
IN THE THEORY OF MEANINGFUL LEARNING  
*Ricardo Ruiz Martos*  
*Julio Cezar Bernardes Pinto*
- 64 ACOUSTICALLY SENSITIVE SCHOOL ENVIRONMENTS  
FOR SENSORY DISCRIMINATION DISORDERS IN CHILDREN  
AND ADOLESCENTS WITH AUTISM  
*Juliana Christiny Mello da Silva*  
*Sylvia Meimaridou Rola*  
*Paula de Castro Brasil*
- 93 MUSICAL TERRITORIES AND TERRITORIALITIES: CONCEPTUALIZING  
THE APPROPRIATIONS OF PUBLIC SPACE BY MUSIC  
*Lucas Yudi Moriya Sampaio*
- 121 QUESTIONS IN THE PRODUCTION OF VERTICAL LIVING AND THE  
PUBLIC SPACE: A LOOK AT THE MARISTA SECTOR IN GOIÂNIA  
*Lara Stival Garrote*  
*Manoel Rodrigues Alves*
- 148 URBAN HOSTILITIES: A FEMININE PERSPECTIVE ON URBAN SPACE  
*Yara Coelho Neves*  
*Brenda Costa Salatiel Batista da Silva*
- 176 LARGO DA MARIQUITA (SALVADOR-BA) AS FROM  
ITS REMODELING THAT OCCURRED IN 2015-2016:  
PUBLIC SPACE AS A MOVING PROJECT  
*João Maurício Santana Ramos*



## cadernos pós

cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo  
universidade presbiteriana mackenzie

- 206 SPATIAL RESISTANCE AND THE RIGHT TO THE CITY  
IN SOCIAL CONDENSERS  
*Eliel Lucas Batista Baía*  
*Candido Malta Campos*  
*Pedro Augusto Silveira Freitas*
- 249 WOMEN'S USES AND APPROPRIATIONS OF PUBLIC SPACES:  
A CASE STUDY OF TWO SQUARES IN VILA VELHA, ES  
*Myllena Siqueira Santo*  
*Larissa Leticia Andara Ramos*
- 292 EVOLUTIONARY HISTORY OF SUSTAINABLE SOCIAL HOUSING  
(HIS): A SYSTEMATIC REVIEW  
*Ana Carolina Ruivo Reis*  
*Marcos Alberto Oss Vaghetti*  
*Fabiane Vieira Romano*

### GUEST PAPER

- 310 THE RESCUE OF THE HUMAN SCALE  
*Renata Falzoni*



## Editorial

### **Espaço público: Projetos, conceitos, experiências**

O presente número da revista Cadernos de arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU Mackenzie, especula outras possibilidades de raciocinar e projetar espaços coletivos e públicos. Assume que, a partir de relações de sociabilidade e compartilhamento, na convivência entre pares e na perspectiva de negociação com as diferenças, se agencia uma visão crítica e um saber, adquirido e transmitido, que abre uma perspectiva para sugerir e promover novos raciocínios e a construção de novos projetos.

#### **Ensino | Espaços sensíveis | Música**

##### **1. A construção do “vazio”: uma experiência ancorada na teoria da aprendizagem significativa**

Aborda, como “ideia âncora”, a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (1968), associada à construção do “vazio” e do espaço público enquanto elementos articuladores relevantes na condução didática da ação projetual, abandonando a ideia do edifício como objeto isolado.

##### **2. Ambientes escolares acusticamente sensíveis aos Transtornos de Discriminação Sensorial de crianças e adolescentes com autismo**

Apresenta a proposta de um Mapeamento Sensorial para verificar de que maneira os estímulos sonoros do edifício escolar impactam a capacidade do sistema nervoso central em gerir as informações recebidas pelos órgãos sensoriais, e sua influência no comportamento de educandos com TEA. O objetivo é defender a ideia de que a criação de ambientes acústicos sensíveis, ao proporcionar conforto humano, é capaz de estimular o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica da(o) aluna(o) autista.

##### **3. Territórios e territorialidades musicais: conceituando as apropriações do espaço público pela música**

Neste texto, a defesa de uma nova episteme, que possibilite analisar a relação música-espço urbano, propõe compreender a virtude da música nas dinâmicas





do urbano através de sua leitura, não só como uma espacialidade imaterial em sua dimensão sonora, mas também como prática socioespacial.

### **Habitar a cidade e o espaço privado**

#### **4. Questões da produção do morar vertical e o espaço público: um olhar ao setor Marista, em Goiânia**

Ao apontar “novas formas de morar” no setor Marista, em Goiânia, o artigo discute a produção de “espacialidades do privado”, vinculadas a certas apropriações decorrentes de processos de verticalização e da venda de novas tipologias habitacionais, e denuncia o desafio que esta modalidade de projeto propõe ao sentido de espaço público e sua contribuição com a redução da vida urbana.

#### **Viver a cidade no feminino | Resistência às políticas neoliberais | O direito à cidade**

#### **5. Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano**

O artigo focaliza a importância de se repensar a estrutura urbana para acolher as necessidades específicas das mulheres. Afirma que, ao compreender e abordar as complexidades enfrentadas por elas no uso do espaço público, se espera contribuir para a criação de ambientes mais seguros e inclusivos e cidades mais equitativas e acessíveis a todos os grupos sociais.

#### **6. Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento**

A discussão sobre as modificações para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade, o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador – BA, o artigo focaliza a prioridade de atividades de consumo que atendessem às expectativas das classes médias, mas, também aponta possibilidades de resistências de atores que se apartam do urbanismo neoliberal.

#### **7. Resistência espacial e o direito à cidade nos condensadores sociais**

A partir do resgate, nos últimos anos, dos predicados dos condensadores sociais, o artigo propõe que, na contemporaneidade, as virtudes do projeto urbano e arquitetônico, proposto pela vanguarda russa, sejam destacadas por





seu potencial no planejamento de espaços públicos que abraçam a diversidade, a inclusão e o direito à cidade.

## **8. Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES**

As cidades historicamente privilegiaram a experiência masculina, resultando em espaços públicos onde se perpetua a desigualdade de gênero, com as mulheres enfrentando barreiras sociais e espaciais que dificultam os usos e as apropriações urbanas. A relação das mulheres com os espaços públicos é influenciada por diversos fatores, entretanto, o desenho e a morfologia urbana podem facilitar essa interação.

### **Outras Pesquisas**

#### **A casa coletiva | Inovações integradas à sustentabilidade**

## **9. Histórico evolutivo das habitações de interesse social (HIS) sustentáveis: Uma revisão sistemática**

Com o propósito de alertar o projeto a agregar soluções e inovações às demandas habitacionais, a partir de eventos históricos, avanços tecnológicos e mudanças nas políticas públicas relacionadas à capacidade das habitações em se sustentar, se conservar e permanecer ao longo das gerações, o artigo propõe uma revisão sistemática da literatura sobre a evolução das habitações de interesse social, com foco na sua integração com a sustentabilidade,

### **Texto por convite**

## **10. Resgate da Escala Humana. Depoimento de Renata Falzoni**

Abandonar a ideia de cidade apoiada no individualismo dos automóveis. Que o arquiteto viva a experiência da cidade e, ao pensar o projeto a partir de gente, projete cidades sustentáveis e acessíveis que oferecem estruturas para a livre escolha, que, aberta à população, dela se vai ocupar, e cuidar do espaço público e voltar a ser cidadã.

*Maria Isabel Villac*





## Editorial

### Public space: Projects, concepts, experiences

This issue of the journal Cadernos de arquitetura e Urbanismo, from the Graduate Program in Architecture and Urbanism at FAU Mackenzie, speculates on other possibilities of thinking about and designing collective and public spaces. Based on sociability's relationships, shared knowledge and the coexistence between peers, it is possible to negotiate differences, opening up a critical vision of acquired and transmitted knowledge. From these elements, a new perspective emerges, suggesting and promoting a new reasoning and the construction of innovative projects.

#### Teaching | Sensitive spaces | Music

#### 1. The construction of “emptiness”: an experience anchored in the theory of meaningful learning

The “anchor idea” is Ausubel’s theory of meaningful learning (1968) is associated with the construction of “emptiness” and the public space as relevant articulating elements in the didactic conduction of design action, abandoning the idea of the building as an isolated object.

#### 2. School environments acoustically sensitive to the Sensory Discrimination Disorders of children and adolescents with autism

The proposal for a Sensory Mapping is presented to verify how the sound stimuli of the school building impact the capacity of the central nervous system to manage the information received by the sensory organs, and its influence on the behavior of students with ASD. The aim of the article is to defend the idea that the creation of sensitive acoustic environments, by providing human comfort, is capable of stimulating the neurodevelopment and academic progression of autistic students.

#### 3. Musical territories and territorialities: conceptualizing the appropriation of public space by music

Through a new episteme, which makes possible the analysis of music-urban space relationship, this article proposes to understand the virtue of music in the





dynamics of the urban through its reading, not only as an immaterial spatiality in its sound dimension, but also as a socio-spatial practice.

### **Inhabiting the city and private space**

#### **4. The production of vertical housing and the public space: a look at the Marista sector in Goiânia**

By pointing out “new ways of living” in the Marista sector in Goiânia, the article discusses the production of “private spatialities”, linked to certain appropriations caused by the verticalization processes and the commercialization of new housing typologies, and denounces the challenge that this type of project proposes to the sense of public space and its contribution to the reduction of urban life.

#### **A Female view on the city | Resistance to neoliberal policies | The right to the city**

#### **5. Urban hostilities: a female perspective on urban space**

The article focuses on the importance of rethinking the urban structure to accommodate the specific needs of women. By understanding and addressing the complexities faced by women in the use of public space, the purpose is to contribute to the creation of safer and more inclusive environments in cities that could be more equitable and accessible to all social groups.

#### **6. Largo da Mariquita (Salvador - BA) after its renovation in 2015-2016: public space as a project in motion**

The article discusses the changes made to the Largo da Mariquita renovation project, carried out between 2015 and 2016 on the Rio Vermelho waterfront in Salvador, Bahia, to accommodate the interests of various players, revealing power relations in the making of the city. It focuses on the priority given to consumer activities that meet the expectations of the middle classes, but also points to the possibilities of resistance by players who distance themselves from neoliberal urbanism.

#### **7. Spatial resistance and the right to the city in the social condensers**

Based on the revival, in recent years, of the predicates of social condensers, the article proposes that, in contemporary times, the virtues of urban and





architectural design, proposed by the Russian avant-garde, should be highlighted for their potential in the planning of public spaces that embrace diversity, inclusion and the right to the city.

### **8. Women's use and appropriation of public spaces: a case study of two squares in Vila Velha-ES**

Cities have historically privileged the male experience, resulting in public spaces where gender inequality is perpetuated, with women facing social and spatial barriers that hinder urban uses and appropriations. Women's relationship with public spaces is influenced by various factors, but urban design and morphology can facilitate this interaction.

#### **Other researches**

#### **The collective house | Innovations integrated with sustainability**

### **9. The evolutionary history of sustainable social housing: A systematic review**

With the aim of alerting projects to add solutions and innovations to housing demands, based on historical events, technological advances and changes in public policies related to the capability of housing sustaining, preservation and remaining over generations, the article proposes a systematic review of the literature on the evolution of social housing focusing on its sustainability integration.

#### **The city and its sustainable logics**

#### **Text by invitation**

### **10. Rescuing the Human Scale. Testimonial by Renata Falzoni**

Abandon the idea of a city based on the individualism of cars is an urgent need. Let the architect live the experience of the city and, by thinking about the project from the point of view of people, designing sustainable and accessible cities that offer free choice structures, opening to the population the possibility the possibility to occupy and take care of the public space, allowing the practice of citizenship.

*Maria Isabel Villac*



## A construção do “vazio”: uma experiência ancorada na teoria da aprendizagem significativa

### The construction of the “void”: an experience anchored in the theory of meaningful learning

### La construcción del “vacío”: una experiencia anclada en la teoría del aprendizaje significativo

*Ricardo Ruiz Martos, mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Centro Universitário Belas Artes.*

*E-mail: ricardo.martos@mackenzie.br  <http://orcid.org/0000-0001-8216-329X>*

*Julio Cezar Bernardes Pinto, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.*

*E-mail: julio.bernardes@mackenzie.br  <http://orcid.org/0009-0000-2928-8966>*

**Para citar este artigo:** MARTOS, R. R.; BERNARDES, J. C. A construção do “vazio”: uma experiência ancorada na teoria da aprendizagem significativa. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 15-31, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p15-31

**Submissão:** 2024-03-16

**Aceite:** 2024-07-31

### Resumo

Este artigo procura estabelecer relações observadas entre a teoria da aprendizagem



significativa de Ausubel (1968) e a trajetória do Ateliê de Projeto ocorrido na sexta etapa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie. O conceito definido como “subsunçor” ou “ideia âncora”, presente na teoria mencionada, é associado à construção do “vazio” e do espaço público como sendo os elementos articuladores mais relevantes dentre os utilizados na condução didática do exercício. Dividido em três partes, o texto apresenta inicialmente a trajetória recente das transformações ocorridas no exercício acadêmico em questão, destacando como principal ponto de inflexão a consumação do espaço não construído como delineador principal do encaminhamento dos raciocínios e enunciados, em detrimento do edifício como objeto isolado. Em seguida, são apresentadas as teorias e conceitos presentes na obra de Ausubel, além das possibilidades didáticas trazidas por essa associação de teoria, conceito e exercício acadêmico aplicado. Entende-se, neste momento, que há uma relação de conhecimentos prévios tanto docentes quanto discentes que podem ser unificados, revigorando a relação didática entre as partes. Ao final, será apresentada uma análise gráfica de alguns trabalhos discentes produzidos recentemente, o que procura ilustrar o raciocínio exposto, assim como a qualidade dos resultados obtidos.

**Palavras-chave:** Espaço público; Aprendizagem significativa; Desenho urbano; Vazio urbano; Interstício.

### Abstract

This article establishes relationships between Ausubel's theory of meaningful learning (1968) and the trajectory of the Design Workshop during the sixth stage of the Mackenzie School of Architecture and Urbanism. The concept defined as “subsumer” or “anchor idea,” present in the mentioned theory, is associated with the construction of “void,” the public space as the most relevant articulating element among those used in the didactic conduct of the exercise. The text is organized in three parts. Initially presents the recent trajectory of transformations that occurred in this academic exercise, highlighting as the main turning point the consummation of the unconstructed public space as the principal delineator of the reasoning and statements, to the detriment of the building as an isolated object. Then, it presents the theories and concepts in Ausubel's work and the didactic possibilities of this association of theory, concept, and applied academic exercise. It is understood that a relationship of prior knowledge between teachers and students can be unified by invigorating the didactic relationship between the parties. Finally, it presents graphical analyses of the student works from the last years of the exercise's production to illustrate the exposed reasoning and some results.

**Keywords:** Public space; Meaningful learning; Urban design; Urban void; Interstice.

### Resumen

Este artículo establece relaciones entre la teoría del aprendizaje significativo de Ausubel (1968), y la trayectoria del Taller de Proyecto en la sexta etapa de la facultad



de Arquitetura y Urbanismo Mackenzie. El concepto definido como “subsunoers” o “idea ancla”, presente en la teoría mencionada, se asocia a la construcción del “vacio”, al espacio público como el elemento articulador más importante entre los utilizados en la conducción didáctica del diseño. En tres partes, el texto inicialmente presenta la trayectoria reciente de transformaciones ocurridas en este ejercicio académico, destacando como principal punto de inflexión la consumación del espacio no construido público como delineador principal de los razonamientos y enunciados, en detrimento del edificio como objeto aislado. A continuación, se presentan las teorías y conceptos presentes en la obra de Ausubel y las posibilidades didácticas traídas por esta asociación de teoría, concepto y ejercicio académico aplicado. Se entiende que existe una relación de conocimientos previos tanto de docentes como de discentes, que pueden ser unificados revigorizando la relación didáctica entre las partes. Al final, se presentan análisis gráficos sobre los trabajos discentes de los últimos años de producción del ejercicio, que buscan ilustrar el razonamiento expuesto, así como algunos de los resultados obtenidos.

**Palabras clave:** Espacio público; Aprendizaje significativo; Diseño urbano; Vacío urbano; Intersticio.

## INTRODUÇÃO

O ateliê de projeto que ocorre na sexta etapa do curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ao longo dos últimos anos, tem adotado como temática a construção do vazio urbano e, para a viabilização de tal conceito, apoia-se também na ideia do edifício de múltiplos programas. Essa abordagem implicou consideráveis transformações no encaminhamento teórico e prático do exercício, sendo a mais significativa associada à ideia do “vazio”, ou da criação do interstício, isto é, ao desejo de se construir um espaço público vivo e dinâmico, que refletiu diretamente na relação de ensino e aprendizagem, possibilitando novas perspectivas formativas tanto para docentes quanto para discentes.

Entende-se aqui que, a partir do momento em que o exercício passou a considerar o espaço público como um elemento protagonista no processo do desenho urbano, desencadeou-se uma sequência de mudanças que aproximaram as ações didáticas do ateliê à teoria da aprendizagem significativa apresentada por David Ausubel (1968). Este artigo pretende então demonstrar, por uma descrição da trajetória do exercício e resultados recentes, a importância didática trazida pela inserção do espaço público como elemento articulador principal da componente curricular em questão, tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos, e a relação percebida com conceitos presentes na teoria de Ausubel.

Inicialmente será apresentado um breve histórico do processo de abordagem do exercício, o qual descreverá os principais pontos de inflexão que alteraram a sua trajetória recente. Os novos conceitos de desenho urbano aplicados ao



exercício potencializaram as discussões a respeito do valor dos espaços coletivos e dos vazios ativos, em contrapartida ao objeto isolado e totalmente privativo, comumente adotado.

Em seguida, descreveremos sucintamente os principais conceitos que definem a aprendizagem significativa e, para tanto, apoiaremos nossas reflexões em dois autores: David Ausubel, citado anteriormente, e Marco Antonio Moreira. Das considerações apresentadas por Moreira (2010) e Moreira em coautoria com Masini (1982), interessa-nos, particularmente, o esclarecimento do conceito originário de Ausubel denominado “subsunçor” ou “ideia âncora”.

Para finalizar, com o objetivo de compreender e verificar a importância dos conceitos descritos, serão apresentados alguns trabalhos desenvolvidos por estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do sexto semestre da Faculdade de Arquitetura Mackenzie. Tal apresentação tem o intuito de observar a validade das considerações que balizaram o processo projetual, que tem como ideia âncora o desenho do espaço público, mais precisamente do vazio urbano, já que este, de alguma maneira, está presente no nosso inconsciente coletivo. A compreensão da abrangência da ideia âncora fez com que docentes e discentes ampliassem sua capacidade de comunicação e caminhassem numa mesma direção, um fato muito positivo que alterou o estímulo e o interesse das pessoas envolvidas no processo.

### **A trajetória do exercício acadêmico**

A componente curricular Ateliê de Projeto VI: Tecnologia corresponde à sexta etapa do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-Mackenzie. Voltada ao exercício projetual, o enfoque da disciplina, tradicionalmente, sempre esteve vinculado à construtibilidade do edifício. Nesse sentido, a relevância do projeto sempre esteve associada à compreensão e desenho do objeto arquitetônico. Questões relativas à sua inserção urbana, ou ao estabelecimento de certas relações contextuais, naquele momento, eram ignoradas; em contrapartida, prevaleciam as questões técnicas, o que por si só tem um valioso significado no processo de aprendizado, afinal, o conhecimento técnico construtivo faz parte da formação no campo da arquitetura. Contudo, a partir de certo momento, a simplificação dessa abordagem acabou gerando certo esgotamento e, dessa forma, a discussão urbana passou a ser envolvida no processo de ensino do projeto.

Vários são os teóricos – Cullen (1986 [1961]); Argan (2000 [1964]); Rossi (1995 [1966]) e Rowe e Koetter (1981 [1978]) – que defendem a ideia de que ao desenharmos qualquer edifício estamos também desenhando a cidade. Dentro desse princípio, passou-se a reconhecer que a inserção do edifício no território é uma questão primordial, e que deve ser considerada no processo de concepção do espaço arquitetônico e urbanístico. Tal atitude alterou completamente a relação entre os envolvidos no exercício projetual; docentes e discentes passaram a compreender o novo desafio como algo bastante estimulante. Nesse processo de mudança, também foi considerado o fato de que a discussão relativa ao espaço



urbano circundante estabelecia uma conexão teórica com a sequência de ensino do Ateliê de Projeto, já que na etapa seguinte, sétima etapa, a abordagem está balizada pela leitura e análise do espaço urbano, para posteriormente se chegar à proposição programática do objeto arquitetônico.

Consequentemente, esta nova abordagem exigiu uma consistente revisão de conteúdo, o que levou à adoção de distintos conceitos capazes de orientar o processo de desenho do espaço. Nesse caso, cabe ressaltar a distinção entre dois importantes elementos: a morfologia e a tipologia. O primeiro refere-se ao desenho da implantação propriamente dita, da relação espacial a ser estabelecida com o entorno imediato, ou seja, é resultado da análise dos fluxos, entre outros condicionantes; o segundo refere-se ao desenho do edifício propriamente dito, ao elemento arquitetônico que se verticaliza a partir do desenho morfológico.

A partir da compreensão dos dois elementos citados (morfologia e tipologia), foram incorporados alguns conceitos ao repertório, os quais se apresentam como condição mínima para o desenvolvimento do exercício. No que se refere à tipologia, podemos citar: diversidade programática, sobreposição de usos, fachada ativa, diversidade tipológica e conexão. Já no que se refere à morfologia, poderíamos citar: densidade, fruição pública, percepção ativa e o desenho do vazio, do “entre”. Este último é considerado a questão mais relevante quando se trata da configuração do espaço público, o que merece uma abordagem específica.

O desenho do vazio, do espaço intersticial, configurado pela disposição dos elementos tipológicos, passou a ser o elemento condutor da transformação metodológica proposta no curso. Seu uso, de caráter eminentemente coletivo, tem a capacidade de agregar as pessoas e de proporcionar encontros capazes de alterar as relações interpessoais, transformando o espaço público num lugar carregado de surpresas e emoções. Assim sendo, a configuração desse espaço ganha protagonismo e evidência. O objetivo do exercício não é mais somente a busca por um belo edifício, resolvido com todo o rigor técnico que merece, mas também o estabelecimento de um lugar propício ao encontro das pessoas. Além do uso, como elemento potencializador do lugar, destaca-se também a importância e o valor da questão da “escala”, que não pode deixar de ser considerada. A escala é a responsável pela justa medida entre as pessoas e o espaço construído, o que estabelece um alto grau de afinidade entre ambos, o que Yi-Fu Tuan (1980) definiria como “topofilia”. O tratamento, ou o desenho dos elementos que compõem o vazio, também deve ser considerado, pois participa ativamente do processo de reconhecimento e apropriação do lugar. Nesse sentido, a linguagem dos elementos paisagísticos adotados cumpre um papel fundamental, sejam eles a vegetação, os calçamentos, os mobiliários urbanos, os equipamentos urbanos, a iluminação pública etc.

À luz das considerações apresentadas, reafirma-se que a nova condição proposta para o exercício projetual a ser desenvolvido na sexta etapa do curso de Arquitetura e Urbanismo tem como elemento protagonista, ou “ideia âncora”



(Ausubel, 1968), o desenho do vazio. Toda a reformulação foi guiada a partir dessa premissa teórica. A partir desse momento, conforme mencionado, o espaço público adquire um distinto valor conceitual até então ofuscado, ou obscurecido, pela ideia do edifício objeto.

Pode-se afirmar que o vazio, entendido como um lugar essencialmente público, e, portanto, presente no inconsciente coletivo de todas as pessoas, é capaz de despertar o interesse do corpo discente pelo simples fato de compor as experiências vivenciadas em seu cotidiano. A cidade, como o lugar comum às nossas atividades humanas (Lynch, 1984 [1960]), nos apresenta infinitas situações que afetam nosso comportamento, nossas ações e nossos atos. A consciência desse processo perceptivo e comportamental direcionou as ações didáticas para um novo caminho teórico e conceitual, alterando o entendimento e o enfoque acerca do exercício proposto. O reconhecimento da experiência urbana vivenciada como algo capaz de fazer com que as pessoas envolvidas no processo do desenho urbano se interessem pelos valores relativos à realidade imposta é de fundamental importância para se criarem novos estímulos, uma vez que a análise e a compreensão da realidade, com base na experiência acumulada, têm o poder de romper os possíveis distanciamentos entre as expectativas e o desenho.

Outros dois fatores também contribuíram para a aproximação do exercício proposto à realidade urbana considerada. O primeiro está relacionado à aprovação do Plano Diretor de São Paulo, ocorrida em 2014. Até então, as diretrizes e os conceitos adotados no exercício, por se tratarem de uma proposição teórica, não encontravam respaldo na legislação da cidade, o que se alterou com os preceitos existentes no novo plano de São Paulo, que se tornou, inclusive, uma referência conceitual para planos diretores de outras cidades. O segundo fator está associado à integração horizontal interdisciplinar, o que estabeleceu uma frutífera contribuição entre as disciplinas teóricas e projetuais. Tal situação fez com que houvesse uma evidente aproximação entre as componentes de Estúdio de Urbanismo, Paisagismo, Teoria e História, e Conforto Ambiental. Particularmente, a relação entre as componentes Estúdio de Urbanismo e Ateliê de Projeto Arquitetônico, entre outras questões, implicou a definição de um lugar comum para o desenvolvimento do exercício, assim como as diretrizes urbanísticas que norteiam as decisões projetuais, por exemplo, a necessidade de se estabelecerem proximidades a um modal de transporte intermunicipal.

Por fim, destaca-se também o caráter extensionista adquirido pelo exercício por meio da chamada Oficina de Integração e Contextualização, que ocorre no início de cada semestre desde 2021, na qual são apresentadas as demandas específicas das cidades em que serão desenvolvidas as experiências projetuais. Tanto discentes quanto docentes tomam contato com gestores públicos e representantes da sociedade civil, que apresentam solicitações, legislações específicas e cenários desejados, que, por sua vez, incorporam-se ao exercício acadêmico. Ao final do semestre, são realizadas as devolutivas com a apresentação dos resultados pelos discentes do curso. As experiências mais recentes ocorreram em cidades



implantadas ao longo da linha Coral 11 da CPTM, entre elas Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Suzano. A condição básica para a escolha da área objeto de intervenção é que esta esteja localizada nas proximidades de estações de trem ou metrô de seus respectivos municípios.

### **Aprendizagem significativa: o espaço “intersticial” como “ideia âncora”**

A teoria da aprendizagem significativa, de David Ausubel (1968), pareceu elucidar o que, até então, se tratava de uma observação empírica por parte dos docentes, de que houve uma mudança de ambiente no Ateliê de Projeto 6 a partir da inserção do espaço público como eixo articulador principal da condução do exercício. Marco Antonio Moreira, professor doutor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos principais estudiosos da teoria de Ausubel, procura elucidá-la em seu texto “O que é afinal aprendizagem significativa”

Aprendizagem significativa é aquela em que idéias expressas simbolicamente, interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-literal, não ao pé-da-letra; e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer idéia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende (Moreira, 2010, p. 2).

Um dos principais conceitos apresentados por Ausubel (1968) é definido como “subsunçor” ou “ideia âncora”, que se trata de um conhecimento específico, existente previamente entre os conhecimentos de cada indivíduo, e que dá significado a um novo conhecimento que lhe é apresentado ou descoberto. Marco Antonio Moreira, ao descrever o conceito, complementa:

Tanto por recepção como por descobrimento, a atribuição de significados a novos conhecimentos depende da existência de conhecimentos prévios especificamente relevantes e da interação com eles. O subsunçor pode ter maior ou menor estabilidade cognitiva, pode estar mais ou menos diferenciado, ou seja, mais ou menos elaborado em termos de significado. Contudo, como o processo é interativo, quando serve de idéia âncora para um novo conhecimento, ele próprio se modifica adquirindo novos significados, corroborando significados já existentes (Moreira, 2010, p. 2).



Para Ausubel (1968), a estrutura cognitiva de cada indivíduo é formada por subsunçores previamente existentes que formam, entre si, um conjunto hierárquico particular. A hierarquia desses conhecimentos se organiza basicamente por utilização, isto é, uns estão sempre ativos, enquanto outros estão estáticos. O processo de atribuição de novos significados por contínua utilização do mesmo subsunçor gera, para o mesmo, novas camadas de compreensão e refinamento, que podem ser apropriadas por docentes e discentes em uma relação revigorada de ensino e aprendizagem.

De forma simplificada, utilizando essa linha de raciocínio associada ao exercício do Ateliê de Projeto 6, entende-se que todo indivíduo possui uma definição prévia de espaço público, advinda de experiências pessoais de convívio, utilização, observação etc. Há, por exemplo, um pré-julgamento individual relacionado à segurança possível nesses espaços, já que não podemos desconsiderar episódios relacionados à violência urbana.

Embora existam diferenças nesses filtros individuais, temos aqui um ponto de partida comum entre as partes, docentes e discentes, e é a partir dessa troca de experiências e argumentações, somadas às especificidades programáticas e dos locais onde ocorrerão os exercícios, que se dará um novo significado para esse conhecimento. O subsunçor espaço público se transforma e encontra uma intersecção nas definições prévias individuais, eliminando diferenças aparentes, solucionando inconsistências e ampliando os significados comuns.

O espaço público, na lógica recente do exercício, representa ainda mais a aplicação desse conceito, por funcionar claramente como a “ideia âncora” que encaminha as tomadas de decisão iniciais em busca do partido arquitetônico. Não se trata mais de solucionar apenas o edifício, muitas vezes genérico, repetitivo e desvinculado de um lugar, mas, sim, de solucionar um conjunto de elementos construídos e não construídos que se tornarão parte da cidade, permitindo que as histórias particulares de seus criadores se somem ao imaginário do espaço futuro. A submissão do partido arquitetônico à resolução do objeto isolado incorre, normalmente, no atendimento frio de um programa de necessidades que, na maioria das vezes, caricatura usuários e é predominantemente privativo; são deixados de lado aspectos mais sensíveis da cultura local, e, dessa forma, negadas dinâmicas de apropriação do espaço, paisagens e construções existentes no entorno, ou seja, eliminadas quaisquer relações com os elementos associados aos espaços públicos preexistentes.

A função do espaço público faz parte, talvez, do mais importante debate existente no campo de atuação em arquitetura e urbanismo nos dias atuais. Está na agenda global das cidades que se pretendem mais criativas e sustentáveis, nas alterações recentes de legislação urbana, na ideia de segurança e cuidado para com todas as faixas etárias e gêneros, na extensão da célula de moradia, no debate que envolve o digital e o analógico, entre muitos outros. Aqui, encontram-se possibilidades infinitas de interação docente e



discente, amparadas por conhecimentos e experiências divididas, comuns ou não, trazidas por filtros pessoais e por experiências de vida progressas.

Todo exercício que se propõe à realização de um edifício de múltiplos programas, com quantidade construtiva significativa, pressupõe soluções plásticas e técnicas a serem desenvolvidas. Há aqui, naturalmente, um conhecimento necessário que faz parte do conteúdo didático previsto, dada a complexidade das características tipológicas e programáticas que o edifício agrega. De maneira simplificada, podemos dizer que o espaço público e o desenvolvimento do objeto arquitetônico são os dois eixos articuladores que conduzem as ações didáticas do exercício, e ambos são essenciais para se alcançar o resultado pretendido

Se observarmos as características desses dois eixos articuladores ao longo da trajetória do Ateliê de Projeto 6, tornam-se claros os motivos do esgotamento do exercício apoiado apenas no desenvolvimento do objeto isolado. A condução dos conteúdos de aula, focados no desenvolvimento de um edifício complexo, torna-se naturalmente cansativa, pois requer um alto grau de concentração e compreensão de aspectos técnicos, muitas vezes, de difícil assimilação por parte de discentes ao final do 3º ano do curso de Arquitetura. Esse tipo de conteúdo, embora necessário e normalmente familiar a quem leciona, tende a ampliar a distância de comunicação entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Jacques Rancière, no livro *O espectador emancipado*, comenta:

É a própria lógica da relação pedagógica: o papel atribuído ao mestre é o de eliminar a distância entre seu saber e a ignorância do ignorante. Suas lições e os exercícios que ele dá têm finalidade de reduzir progressivamente o abismo que os separa. Infelizmente, ele só pode reduzir a distância com a condição de recriá-la incessantemente. Para substituir a ignorância pelo saber, ele deve sempre dar um passo à frente e repor entre si e o aluno uma ignorância nova (Rancière, 2014, p. 13).

O conteúdo didático necessário ao desenvolvimento do desenho do edifício é importante, imprescindível, mas torna-se repetitivo para quem ensina. Por natureza, trata-se de um conteúdo mais pragmático, determinado por normas, manuais técnicos, legislações, entre outros, e por todos esses motivos, não consegue variar muito sua narrativa. Isso faz com que existam limitações nesses conteúdos, quando associados à receptividade discente, já que se trata de informações postas, regras a serem cumpridas.

A adoção do espaço público como eixo articulador do processo projetual no exercício em questão alterou a dinâmica de ensino e aprendizagem e aproximou docentes e discentes por meio de uma narrativa mais humana, sensível, e comum a todas as partes envolvidas, ampliando as possibilidades didáticas



do exercício. Os novos conceitos agora abordados são mais tangíveis e estão presentes de maneiras diversas na vida pregressa de docentes e discentes, portanto, constroem, obrigatoriamente, relações específicas com os lugares onde serão implantados os edifícios. A distância “intelectual” entre as partes diminui na mesma medida em que a comunicação entre estas é ampliada pela união dos conhecimentos docentes e dicentes.

### **Considerações acerca da prática projetual**

Com o objetivo de ilustrar o rebatimento da teoria evidenciada na prática do projeto, passaremos a apresentar alguns trabalhos desenvolvidos por estudantes da sexta etapa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie. Os trabalhos refletem o rebatimento da teoria de aprendizagem exposta anteriormente, e sua interferência direta no resultado do desenho proposto pelo corpo discente. Um processo que se pretende ativo e estimulante.

Inicialmente, satisfazendo o caráter extensionista resultante da Oficina de Integração e Contextualização, e atendendo à diretriz urbanística de que o lugar objeto do exercício proposto deve localizar-se em regiões lindeiras a significativos modais de transporte público, pode-se observar que os trabalhos aqui apresentados foram desenvolvidos em áreas junto às estações de trem ou metrô de seus respectivos municípios. Posteriormente, gostaríamos de destacar o protagonismo, o valor e a relevância do vazio, ou do espaço intersticial, presente na proposição morfológica de cada proposta.

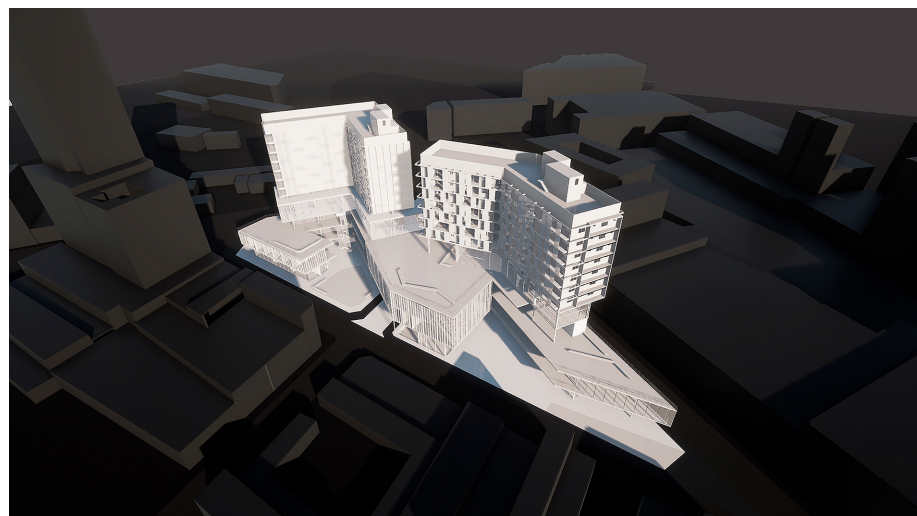
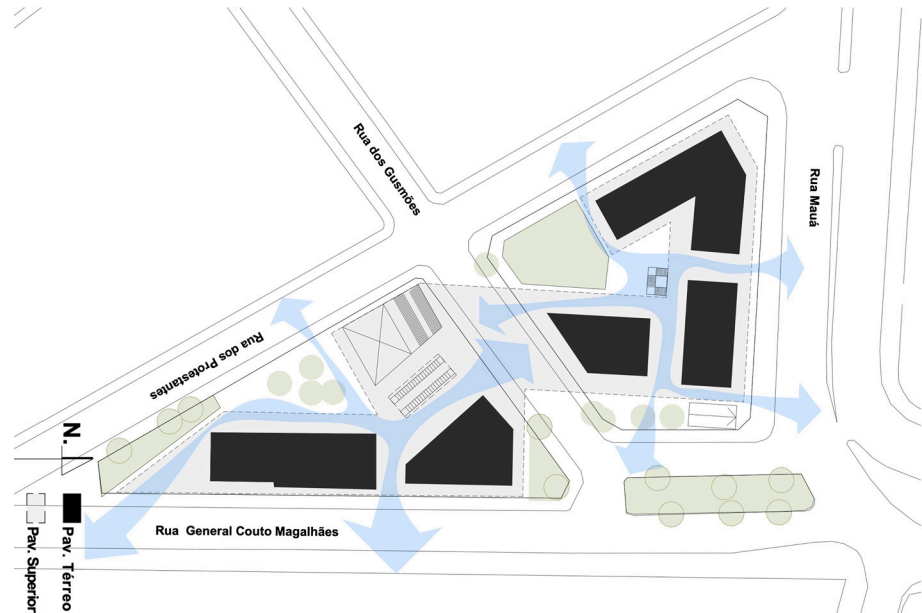
No intuito de evidenciar as intenções projetuais, de facilitar a leitura do partido arquitetônico delineada pelo desenho dos espaços não construídos, assim como o rompimento do limite dos lotes e a integração com a cidade existente, foram realizados novos desenhos que procuram a síntese dos elementos que compõem cada proposta.

Optou-se por um conjunto de informações que somam, em um mesmo diagrama, espaços construídos, não construídos, cobertos, descobertos, áreas verdes e eventuais posicionamentos de circulações verticais. A permeabilidade da quadra, dada pela circulação horizontal incentivada pelas estratégias de implantação de cada proposta, foi reforçada por uma demarcação de fluxo específica.

A estes novos desenhos somam-se, para cada proposta, perspectivas realizadas pelas estudantes que demonstram o resultado volumétrico do conjunto em sua totalidade, ou mesmo a evolução das volumetrias a partir dos raciocínios já expostos.



*Autora: Stephanie Joy De la Torre Rodriguez*  
*Ano: 2020\_1º semestre*  
*Orientador: Prof. Julio Bernardes*



*Figuras 1 e 2: Diagrama 1- espaços construídos, não construídos e cobertos, elaborado pelos autores. Perspectiva 1 - resultado volumétrico em modelo elaborado pela estudante.*

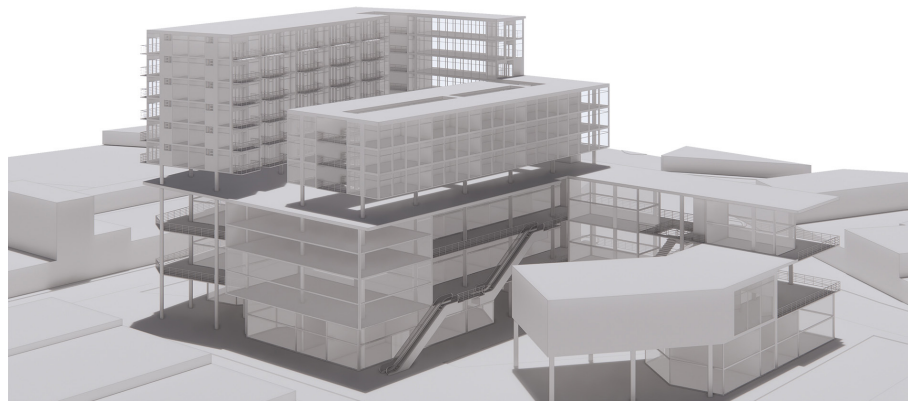
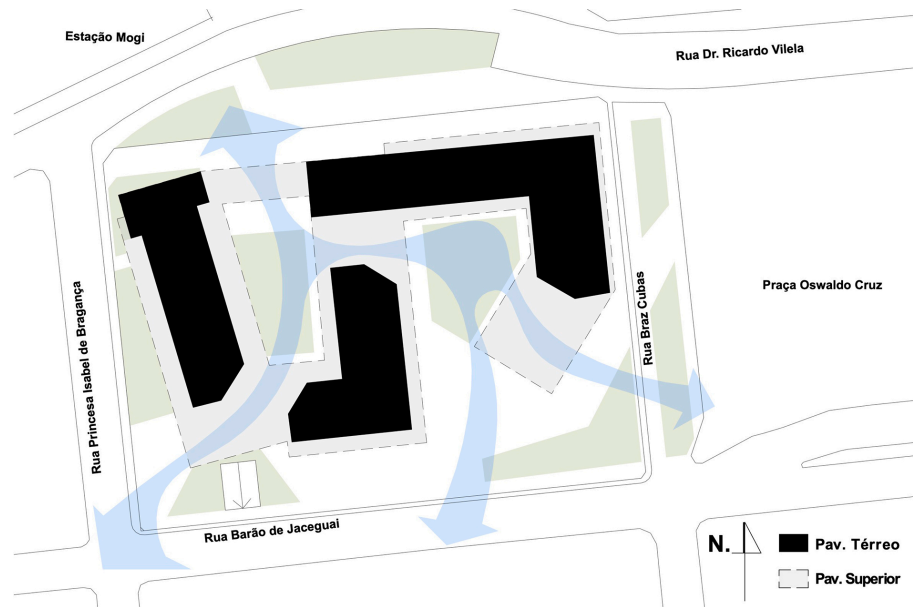
O projeto desenvolvido localiza-se na região central de São Paulo, próximo à Estação da Luz. O desafio inicial consistia em desenhar um complexo arquitetônico e urbanístico capaz de integrar e conectar os dois lotes, até o momento fragmentados pela Rua dos Gusmões. O resultado revela uma proposta extremamente sensível à condição do lugar, que valoriza e potencializa o espaço urbano, liberando a quadra para o exercício das atividades públicas e coletivas.



*Autora: Ingrid Cialfi*

*Ano: 2021\_1º semestre*

*Orientador: Prof. Ricardo Martos*

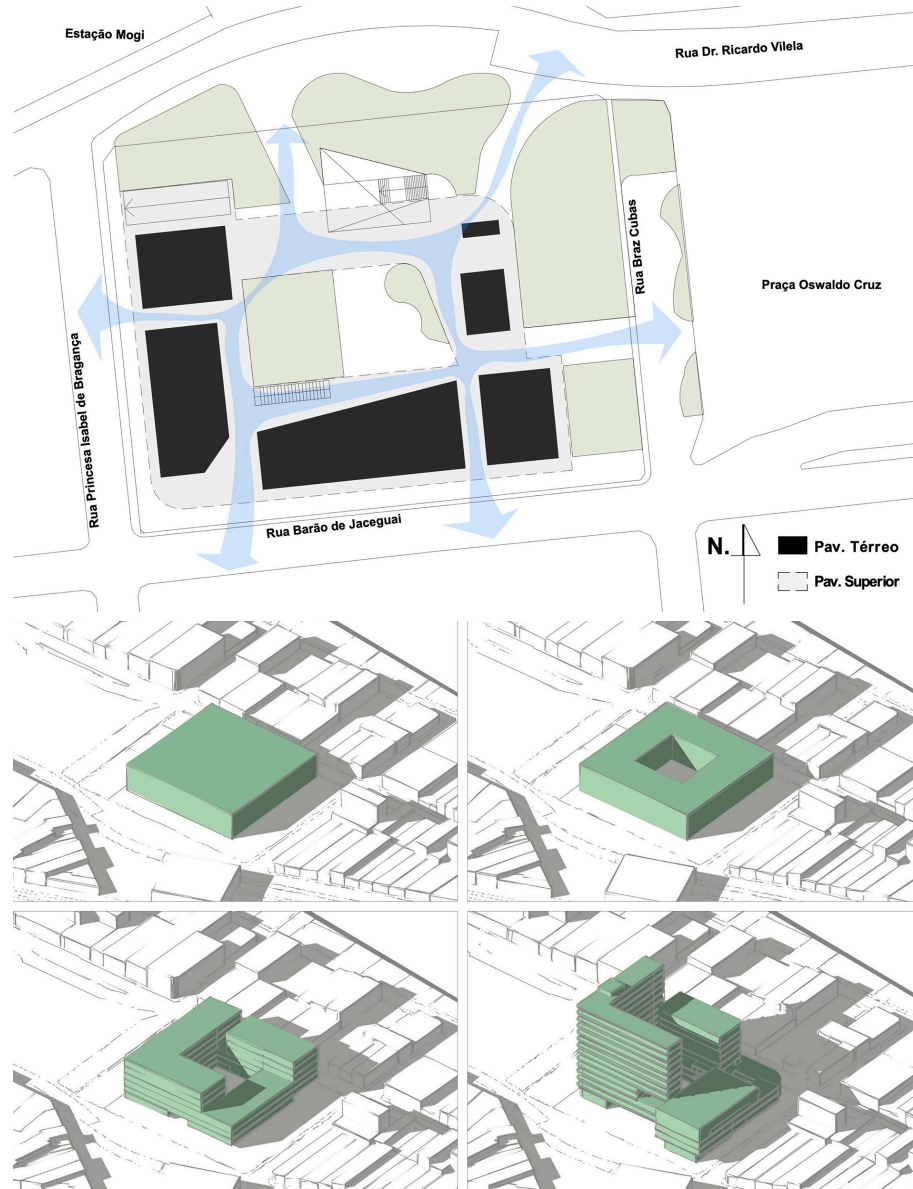


*Figuras 3 e 4: Diagrama 2 - espaços construídos, não construídos e cobertos, elaborado pelos autores. Perspectiva 2 - resultado volumétrico em modelo elaborado pela estudante.*

O projeto foi desenvolvido na cidade de Mogi das Cruzes, ao lado da estação de trem central da cidade. A proposta respeita claramente os limites das bordas do lote, contudo, tais limites são sutilmente fragmentados, o que resulta numa franca integração com a praça lindeira, criando assim uma situação intersticial bastante estimulante. A ideia do vazio configurado pela disposição da tipologia é bastante evidente. O programa adotado é uma resposta às solicitações apresentadas pelos representantes da administração municipal. O pavimento térreo, assim como o primeiro e o segundo, são destinados ao uso público.



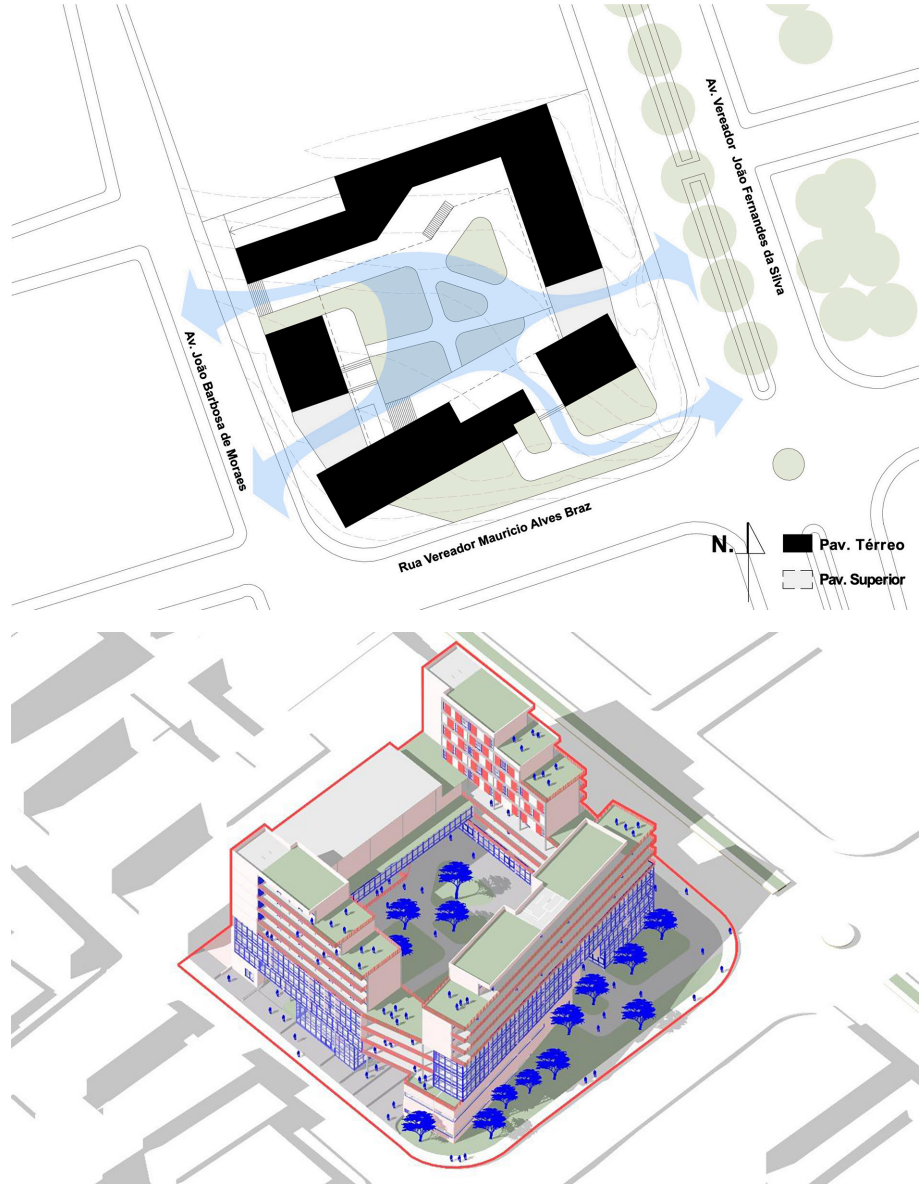
Autora: Maria Eduarda Pereira de Almeida  
Ano: 2021\_1º semestre  
Orientador: Prof. Julio Bernardes



Figuras 5 e 6: Diagrama 3 - espaços construídos, não construídos e cobertos, elaborado pelos autores. Perspectiva 3 - evolução volumétrica em modelo elaborado pela estudante.

Este projeto foi desenvolvido na cidade de Mogi das Cruzes, no mesmo local da proposta anterior. Com base no memorial apresentado pela própria estudante, sua proposta tinha como "ideia âncora" a criação de um pátio central, o qual teria a finalidade de agregar as pessoas, portanto, de criar uma condição socializante. Além disso, evidenciou-se o desejo de se criarem percursos e caminhos capazes de estabelecer uma conexão positiva com o entorno imediato. A diversidade programática, condição básica do exercício, favorece o estabelecimento de um lugar ativo e atraente.

Autora: Eduarda Cerutti Savian  
 Ano: 2022\_2º semestre  
 Orientador: Prof. Ricardo Martos

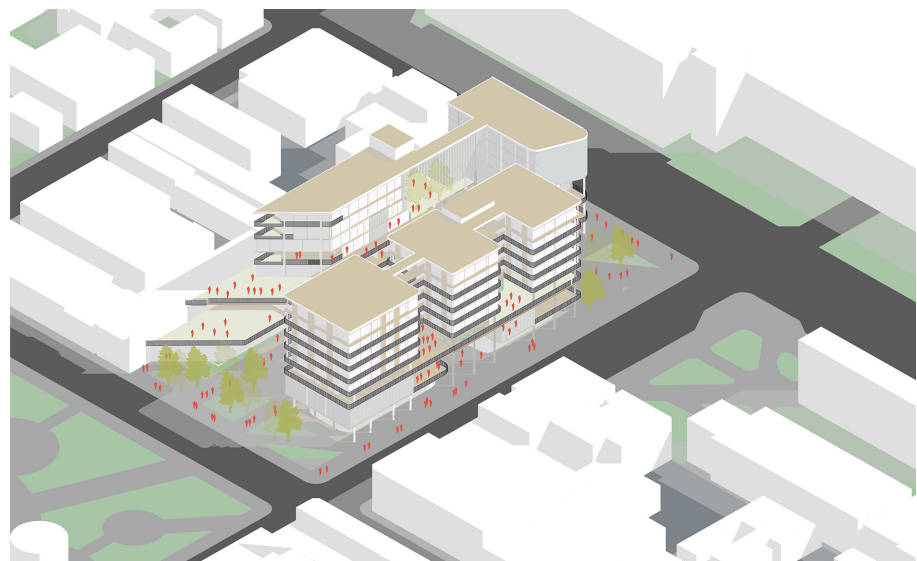
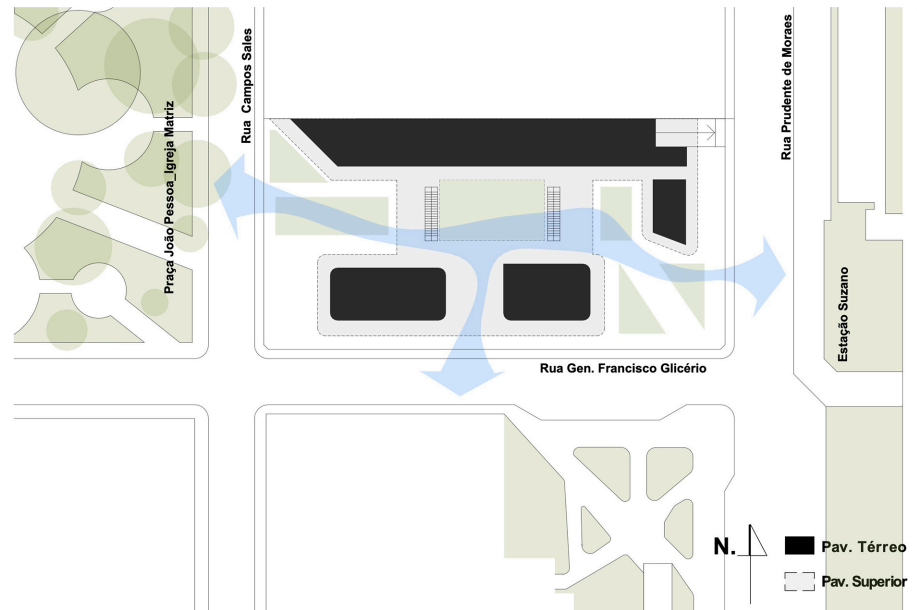


Figuras 7 e 8: Diagrama 4 - espaços construídos, não construídos e cobertos, elaborado pelos autores. Perspectiva 4 - resultado volumétrico em modelo elaborado pela estudante.

O projeto apresentado pela estudante foi desenvolvido na cidade de Itaquaquecetuba, em lote próximo à estação de trem. A “ideia âncora” que delinea o partido está associada à criação de uma praça central com o intuito de estabelecer um lugar com forte potencial agregador. Além dessa premissa, um desafio particular estava associado ao domínio da condição topográfica do lote, que apresentava um desnível de aproximadamente 5 metros. A proposta se insere no contexto de maneira a desenhar um ambiente plenamente articulado com a condição do lugar, evitando espaços neutros, sem significados. As bordas se articulam com grande sensibilidade à topografia preexistente.



Autora: Rachel Hara  
Ano: 2023\_1º semestre  
Orientador: Prof. Julio Bernardes



Figuras 9 e 10: Diagrama 5 - coberturas, espaços construídos e não construídos, elaborado pelos autores. Perspectiva 5 - resultado volumétrico em modelo elaborado pela estudante.

O projeto desenvolvido pela estudante está localizado na cidade de Suzano, ao lado da estação de trem. De acordo com o memorial apresentado pela aluna, dois conceitos principais nortearam o encaminhamento de sua proposta: a quadra aberta e os chamados "olhos da rua", esses últimos definidos por Jane Jacobs (2000 [1961]). Tais elementos teóricos são claramente percebidos na composição do desenho. Surge assim um vazio linear que configura um potente lugar interno capaz de aproximar as pessoas e lhes proporcionar uma condição de convívio carregada de interesses. A diversidade programática garante a dinâmica dos acontecimentos urbanos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da teoria da aprendizagem significativa, de David Ausubel (1968), e mais particularmente, o conceito de “subsunção” ou “ideia âncora”, associados ao espaço público como elemento articulador do exercício projetual, trouxeram a reflexão sobre as possibilidades ampliadas de relação docente e discente, em uma perspectiva formativa para ambos.

A trajetória vivenciada pelos autores, docentes do Ateliê de Projeto na sexta etapa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, permitiu a observação de uma mudança de ambiente, que inspirou a elaboração deste artigo sobre os fatos que apoiaram esses acontecimentos. A perspectiva de maior presença e atuação discente nas ações didáticas não significa um enfraquecimento do papel docente, apenas revela que a identificação de um conhecimento específico, prévio, presente na estrutura cognitiva discente, pode qualificar significativamente a relação entre as partes, permitindo uma postura de ação de ensino mais coletiva nas componentes curriculares diversas. Isso parece possível de ser praticado, como estratégia, em qualquer momento da trajetória de graduação em Arquitetura e Urbanismo, guardadas e respeitadas as diferenças entre as etapas iniciais, intermediárias e de finalização.

## REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. *Projeto e destino*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- AUSUBEL, D. *The psychology of meaningful verbal language*. New York: Grune & Stratton, 1963.
- AUSUBEL, D. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- MOREIRA, M. A. *O que é aprendizagem significativa? Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais, Instituto de Física, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2010.*
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.



RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RAPOPORT, A. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: GG, 1997.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROWE, C.; KOETTER, F. *Ciudad Collage*. Barcelona: GG, 1981.

SENNET, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.



## The construction of the “void”: an experience anchored in the theory of meaningful learning

## A construção do “vazio”: uma experiência ancorada na teoria da aprendizagem significativa

## La construcción del “vacío”: una experiencia anclada en la teoría del aprendizaje significativo

*Ricardo Ruiz Martos, master's degree and doctoral student in Architecture and Urban Planning at Mackenzie Presbyterian University (UPM). Professor at the Faculty of Architecture and Urban Planning at Mackenzie Presbyterian University and Belas Artes University Center.*

*E-mail: ricardo.martos@mackenzie.br  <http://orcid.org/0000-0001-8216-329X>*

*Julio Cezar Bernardes Pinto, PhD in Architecture and Urban Planning from the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo (FAU-USP). Professor at the Faculty of Architecture and Urban Planning at Mackenzie Presbyterian University (UPM).*

*E-mail: julio.bernardes@mackenzie.br  <http://orcid.org/0009-0000-2928-8966>*

**How to cite this article:** MARTOS, R. R.; BERNARDES, J. C. The construction of “v”: an experience anchored in the theory of meaningful learning. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 32-48, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p32-48

**Submitted:** 2024-03-16

**Accepted:** 2024-07-31

### Abstract

This article establishes relationships between Ausubel's theory of meaningful learning



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

(1968) and the trajectory of the Design Workshop during the sixth stage of the Mackenzie School of Architecture and Urbanism. The concept defined as "subsumer" or "anchor idea," present in the mentioned theory, is associated with the construction of "void," the public space as the most relevant articulating element among those used in the didactic conduct of the exercise. The text is organized in three parts. Initially presents the recent trajectory of transformations that occurred in this academic exercise, highlighting as the main turning point the consummation of the unconstructed public space as the principal delineator of the reasoning and statements, to the detriment of the building as an isolated object. Then, it presents the theories and concepts in Ausubel's work and the didactic possibilities of this association of theory, concept, and applied academic exercise. It is understood that a relationship of prior knowledge between teachers and students can be unified by invigorating the didactic relationship between the parties. Finally, it presents graphical analyses of the student works from the last years of the exercise's production to illustrate the exposed reasoning and some results.

**Keywords:** Public Space; Meaningful Learning; Urban Design; Urban void; Interstice

## Resumo

Este artigo procura estabelecer relações observadas entre a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (1968) e a trajetória do Ateliê de Projeto ocorrido na sexta etapa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie. O conceito definido como "subsunçor" ou "ideia âncora", presente na teoria mencionada, é associado à construção do "vazio" e do espaço público como sendo os elementos articuladores mais relevantes dentre os utilizados na condução didática do exercício. Dividido em três partes, o texto apresenta inicialmente a trajetória recente das transformações ocorridas no exercício acadêmico em questão, destacando como principal ponto de inflexão a consumação do espaço não construído como delineador principal do encaminhamento dos raciocínios e enunciados, em detrimento do edifício como objeto isolado. Em seguida, são apresentadas as teorias e conceitos presentes na obra de Ausubel, além das possibilidades didáticas trazidas por essa associação de teoria, conceito e exercício acadêmico aplicado. Entende-se, neste momento, que há uma relação de conhecimentos prévios tanto docentes quanto discentes que podem ser unificados, revigorando a relação didática entre as partes. Ao final, será apresentada uma análise gráfica de alguns trabalhos discentes produzidos recentemente, o que procura ilustrar o raciocínio exposto, assim como a qualidade dos resultados obtidos.

**Palavras-chave:** Espaço público; Aprendizagem significativa; Desenho urbano; Vazio urbano; Interstício

## Resumen

Este artículo establece relaciones entre la teoría del aprendizaje significativo de Ausubel (1968), y la trayectoria del Taller de Proyecto en la sexta etapa de la facultad de Arquitectura y Urbanismo Mackenzie. El concepto definido como "subsunsores" o



“idea ancla”, presente en la teoría mencionada, se asocia a la construcción del “vacío”, al espacio público como el elemento articulador más importante entre los utilizados en la conducción didáctica del diseño. En tres partes, el texto inicialmente presenta la trayectoria reciente de transformaciones ocurridas en este ejercicio académico, destacando como principal punto de inflexión la consumación del espacio no construido público como delineador principal de los razonamientos y enunciados, en detrimento del edificio como objeto aislado. A continuación, se presentan las teorías y conceptos presentes en la obra de Ausubel y las posibilidades didácticas traídas por esta asociación de teoría, concepto y ejercicio académico aplicado. Se entiende que existe una relación de conocimientos previos tanto de docentes como de discentes, que pueden ser unificados revigorizando la relación didáctica entre las partes. Al final, se presentan análisis gráficos sobre los trabajos discentes de los últimos años de producción del ejercicio, que buscan ilustrar el razonamiento expuesto, así como algunos de los resultados obtenidos.

**Palabras clave:** Espacio Público; Aprendizaje Significativo; Diseño Urbano; Vacío Urbano; Intersticio

## INTRODUCTION

The design studio that takes place in the sixth stage of the Architecture and Urban Planning course at Universidade Presbiteriana Mackenzie, over the last few years, has adopted the construction of the urban emptiness as its theme and, to make this concept viable, it also relies on the idea of a building with multiple programs. This approach implied considerable transformations in the theoretical and practical approach of the exercise, the most significant being associated with the idea of “emptiness,” or the creation of the interstice, that is, the desire to build a lively and dynamic public space, which directly reflected on the teaching and learning relationship, and enabled new formative perspectives for both teachers and students.

It is understood here that from the moment the exercise began to consider public space as a leading element within the urban design process, a sequence of changes was triggered that brought the didactic actions of the studio closer to the theory of meaningful learning presented by David Ausubel (1968). This article then aims to demonstrate, through a description of the exercise’s trajectory and recent results, the didactic importance brought by the insertion of public space as the main articulating element of the curricular component in question, both in its theoretical and practical aspects, and the perceived relationship with concepts present in Ausubel’s theory.

A brief history of the exercise approach process will be presented, describing the main turning points that changed its recent trajectory. The new urban design concepts applied to the exercise have enhanced discussions about the value of



collective spaces and active emptiness, as opposed to the isolated and private objects commonly adopted.

Next, we will briefly describe the main concepts that define meaningful learning, and, to do so, we will base our reflections on two authors: David Ausubel, mentioned above, and Marco Antonio Moreira. From the considerations presented by Moreira (2010) and Moreira in co-authorship with Masini (1982), we are particularly interested in the clarification of Ausubel's original concept called "subsunçor" (subsumer) or "anchor idea."

Finally, to understand and verify the importance of the concepts described, some works developed by students of the architecture and urban planning course in the sixth semester of the Mackenzie Faculty of Architecture will be presented. This presentation aims to observe the validity of the considerations that guided the design process, which has as its anchor idea the design of public space, more precisely of the urban emptiness, since this, in some way, is present in our collective unconscious. Understanding the scope of the anchor idea allowed teachers and students to expand their communication skills and move in the same direction, a very positive fact that changed the motivation and interest of the people involved in the process.

### **The trajectory of academic practice**

The curricular component Project Studio VI: Technology corresponds to the sixth stage of the Architecture and Urban Planning course at FAU-Mackenzie. Focused on design exercises, the discipline's focus is traditionally linked to the building's constructability. In this sense, the project's relevance has always been associated with the understanding and design of the architectural object. Questions relating to its urban insertion or the establishment of certain contextual relationships were ignored at that time. On the other hand, technical questions prevailed, which in itself has a valuable meaning within the learning process. After all, technical construction knowledge is part of architecture training. However, from a certain point onwards, the simplification of this approach generated an inevitable exhaustion, and, therefore, urban discussion began to be involved in the project's teaching process.

There are several theorists – Cullen (1986 [1961]); Argan (2000 [1964]); Rossi (1995, [1966]), and Rowe (1981 [1978]) – who defend the idea that when we design any building we are also planning the city. Within this principle, it was recognized that the insertion of the building in the territory is a primary issue and that it must be considered within the process of designing the architectural and urban space. This attitude completely changed the relationship between those involved in the design exercise; teachers and students began to understand the new challenge as quite stimulating. Within this process of change, the fact that



the discussion regarding the surrounding urban space established a theoretical connection with the teaching sequence of the Design Studio was also considered since in the next stage, the seventh stage, the approach is guided by the reading and analysis of the urban space, to later arrive at the programmatic proposition of the architectural object.

Consequently, this new approach required a consistent review of content, which led to the adoption of different concepts to guide the spatial design process. In this case, it is worth highlighting the distinction between two critical elements: morphology and typology. The first refers to the design of the implementation itself, of the spatial relationship to be established with the immediate surroundings, that is, it is the result of the analysis of flows, among other conditions; the second refers to the design of the building itself, to the architectural element that is verticalized from the morphological design.

Based on understanding the two elements mentioned (morphology and typology), some concepts were incorporated into the repertoire, which are presented as a minimum condition for developing the exercise. Regarding typology, we can mention programmatic diversity, overlapping uses, active facades, typological diversity, and connection. As for morphology, we could say density, public enjoyment, active perception, and the design of the emptiness, of the “Between.” The latter is considered the most relevant issue regarding the configuration of public space, which deserves a specific approach.

The design of the emptiness of the interstitial space, configured by the arrangement of the typological elements, became the guiding element of the methodological transformation proposed in the course. Its use, of an eminently collective nature, can bring people together and provide encounters capable of altering interpersonal relationships, transforming public space into a place full of surprises and emotions. Therefore, the configuration of this space gains prominence and evidence. The objective of the exercise is no longer just the search for a beautiful building designed with all the technical rigor it deserves but also the establishment of a place conducive to meeting people. In addition to being used as an element that enhances the place, the importance and value of the issue of “scale” also stand out and cannot be ignored. Scale is responsible for the correct measurement between people and the built space, which establishes a high affinity between both, which Yi-Fu Tuan (1980) would define as “topophilia.” The treatment or design of the elements that make up the emptiness must also be considered, as they actively participate in the process of recognition and appropriation of the place. In this sense, the language of the adopted landscape elements plays a fundamental role: vegetation, pavements, street furniture, urban equipment, public lighting etc.

In light of the considerations presented, it is reaffirmed that the new condition proposed for the design exercise to be developed in the sixth stage of the architecture and urban planning course has as its leading element, or “anchor



idea" (Ausubel, 1968), the design of the emptiness. This theoretical premise guided the entire reformulation. From this moment on, as mentioned, the public space acquires a distinct conceptual value until then overshadowed, or obscured, by the idea of the object building.

It can be said that the emptiness, understood as an essentially public place and therefore present in the collective unconscious of all people, is capable of awakening the student body's interest by simply composing the experiences lived in their daily lives. The city, as the typical place for our human activities (Lynch, 1984 [1960]), presents us with infinite situations that affect our behavior, actions, and deeds. Awareness of this perceptive and behavioral process directed teaching actions towards a new theoretical and conceptual path, changing the understanding and focus of the proposed exercise. The recognition of the lived urban experience as something capable of making people involved in the urban design process interested in the values related to the imposed reality is of fundamental importance to create new stimuli since the analysis and understanding of reality, based on accumulated experience, has the power to break down possible gaps between expectations and design.

Two other factors also contributed to bringing the proposed exercise closer to the urban reality considered. The first is related to the approval of the São Paulo Master Plan, which took place in 2014. Until then, the guidelines and concepts adopted in the exercise, as they were a theoretical proposition, did not find support in the city's legislation, which changed with the precepts existing in the new São Paulo plan, which even became a conceptual reference for master plans in other cities. The second factor is associated with interdisciplinary horizontal integration, establishing a fruitful contribution between theoretical and design disciplines. This situation led to an apparent rapprochement between the components of Urban Planning Studio, Landscaping, Theory and History, and Environmental Comfort. In particular, the relationship between the Urban Planning Studio and Architectural Design Studio components, among other issues, implied the definition of a common place for the development of the exercise, as well as the urban guidelines that guide design decisions, such as the need to establish proximity to an intercity transport mode.

Finally, the extensionist character acquired by the exercise through the so-called Integration and Contextualization Workshop, which has taken place at the beginning of each semester since 2021, also stands out, in which the specific demands of the cities where the project experiences will be developed are presented. Students and teachers come into contact with public managers and civil society representatives, who present requests, specific legislation, and desired scenarios incorporated into the academic exercise. At the end of the semester, feedback and the course students' presentation of results are given. The most recent experiences occurred in cities along CPTM's Coral 11 line, including Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, and Suzano. The primary condition for choosing the area to intervene is that it is close to train or subway stations in their respective municipalities.



### Meaningful learning: the “interstitial” space as an “anchor idea”

David Ausubel’s (1968) theory of meaningful learning seemed to elucidate what, until then, was an empirical observation by teachers, that there was a change in the environment within Project Studio 6 after the insertion of the public space as the central articulating axis for conducting the exercise. Marco Antonio Moreira, professor at the Physics Institute of the Federal University of Rio Grande do Sul and one of the leading scholars of Ausubel’s theory, seeks to elucidate it in his text “What is meaningful learning after all?”

Meaningful learning is that in which ideas expressed symbolically interact in a substantive and non-arbitrary way with what the learner already knows. Substantive means non-literal, not word-for-word; and non-arbitrary means that the interaction is not with any prior idea, but rather with some specifically relevant knowledge already existing in the cognitive structure of the learner. (Moreira, 2010, p. 2).

One of the main concepts presented by Ausubel (1968) is defined as “subsumer” or “anchor idea,” which is specific knowledge previously existing among the understanding of each individual and which gives meaning to new knowledge that is presented or discovered. Marco Antonio Moreira, when describing the concept, adds:

Whether through reception or discovery, the attribution of meanings to new knowledge depends on the existence of specifically relevant prior knowledge and interaction with it. The subsumer may have greater or lesser cognitive stability, it may be more or less differentiated, that is, more or less elaborated in terms of meaning. However, as the process is interactive, when it serves as an anchor idea for new knowledge, it itself changes, acquiring new meanings, corroborating already existing meanings (Moreira, 2010, p. 2).

For Ausubel (1968), the cognitive structure of each individual is formed by previously existing subsumers that form, among themselves, a particular hierarchical set. The hierarchy of this knowledge is organized by use. That is, some are always active, while others are static. The process of assigning new meanings through continuous use of the same subsumer generates new layers of understanding and refinement, which teachers and students can appropriate in a reinvigorated teaching and learning relationship.



In simplified terms, using this line of reasoning associated with the Design Studio 6 exercise, it is understood that every individual has a prior definition of public space arising from personal experiences of coexistence, use, observation etc. There is, for example, an individual pre-judgment related to the possible safety in these spaces since we cannot disregard episodes related to urban violence.

Although there are differences in these individual filters, we have here a common starting point between the parties, teachers, and students, and it is from this exchange of experiences and arguments, added to the programmatic specificities and the locations where the exercises will take place, that new meaning will be given to this knowledge. The subsuming public space is transformed and finds an intersection in previous individual definitions, eliminating apparent differences, resolving inconsistencies, and expanding common meanings.

In the recent logic of the exercise, public space represents the application of this concept even more, as it functions as the "anchor idea" that guides the initial decision-making in search of architectural design. It is no longer a matter of solving just the building, which is often generic, repetitive, and disconnected from a place, but instead of solving a set of built and unbuilt elements that will become part of the city, allowing the particular stories of their creators to be added to the imaginary of the future space. The submission of the architectural design to the resolution of the isolated object results typically in the cold fulfillment of a program of needs that, most of the time, caricatures users and is predominantly private; more sensitive aspects of the local culture are left aside, and, in this way, dynamics of appropriation of the space, landscapes, and buildings existing in the surroundings are denied, that is, any relations with the elements associated with pre-existing public spaces are eliminated.

The function of public space is perhaps one of the most critical debates in architecture and urban planning today. It is on the global agenda of cities that want to be more creative and sustainable, in recent changes to urban legislation, in the idea of safety and care for all age groups and genders, in the extension of the housing cell, in the debate involving digital and analog, among many others. Here, you will find infinite possibilities for teacher and student interaction, supported by shared knowledge and experiences, familiar or not, brought by personal filters and previous life experiences.

Any exercise that proposes the creation of a building with multiple programs and a significant construction quantity presupposes plastic and technical solutions to be developed. There is, of course, a necessary knowledge here that is part of the expected teaching content, given the complexity of the typological and



programmatic characteristics that the building brings together. In a simplified way, we can say that the public space and the development of the architectural object are the two articulating axes that drive the didactic actions of the exercise, and both are essential to achieving the intended result.

If we observe the characteristics of these two articulating axes throughout the trajectory of Design Studio 6, the reasons for the exhaustion of the exercise supported only by the development of the isolated object become clear. The delivery of classroom content focused on the development of a complex building naturally becomes tiring as it requires a high degree of concentration and understanding of technical aspects, which are often difficult for some students to assimilate at the end of the third year of the architecture course. Although necessary and usually familiar to those who teach, this type of content tends to increase the communication distance between those involved in the teaching and learning process. Jacques Rancière, in the book "The Emancipated Spectator" comments:

It is the logic of the pedagogical relationship: the role attributed to the teacher is to eliminate the distance between his knowledge and the ignorance of the ignorant. His lessons and the exercises he gives are intended to reduce the gap that separates them progressively. Unfortunately, he can only reduce the distance by endlessly recreating it. To replace ignorance with knowledge, he must always take a step forward and establish a new ignorance between himself and the student (Rancière, 2014, p. 13).

The teaching content required to develop the building design is essential, but it becomes repetitive for those who teach. By nature, it is a more pragmatic content, determined by standards, technical manuals, and legislation, among others, and for all these reasons, it cannot vary its narrative much. This means there are limitations to these contents when associated with student receptivity since they involve information-provided rules to be followed.

Adopting public space as the articulating axis of the design process in the exercise in question changed the teaching and learning dynamics. It brought teachers and students closer together through a more human, sensitive narrative common to all parties involved, expanding the didactic possibilities of the exercise. The new concepts now addressed are more tangible and are present in different ways in the previous lives of teachers and students. Therefore, they must build specific relationships with the places where the buildings will be implemented. The "intellectual" distance between the parties decreases to the same extent that communication between them is increased by the union of teaching and learning knowledge.



## Considerations of design practice

To illustrate the impact of the theory evidenced in the practice of the project, we will present some works developed by students in the sixth stage of the Architecture and Urban Planning course at Mackenzie University. The works reflect the rebuttal of the learning theory previously presented and its direct interference with the result of the design proposed by the student body. A process that is intended to be active and stimulating.

Initially, satisfying the extensionist character resulting from the Integration and Contextualization Workshop and meeting the urban planning guideline that the place that is the object of the proposed exercise must be located in regions bordering significant public transport modes, it can be observed that the work presented here was developed in areas close to the Train or Metro stations of their respective municipalities. Subsequently, we would like to highlight the protagonism, value, and relevance of the emptiness, or interstitial space, present in the morphological proposition of each proposal.

To highlight the design intentions, to facilitate the reading of the architectural design outlined by the design of the unbuilt spaces, as well as the breaking of the boundaries of the lots and the integration with the existing city, new designs were created that seek to synthesize the elements that make up each proposal.

We opted for a set of information that adds, in the same diagram, built, unbuilt, covered, uncovered spaces, green areas, and possible positions of vertical circulations. The permeability of the block, given by the horizontal circulation encouraged by the implementation strategies of each proposal, was reinforced by a specific flow demarcation.

Added to these new drawings for each proposal are perspectives created by the students that demonstrate the volumetric result of the set as a whole or even the evolution of the volumes based on the reasoning already presented.

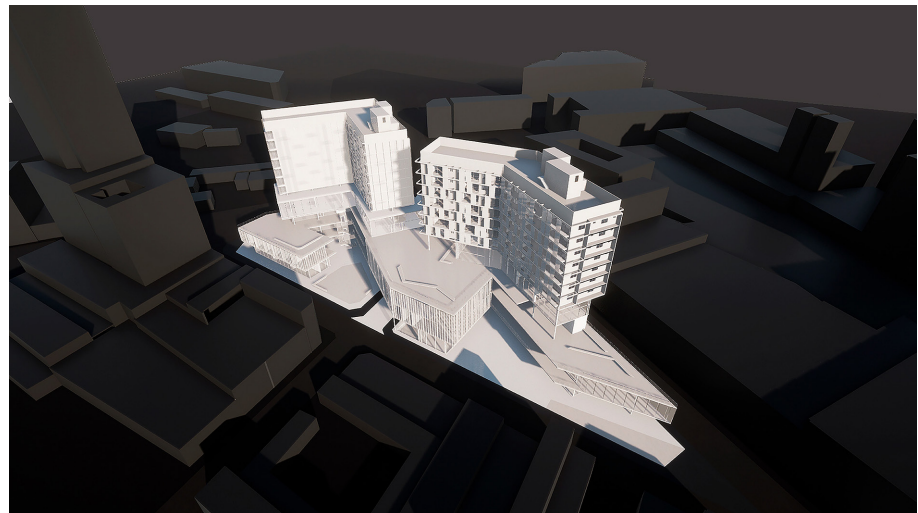
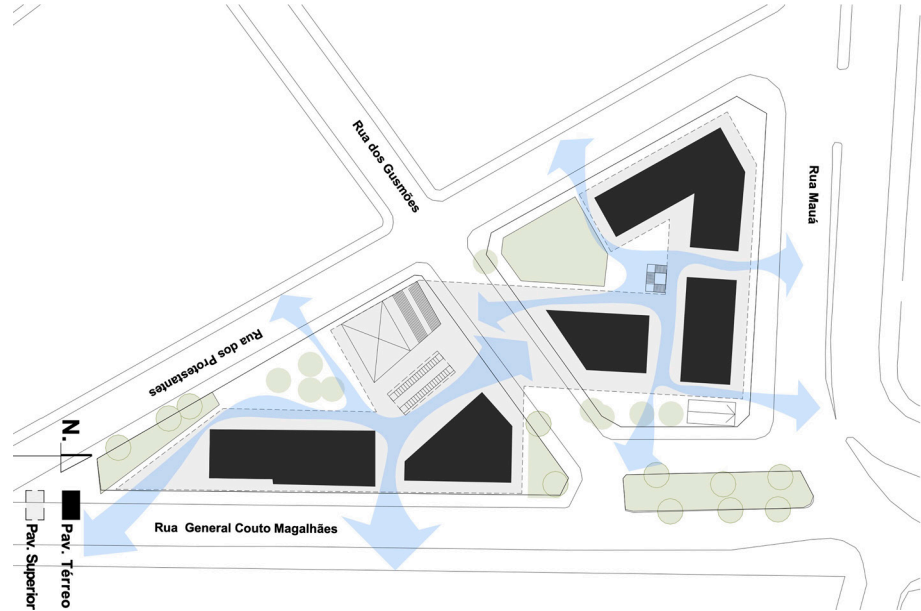
The project developed is located in the central region of São Paulo, close to Estação da Luz. The initial challenge consisted of designing an architectural and urban complex capable of integrating and connecting the two lots, until now fragmented by Rua dos Gusmões. The result reveals a proposal that is extremely sensitive to the condition of the place, which values and enhances the urban space, freeing up the block for public and collective activities.



Author: Stephanie Joy De la Torre Rodriguez

Year: 2020\_1o. Semester

Advisor: Prof. Julio Bernardes

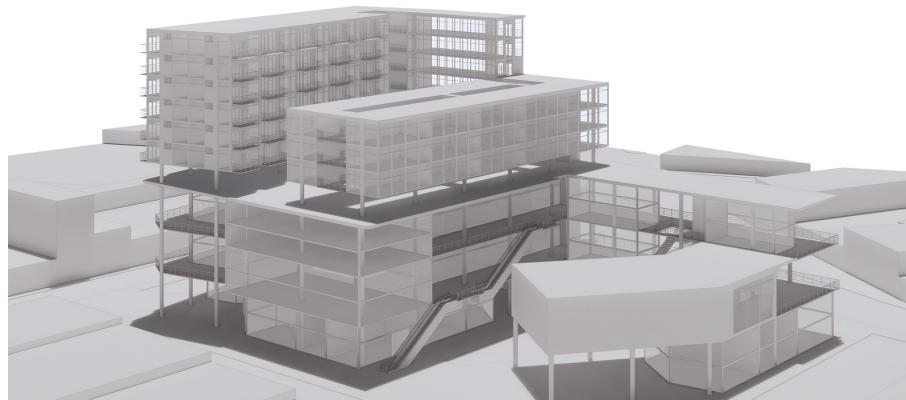
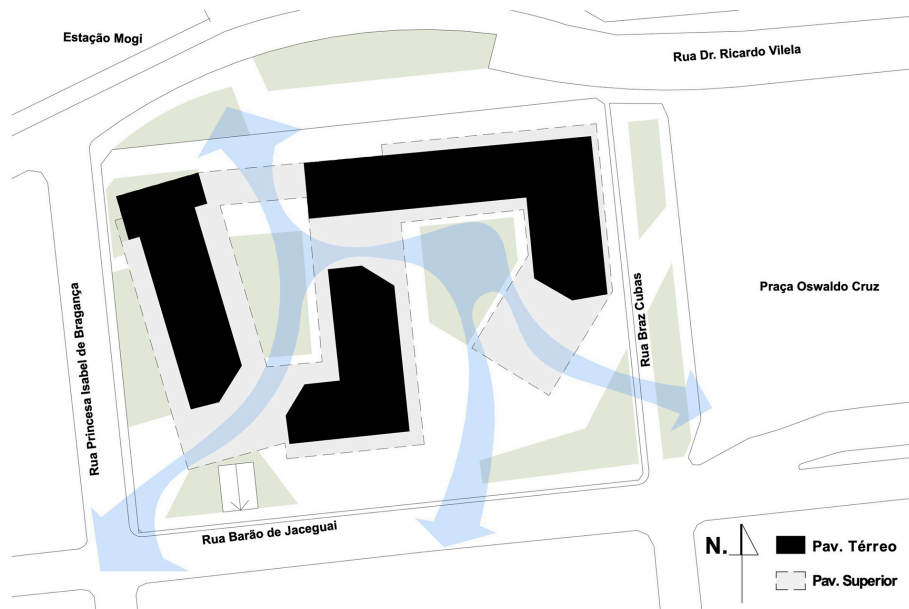


Figures 1 and 2: Diagram 1 – built, unbuilt, and covered spaces, prepared by the authors. Perspective 1 – volumetric result in the model created by the student.

The project was developed in Mogi das Cruzes, next to the city's central train station. The proposal respects the boundaries of the lot's edges. However, these boundaries are subtly fragmented, which results in a straightforward integration with the neighboring square, thus creating a very stimulating interstitial situation. The idea of the emptiness configured by the layout of the typology is quite evident. The adopted program is a response to requests presented by representatives of the municipal administration. The ground floor, as well as the first and second floors, are intended for public use.



Author: Ingrid Cialfi  
Year: 2021\_1o. Semester  
Advisor: Prof. Ricardo Martos



Figures 3 and 4: Diagram 2 - built, unbuilt, and covered spaces, prepared by the authors.  
Perspective 2 - volumetric result in the model created by the student.

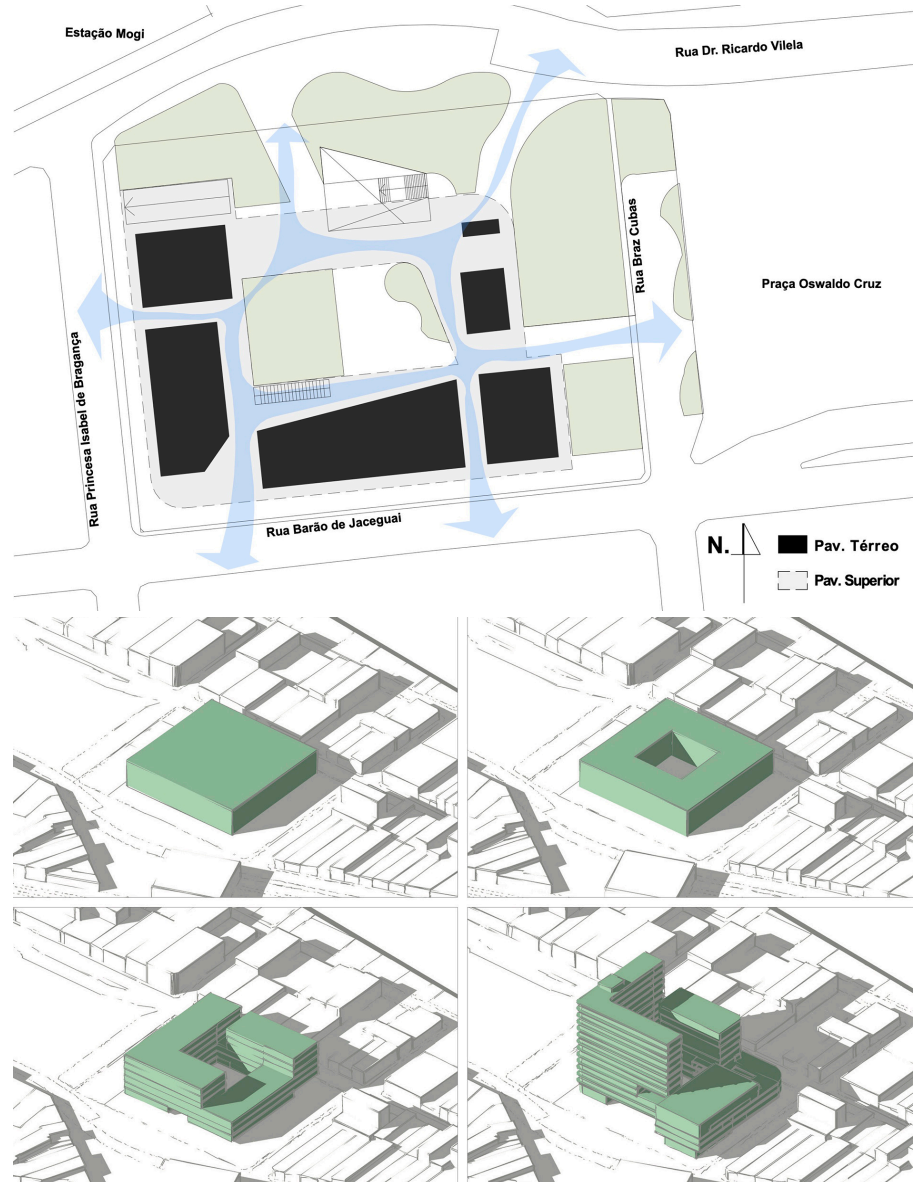
This project was developed in Mogi das Cruzes, which is the location of the previous proposal. Based on the memorial presented by the student herself, her proposal had as its "anchor idea" the creation of a central courtyard, which would bring people together and, therefore, create a socializing condition. Furthermore, the desire to develop routes and paths to establish a positive connection with the immediate surroundings was evident. Programmatic diversity, a basic condition for the exercise, favors the establishment of an active and attractive place.



Author: Maria Eduarda Pereira de Almeida

Year: 2021\_1o. Semester

Advisor: Prof. Julio Bernardes

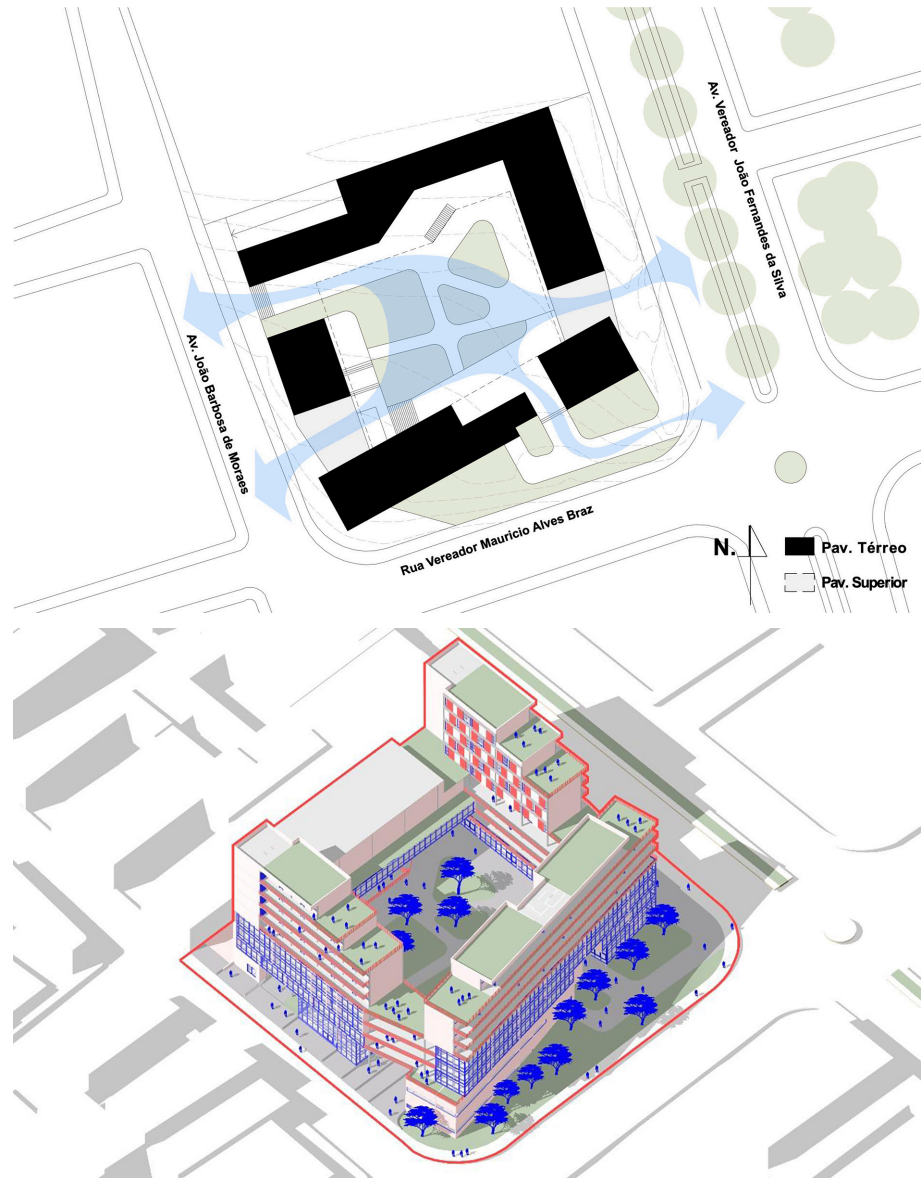


Figures 5 and 6: Diagram 3 – built, unbuilt, and covered spaces, prepared by the authors.  
Perspective 3 – volumetric evolution in a model developed by the student.

The project presented by the student was developed in the city of Itaquaquecetuba, on a lot close to the train station. The “anchor idea” that outlines the party is associated with creating a central square to establish a place with aggregating solid potential. In addition to this premise, a particular challenge was mastering the topographic condition of the lot, which had a slope of approximately 5 meters. The proposal fits into the context of designing an environment fully articulated with the conditions of the place, avoiding neutral spaces without meaning. The edges are articulated with great sensitivity to the pre-existing topography.



Author: Eduarda Cerutti Savian  
Year: 2022\_2o Semester  
Advisor: Prof. Ricardo Martos



Figures 7 and 8: Diagram 4 – built, unbuilt, and covered spaces, prepared by the authors.  
Perspective 4 – volumetric result in the model created by the student.

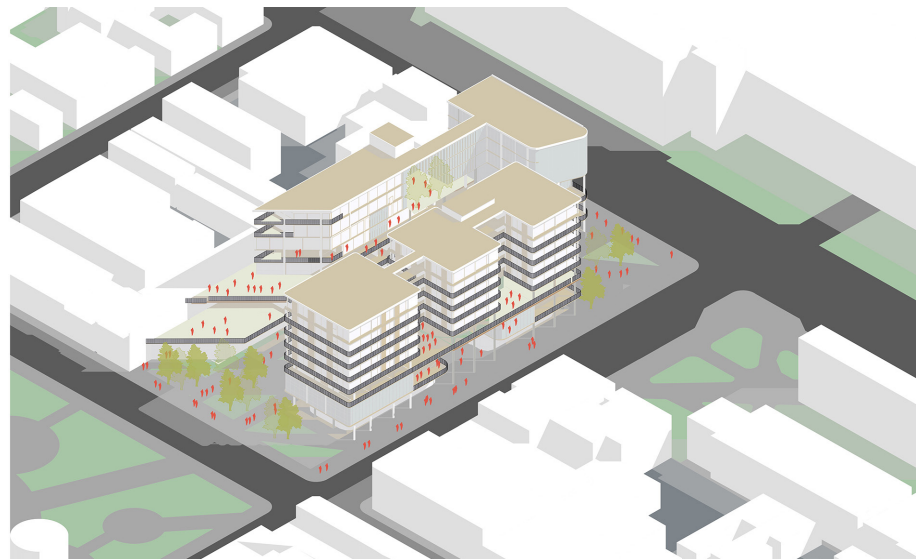
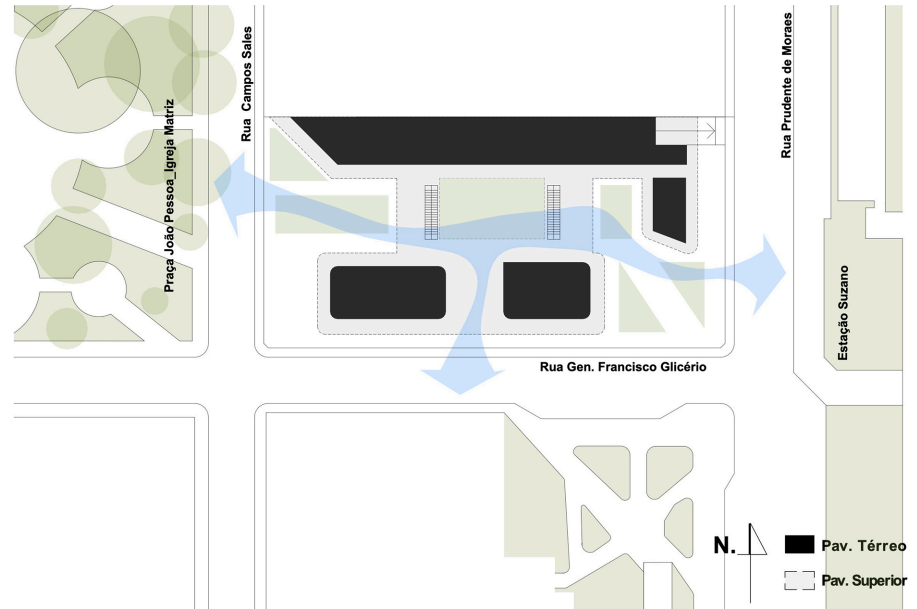
The project developed by the student is located in the city of Suzano, next to the train station. According to the memorial presented by the student, two main concepts guided the development of her proposal: the open court and the so-called “eyes of the street,” the latter defined by Jane Jacobs (2000 [1961]). Such theoretical elements are perceived in the composition of the drawing. A linear emptiness thus emerges, configuring a powerful internal space capable of bringing people together and providing them with a living environment full of interests. Programmatic diversity guarantees the dynamics of urban events.



Author: Rachel Hara

Year: 2023\_1o. Semester

Advisor: Prof. Julio Bernardes



Figures 9 and 10: Diagram 5 – coverings, built and unbuilt spaces, prepared by the authors. Perspective 5 – volumetric result in the model created by the student.

## FINAL CONSIDERATIONS

Studies of David Ausubel's (1968) theory of meaningful learning, and more particularly the concept of "subsumer" or "anchor idea," associated with the public space as an articulating element of the design exercise, brought about reflection on the expanded possibilities of the relationship between teachers and students, from a formative perspective for both.



The trajectory experienced by the authors' professors at the Design Studio in the sixth stage of the Mackenzie Architecture and Urban Planning faculty allowed the observation of a change in environment, which inspired the elaboration of this article on the facts that supported these events. The prospect of more significant student presence and participation in teaching activities does not mean weakening the teaching role. It merely reveals that identifying specific, prior knowledge in the student's cognitive structure can significantly improve the relationship between the parties, allowing for a more collective teaching action posture within the various curricular components. This seems possible to be practiced as a strategy at any point in the undergraduate architecture and urban planning course, keeping in mind and respecting the differences between the initial, intermediate, and final stages.

## REFERENCES

- ARGAN, G. *Projeto e destino*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- AUSUBEL, D. *The psychology of meaningful verbal language*. New York: Grune & Stratton, 1963.
- AUSUBEL, D. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- MOREIRA, M. A. *O que é aprendizagem significativa? Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais, Instituto de Física, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2010.*
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RAPOPORT, A. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: GG, 1997.
- ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins



ROWE, C.; KOETTER, F. *Ciudad Collage*. Barcelona: GG, 1981.

SENNET, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.


TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980





## Ambientes escolares acusticamente sensíveis aos Transtornos de Discriminação Sensorial de crianças e adolescentes com autismo

### Acoustically sensitive school environments for Sensory Discrimination Disorders in children and adolescents with autism

### Entornos escolares acústicamente sensibles para los Trastornos de Discriminación Sensorial en niños y adolescentes con autismo

*Juliana Christiny Mello da Silva, mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.  
E-mail: [juliana.mello@fau.ufrj.br](mailto:juliana.mello@fau.ufrj.br)  Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6467-255X>*

*Sylvia Meimaridou Rola, doutora em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.  
E-mail: [sylviarola@fau.ufrj.br](mailto:sylviarola@fau.ufrj.br)  Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6321-8857>*

*Paula de Castro Brasil, pós-doutora em Inovação e Tecnologias de Materiais para a Qualidade do Projeto pela Universidade Federal Fluminense. Professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UniLaSalle-RJ).  
E-mail: [paulabrasill@gmail.com](mailto:paulabrasill@gmail.com)  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4486-6952>*

**Para citar este artigo:** SILVA, J. C. M. da; ROLA, S. M.; BRASIL, P. de C. Ambientes escolares acusticamente sensíveis aos Transtornos de Discriminação Sensorial de crianças e adolescentes com autismo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 49-63, 2024.



DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p49-63

**Submissão:** 2024-03-28**Aceite:** 2024-08-02

## Resumo

O objetivo da pesquisa é verificar como a acústica dos ambientes de ensino pode contribuir para o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta investigação é pertinente, pois permite verificar como os estímulos sonoros do edifício escolar impactam o processamento sensorial e o comportamento do autista. O estudo justifica-se, pois a cada ano cresce o número de crianças diagnosticadas com autismo no Brasil e no mundo. A partir do método correlacional, são estudadas as relações entre os Transtornos de Discriminação Sensorial (TDS) e o comportamento dos autistas, mediante a realização de revisões bibliográficas. Neste estudo, empregou-se a ferramenta chamada Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (Maba), por meio do dispositivo de Mapeamento Sensorial. Com a sua aplicação, foi possível identificar que os estímulos sensoriais sonoros são os que mais impactam negativamente o educando com TEA, induzindo ou inibindo comportamentos estereotipados, sendo a sala de aula e o refeitório os ambientes que mais influenciam negativamente devido à sua acústica. Assim, a criação de ambientes acústicos sensíveis aos educandos com TEA é capaz de estimular o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica, proporcionando conforto humano a eles.

**Palavras-chave:** Conforto humano; Arquitetura escolar; Neurodesenvolvimento; Transtornos de Discriminação Sensorial (TDS); Transtorno do Espectro Autista (TEA).

## Abstract

The objective of the research is to verify how the acoustics of teaching environments can contribute to the neurodevelopment and academic progression of children and adolescents with Autism Spectrum Disorder (ASD). This investigation is relevant, as it allows us to verify how the sound stimuli of the school building impact the sensory processing and behavior of autistic people. The study is justified, as the number of children diagnosed with autism grows every year, in Brazil and around the world. Using the correlational method, the relationships between Sensory Discrimination Disorders (SD) and the behavior of autistic people are studied, by carrying out bibliographical reviews. In this study, the tool called Applied Behavior Analysis Map (MABA) was used, using the Sensory Mapping device. With its application, it was possible to identify that sound sensory stimuli are those that most negatively impact students with ASD, inducing or inhibiting stereotypical behaviors, with the classroom and cafeteria being the



environments that most negatively influence due to their acoustics. Thus, the creation of sensitive acoustic environments for students with ASD is capable of stimulating neurodevelopment and academic progression, providing them with human comfort.

**Keywords:** Human comfort; School architecture; Neurodevelopment; Sensory Discrimination Disorders (TDS); Autism Spectrum Disorder (ASD).

## Resumen

El objetivo de la investigación es comprobar cómo la acústica de los entornos docentes puede contribuir al neurodesarrollo y progresión académica de niños y adolescentes con Trastorno del Espectro Autista (TEA). Esta investigación es relevante, pues nos permite verificar cómo los estímulos sonoros del edificio escolar impactan en el procesamiento sensorial y el comportamiento de las personas autistas. El estudio se justifica, ya que el número de niños diagnosticados con autismo crece cada año, en Brasil y en el mundo. Utilizando el método correlacional se estudian las relaciones entre los Trastornos de Discriminación Sensorial (SD) y el comportamiento de personas autistas, mediante la realización de revisiones bibliográficas. En este estudio se utilizó la herramienta denominada Applied Behaviour Analysis Map (MABA), utilizando el dispositivo Sensory Mapping. Con su aplicación se logró identificar que los estímulos sensoriales sonoros son los que más impactan negativamente en los estudiantes con TEA, induciendo o inhibiendo conductas estereotipadas, siendo el aula y la cafetería los ambientes que más negativamente influyen por su acústica. Así, la creación de entornos acústicos sensibles para estudiantes con TEA es capaz de estimular el neurodesarrollo y la progresión académica, proporcionándoles confort humano.

**Palabras clave:** Confort humano; Arquitectura escolar; Neurodesarrollo; Trastornos de Discriminación Sensorial (TDS); Trastorno del Espectro Autista (TEA).

## INTRODUÇÃO

O projeto da arquitetura escolar, além de atender às legislações e ao código de obras e normas, precisa considerar as necessidades dos usuários do ambiente construído. A escola destinada ao acolhimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve também atender às necessidades particulares do processamento sensorial desses indivíduos, com a finalidade de viabilizar soluções espaciais mais adequadas e proporcionar conforto ambiental e psicológico a esse público-alvo.

O objetivo desta análise é verificar como a edificação de ensino pode contribuir para o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica de crianças e



adolescentes com autismo (TEA), ao tornar os ambientes de ensino acusticamente confortáveis para os autistas.

O presente trabalho é relevante e se justifica, pois segundo o relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), publicado em março de 2023 com dados de 2020, uma em cada 36 crianças, nos Estados Unidos, é diagnosticada com o TEA. O autismo ocorre em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconômicos, e é 4,3% vezes mais comum entre os meninos do que entre as meninas (Maenner, M. J.; et al., 2023). Ao transpor essa prevalência, de 2,8% da população dos EUA, para o Brasil, em 2023, o país teria cerca de 5,95 milhões de autistas. Porém, ainda não existem números de prevalência oficiais de autismo no Brasil (Paiva Jr., 2023).

A faixa etária dos autistas considerados no estudo, que irá influenciar as recomendações de projeto acústico, é estabelecida como o público da Educação Infantil, crianças de 0 a 5 anos, e como o público do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, com estudantes de 6 a 14 anos. Essa delimitação baseia-se no fato de que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento neural das crianças (Brasil, 2020).

Nesta investigação, foi conduzida uma revisão bibliográfica sistemática de estudos nacionais e internacionais das áreas de psicologia, educação, neurodesenvolvimento e neuroarquitetura, que analisam os Transtornos de Discriminação Sensorial dos autistas e a interrelação do ambiente construído com o neurodesenvolvimento desses indivíduos. Além disso, foi aplicado o Mapeamento Sensorial, que é um dispositivo do Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (Maba).

Desse modo, os estudos desenvolvidos apontam para critérios e aspectos da acústica arquitetônica que são necessários para a criação de ambientes sensíveis às particularidades auditivas dos autistas. O banco de dados criado salienta que a qualificação da estrutura física da escola e do ensino ministrado aos estudantes com TEA contribui para o conforto humano e a progressão acadêmica deles.

### **Metodologia: o Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (Maba)**

Este estudo consiste em uma pesquisa experiencial quanto ao dispositivo de análise utilizado para verificar a relação do usuário autista com o ambiente construído. A abordagem experiencial caracteriza a experiência da pessoa no lugar, ou o modo como cada lugar influencia a ação humana e como a presença humana dá sentido e significado a cada ambiente. Dessa forma, busca-se emergir descobertas e significados da interação produzida nos lugares (Rheingantz et al., 2009).



O Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (Maba) é uma ferramenta de pesquisa experiencial estruturada a partir da articulação de dois dispositivos: o Mapa comportamental e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Essa ferramenta possibilita compreender de maneira assertiva como o ambiente construído pode impactar o comportamento de educandos com TEA. O dispositivo do Maba aplicado neste estudo chama-se Mapeamento Sensorial, que é uma adaptação realizada sobre a ferramenta chamada Mapeamento Visual (Silva, 2022).

O Mapeamento Visual é um instrumento que possibilita identificar a percepção dos usuários em relação a um determinado ambiente, focalizando a localização, a apropriação, a demarcação de territórios, as inadequações a situações existentes, o mobiliário excedente ou inadequado e as barreiras, entre outras características (Rheingantz *et al.*, 2009, p. 50).

Segundo Silva (2022), o mapeamento sensorial busca realizar a investigação proposta pelo Mapeamento Visual, considerando o conforto visual, o conforto tátil, o conforto gustativo, o conforto olfativo e o conforto auditivo. O objetivo desse dispositivo é identificar como o processamento sensorial de pessoas com TEA pode ser impactado pelos estímulos sensoriais do ambiente físico.

## O educando com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Autismo é uma palavra de origem grega, cujo prefixo *autós* significa “por si mesmo”. A Psiquiatria utiliza esse termo para definir comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo (Orrú, 2016). (Orrú, 2016).

Segundo a American Psychiatric Association (APA, 2014), o TEA insere-se no grupo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, de acordo com a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

O psicanalista Kanner (1943) descreve que o autismo é uma alteração do desenvolvimento e aponta a hipersensibilidade aos estímulos sensoriais como uma singularidade que diferencia o TEA de outros distúrbios psiquiátricos.

O processamento das informações sensoriais dos autistas ocorre como uma manifestação explosiva aos estímulos sensoriais, o que provoca uma incapacidade para compreender as informações de primeiro plano e de plano de fundo (Bogdashina, 2003).



Os Transtornos de Discriminação Sensorial (TDS) são caracterizados pelos déficits existentes no momento de perceber e interpretar a qualidade de estímulos, sendo eles de natureza visual, tátil, auditiva, vestibular, proprioceptiva, gustativa e/ou olfativa (Caminha, 2008; Lambertucci, 2013). Os TDS impactam a capacidade da pessoa para identificar distinções e igualdades entre estímulos e influenciam o processo de diferenciação de suas qualidades temporais e espaciais (Lane; Miller; Hanft, 2000; Caminha, 2008; Magalhães, 2008).

Neste estudo, destacam-se as características dos autistas em relação ao sistema sensorial auditivo descritas a seguir.

A pesquisa realizada por Tomchek e Dunn (2007) demonstra, entre os autistas avaliados, que:

- [a] 73% parecem não ouvir o que você diz;
- [b] 51,2% não respondem quando o seu nome é chamado, mas é comprovado que eles não possuem deficiência auditiva que os impeça de escutar;
- [c] 50,9% respondem negativamente a ruídos altos inesperados;
- [d] 52% desfrutam de ruídos estranhos e procuram fazer barulho devido ao barulho;
- [e] 58% ficam distraídos ou possuem problemas para funcionar se houver muito barulho ao redor;
- [f] 79% possuem dificuldade para prestar atenção; e
- [g] 45,6% colocam as mãos sobre os ouvidos para proteger os ouvidos do som.

Segundo Tomchek, Little e Dunn (2015), os autistas não funcionam com ruído de fundo.

De acordo com Kern *et al.* (2001) e Rosenhall *et al.* (1999), os autistas possuem defensividade auditiva ou hiperacusia, que pode se manifestar por um desconforto ou resposta dolorosa a ruídos, como sons de aspiradores de pó ou motores de ônibus escolar. De acordo com Kern *et al.* (2001), isso é mais agudo quando o nível de ruído é alto ou quando existem muitas fontes diferentes de ruído, como em restaurantes.

Dessa forma, embasar o projeto acústico dos ambientes de ensino nas particularidades de percepção auditiva dos autistas contribuirá para o conforto acústico desses estudantes, para a progressão acadêmica e seu desenvolvimento pessoal e comportamental.



### Aplicação do Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (Mapa)

O presente trabalho é parte de uma pesquisa submetida à análise do comitê de ética, a partir da Plataforma Brasil. Está registrada sob o CAAE: 46597821.8.0000.5257 e recebeu, em 16 de agosto de 2021, o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com a descrição: "Situação do Parecer: Aprovado".

O Mapeamento Sensorial foi aplicado por meio da plataforma digital Google Forms com os responsáveis pelos estudantes autistas, bem como com profissionais da educação e da saúde que trabalham diretamente com educandos com TEA.

As figuras 1, 2 e 3 fazem parte do Mapeamento Sensorial, aplicado com professores(as) de um educando com TEA, com profissionais da educação que trabalham diretamente com autistas e com profissionais da saúde que também trabalham diretamente com autistas.

A Figura 1 representa a resposta para a seguinte pergunta: "Quais estímulos sensoriais (visão, audição, tato, olfato e paladar) impactam o desenvolvimento de seus educandos, crianças/adolescentes com autismo durante o desenvolvimento de suas atividades nos ambientes escolares?".

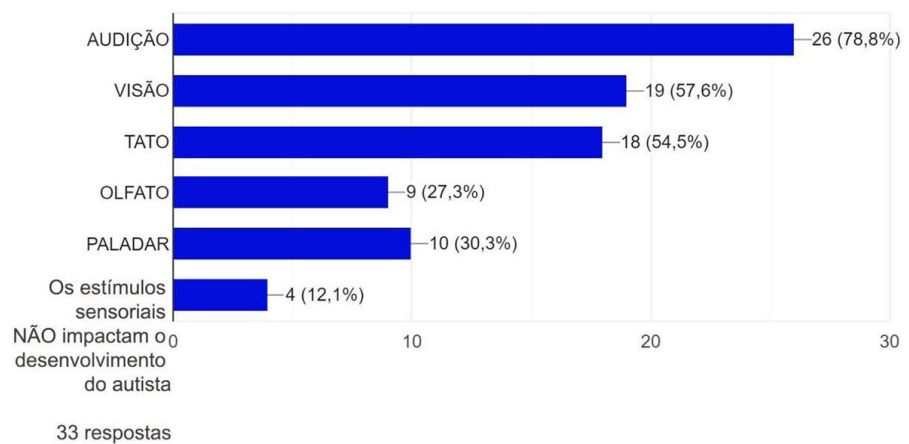


Figura 1: Estímulos sensoriais que mais impactam o desenvolvimento dos educandos, crianças/adolescentes com autismo, respostas dos profissionais. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

A Figura 2 representa a resposta para a seguinte pergunta: "Identifique abaixo em quais ambientes escolares seus educandos, crianças/adolescentes com autismo costumam sofrer influências negativas dos estímulos auditivos que desencadeiam comportamentos estereotipados e impactam negativamente o seu desenvolvimento".



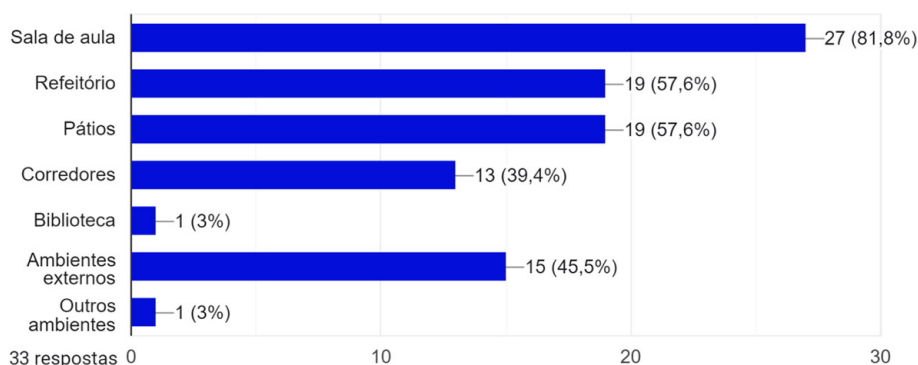


Figura 2: Ambientes escolares nos quais os educandos, crianças/adolescentes com autismo costumam sofrer mais influências negativas dos estímulos auditivos, respostas dos profissionais. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

A Figura 3 representa a resposta para a seguinte pergunta: “Quais estímulos AUDITIVOS, presentes no(s) ambiente(s), selecionado(s) na Figura 2, impactam NEGATIVAMENTE o comportamento de seus educandos, crianças/adolescentes com autismo? Marque abaixo uma ou mais opções”.

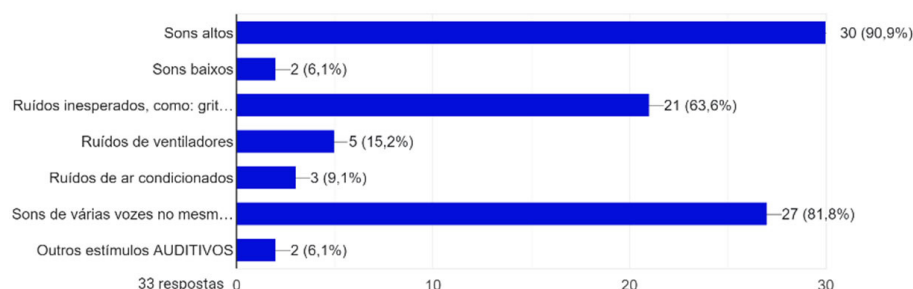


Figura 3: Estímulos auditivos, presentes nos ambientes escolares (Figura 2), que mais impactam negativamente o comportamento de seus educandos, crianças/adolescentes com autismo, respostas dos profissionais. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

As figuras 4, 5 e 6 fazem parte do Mapeamento Sensorial aplicado com pais, mães, responsáveis por uma criança/adolescente que se encontra dentro do espectro autista.

A Figura 4 representa a resposta para a seguinte pergunta: “Quais estímulos sensoriais (visão, audição, tato, olfato e paladar) impactam o desenvolvimento da criança/ adolescente com autismo, pela(o) qual você é responsável, durante o desenvolvimento de suas atividades nos ambientes escolares e domésticos?”.



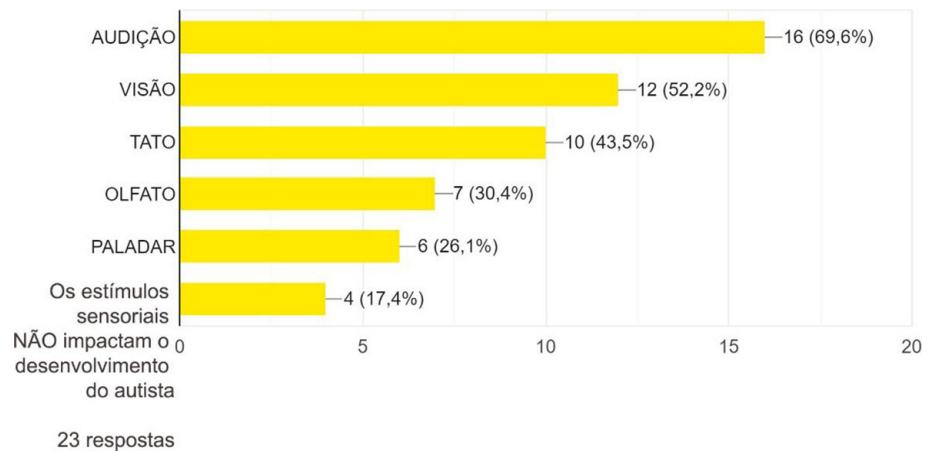


Figura 4: Estímulos sensoriais que mais impactam o desenvolvimento dos educandos, crianças/adolescentes com autismo, respostas dos responsáveis. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

É possível observar nas Figuras 1 e 4 que a audição é identificada como o estímulo sensorial que mais impacta os autistas durante o desenvolvimento de suas atividades nos ambientes escolares.

A Figura 5 representa a resposta para a seguinte pergunta: "Identifique abaixo em quais ambientes ESCOLARES a criança/adolescente com autismo, pela(o) qual você é responsável, costuma sofrer influências negativas dos estímulos AUDITIVOS, que desencadeiam comportamentos estereotipados e impactam negativamente o seu desenvolvimento".

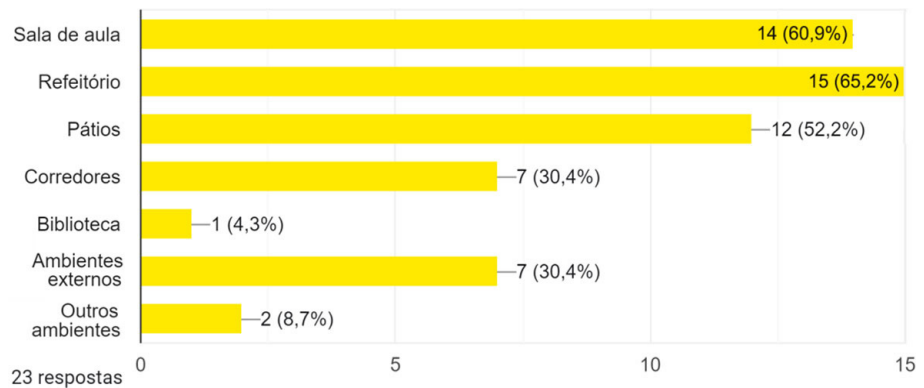


Figura 5: Ambientes escolares nos quais os educandos, crianças/adolescentes com autismo costumam sofrer mais influências negativas dos estímulos auditivos, respostas dos responsáveis. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

Segundo observado nas Figuras 2 e 5, os ambientes escolares que mais impactam negativamente os educandos com autismo por meio dos estímulos auditivos são a sala de aula e o refeitório.

A Figura 6 representa a resposta para a seguinte pergunta: “Quais estímulos AUDITIVOS, presentes no(s) ambiente(s) selecionado(s) na Figura 5, impactam NEGATIVAMENTE o comportamento da criança/adolescente com autismo pela(o) qual você é responsável? Marque abaixo uma ou mais opções”.

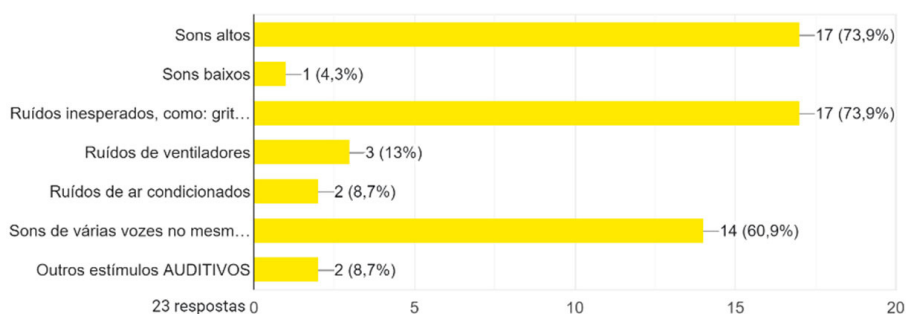


Figura 6: Estímulos auditivos, presentes nos ambientes escolares (Figura 5), que mais impactam negativamente o comportamento de seus educandos, crianças/adolescentes com autismo, respostas dos responsáveis. Fonte: Silva (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

Conforme apontado nas figuras 3 e 6, os sons altos, os ruídos inesperados e os sons de várias vozes no mesmo local são os estímulos auditivos que mais impactam negativamente o comportamento de educandos, crianças/adolescentes com autismo.

Diante das informações destacadas, nota-se que os estímulos sonoros são os que mais influenciam negativamente o educando com TEA durante a realização de suas atividades acadêmicas. Os ambientes da escola que mais geram impactos negativos a partir dos ruídos são a sala de aula e o refeitório. Assim, verifica-se a necessidade de estruturar diretrizes de projeto arquitetônico que considerem as características sensoriais auditivas dos autistas com o objetivo de desenvolver o equilíbrio do seu sistema sensorial auditivo e alcançar o seu conforto acústico.

### Recomendações de projeto para ambientes acusticamente sensíveis aos autistas: a sala de aula regular inclusiva e o refeitório

Diante das análises realizadas nesta pesquisa, observa-se a necessidade de propor ambientes educacionais que estimulem adequadamente os autistas. Neste estudo, são estruturadas recomendações de projeto para a Sala de Aula Regular Inclusiva e para o Refeitório, que se destacaram na aplicação do Mapeamento Sensorial como os ambientes que mais causam impacto negativo sobre os autistas devido aos estímulos auditivos.

Nota-se que, para a sala de aula regular ser inclusiva e sensível ao educando com TEA, é necessário que a arquitetura controle as informações sensoriais, permitindo que o autista permaneça nesse ambiente pelo maior tempo possível



e consiga desenvolver atividades que demandam atenção e concentração. Além disso, é fundamental que dentro do ambiente da sala haja espaços de uso coletivo e individual, visando respeitar a individualidade e o espaço pessoal dos autistas. Já os refeitórios também precisam controlar as informações sensoriais para que o autista possa realizar suas refeições e praticar a socialização. É imprescindível que dentro do refeitório haja tanto ambientes de uso coletivo quanto individual, com o intuito de respeitar a individualidade e o espaço pessoal dos autistas (Silva, 2022).

PARÂMETROS GERAIS PARA OS AMBIENTES	RECOMENDAÇÕES DE PROJETO GERAIS	AMBIENTES	RECOMENDAÇÕES DE PROJETO ESPECÍFICAS POR AMBIENTE
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Localizar as fontes sonoras externas e internas;</li> <li>➤ Escolher os materiais construtivos;</li> <li>➤ Atenuar/ controlar a transmissão dos ruídos externos para o interior dos ambientes;</li> <li>➤ Orientar as aberturas, portas e janelas, considerando as fontes de ruídos externas e internas;</li> <li>➤ Atenuar/ controlar a transmissão dos ruídos de um ambiente interno para outro ambiente interno;</li> <li>➤ Aprimorar a inteligibilidade acústica da linguagem;</li> <li>➤ Diminuir as múltiplas reflexões do som e aumentar a absorção do som;</li> <li>➤ Diminuir o tempo de reverberação do som;</li> <li>➤ Proporcionar a reverberação (prolongamento do som) necessária para que o receptor que está mais longe da fonte produtora</li> </ul>	<p><b>1) Geometria do espaço que contribua para a reverberação do som:</b> 1.1) Projetar a forma dos ambientes para proporcionar melhor conforto acústico.</p> <p><b>2) Piso de fácil manutenção e que contribua para a atenuação/ controle dos ruídos:</b> 2.1) Controle de ruídos entre pavimentos: • Manta acústica sob o contrapiso; • Manta acústica sob o revestimento; • Lajes flutuantes; e 2.2) Controle dos ruídos entre pavimentos e dos ruídos provenientes do próprio uso dos ambientes, como arrastar cadeiras, mesas, outros mobiliários, queda de objetos: • Piso interno para controle de ruído e impacto.</p> <p><b>3) Parede de fácil manutenção que contribua para a atenuação/ controle dos ruídos:</b> 3.1) Paredes externas duplas com isolamento acústico: alvenaria + preenchimento interno lã de PET + alvenaria; 3.2) Parede dupla com isolamento preenchendo parcialmente a caixa de ar (Isolamento térmico e acústico de paredes duplas exteriores com Aglomerado de Cortiça Expandida, preenchendo parcialmente a caixa-de-ar); 3.3) Divisórias duplas de <i>drywall</i> com preenchimento interno de lã de PET para dividir os ambientes de ensino; 3.4) Utilização de cortiças nas paredes para controle dos ruídos e exposição de materiais didáticos; e 3.5) Para eliminar o eco palpitante entre duas paredes paralelas e rígidas, revestir uma delas ou ambas com painéis de fibra de vidro revestidos com tecido, ou material similar absorvente sonoro. (Isto funciona bem se os painéis forem intercalados ao longo das paredes opostas, de tal forma que um painel em uma parede se defronte com a superfície não tratada da parede oposta).</p> <p><b>4) Teto de fácil manutenção:</b> 4.1) Utilização de painéis de Lã de PET desenvolvidos para tratamento acústico; 4.2) Utilização de revestimentos que possuem perfurações e ranhuras que</p>	<p><b>Sala de aula regular inclusiva</b></p>	<p>A sala de aula regular inclusiva precisa ser acusticamente controlada para que o autista consiga ficar neste ambiente o maior tempo possível e consiga desenvolver atividades que necessitam de atenção e concentração.</p> <p>1) Teto refletor inclinado na região frontal (área do interlocutor/ professor).</p> <p>3) Utilização de painéis de material absorvente na parede posterior das salas para evita que a voz do professor reflita de trás para a frente da sala de aula, causando múltiplas reflexões.</p> <p>4) Painéis acusticamente refletores, produzidos em MDF para a área central dos tetos com a finalidade de proporcionar a reverberação do som necessária para a Inteligibilidade da fala.</p> <p>5) Sob a estrutura do acento das cadeiras fixar espuma acústica para absorção dos ruídos.</p> <p>5) Nas bases (pés) de cada cadeira e na mesa utilizar protetores antirruído.</p> <p>2, 3, 4 e 5) Criar microambientes com maior controle acústico dentro da sala de aula, para que o educando com TEA esteja no mesmo local de ensino que os estudantes neurotípicos e, ao mesmo tempo, tenha sua individualidade e sensibilidade auditiva respeitada. Este microambiente funcionaria como uma espécie de casulo, e por meio de materiais absorventes ao redor "paredes", no "teto" e no</p>



<p>possua a inteligibilidade da fala;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atenuar/ controlar os ruídos aéreos (ruídos transmitidos através do ar: vozes, buzinas, etc.);</li> <li>➤ Atenuar/ controlar os ruídos de impacto (quedas de objetos, passos, etc.); e</li> <li>➤ Atenuar/ controlar os ruídos de fundo (ruídos gerados dentro do próprio ambiente).</li> </ul>	<p>absorvem o som devido à sua perfuração, proporcionando conforto acústico e redução de ruído; e</p> <p>4.3) Utilização de forros de madeira com perfurações e ranhuras que absorvem o som devido à sua perfuração, proporcionando conforto acústico e redução de ruído.</p> <p><b>5) Mobiliário flexível - Carteiras/ mesas/ cadeiras que contribuam para a atenuação/ controle dos ruídos:</b></p> <p>5.3) Utilização de mobiliários individuais com estofado de espuma acústica macia que absorvem o som.</p> <p><b>6) Aberturas seguras e eficientes que possuam isolamento acústico para isolar os ambientes internos dos ruídos externos e os ambientes internos de outros ambientes internos:</b></p> <p>6.1) Janelas acústicas com vidro duplo: com vidro de 6 mm + câmara de ar de 20mm + vidro de 6 mm; e</p> <p>6.2) Portas acústicas de madeira.</p> <p><b>7) Condicionamento do ar seguro e eficiente que atenuem os ruídos:</b></p> <p>7.1) Utilização de aparelhos de condicionamento de ar que sejam ultra silenciosos.</p> <p><b>8) Dimensionamento do ambiente e o número de usuários:</b></p> <p>8.1) Recomenda-se uma área mínima de 2,00m<sup>2</sup> por estudantes. Contudo, é necessário verificar esta área mínima frente a diferentes tipos de arranjos espaciais dos ambientes e não apenas considerando a área quadrada.</p> <p><b>9) Sistema hidrossanitário seguro e eficiente que atenuem os ruídos:</b></p> <p>9.1) Mantas para o isolamento acústico das tubulações hidrossanitárias, com o objetivo de atenuar as vibrações e os ruídos aéreos provenientes da passagem de água pelo sistema hidráulico.</p> <p><b>10) Sinal sonoro escolar:</b></p> <p>10.1) Utilizar marcadores temporais para avisar do término de uma aula e o início da outra sem gerar sobrecarga sensorial auditiva, não empregar o sinal convencional. Utilizar relógios nas salas de aula.</p>	<p>“chão” seria criado este microambiente mais controlado para controlar os ruídos que chegam até este usuário.</p> <p><b>Refeitório</b></p> <p>O refeitório precisa controlar as informações acústicas para que o autista consiga realizar suas refeições com os demais educandos e pratique a socialização.</p> <p>5) Sob a estrutura do acento das cadeiras fixar espuma acústica para absorção dos ruídos.</p> <p>5) Nas bases (pés) de cada cadeira e na mesa utilizar protetores antirruído.</p> <p>5) Utilização de mobiliários individuais e coletivos que possuam o estofado composto por materiais que absorvam os ruídos.</p> <p>2, 3, 4 e 5) Criar microambientes com maior controle acústico dentro do refeitório que permita que o educando com TEA esteja no mesmo ambiente e realize suas refeições com os neurotípicos, mas, ao mesmo tempo que o autista consiga ter sua individualidade e sensibilidade auditiva respeitada. Este ambiente funcionaria como uma espécie de casulo, que por meio de materiais absorventes ao redor “paredes”, no “teto” e no “chão” seria criado este microambiente mais controlado para controlar os ruídos que chegam até este usuário.</p>
--	--	---

Quadro 1: Matriz de recomendações para a Sala de Aula Regular Inclusiva e o Refeitório de escolas sensíveis aos autistas - Conforto acústico. Fonte: Adaptado de Silva (2022).

Assim, com base na revisão bibliográfica sistematizada e nas respostas coletadas no Mapeamento Sensorial do Maba, foram desenvolvidas recomendações de projeto (Quadro 1) para a Sala de Aula Regular Inclusiva e para o Refeitório de escolas sensíveis aos educandos com TEA.

Assim, nota-se que o projeto da Sala de Aula Regular Inclusiva e do Refeitório, estruturado a partir das particularidades sensoriais dos autistas, é capaz de



contribuir para a percepção sensorial desses sujeitos ao minimizar as sobrecargas sensoriais e estimular os sentidos de maneira mais adequada. Isso é positivo para o estudante com TEA e contribui para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, verifica-se a importância de considerar as características dos educandos autistas ao projetar a arquitetura escolar. Isso possibilita apresentar soluções e propostas espaciais que estimulem o autista de acordo com suas particularidades sensoriais, contribuindo assim para a qualidade do ensino e aprendizagem desses estudantes.

Com a aplicação do Mapeamento Sensorial, foi possível observar que a audição é o sentido dos autistas que mais impacta seu comportamento e, conseqüentemente, seu desenvolvimento acadêmico e social. Verificou-se que a exposição a ruídos dentro de ambientes como a Sala de Aula Regular Inclusiva e o Refeitório, identificados como os que causam mais impacto negativo por meio dos estímulos sonoros, pode ocasionar sobrecargas sensoriais e gerar comportamentos estereotipados.

A matriz de recomendações, criada para os ambientes acima mencionados, apresenta parâmetros gerais para os ambientes, recomendações de projeto gerais e específicas. Dentre as recomendações específicas, destaca-se a importância de criar microambientes mais controlados dentro desses ambientes destacados, visando proteger o espaço pessoal dos autistas.

Observa-se, assim, que identificar os ambientes de ensino como lugares potencialmente capazes de atender adequadamente pessoas diversas, que interagem com o ambiente de maneiras específicas, é reconhecer o ambiente construído como um mecanismo facilitador para o desenvolvimento humano de toda a comunidade escolar. Dessa forma, analisar as particularidades dos autistas permitiu verificar as características que precisam estar intrínsecas na estrutura física da escola e possibilitou a estruturação de recomendações para embasar projetos acústicos escolares que buscam criar lugares sensíveis às necessidades sensoriais auditivas deles. Isso estimula o desenvolvimento sensorial do estudante com TEA, sua independência e seu crescimento acadêmico.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pelo auxílio financeiro por meio do Programa Bolsa Nota 10 de Mestrado. Em 2024, tem sua continuação com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001 e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma bolsa de doutorado.



## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BOGDASHINA, O. *Sensory perceptual issues in autism and Asperger syndrome: Different sensory experiences, different perceptual worlds*. London: Jessica Kingsley Publishers, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. *PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação*. Brasília: MEC, Semesp, 2020. 124 p.
- CAMINHA, R. C. *Autismo: um transtorno de natureza sensorial?* 2008. 71 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, New York, 1943. Disponível em: [https://neurodiversity.com/library\\_kanner\\_1943.pdf](https://neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.
- KERN, J. K.; MILLER, V. S.; CAULLER, L. J.; KENDALL, R.; MEHTA, J.; DODD, M. The effectiveness of N, N-Dimethylglycine in Autism/PDD. *Journal of Child Neurology*, v. 16, n. 3, p. 169-173, 2001.
- LAMBERTUCCI, M. Terapia ocupacional nos transtornos do espectro autista de alto funcionamento. In: CAMARGOS JÚNIOR, W. *Síndrome de Asperger e outros transtornos do espectro do autismo de alto funcionamento: da avaliação ao tratamento*. Belo Horizonte: Arte Sã, 2013. p. 329-348.
- LANE, S. J.; MILLER, L. J.; HANFT, B. E. Towards a consensus in terminology in sensory integration theory and practice: part 2: sensory integration: patterns of function and dysfunction. *Sensory Integration Special Interest Section Quarterly*, v. 23, n. 2, p. 1-3, 2000.
- MAENNER M. J. et al. Prevalence and characteristics of Autism Spectrum Disorder among children aged 8 years. Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. *MMWR Surveill Summ*, v. 72, n. SS-2, p 1-14, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>.



MAGALHÃES, L. de C. Integração sensorial: uma abordagem específica da Terapia Ocupacional. In: DRUMMOND, A. F.; REZENDE, M. B. *Intervenções da terapia ocupacional*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 44-69.

ORRÚ, S. E. *Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PAIVA JR, F. Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA. *Canal Autismo*. 2023. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 14 maio 2024.

RHEINGANTZ, P. A. et al. *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2009. (Coleção PROARQ). Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248\\_Observando\\_a\\_Qualidade\\_do\\_Lugar\\_procedimentos\\_para\\_a\\_avaliacao\\_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocup](https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248_Observando_a_Qualidade_do_Lugar_procedimentos_para_a_avaliacao_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocup). Acesso em: 25 set. 2024.

ROSENHALL, U. et al. Autism and hearing loss. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 29, n. 5, p. 349-357, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/a:1023022709710>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SILVA, J. C. M. da. *Neuroarquitetura escolar: ambientes sensíveis aos Transtornos de Discriminação Sensorial de crianças com autismo (TEA)*. 2022. 250 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742). Acesso em: 19 mar. 2024.

TOMCHEK, S. D.; DUNN, W. Sensory processing in children with and without autism: A comparative study using the short sensory profile. *The American Journal Of Occupational Therapy*, [S.L.], p. 190-200, 1 mar. 2007. Disponível em: <https://ajot.aota.org/article.aspx?articleid=1866937>. Acesso em: 20 mar. 2020.


TOMCHEK, S. D.; LITTLE, L. M.; DUNN, W. Sensory pattern contributions to developmental performance in children with Autism Spectrum Disorder. *The American Journal Of Occupational Therapy*, [S.L.], p. 1-10, 4 set. 2015. Disponível em: <https://ajot.aota.org/article.aspx?articleid=2436692>. Acesso em: 10 maio 2020.





## Acoustically sensitive school environments for sensory discrimination disorders in children and adolescents with autism

### Ambientes escolares acusticamente sensíveis aos transtornos de discriminação sensorial de crianças e adolescentes com autismo

### Entornos escolares acústicamente sensibles para trastornos del procesamiento sensorial en niños y adolescentes con autismo

*Juliana Christiny Mello da Silva. Master's in Architecture at the Federal University of Rio de Janeiro. Current position: Ph.D. student in Architecture at the Federal University of Rio de Janeiro, Graduate Program in Architecture (PROARQ), School of Architecture and Urbanism, Rio de Janeiro, Brazil. Email: juliana.mello@fau.ufrj.br  <https://orcid.org/0000-0001-6467-255X>*

*Sylvia Meimaridou Rola. Ph.D. in Energy Planning from the Federal University of Rio de Janeiro. Current position: Assistant Professor at the Federal University of Rio de Janeiro, Graduate Program in Architecture (PROARQ), School of Architecture and Urbanism, Rio de Janeiro, Brazil. Email: sylviarola@fau.ufrj.br  <https://orcid.org/0000-0001-6321-8857>*

*Paula de Castro Brasil. Postdoctoral degree in Innovation and Material Technologies for Project Quality at the Fluminense Federal University. Current position: Assistant Professor at the State University of Rio de Janeiro (UERJ) and La Salle University Center of Rio de Janeiro (UNILASALLE-RJ), Rio de Janeiro, Brazil. Email: paulabrasill@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-4486-6952>*

**To cite this article:** SILVA, Juliana Christiny Mello da; ROLA, Sylvia Meimaridou; BRASIL, Paula de Castro. Acoustically sensitive school environments for sensory discrimination disorders in children and adolescents with autism. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n.2, p. 64-78, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p64-78



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

**Submitted:** 2024-03-28

**Accepted:** 2024-08-02

## Abstract

The purpose of this research is to examine how the acoustics of educational environments can contribute to the neurodevelopment and academic progress of children and adolescents with autism spectrum disorder (ASD). This research is relevant because it examines how the auditory stimuli within school buildings affect the sensory processing and behavior of individuals with autism. The study is justified by the increasing number of children diagnosed with autism each year, both in Brazil and worldwide. By using a correlational method, the relationships between sensory discrimination disorders (SDD) and the behavior of individuals with autism are explored through literature reviews. The study used a tool known as the map of applied behavior analysis (MABA), which uses a sensory mapping device. The application of this tool revealed that auditory sensory stimuli have the most significant negative impact on students with ASD, either triggering or inhibiting stereotyped behaviors. The classroom and cafeteria were identified as the environments most negatively impacted by their acoustics. Therefore, the creation of acoustically sensitive environments for students with ASD can stimulate neurodevelopment and academic progress by providing greater comfort.

**Keywords:** Human Comfort; School Architecture; Neurodevelopment; Sensory Discrimination Disorders (TDS); Autism Spectrum Disorder (ASD).

## Resumo

O objetivo da pesquisa é verificar como a acústica dos ambientes de ensino pode contribuir para o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA). Esta investigação é pertinente, pois permite verificar como os estímulos sonoros do edifício escolar impactam o processamento sensorial e o comportamento do autista. O estudo justifica-se, pois a cada ano cresce o número de crianças diagnosticadas com autismo, no Brasil e no mundo. A partir do método correlacional, são estudadas as relações entre os transtornos de discriminação sensorial (TDS) e o comportamento dos autistas, mediante a realização de revisões bibliográficas. Neste estudo, empregou-se a ferramenta chamada mapa da análise do comportamento aplicada (MABA), por meio do dispositivo de mapeamento sensorial. Com a sua aplicação, foi possível identificar que os estímulos sensoriais sonoros são os que mais impactam negativamente o educando com TEA, induzindo ou inibindo comportamentos estereotipados, sendo a sala de aula e o refeitório os ambientes que mais influenciam negativamente devido à sua acústica. Assim, a criação de ambientes acústicos sensíveis aos educandos com TEA é capaz de estimular o neurodesenvolvimento e a progressão acadêmica, proporcionando conforto humano a eles.



**Palavras-chave:** Conforto Humano; Arquitetura Escolar; Neurodesenvolvimento; Transtornos de Discriminação Sensorial (TDS); Transtorno do Espectro Autista (TEA).

## Resumen

El propósito de esta investigación es examinar cómo la acústica de los entornos educativos puede contribuir al neurodesarrollo y al progreso académico de niños y adolescentes con trastorno del espectro autista (TEA). Esta investigación es relevante porque analiza cómo los estímulos auditivos dentro de los edificios escolares afectan el procesamiento sensorial y el comportamiento de las personas con autismo. El estudio se justifica por el creciente número de niños diagnosticados con autismo cada año, tanto en Brasil como en todo el mundo. Utilizando un método correlacional, se exploran las relaciones entre los trastornos de discriminación sensorial (TDS) y el comportamiento de las personas con autismo a través de revisiones de literatura. El estudio utilizó una herramienta conocida como el mapa de análisis de comportamiento aplicado (MABA), que emplea un dispositivo de mapeo sensorial. La aplicación de esta herramienta reveló que los estímulos sensoriales auditivos tienen el impacto negativo más significativo en los estudiantes con TEA, ya que pueden desencadenar o inhibir comportamientos estereotipados. El aula y la cafetería fueron identificados como los entornos más afectados negativamente por su acústica. Por lo tanto, la creación de entornos acústicamente sensibles para los estudiantes con TEA puede estimular el neurodesarrollo y el progreso académico al proporcionar mayor comodidad.

**Palabras clave:** Confort Humano; Arquitectura Escolar; Neurodesarrollo; Trastornos

## INTRODUCTION

The design of school architecture must consider the needs of the users of the built environment, in addition to compliance with laws, building codes, and regulations. Schools designed to accommodate students with autism spectrum disorder (ASD) should also consider the specific sensory processing needs of these individuals in order to create more appropriate spatial solutions and provide environmental and psychological comfort for this population.

This analysis aims to explore how educational building design can contribute to the neurodevelopment and academic progress of children and adolescents with ASD by making learning environments acoustically comfortable for them.

This work is relevant and warranted because, according to a Centers for Disease Control and Prevention (CDC) report published in March 2023 with data from 2020, one in 36 children in the United States will be diagnosed with ASD. Autism



occurs across all racial, ethnic, and socioeconomic groups and is 4.3 times more common in boys than in girls (Maenner, M. J.; et al., 2023). If this prevalence of 2.8% in the U.S. population is applied to Brazil in 2023, the country would have approximately 5.95 million people with autism. However, there are still no official prevalence figures for autism in Brazil (Paiva Jr., 2023).

The age range of individuals with autism considered in this study, which will influence the acoustic design recommendations, is defined as the target population of Early Childhood Education, with children aged 0 to 5 years, and Elementary Education, including both early and later years, with students aged 6 to 14 years. This focus is because the early years of life are critical for the neural development of children (Brazil, 2020).

This research conducted a systematic literature review of national and international studies in psychology, education, neurodevelopment, and neuroarchitecture. These studies examine sensory discrimination disorders (SDDs) in individuals with autism and the relationship between the built environment and their neurodevelopment. In addition, sensory mapping, a tool from the map of applied behavior analysis (MABA), was used.

Thus, the studies highlight specific criteria and aspects of architectural acoustics that are essential for creating environments sensitive to the auditory needs of individuals with autism. The database created emphasizes that improving the physical structure of the school and the quality of education provided to students with ASD contributes to their human comfort and academic progress.

### **Methodology: The Map of Applied Behavior Analysis (MABA)**

This study is an experiential research investigation focusing on the analytical tool used to examine the relationship between individuals with autism and the built environment. The experiential approach explores how a person experiences a place, how each place influences human behavior, and how human presence imparts meaning and significance to each environment. In this way, the study aims to uncover insights and meanings from the interactions within these spaces (Rheingantz et al., 2009).

The MABA is an experiential research tool that integrates the behavior map and applied behavior analysis (ABA). This tool allows for an accurate understanding of how the built environment can impact the behavior of students with ASD. The specific component of MABA used in this study is called Sensory Mapping, an adaptation of a tool known as visual mapping (Silva, 2022).

Visual mapping is a tool for identifying users' perceptions of a particular environment, focusing on factors such as location,



appropriateness, territorial boundaries, inadequacies of existing situations, excessive or inappropriate furniture, and barriers, among others (Rheingantz et al., 2009, p. 50).

According to Silva (2022), sensory mapping aims to conduct the investigation proposed by visual mapping, considering visual comfort, tactile comfort, gustatory comfort, olfactory comfort, and auditory comfort. This tool aims to determine how the sensory processing of individuals with ASD may be affected by the sensory stimuli present in the physical environment.

### **The student with autism spectrum disorder (ASD)**

Autism is derived from the Greek word “autós,” meaning “self.” Psychiatry uses this term to describe human behaviors that are self-centered and focused inward (Orrú, 2016).

According to the American Psychiatric Association (APA, 2014), ASD is classified within the group of Neurodevelopmental Disorders, as outlined in the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5).

The psychoanalyst Kanner (1943) describes autism as a developmental disorder and identifies hypersensitivity to sensory stimuli as a characteristic that distinguishes ASD from other psychiatric disorders.

Sensory information processing in individuals with autism often manifests as an explosive reaction to sensory stimuli, leading to an inability to differentiate between foreground and background information (Bogdashina, 2003).

SDDs are characterized by deficits in perceiving and interpreting the quality of stimuli, whether they are visual, tactile, auditory, vestibular, proprioceptive, gustatory, or olfactory in nature (Caminha, 2008; Lambertucci, 2013). SDDs affect individuals' ability to identify differences and similarities between stimuli, influencing their ability to differentiate temporal and spatial qualities (Lane et al., 2000; Caminha, 2008; Magalhães, 2008).

In this study, the following characteristics related to the auditory sensory system of individuals with autism are highlighted:

Research conducted by Tomchek and Dunn (2007) among individuals with autism revealed that:

[a] 73% seem not to hear what is said to them;

[b] 51.2% do not respond when their names are called despite having no hearing impairment that would prevent them from hearing;



- [c] 50.9% react negatively to unexpected loud noises;
- [d] 52% enjoy strange noises and seek to make noise due to the sound;
- [e] 58% become distracted or have difficulty functioning when there is too much noise around them;
- [f] 79% have trouble paying attention; and
- [g] 45.6% cover their ears to protect themselves from sound.

According to Tomchek, Little, and Dunn (2015), individuals with autism struggle to function in environments with background noise.

Research by Kern et al. (2001) and Rosenhall et al. (1999) indicates that individuals with autism often experience auditory defensiveness or hyperacusis, which can manifest as discomfort or even painful responses to certain sounds, such as vacuum cleaners or school bus engines. Kern et al. (2001) note that this sensitivity is more pronounced when noise levels are high or when there are multiple noise sources, such as in restaurants.

Therefore, designing the acoustics of educational environments based on the unique auditory perceptions of individuals with autism will contribute to their acoustic comfort, academic progress, and personal and behavioral development.

### **Application of the Map of Applied Behavior Analysis (MABA)**

This work is part of a research project submitted for ethical review through the Plataforma Brasil. It is registered under the CAAE no. 46597821.8.0000.5257 and received the consubstantiated opinion of the research ethics committee (CEP) on August 16, 2021, with the status: "Opinion Status: Approved."

Sensory mapping was conducted by using the digital platform Google Forms and involved the participation of parents of students with autism as well as education and healthcare workers who deal directly with students with ASD.

Figures 1, 2, and 3 are part of the sensory mapping conducted with the teachers of a student with ASD and education and healthcare workers who deal directly with individuals with autism.

Figure 1 shows the responses to the following question: "What sensory stimuli (sight, hearing, touch, smell, and taste) affect the development of your students — children/adolescents with autism — during their activities in the school environment?"

Figure 2 represents the response to the following question: "Please identify which school environments negatively influence your students—children/adolescents with autism—due to auditory stimuli, triggering stereotyped behaviors and negatively impacting their development."



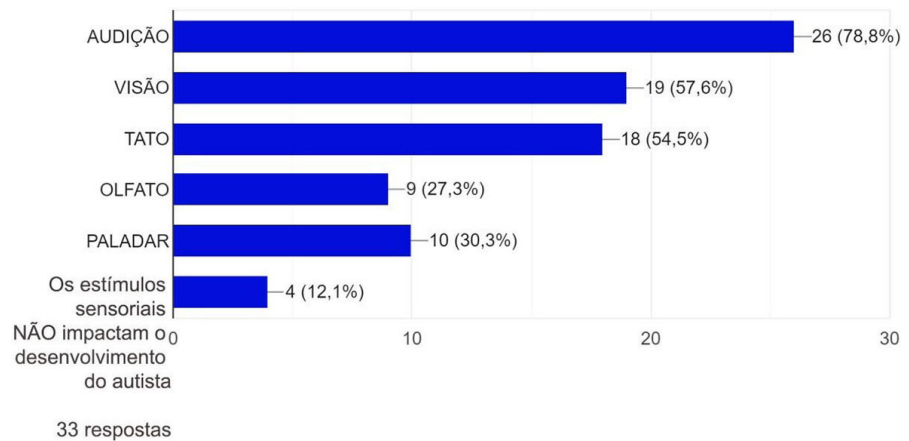


Figure 1: Sensory stimuli that most impact the development of students, children/adolescents with autism, according to workers' responses. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

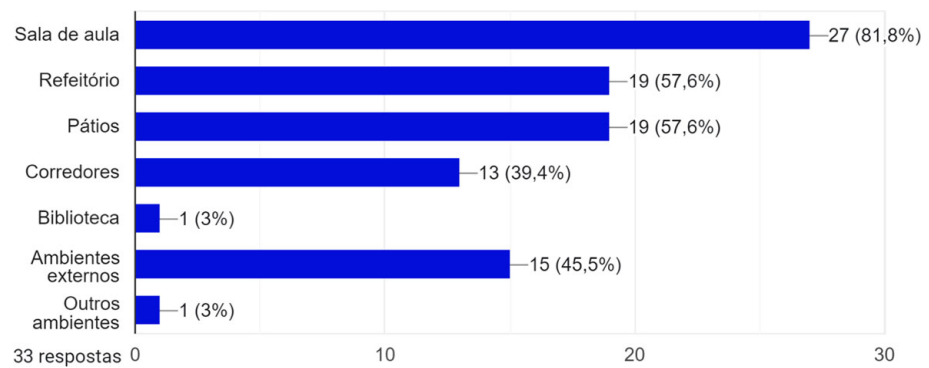


Figure 2: School environments where students, children/adolescents with autism, are most negatively affected by auditory stimuli, according to workers' responses. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

Figure 3 represents the response to the following question: "Which AUDITORY stimuli present in the environment(s) selected in Figure 2 negatively impact the behavior of your students—children/adolescents with autism? Please select one or more options."

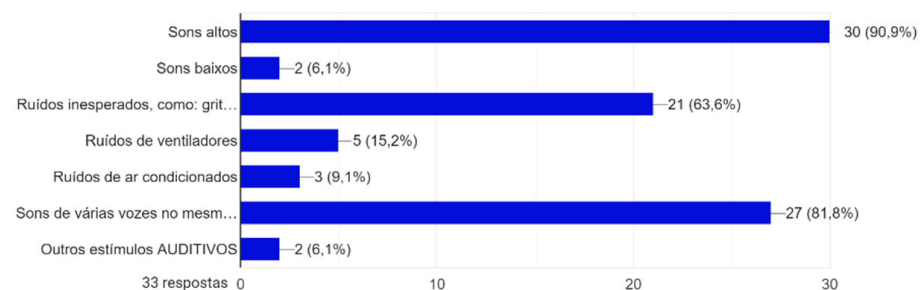


Figure 3: Auditory stimuli present in school environments (Figure 2) that most negatively impact the behavior of your students—children/adolescents with autism—according to workers' responses. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)



Figures 4, 5, and 6 are part of the sensory mapping conducted with parents or guardians of a child/adolescent who is on the ASD.

Figure 4 represents the response to the following question: “Which sensory stimuli (vision, hearing, touch, smell, and taste) impact the development of the child/adolescent with autism, for whom you are responsible, during their activities in school and home environments?”

Figures 1 and 4 show that hearing is the sensory stimulus that most significantly affects individuals with autism during their activities in school environments.

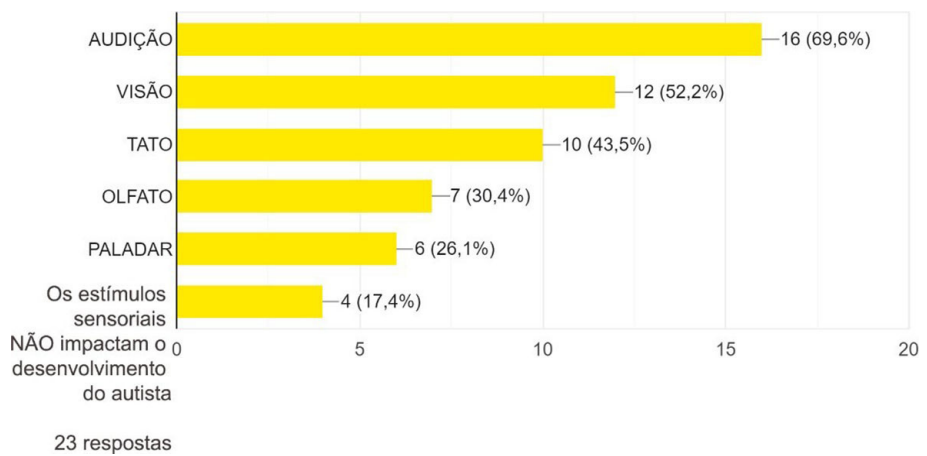


Figure 4: Sensory stimuli that most impact the development of students, children/adolescents with autism, according to responses from guardians. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

Figure 5 represents the response to the following question: “Please identify which SCHOOL environments negatively affect the child/adolescent with autism, for whom you are responsible, due to AUDITORY stimuli that trigger stereotyped behaviors and negatively impact their development.”

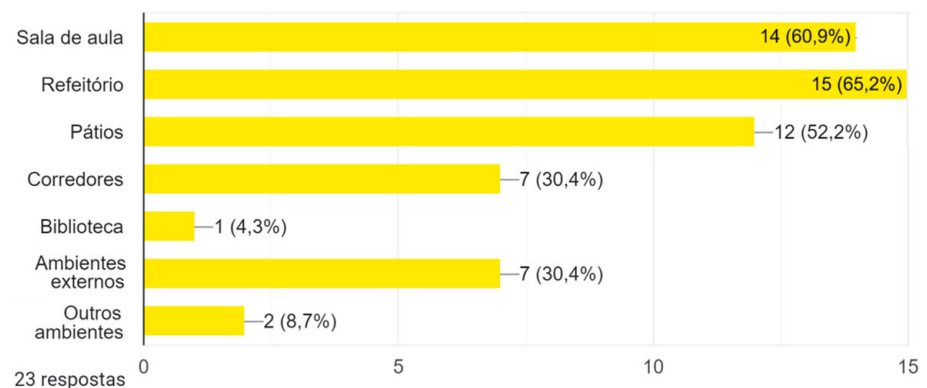


Figure 5: School environments where students, children/adolescents with autism, are most negatively affected by auditory stimuli, according to responses from guardians. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)



As observed in Figures 2 and 5, the school environments that most negatively impact students with autism due to auditory stimuli are the classroom and the cafeteria.

Figure 6 represents the response to the following question: “Which AUDITORY stimuli present in the environment(s) selected in Figure 5 negatively impact the behavior of the child/adolescent with autism for whom you are responsible? Please select one or more options.”

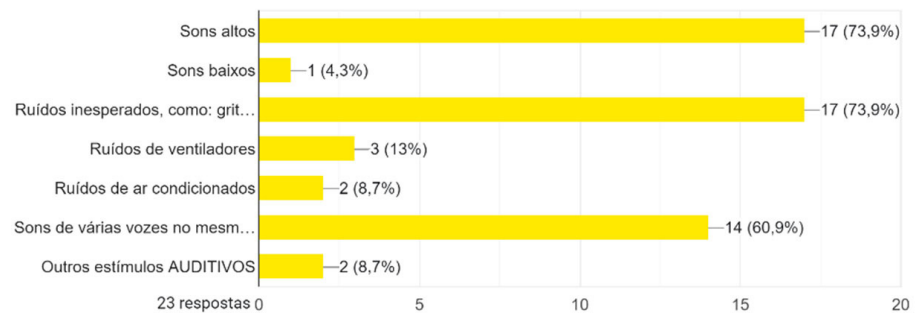


Figure 6: Auditory stimuli present in school environments (Figure 5) that most negatively impact the behavior of students, children/adolescents with autism, according to responses from guardians. Source: Silva (2022). Available from: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742)

As indicated in Figures 3 and 6, loud noises, unexpected sounds, and the sound of multiple voices in the exact location are the auditory stimuli that most negatively impact the behavior of students, children/adolescents with autism.

In light of the highlighted information, it is clear that auditory stimuli are the most significant negative influence on students with ASD during their academic activities. The classroom and cafeteria are the school environments with the most significant negative impact from noise. This underscores the need to establish architectural design guidelines that consider the auditory sensory characteristics of individuals with autism to promote balance in their auditory sensory system and achieve acoustic comfort.

### Design recommendations for acoustically sensitive environments for autistic students: the inclusive regular classroom and cafeteria

Based on the analyses conducted in this research, there is a clear need to propose educational environments that appropriately stimulate individuals with autism. This study provides design recommendations for the inclusive regular classroom and the cafeteria, identified through sensory mapping as the environments that most negatively impact autistic students due to auditory stimuli.



To ensure that a regular classroom is inclusive and sensitive to the needs of students with ASD, the architectural design must manage sensory information effectively. This allows autistic students to remain in the environment for extended periods and engage in activities that require attention and concentration. Additionally, the

GENERAL PARAMETERS FOR ENVIRONMENTS	GENERAL DESIGN RECOMMENDATIONS	ENVIRONMENTS	SPECIFIC RECOMMENDATIONS BY ENVIRONMENT
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Locate external and internal sound sources.</li> <li>➤ Select appropriate construction materials.</li> <li>➤ Mitigate/control the transmission of external noise into the interior environments.</li> <li>➤ Position openings, doors, and windows with consideration of external and internal noise sources.</li> <li>➤ Mitigate/control the transmission of noise between internal environments.</li> <li>➤ Enhance the acoustic intelligibility of speech.</li> <li>➤ Reduce multiple sound reflections and increase sound absorption.</li> <li>➤ Decrease sound reverberation time.</li> <li>➤ Provide necessary reverberation to ensure speech intelligibility for listeners further from the sound source.</li> <li>➤ Mitigate/control airborne noise (voices, horns, etc.).</li> <li>➤ Mitigate/control impact noise (object falls, footsteps, etc.).</li> <li>➤ Mitigate/control background noise (noise generated within the</li> </ul>	<p><b>1) Geometry of the space that contributed to the reverberation of sound:</b> 1.1) Design spaces to enhance acoustic comfort.</p> <p><b>2) Floor that is easy to maintain and contributes to noise attenuation/control:</b> 2.1) Noise control between floors: • Acoustic blanket under the subfloor; • Acoustic blanket under the cladding; • Floating slabs; and 2.2) Control of noise between floors and noise coming from the use of the rooms, such as dragging chairs, tables, other furniture, falling objects: • Internal flooring to control noise and impact.</p> <p><b>3) Easy-to-maintain wall that contributes to noise attenuation/control:</b> 3.1) Double external walls with acoustic insulation: masonry + internal filling of PET wool + masonry; 3.2) Double wall with insulation partially filling the air gap (thermal and acoustic insulation of double external walls with expanded cork agglomerate, partially filling the air gap); 3.3) Double drywall partitions with internal filling of PET wool to divide the teaching rooms; 3.4) Use of cork in the walls to control noise and display teaching materials; and 3.5) To eliminate the throbbing echo between two parallel, rigid walls, cover one or both with fiberglass panels covered with fabric, or similar sound-absorbing material. (This works well if the panels are interspersed along the opposite walls, so that a panel on one wall faces the untreated surface of the opposite wall).</p> <p><b>4) Easy-to-maintain roof:</b> 4.1) Use of PET wool panels developed for acoustic treatment; 4.2) Use of coverings that have perforations and grooves that absorb sound due to their perforation, providing acoustic comfort and noise reduction; and 4.3) Use of wooden ceilings with perforations and grooves that absorb</p>	<p><b>Inclusive regular classroom</b></p>	<p>The inclusive mainstream classroom needs to be acoustically controlled so that the autistic person can stay in this environment for as long as possible and can carry out activities that require attention and concentration.</p> <p>1) Inclined reflective ceiling in the front area (speaker/teacher area).</p> <p>3) Use of panels made of absorbent material on the back wall of the rooms to prevent the teacher's voice from reflecting from the back to the front of the classroom, causing multiple reflections.</p> <p>4) Acoustically reflective panels made of MDF for the central area of the ceilings to provide the reverberation of sound necessary for speech intelligibility.</p> <p>5) Fix acoustic foam under the seat cushions to absorb noise.</p> <p>5) Use anti-noise protectors on the bases (feet) of each chair and on the table.</p> <p>2, 3, 4, and 5) Create micro-environments with greater acoustic control within the classroom, so that students with ASD are in the same teaching environment as neurotypical students and, at the same time, have their individuality and auditory sensitivity respected. This microenvironment would function as a kind of cocoon, and by means of absorbent</p>



environment itself).	<p>sound due to their perforation, providing acoustic comfort and noise reduction.</p> <p><b>5) Flexible furniture - desks/tables/chairs that contribute to noise attenuation/control:</b> 5.1) Use of individual pieces of furniture with soft, sound-absorbing acoustic foam upholstery.</p> <p><b>6) Safe, efficient soundproofed openings to isolate internal environments from external noise and internal environments from other internal environments:</b> 6.1) Double-glazed acoustic windows: with 6 mm glass + 20 mm air chamber + 6 mm glass; and 6.2) Wooden acoustic doors.</p> <p><b>7) Safe, efficient air conditioning that attenuates noise:</b> 7.1) Use of ultra-quiet air conditioning units.</p> <p><b>8) Sizing the environment and the number of users:</b> 8.1) A minimum area of 2.00m<sup>2</sup> per student is recommended. However, it is necessary to check this minimum area against the different types of spatial arrangements of the environments and not just considering the square area.</p> <p><b>9) Safe, efficient hydro-sanitary system that attenuates noise:</b> 9.1) Blankets for the acoustic insulation of hydro-sanitary pipes, with the aim of attenuating vibrations and airborne noises coming from the passage of water through the hydraulic system.</p> <p><b>10) School buzzer:</b> 10.1) Use time markers to announce the end of one lesson and the start of another without generating auditory sensory overload, not using the conventional signal. Use clocks in classrooms.</p>		<p>materials around the “walls,” on the “ceiling” and on the “floor” this more controlled microenvironment would be created to control the noise that reaches the user.</p>
		<b>Cafeteria</b>	<p>The cafeteria needs to control the acoustic information so that the autistic child can eat with the other students and practice socialization.</p> <p>5) Fix acoustic foam under the seat frame to absorb noise.</p> <p>5) Use anti-noise protectors on the bases (feet) of each chair and table.</p> <p>5) Use individual and collective furniture with upholstery made of noise-absorbing materials.</p> <p>2, 3, 4, and 5) Create micro-environments with greater acoustic control within the cafeteria that allow students with ASD to be in the same environment and have their meals with neurotypicals, but at the same time allow autistic students to have their individuality and hearing sensitivity respected. This environment would function as a kind of cocoon, whereby absorbent materials around the “walls,” on the “ceiling” and on the “floor” would create a more controlled micro-environment to control the noise that reaches the user.</p>

Table 1: Matrix of recommendations for inclusive regular classrooms and cafeterias in schools sensitive to autistic students - acoustic comfort. Source: Adapted from Silva (2022).

classroom should include spaces for both collective and individual use, respecting the individuality and personal space of students with autism. Similarly, cafeterias must also manage sensory information so autistic students can comfortably eat and socialize. The cafeteria must offer communal and individual spaces to honor the personal space and individuality of students with autism (Silva, 2022).



Thus, based on a systematic literature review and responses gathered through the MABA Sensory Mapping, design recommendations have been developed (as shown in Table 1) for the inclusive regular classroom and cafeteria in schools sensitive to students with ASD.

Thus, it is evident that designing the inclusive regular education classroom and cafeteria around the sensory specificities of individuals with autism can significantly enhance their sensory perception by minimizing sensory overload and appropriately stimulating their senses. This approach benefits students with ASD and contributes to their academic and social development.

## FINAL CONSIDERATIONS

From this study, it is crucial to consider the characteristics of autistic students when designing school architecture. This approach allows the development of spatial solutions and proposals that consider the sensory particularities of individuals with autism, thereby improving the quality of education and learning for these students.

The application of sensory mapping revealed that hearing is the sense that most significantly affects the behavior of individuals with autism and, consequently, their academic and social development. Exposure to noise in environments such as the mainstream classroom and cafeteria — identified as the most negatively impacted by auditory stimuli — can lead to sensory overload and trigger stereotypic behaviors.

The recommendation matrix created for the above environments outlines general parameters and general and specific design recommendations. The specific recommendations emphasize the importance of creating more controlled microenvironments within these key spaces, intending to protect the personal space of individuals with autism.

In this way, recognizing educational environments as places capable of adequately accommodating diverse individuals who interact with the environment in specific ways is to recognize the built environment as a facilitator of human development for the entire school community. The analysis of the particularities of individuals with autism has allowed the identification of critical characteristics inherent in the physical structure of schools and has enabled the development of recommendations for designing acoustically sensitive school environments. These recommendations aim to create spaces that meet the auditory sensory needs of autistic students, thereby promoting their sensory development, independence, and academic growth.



## ACKNOWLEDGMENTS

The Fundação de Amparo à Pesquisa has supported this work do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) through the financial support of the Master's Scholarship Program Bolsa Nota 10. In 2024, the research continues with the support of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) — Funding Code 001 and with the support of the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) through a doctoral scholarship.

## REFERENCES

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica Aristides Volpato Cordioli, et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BOGDASHINA, O. *Sensory perceptual issues in autism and Asperger syndrome. Different sensory experiences, different perceptual worlds*. London: Jessica Kingsley Publishers. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.
- CAMINHA, R. C. *Autismo: um transtorno de natureza sensorial?* 2008. 71 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- KANNER, L. *Autistic disturbances of affective contact*. New York: Nervous Child, 1943. Available at: [https://neurodiversity.com/library\\_kanner\\_1943.pdf](https://neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf). Accessed on: 16 Apr., 2020.
- KERN, J.K. et al. The Effectiveness of N, N-Dimethylglycine in Autism/PDD'. *Journal of Child Neurology*, v. 16 n. 3, p. 169-73, 2001.
- LAMBERTUCCI, M. Terapia ocupacional nos transtornos do espectro autista de alto funcionamento. In: JÚNIOR, W. C. *Síndrome de Asperger e outros transtornos do espectro do autismo de alto funcionamento: da avaliação ao tratamento*. Belo Horizonte: Arte Sã, p. 329-348, 2013.



- LANE, S. J.; MILLER, L. J.; HANFT, B. E. Towards a consensus in terminology in sensory integration theory and practice: part 2: sensory integration: patterns of function and dysfunction. *Sensory Integration Special Interest Section Quarterly*, v. 23, n. 2, p. 1-3, 2000.
- MAGALHÃES, L. de C. Integração sensorial: uma abordagem específica da Terapia Ocupacional. In: DRUMMOND, A. F.; REZENDE, M. B. *Intervenções da terapia ocupacional*. Belo Horizonte: UFMG. p. 44-69. 2008.
- MAENNER, M. J. *et al.* Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. *MMWR Surveill Summ*. 2023. 72 (No. SS-2):1-14. <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>.
- ORRÚ, S. E. *Aprendizes com autismo: Aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- PAIVA JR, F. *Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA*. *Canal Autismo*. 2023. Available at: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Accessed on: May 14, 2024.
- RHEINGANTZ, P. A. *et.al.* *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ (Coleção PROARQ), 2009. Available at: [https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248\\_Observando\\_a\\_Qualidade\\_do\\_Lugar\\_procedimentos\\_para\\_a\\_avaliacao\\_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocup](https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248_Observando_a_Qualidade_do_Lugar_procedimentos_para_a_avaliacao_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocup). Accessed on: Sep. 25, 2024.
- ROSENHALL, U., *et al.* Autism and hearing loss. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 29, n. 5, p. 349–357, 1999. Available at: <https://doi.org/10.1023/a:1023022709710>. Accessed on: July 3, 2021.
- SILVA, J. C. M. da. *Neuroarquitetura escolar: ambientes sensíveis aos transtornos de discriminação sensorial de crianças com autismo (TEA)*. 2022. 250 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Universidade Federal do Rio De Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em arquitetura. Rio de Janeiro, 2022. Available at: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11895742](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11895742). Accessed on: Mar. 19, 2024.



TOMCHEK, S. D.; DUNN, W. Sensory Processing in Children with and Without Autism: A Comparative Study Using the Short Sensory Profile. *The American Journal of Occupational Therapy*, [S. l.], p. 190-200, 2007. Available at: <https://ajot.aota.org/article.aspx?articleid=1866937>. Access on: Mar. 20, 2020.


TOMCHEK, S. D.; LITTLE, L. M.; DUNN, W. Sensory Pattern Contributions to Developmental Performance in Children with Autism Spectrum Disorder. *The American Journal of Occupational Therapy*: [S. L.], p. 1-10. Sept. 4, 2015. Available at: <https://ajot.aota.org/article.aspx?articleid=2436692>. Accessed on: May 10, 2020.



## Territórios e territorialidades musicais: conceituando as apropriações do espaço público pela música

### Musical territories and territorialities: conceptualizing the appropriations of public space by music

### Territorios y territorialidades musicales: conceptualizando las apropiaciones del espacio público por la música

Lucas Yudi Moriya Sampaio, mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ).  
E-mail: [lucas.sampaio@fau.ufrj.br](mailto:lucas.sampaio@fau.ufrj.br)  <https://orcid.org/0000-0002-6300-7766>

**Para citar este artigo:** SAMPAIO, L. Y. M. Territórios e territorialidades musicais: conceituando as apropriações do espaço público pela música. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 79-92, 2024.

**DOI:** 10.5935/cadernospos.v24n2p79-92

**Submissão:** 2024-02-27

**Aceite:** 2024-06-11

#### Resumo

No presente cenário de empoderamento sonoro, fruto da facilidade de acesso à tecnologias de potência sonora significativa, propõe-se compreender a influência da música nas dinâmicas do urbano por meio de sua leitura não só como uma espacialidade imaterial, na dimensão sonora, mas também material, como uma prática socioespacial. Esta leitura sugere que, mais do que se configurar como elemento paisagístico, as práticas musicais dimensionam territórios no espaço público, estabelecendo relações de poder enquanto se apresentam como elemento artístico-cultural. Conflitos e negociações no uso do espaço surgem dessa característica, sendo propícia, para sua compreensão, a proposta de uma nova episteme que possibilite



analisar essa relação música-espço urbano. O território musical surge como conceito-chave nesta episteme, contemplando tanto a natureza dos espaços de cultura quanto a natureza impermanente e temporal do som. Sugere-se que esse território provém de territorialidades que se relacionam diretamente com os atores envolvidos na produção e recepção da prática musical. Essa territorialidade pode promover um impacto positivo, de qualificação, ou negativo, de disputas sobre o espaço.

**Palavras-chave:** Música; Território; Espaço público; Territorialidade; Cultura urbana.

## Abstract

In the current sonic empowerment scenario, stemming from the ease of access to sound technologies of significant power, it is proposed to understand the influence of music on urban dynamics through its interpretation not only as an immaterial spatiality in the sonic dimension but also as a socio-spatial practice with material implications. This interpretation suggests that, beyond configuring itself as a landscape element, musical practices delineate territories in public space, establishing power relations while presenting themselves as artistic-cultural elements. Conflicts and negotiations in the use of space arise from this characteristic, making it conducive to understanding and proposing a new episteme that enables the analysis of this music-urban space relationship. The musical Territory emerges as a critical concept in this episteme, encompassing both the nature of cultural spaces and sound's impermanent and temporal nature. It is suggested that this Territory arises from territorialities directly related to the actors involved in the production and reception of musical practice. This territoriality can promote either a positive impact, enhancing the quality, or a negative one, characterized by disputes, on space.

**Keywords:** Music; Territory; Public space; Territoriality; Urban culture.

## Resumen

En el actual escenario de empoderamiento sonoro, derivado de la facilidad de acceso a tecnologías de sonido de gran potencia, se propone entender la influencia de la música en la dinámica urbana a través de su interpretación no solo como una espacialidad inmaterial en la dimensión sonora, sino también como una práctica socioespacial con implicaciones materiales. Esta interpretación sugiere que, más allá de configurarse como un elemento paisajístico, las prácticas musicales delimitan territorios en el espacio público, estableciendo relaciones de poder mientras se presentan como elementos artístico-culturales. Conflictos y negociaciones en el uso del espacio surgen de esta característica, lo que hace propicio, para su comprensión, proponer una nueva episteme que permita analizar esta relación música-espacio urbano. El territorio musical emerge como un concepto clave en esta episteme, abarcando tanto la naturaleza de los espacios culturales como la naturaleza impermanente y temporal del sonido. Se sugiere que este territorio surge de territorialidades directamente relacionadas con



los actores involucrados en la producción y recepción de la práctica musical. Esta territorialidad puede promover un impacto positivo, mejorando la calidad, o uno negativo, caracterizado por disputas, en el espacio.

**Palabras clave:** Música; Território; Espaço público; Territorialidade; Cultura urbana.

## INTRODUÇÃO

A relação entre ser humano e ambiente acústico, consolidada na percepção da paisagem sonora<sup>1</sup>, é construída historicamente por meio de mútuas influências e transformações. Nesse movimento, práticas musicais têm sido manifestações sonoras recorrentes nos centros urbanos (Herschmann; Fernandes, 2014; Johnson, 2018; Tinhorão, 2013), alterando a experiência de cidade daqueles que habitam, circulam e produzem sonoridades (Doumpa, 2012). Atualmente, essas práticas encontram-se em um novo estágio de empoderamento, marcado pela digitalização do som e da música (De Notaris; Savonardo, 2022), o *streaming* (Maasø; Hagen, 2020) e a democratização do acesso a dispositivos sonoros, como fones de ouvido e alto-falantes, devido a seu barateamento e portabilização, resultando em uma escuta praticamente ubíqua da música pela urbe (Kassabian, 2013). Esse empoderamento sonoro se faz presente num momento de ressignificação dos espaços urbanos desencadeado tanto por valores e tecnologias da pós-modernidade quanto por políticas urbanas que prezam o uso instrumental da cultura (Oliveira, 2008) como forma de qualificação do espaço (por meio de processos de revitalização, requalificação, renovação, reestruturação, reabilitação), refletindo-se na multiterritorialidade (Haesbaert, 2007) presente nesses espaços. Nestes há camadas sobrepostas por espacialidades imateriais que conferem metageografias para as experiências múltiplas de cidade (Di Felice, 2009).

Nesse contexto, a música é parte das espacialidades imateriais que compõem o ambiente acústico urbano, mas também integra o espaço material da cidade, visto que é prática social realizada no espaço, equivalente ao ato de “musicar”, como proposto por Small (1998, p. 9, tradução nossa): “participar, em qualquer capacidade, de uma *performance* musical, seja performando, escutando, ensaiando ou praticando, provendo materiais para *performance* (o que é chamado de compor), ou dançando”. Este “musicar” implica diretamente a construção de territórios e lugares (Reily, 2021) onde essa prática se materializa, indicando a necessidade de ir além do valor estético-sonoro da música para tratar de seu papel na cidade, considerando também a sua relação com o ambiente construído que a sedia e as pessoas envolvidas em sua realização.

---

1 Diferentemente de Schafer (1994), que assume os termos ambiente acústico e paisagem sonora como intercambiáveis, adota-se a distinção conceitual proposta na norma de paisagem sonora ISO 12913-1, para a qual o primeiro refere-se ao som proveniente de todas as fontes sonoras que chega a determinado receptor, e o segundo corresponde à percepção do primeiro por um ouvinte em contexto (International Organization for Standardization, 2014).



As políticas públicas amparadas pelo controle do ruído (World Health Organization, 2018) e o campo da Paisagem Sonora (Kang, 2021) têm negligenciado aspectos essenciais da música no espaço urbano, como sua materialidade, conflitos e consensos e particularidades socioculturais, reduzindo-a apenas à sua dimensão sonora. Para abordar essa relação complexa entre música e espaço urbano, é crucial estabelecer uma nova base conceitual que leve em conta sua dinâmica, as relações de poder envolvidas e a influência das identidades dos diferentes atores musicais (Sampaio, 2024). Enquanto o controle de ruído falha em lidar com a diversidade e a complexidade das práticas musicais na cidade, a abordagem da Paisagem Sonora desconsidera particularidades das relações entre músicos, repertórios e ouvintes (Kang, 2023). Diante dessas problemáticas, o artigo tem caráter crítico-propositivo e sugere a necessidade de um tratamento da música no espaço urbano por meio da perspectiva do território, partindo da premissa de que as territorialidades dos atores musicais se consolidam na apropriação material e acústica sobre o espaço urbano, devendo-se focar este processo de territorialização para além da percepção auditiva. O objetivo é apresentar e discutir pressupostos teóricos para propor o conceito de “território musical” por meio de uma revisão narrativa da literatura (Rother, 2007), abordada de forma multidisciplinar por meio dos campos da Geografia, da Música, da Paisagem Sonora, da Arquitetura e Urbanismo e da Comunicação.

### Posicionando música nos territórios e territorialidades

O território é conceituado por Schlee *et al.* (2009) como uma construção social, na qual objetos paisagísticos tornam-se elementos de apropriação que delimitam limites e fronteiras simbólicas, incorporando processos econômicos e produtivos, definindo estratégias de dominação sobre o espaço e seus recursos e fazendo do espaço um substrato para marcos de identidade cultural de diferentes indivíduos e coletivos. Práticas musicais compõem o rol de objetos paisagísticos, cujas territorialidades implicam uma dinâmica territorial fluida, flexível e efêmera, visto a natureza temporal do som, característica da pós-modernidade (Harvey, 2008). Sobre esse cenário, La Barre (2014, p. 43) afirma que: “Os lugares vão se tornando significantes ambivalentes de uma estrutura vazia, caracterizada precisamente pela ausência de função pré-determinada”, resultando em uma “pré-codificação do lugar enquanto lugar multi-funcional, feito de potencialidades diversas que irão permitindo uma multiplicidade de territorialidades, todas pensadas no entanto como provisórias e flexíveis”. Dessa forma, este autor questiona uma suposta relação causa-efeito entre o som e sua espacialização:

Os territórios sonoros não são informados pelo som (ou pela música) propriamente ditos, como se eles fossem uma espécie de “caixa preta” pronta para ser decodificada a fim de revelar algum segredo sobre a realidade social. Muito



mais, os territórios sonoros surgem dos contextos flexíveis da representação, da encenação, e da instrumentalização contemporâneas (La Barre, 2014, p. 52).

Ao abordar a questão sonora por esse viés, percebe-se contraditória a proposta da Paisagem Sonora de tratar sons como “recursos” a serem utilizados em projetos urbanos para regular percepções sobre seus espaços (Kang, 2021, 2023; Kang; Schulte-Fortkamp, 2016). Ao focar exclusivamente o material sonoro e sua escuta, essa visão negligencia particularidades essenciais para caracterizar e analisar o musicar, equiparando-o a qualquer outra fonte sonora, como observado na taxonomia de sonoridades proposta pela ISO 12913-2 (International Organization for Standardization, 2018). Esta não diferenciação da música perante outras fontes antropofônicas<sup>2</sup> invisibiliza seus valores culturais, afetivos, históricos, econômicos e políticos. Resultantes dessa generalização são justamente afirmativas com teor duvidosamente positivo sobre os efeitos da música na paisagem sonora, como o fato de a música ou o “som musical” poderem estimular a vivacidade do espaço, criando paisagens sonoras estimulantes (Sun *et al.*, 2019) sem considerar nenhuma correlação com o uso e a questão sociocultural do espaço. Outro exemplo é a proposta de instalação de alto-falantes invisíveis no espaço livre tocando música, ou de organizar eventos musicais nesses espaços como formas de “aprimorar” suas paisagens sonoras (Jo; Jeon, 2020), sem tecer considerações sobre as diferentes relações possíveis entre prática musical, o ouvinte e o ambiente acústico, que em muitos casos podem ser negativas e conflituosas. Dessa forma, essa redução da música à fonte sonora acaba por suprimir a complexidade das relações entre aqueles que “musicam” e seus entornos, as quais se revelam frequentemente como multipolares e ambíguas, como observado por Trotta (2018), que afirma que a relação dos moradores nos entornos da Praça São Salvador (RJ) e os músicos da praça:

[...] varia de acordo com a posição do apartamento em relação ao som, grau de proximidade afetiva do morador com a música tocada, além de outros fatores como idade, gênero, condições de saúde e profissão. Um morador pode um dia se incomodar com o som, e, em outra oportunidade, “descer” para encontrar amigos e participar do samba, ou ainda, abrir a janela e ouvir o som da rua tomando uma cerveja em sua sala (Trotta, 2018, p. 68).

De fato, a música, segundo DeNora (2004), oferece diferentes potencialidades<sup>3</sup>, podendo ser apropriada de diferentes formas, positivas ou negativas, pelos atores urbanos para moldar sua agência. Essa agência simboliza “sentimento, percepção, cognição e consciência, identidade, energia, situação e cena percebidas, conduta e comportamento incorporados” (DeNora, 2004, p. 20, tradução nossa) e configura

2 Antropofônico segundo a taxonomia proposta por Gage (2004, *apud* Kang; Schulte-Fortkamp, 2016), referindo-se a sons induzidos por atividades humanas.

3 Tradução proposta para o termo original em inglês: *affordances*.



a “habilidade de possuir alguma capacidade de ação social e seus modos de sentimento” (DeNora, 2004, p. 154, tradução nossa). Essa agência sônica tem poder político, impulsionando expressões de indivíduos, corpos e coletivos diante de sistemas de dominação e diante da publicidade do espaço (LaBelle, 2018). Por meio da configuração de uma agência, práticas musicais podem carregar todas as suas dimensões simbólicas e identitárias para o espaço físico, engendrando territorialidades que configuram territórios pela urbe para além do ambiente acústico. Nesse sentido, propõe-se compreender territorialidade como:

uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (Haesbaert, 2007, p. 25).

Portanto, a territorialidade não se expressa necessariamente de forma física no espaço, estabelecendo relações que precedem e/ou ultrapassam sua ocupação ou apropriação, aproximando-se da agência proporcionada por determinada potencialidade da música.

### **Território musical: propostas conceituais**

A territorialização por meio da prática musical pode ser interpretada de várias maneiras. Uma delas se refere à apropriação do espaço acústico conforme conceituado por Schafer (1994), que se refere ao volume do espaço no qual a expressão sonora da prática seria audível, indicando uma dimensão física do território. No entanto, restringir o território acústico apenas à audibilidade da prática musical tem suas limitações conceituais. Além das peculiaridades na propagação sonora devido à morfologia urbana e à efemeridade do som, há variações na capacidade auditiva de diferentes indivíduos que influenciariam a delimitação auditiva dos territórios. Hugill (2022) mostra diferentes fatores fisiológicos, psicológicos e tecnológicos que influenciam a escuta, criticando o que seria uma “audição normal”, prevista pela norma ISO 226:2003 (International Organization for Standardization, 2003). Outra abordagem se aproximaria da proposta de LaBelle (2010), que ao considerar a natureza flexível e temporal do som, indica um processo político de fragmentação e reconfiguração do espaço acústico ao mesmo tempo múltiplo e específico, realizado de forma participativa e relacional, dependente de fatores para além do som. Na última década, a relação entre música e território tem sido discutida por pesquisadores do campo da Comunicação (Fernandes; Herschmann, 2020, 2018; Herschmann, 2018; Herschmann; Fernandes, 2014; Reia; Herschmann; Fernandes, 2018) por meio do conceito de “territorialidade sônico-musical” com a proposta de “valorizar a importância da música e das inúmeras sonoridades presentes no cotidiano das cidades para os processos de reterritorialização que vêm sendo realizados pelos atores nesses espaços” (Fernandes; Herschmann, 2018, p. 20).



Por entre esses diferentes sentidos, propõe-se retomar o conceito de território, advindo originalmente da Geografia, de forma a compreender o processo de territorialização com dois pontos em mente: de que essas práticas dependem de atores para se concretizarem, sendo a territorialização dependente da agência desses atores e não da expressão sonora *per se*; e de que práticas musicais herdaram a natureza temporal do som, o que as diferencia dos elementos paisagísticos tradicionais. O conceito de território está essencialmente ligado, em primeiro plano, à ideia de poder, a qual, segundo Haesbaert (2007, p. 20-21), “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Assim, o poder sobre o território assume tanto o sentido de propriedade e posse, no caso da dominação, quanto do processo de apropriação realizado expresso por marcas cotidianas no espaço vivido, por meio de seus tempos, ritmos, símbolos, tratando então de uma prática de apropriação que pode ser diretamente correlacionada à própria prática musical no espaço.

A música, quando espacializada por meio de sua prática, representa uma expressão de poder que se origina da apropriação do espaço socialmente construído (Lefebvre, 1991), incorporando aspectos sociais e experienciais na sua produção. Em seguida, transborda-se para o espaço acústico, levando a um processo contínuo de territorialização, já que ele nunca está “vazio” (devido à ausência de silêncio), com cada novo som introduzido competindo com os sons existentes, resultando em uma disputa contínua de poder permeada pela escuta. No caso da música, essa introdução é sempre realizada por atores musicais, resultando em relações de poder dinâmicas, devido à sua temporalidade, e multipolares, devido às diferentes formas de apropriação da música. Dessa forma, o território criado pela música:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 7-8).

O resultado desse processo de territorialização dos atores musicais é o que se propõe conceituar como “território musical”. Para discuti-lo, é valiosa a perspectiva de Milton Santos (1999) sobre a relação direta entre uso do espaço<sup>4</sup> e a gênese do território, sintetizada em seu conceito de território usado:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de

4 No caso de Milton Santos, espaço geográfico como uma totalidade em movimento na história, e que em determinado instante desta se percebe materialmente.



pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 1999, p. 8).

O território usado miltoniano é relevante porque expõe as dimensões relevantes à sua formação: a identidade, o pertencimento e sua condição de base para o cotidiano. A partir dessa perspectiva, a proposta conceitual do “território musical” parte de duas frentes, primeiramente se aproximando do “território cultural” descrito por Vaz e Jacques (2006), que o descrevem como a irradiação (ou propagação do ambiente sociocultural) nos entornos de equipamentos culturais, como as áreas urbanas fortemente marcadas pela presença constante e forte de práticas culturais e como territórios simbólicos presentes no imaginário devido a produtos culturais<sup>5</sup>. Em segundo lugar, o conceito pretendido almeja abarcar não somente o caráter permanente dado pelo “território cultural”, mas também a fluidez e a volatilidade características da cidade pós-moderna, destacada na proposta de “territórios sonoros” por La Barre (2014) já mencionada. Para esse autor, a característica unifuncional do lugar é substituída na pós-modernidade por uma multiplicidade de potencialidades que, encorajadas pelas novas formas de apropriação do espaço possibilitadas pela mediação tecnológica, propiciam territórios flexíveis, móveis, participativos e iterativos. Esses territórios, quando oriundos de práticas musicais, diferenciam-se do sentido permanente dos “territórios culturais”, sendo contrariamente caracterizados pela efemeridade e pela apropriação espontânea. Nota-se que, para o caso dos “territórios culturais”, há um processo de construção coletiva do território, fortalecendo uma identidade de lugar, mas no caso dos “territórios sonoros”, há possibilidade de construção individual, da expressão da identidade de cada ator sobre o espaço por meio da música como elemento de representação cultural, a qual, em sua efemeridade, delimita um limite temporal a essa forma de território musical. Há também uma relação direta da produção dos “territórios musicais” com os corpos envolvidos (Haesbaert, 2020), que não devem ser neutralizados e representam diferentes parcelas da sociedade, sendo diretamente atravessados por questões referentes a cada uma delas.

Para detalhar o papel dos atores em sua (re)territorialização, propõe-se considerar a territorialidade como:

Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território), territorialidade tanto como

5 Vaz e Jacques (2006) usam como exemplo a praia de Itapuã, em Salvador, e a canção “Tarde em Itapuã”, de Caymmi e Vinicius de Moraes. Um exemplo carioca seria a praia de Copacabana e a canção homônima de João de Barro e Alberto Ribeiro, eternizada na voz de Dick Farney em 1946 como a “Princesinha do Mar”.



uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como “condição” (teórica) para a sua existência (Haesbaert, 2007, p. 26).

Dessa maneira, territorialidade se apresenta como antecedente ao território, conjugando um sentido imaterial do impulso e desejo de territorializar, referente a uma identidade territorial dos atores envolvidos que promoveria controle simbólico do território, com um sentido material, de controle físico do território. A territorialidade, por sua vertente simbólica, é premissa fundamental para construção dos territórios musicais, pois é resultado direto das agências sônicas. Em particular, a identidade territorial mencionada é especialmente significativa, pois caracteriza esta agência fruto das próprias identidades dos atores musicais, implicando formas específicas de territorialização do espaço e de mediação sonora (Born, 2013).

Outra dimensão importante da territorialidade é a de que o território não é só produzido, mas também “consumido”:

O território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio [...] A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos” (Raffestin, 1993, p. 8).

Nessa perspectiva, o poder dado ao movimento de consumo do território é especialmente significativo no caso dos territórios musicais, já que, por mais que a produção sonora parta de determinado indivíduo/grupo, a escuta é frequentemente compartilhada. Dessa forma, os que “consomem” a música reforçam a construção do território, já que validam, por meio de sua territorialidade, a prática musical. Outra perspectiva sobre a territorialidade é exposta por Saquet (2009):

A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo (Saquet, 2009, p. 87-88).

Essa perspectiva sugere que a territorialidade está ligada à valorização de certas funções e potencialidades da música (Lamont; Greasley; Sloboda, 2016; Merriam, 1964; Sloboda, 2010) que influenciam as ações dos atores. Estas são variadas, indo do prazer estético à integração/desagregação social, e se associam a condições e atividades específicas desempenhadas pelos atores envolvidos.



Por fim, o território musical e a territorialidade que o antecede, formado a partir da valorização das potencialidades da música e das relações de poder estabelecidas no espaço, são propostas conceituais para que pesquisas e projetos evitem considerações exclusivamente positivas ou negativas sobre a relação entre música e espaço urbano. As mesmas práticas musicais podem promover “territorialidades sônico-musicais”, que por sua regularidade produzem benefícios locais diretos e indiretos ao território e “reconfiguram de alguma maneira os territórios e geram novas cartografias e mapas sônicos ou acústicos da cidade” (Herschmann; Fernandes, 2014, p. 13), como no caso do Centro do Rio de Janeiro estudado por esses autores; ou incrementar processos de gentrificação e incomodar os que habitam o lugar, como no caso da Região Portuária do Rio relatado por Rocha (2017). Em ambos os casos, essas conclusões só se tornaram possíveis por uma investigação direta daqueles que participam do musicar nos referentes espaços.

É importante o reflexo metodológico para assumir este aporte conceitual do território musical, que envolve tanto a necessidade de compreender os atores que territorializam quanto de cartografar, localizar e identificar esses territórios que são temporalmente e espacialmente dinâmicos. Demanda, portanto, um compromisso entre práticas etnográficas sensíveis (Rocha; Eckert, 2008, 2013) e de escuta da paisagem sonora (Radicchi, 2017), associadas à cartografia urbana. Um exemplo dessa abordagem é realizado por Pereira, Rett e Bezerra (2021), que evidenciam a multiterritorialidade das apropriações musicais da Avenida Paulista (SP) no evento Paulista Aberta por meio de derivas e de conversas com aqueles que territorializam o espaço, mostrando conflitos e consensos entre esses atores. Estes só se evidenciaram ao assumir o território como conceito central, indo além da qualificação dos sons a partir das estratégias de escuta e dando enfoque à investigação da (re)produção a partir dos atores e sua relação com o sonoro, o musical, o histórico, o social, o identitário e o espaço (Bioletto-Bueno, 2020 *apud* Lopes, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Práticas culturais, como as musicais, integram cotidianamente a dinâmica dos espaços livres públicos urbanos ao serem articuladas por atores em diferentes níveis de poder sobre o espaço. Podem trazer consigo uma série de implicações positivas, como a promoção de sociabilidades no espaço e a inserção de lugares que sofriam com o abandono na geografia sônico-musical da cidade e sua qualificação. Por outro lado, podem ser objeto de conflito entre as diferentes pessoas e identidades (e identidades de lugar) que se têm nesses espaços.

Dessa forma, acredita-se que a compreensão dessa relação entre música-espaço urbano pode ser favorecida pelo conceito de território musical e sua formação por meio das territorialidades de cada ator, podendo subsidiar o entendimento da formação ou não formação de conflito nesses territórios, além das condições e contextos para a simetria e dissimetria das relações de poder. Propõe-se, portanto,



uma nova camada na discussão sobre som, música e cidade, enfatizando o papel dos atores na construção do espaço cotidiano por meio de seus territórios.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

- BORN, G. *Music, sound and space*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- DE NOTARIS, D.; SAVONARDO, L. The digitalization of sound: How the consumption of music changed from vinyl to hybrid experiences. *Italian Sociological Review*, v. 12, n. 1, p. 159-183, 2022.
- DENORA, T. *Music in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.
- DOUMPA, V. *Music in public space: changing perception, changing urban experience?* 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana) – Universiteit Utrecht, The Netherlands, 2012.
- FERNANDES, C. S.; HERSCHMANN, M. *Cidades musicais : comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Sulina, 2018. v. 1.
- FERNANDES, C. S.; HERSCHMANN, M. Música, sons e dissensos: a potência poética feminina nas ruas do Rio. *MATRIZES*, v. 14, n. 2, p. 163-179, 2020.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, 2020.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HARVEY, D. The condition of postmodernity. In: *The New Social Theory Reader*. 2nd. ed. London, New York: Routledge, 2008. p. 235-242.
- HERSCHMANN, M. Das cenas e circuitos às territorialidades (sônico-musicais). *Logos*, v. 25, n. 1, p. 124-137, 2018.



- HERSCHMANN, M.; FERNANDES, C. S. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.
- HUGILL, A. *Aural Diversity Infographic*. 2022. Disponível em: <http://auraldiversity.org/infographic.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 226: 2003 Acoustics — Normal equal-loudness-level contours*. 2003.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 12913-1: 2014 Acoustics – soundscape – part 1: definition and conceptual framework*. 2014.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 12913-2: 2018 Acoustics – soundscape – part 2: data collection and reporting requirements*. 2018.
- JO, H. I.; JEON, J. Y. Effect of the appropriateness of sound environment on urban soundscape assessment. *Building and Environment*, v. 179, p. 106975, May 2020. DOI: 10.1016/j.buildenv.2020.106975.
- JOHNSON, B. From music to noise: The decline of street music. *Nineteenth-Century Music Review*, v. 15, n. 1, p. 67-78, 2018.
- KANG, J. Soundscape: Progress in the past 50 years and challenges in the next 50 years. In: INTERNATIONAL CONGRESS AND EXPOSITION OF NOISE CONTROL ENGINEERING, 50, 2021, Washington, DC. *Proceedings* [...]. Washington: Inter-Noise, 2021.
- KANG, J. Soundscape in city and built environment: current developments and design potentials. *City and Built Environment*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s44213-022-00005-6>. Acesso em: 24 set. 2024.
- KANG, J.; SCHULTE-FORTKAMP, B. *Soundscape and the built environment*. Boca Raton: CRC Press, 2016.
- KASSABIAN, A. *Ubiquitous Listening: affect, attention, and distributed subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2013.
- LA BARRE, J. de. Poder, território, som: alguns comentários. *El Oído Pensante*, v. 2, n. 1, p. 40-56, 2014.
- LABELLE, B. *Acoustic territories: Sound culture and everyday life*. New York: The Continuum International Publishing Group Inc, 2010.



- LABELLE, B. *Sonic agency: Sound and emergent forms of resistance*. London: Goldsmiths Press, 2018.
- LAMONT, A.; GREASLEY, A.; SLOBODA, J. Choosing to hear music: motivation, process and effect. In: MACDONALD, R. (org.). *The Oxford Handbook of Music Psychology*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 711-724.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LOPES, H. M. Ciudades vibrantes: Sonido y experiencia aural urbana en América Latina. *Revista de Historia (Brazil)*, v. 1, n. 182, 2023.
- MAASØ, A.; HAGEN, A. N. Metrics and decision-making in music streaming. *Popular Communication*, v. 18, n. 1, p. 18-31, 2020. DOI 10.1080/15405702.2019.1701675.
- MERRIAM, A. P. *The anthropology of music*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1964.
- OLIVEIRA, A. L. de. *Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)*. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- PEREIRA, S. L.; RETT, L.; BEZERRA, P. M. Músicas e sons que ecoam pelas ruas da cidade: o evento Paulista Aberta. *E-Compós*, v. 24, p. 1-22, 2021.
- RADICCHI, A. A pocket guide to soundwalking: Some introductory notes on its origin, established methods and four experimental variations. *Atmosphere and Perception*, p. 70-73, 2017.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIA, J.; HERSCHMANN, M.; FERNANDES, C. S. Entre regulações e táticas: músicas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Famecos*, v. 25, n. 3, p. 30608, 2018.
- REILY, S. A. O musicar local e a produção musical da localidade. *GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2021.
- ROCHA, C. M. de H. *Escutando a cidade: cartografia de sonoridades*. 2017. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, p. 25-48, jan./jun. 2013.




- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, A. B. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- ROTHER, E. T. Systematic literature review X narrative review. *ACTA Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. 7-8, 2007.
- SAMPAIO, L. Y. M. Entre atores musicais, (re) produções e disputas urbanas. *Paranoá*, v. 17, n. e42411, p. 1-15, 2024.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SCHAFER, R. M. *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. 2. ed. Rochester, Vermont: Alfred Knopf, Inc., 1994.
- SCHLEE, M. B. *et al.* Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – Um debate conceitual. *Paisagem Ambiente: Ensaios*, v. 26, p. 225-247, 2009.
- SLOBODA, J. A. Music in everyday life: The role of emotions. *In*: JUSLIN, P. N.; SLOBODA, J. A. (ed.). *Handbook of music and emotion: Theory, research, applications*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 493-514.
- SMALL, C. *Musicking: The meanings of performing and listening*. Middletown: Wesleyan University Press, 1998.
- SUN, K. *et al.* Classification of soundscapes of urban public open spaces. *Landscape and Urban Planning*, v. 189, p. 139-155, 2019. Disponível em: DOI 10.1016/j.landurbplan.2019.04.016.
- TINHORÃO, J. R. *Os sons que vêm da rua*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- TROTTA, F. Música e conflito na cidade: práticas de escuta, espaço público e violência no Rio. *In*: FERNANDES, C. S.; HERSCHMANN, M. (ed.). *Cidades musicais: comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 57-78.
- VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. Territórios culturais na cidade do Rio de Janeiro. *In*: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO environmental noise guidelines for the European Region*, 2018.



## Musical territories and territorialities: conceptualizing the appropriations of public space by music

### Territórios e territorialidades musicais: conceituando as apropriações do espaço público pela música

### Territorios y territorialidades musicales: conceptualizando las apropiaciones del espacio público por la música

Lucas Yudi Moriya Sampaio, MSc in Mechanical Engineering, University of São Paulo (USP), PhD Candidate in Architecture, Federal University of Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ), Rio de Janeiro, Brazil.  
E-mail: [lucas.sampaio@fau.ufrj.br](mailto:lucas.sampaio@fau.ufrj.br)  <https://orcid.org/0000-0002-6300-7766>

**How to cite this paper:** SAMPAIO, L. Y. M. Musical territories and territorialities: conceptualizing the appropriations of public space by music. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 93-106, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p93-106

**Submitted:** 2024-02-27

**Accepted:** 2024-06-24

#### Abstract

In the current sonic empowerment scenario, stemming from the ease of access to sound technologies of significant power, it is proposed to understand the influence of music on urban dynamics through its interpretation not only as an immaterial spatiality in the sonic dimension but also as a socio-spatial practice with material implications. This interpretation suggests that, beyond configuring itself as a landscape element, musical practices delineate territories in public space, establishing power relations while presenting themselves as artistic-cultural elements. Conflicts and negotiations in the use of space arise from this characteristic, making it conducive to understanding and proposing a new episteme that enables the analysis of this music-urban space



relationship. The musical Territory emerges as a critical concept in this episteme, encompassing both the nature of cultural spaces and sound's impermanent and temporal nature. It is suggested that this Territory arises from territorialities directly related to the actors involved in the production and reception of musical practice. This territoriality can promote either a positive impact, enhancing the quality, or a negative one, characterized by disputes, on space.

**Keywords:** Music; Territory; Public Space; Territoriality; Urban Culture.

## Resumo

No presente cenário de empoderamento sonoro, fruto da facilidade de acesso à tecnologias de potência sonora significativa, propõe-se compreender a influência da música nas dinâmicas do urbano por meio de sua leitura não só como uma espacialidade imaterial, na dimensão sonora, mas também material, como uma prática socioespacial. Esta leitura sugere que, mais do que se configurar e como elemento paisagístico, as práticas musicais dimensionam territórios no espaço público, estabelecendo relações de poder enquanto se apresentam como elemento artístico-cultural. Conflitos e negociações no uso do espaço surgem dessa característica, sendo propícia, para sua compreensão, a proposta de uma nova episteme que possibilite analisar essa relação música-espço urbano. O território musical surge como conceito-chave nesta episteme, contemplando tanto a natureza dos espaços de cultura quanto a natureza impermanente e temporal do som. Sugere-se que esse território provém de territorialidades que se relacionam diretamente com os atores envolvidos na produção e recepção da prática musical. Essa territorialidade pode promover um impacto positivo, de qualificação, ou negativo, de disputas sobre o espaço.

**Palavras-chave:** Música; Território; Espaço público; Territorialidade; Cultura Urbana.

## Resumen

En el actual escenario de empoderamiento sonoro, derivado de la facilidad de acceso a tecnologías de sonido de gran potencia, se propone entender la influencia de la música en la dinámica urbana a través de su interpretación no solo como una espacialidad inmaterial en la dimensión sonora, sino también como una práctica socioespacial con implicaciones materiales. Esta interpretación sugiere que, más allá de configurarse como un elemento paisajístico, las prácticas musicales delimitan territorios en el espacio público, estableciendo relaciones de poder mientras se presentan como elementos artístico-culturales. Conflictos y negociaciones en el uso del espacio surgen de esta característica, lo que hace propicio, para su comprensión, proponer una nueva episteme que permita analizar esta relación música-espacio urbano. El territorio musical emerge como un concepto clave en esta episteme, abarcando tanto la naturaleza de



los espacios culturales como la naturaleza impermanente y temporal del sonido. Se sugiere que este territorio surge de territorialidades directamente relacionadas con los actores involucrados en la producción y recepción de la práctica musical. Esta territorialidad puede promover un impacto positivo, mejorando la calidad, o uno negativo, caracterizado por disputas, en el espacio.

**Palabras clave:** Música; Territorio; Espacio público; Territorialidad; Cultura urbana.

## INTRODUCTION

The relationship between humans and the acoustic environment, consolidated in the perception of the soundscape<sup>1</sup>, has historically been constructed through mutual influences and transformations. In this movement, musical practices have been recurring sonic manifestations in urban centers (Herschmann; Fernandes, 2014; Johnson, 2018; Tinhorão, 2013), altering the city experience of those who inhabit, circulate, and produce sounds (Doumpa, 2012). Currently, these practices are in a new stage of empowerment, marked by the digitization of sound and music (De Notaris; Savonardo, 2022), streaming (Maasø; Hagen, 2020), and the democratization of access to sound devices such as headphones and speakers due to their affordability and portability, resulting in an almost ubiquitous listening of music throughout the city (Kassabian, 2013). This sonic empowerment is present at a moment of re-signification of urban spaces triggered both by postmodern values and technologies and by urban policies that value the instrumental use of culture (Oliveira, 2008) as a way of qualifying space (through processes of revitalization, requalification, renovation, restructuring, rehabilitation), reflecting in the multi-territoriality (Haesbaert, 2007) present in these spaces. In these spaces, overlapping layers of immaterial spatialities confer metageographies for multiple city experiences (Di Felice, 2009).

In this context, music is not only part of the immaterial spatialities that make up the urban acoustic environment, but it also integrates the material space of the city as a social practice carried out in space equivalent to the act of “musicking,” as proposed by Small (1998, p. 9): “to take part, in any capacity, in a musical performance, whether by performing, by listening, by rehearsing or practicing, by providing performance material (what is called composing), or by dancing”. This “musicking” directly implies the construction of territories and places (Reily, 2021) where this practice materializes, indicating the need to go beyond the aesthetic-sonorous value of music to address its role in the city, also considering its relationship with the built environment that supports it and the people involved in its realization.

---

1 Unlike Schafer (1994), who assumes the terms acoustic environment and soundscape to be interchangeable, the conceptual distinction proposed in the soundscape standard ISO 12913-1 is adopted, where the former refers to sound from all sound sources reaching a given receiver, and the latter corresponds to the perception of the former by a listener in context (International Organization for Standardization, 2014).



Public policies supported by noise control (World Health Organization, 2018) and the field of Soundscape (Kang, 2021) have neglected essential aspects of music in urban space, such as its materiality, conflicts and consensuses, and sociocultural particularities, reducing it exclusively to its sonic dimension. To address this complex relationship between music and urban space, it is crucial to establish a new conceptual basis that considers its dynamics, the power relations involved, and the influence of the identities of different musical actors (Sampaio, 2024). While noise control fails to deal with the diversity and complexity of musical practices in the city, the Soundscape approach disregards particularities of the relationships between musicians, repertoires, and listeners (Kang, 2023). Facing these issues, the article has a critical-propositional character. It suggests the need to address music in urban space from the perspective of Territory, based on the premise that the territorialities of musical actors are consolidated in the material and acoustic appropriation of urban space, focusing on this process of territorialization beyond auditory perception. The objective is to present and discuss theoretical conjectures to propose the concept of “musical territory” through a narrative literature review (Rother, 2007), approached in a multidisciplinary way through the fields of Geography, Music, Soundscape, Architecture and Urbanism, and Communication.

### Positioning music in territories and territorialities

Territory is conceptualized by Schlee *et al.* (2009) as a social construct in which landscape objects become elements of appropriation that delimit boundaries and symbolic borders, incorporating economic and productive processes, defining strategies of domination over space and its resources, and making space a substrate for cultural identity markers of different individuals and collectives. Musical practices are part of these landscape objects, whose territorialities imply a fluid, flexible, and ephemeral territorial dynamic given the temporal nature of sound, a characteristic of postmodernity (Harvey, 2008). Regarding this scenario, La Barre (2014, p. 43) asserts that: “Places become ambivalent signifiers of an empty structure, characterized precisely by the absence of a predetermined function,” resulting in a “pre-coding of the place as a multifunctional place, made of diverse affordances that will allow for a multiplicity of territorialities, all considered, however, as provisional and flexible.” Thus, this author questions an assumed cause-effect relationship between sound and its spatialization:

Sonic territories are not informed by sound (or music) itself, as if they were a kind of “black box” ready to be decoded to reveal some secret about social reality. Much more, sonic territories arise from the flexible contexts of contemporary representation, staging, and instrumentalization (La Barre, 2014, p. 52).



Approaching the sonic dimension from this perspective, the Soundscape proposal to treat sounds as “resources” used in urban projects to regulate perceptions about their spaces (Kang, 2021, 2023; Kang; Schulte-Fortkamp, 2016) appears contradictory. By focusing exclusively on the sound material and its listening, this view neglects essential particularities to characterize and analyze musicking as it is treated as any other sound source, as observed in the taxonomy of sounds proposed by ISO 12913-2 (International Organization for Standardization, 2018). This non-differentiation of music from other anthropophonic sources<sup>2</sup> makes its cultural, affective, historical, economic, and political values invisible. This general treatment of musical practices result in dubiously positive statements about the effects of music on the soundscape, such as the fact that music or “musical sound” can stimulate the liveliness of the space, creating stimulating soundscapes (Sun *et al.*, 2019) without considering any correlation with the use and the sociocultural issue of the space. Another example is the proposal to install invisible speakers in open spaces playing music or organize musical events in these spaces to “enhance” their soundscapes (Jo; Jeon, 2020). Without considering the different possible relationships between musical practice, the listener, and the acoustic environment, which can be harmful and conflictual in many cases. In this way, this reduction of music to the sound source ends up suppressing the complexity of the relationships between those who “musick” and their surroundings, which often reveal themselves as multipolar and ambiguous, as observed by Trotta (2018), who states that the relationship of the residents around Praça São Salvador (Rio de Janeiro), and the musicians of the square:

[...] varies according to the position of the apartment in relation to the sound, the resident's degree of affective proximity to the music played, as well as other factors such as age, gender, health conditions, and profession. A resident may one day be bothered by the sound, and on another occasion, “come down” to meet friends and participate in the samba, or even open the window and listen to the sound from the street while having a beer in their living room (Trotta, 2018, p. 68).

Indeed, according to DeNora (2004), music offers different affordances, which can be appropriated in different ways, positive or negative, by urban actors to shape their agency. This agency symbolizes “feeling, perception, cognition and consciousness, identity, energy, perceived situation, and scene, embodied conduct and comportment.” (DeNora, 2004, p. 20) and configures the “ability to possess some capacity for social action and its modes of feeling” (DeNora, 2004, p. 153). This sonic agency has political power, driving expressions of individuals, bodies, and collectives against systems of domination and towards the publicity of space (LaBelle, 2018). Through the configuration of an agency, musical practices can carry all their symbolic and identity dimensions into the physical space, engendering

---

2 Anthropophonic according to the taxonomy proposed by Gage (2004, *apud* Kang; Schulte-Fortkamp, 2016), referring to sounds induced by human activities.



territorialities that configure territories throughout the city beyond the acoustic environment. In this sense, it is proposed to understand territoriality as:

An immaterial dimension, in the ontological sense that, as an “image” or symbol of a territory, it exists and can effectively insert itself as a political-cultural strategy, even if the territory to which it refers is not concretely manifested (Haesbaert, 2007, p. 25).

Therefore, territoriality does not necessarily express itself physically in space, establishing relationships that precede and surpass its occupation or appropriation, approaching the agency provided by a given affordance of music.

### **Musical Territory: conceptual suggestions**

Territorialization through musical practices can have different interpretations. One of them refers to the appropriation of the acoustic space as conceptualized by Schafer (1994), which refers to the volume of space in which the sonic expression of the practice would be audible, indicating a physical dimension of the Territory. However, restricting the acoustic Territory solely to the audibility of the musical practice has its conceptual limitations. Besides the peculiarities in sound propagation due to urban morphology and the ephemeral nature of sound, there are variations in the auditory capacity of different individuals that would influence the auditory delimitation of territories. Huggill (2022) shows different physiological, psychological, and technological factors that influence listening, criticizing what would be “normal hearing,” as foreseen by ISO 226:2003 (International Organization for Standardization, 2003). Another approach would be closer to LaBelle’s (2010) proposal, which considers sound’s flexible and temporal nature to indicate a political process of fragmentation and reconfiguration of the acoustic space that is both multiple and specific, carried out participative and relationally dependent on factors beyond sound. In the last decade, the relationship between music and Territory has been discussed by researchers in the field of Communication (Fernandes; Herschmann, 2020, 2018; Herschmann, 2018; Herschmann; Fernandes, 2014; Reia; Herschmann; Fernandes, 2018) through the concept of “sonic-musical territoriality” with the proposal to “value the importance of music and the numerous sounds present in the daily life of cities for the reterritorialization processes being carried out by actors in these spaces” (Fernandes; Herschmann, 2018, p. 20).

Among these different senses, it is proposed to revisit the concept of Territory, which originates from Geography, to understand the territorialization process with two points in mind: that these practices depend on actors to materialize themselves, with territorialization depending on the agency of these actors and not on the sound expression per se; and that musical practices inherit the temporal nature of sound, differentiating them from traditional landscape elements. Primarily, the



concept of Territory is linked to the idea of power, which, according to Haesbaert (2007, p. 20-21), “refers both to power in the most explicit sense, of domination, and to power in the most implicit or symbolic sense, of appropriation.” Thus, the power over the Territory assumes both the sense of property and possession, in the case of domination, and the appropriation process expressed by daily marks in the lived space through its times, rhythms, and symbols.

When spatialized through its practice, music represents an expression of power that originates from the appropriation of socially constructed space (Lefebvre, 1991), incorporating social and experiential aspects in its production. Subsequently, it overflows into the acoustic space, leading to a continuous territorialization process, as it is never “empty” (due to the inexistence of silence), with each new sound introduced competing with existing sounds, resulting in a continuous power struggle permeated by listening. In the case of music, this introduction is always carried out by musical actors, resulting in dynamic power relations due to its temporality and multipolar ties due to the different forms of music appropriation. In this way, the Territory created by music:

[...] could be nothing more than the product of social actors. It is these actors who produce the territory, starting from the initial reality given, which is space. There is, therefore, a ‘process’ of the territory, when all kinds of power relations are manifested [...] (Raffestin, 1993, p. 7-8).

The result of this territorialization process by musical actors is what is proposed to be conceptualized as “musical territory.” To discuss it, the perspective of Milton Santos (1999) on the direct relationship between the use of space<sup>3</sup> and the genesis of the Territory is valuable, synthesized in his concept of used Territory:

The territory is not only the result of the superimposition of a set of natural systems and a set of systems of things created by man. The territory is the ground plus the population, that is, an identity, the fact and the feeling of belonging to what belongs to us. The territory is the basis of work, residence, material and spiritual exchanges, and life, upon which it influences. When talking about territory, one must, therefore, immediately understand that one is talking about used territory, used by a given population (Santos, 1999, p. 8).

The Miltonian used Territory, which is relevant because it exposes the pertinent dimensions to its formation: identity, belonging, and its condition as a basis for daily life. From this perspective, the conceptual proposal of the “musical territory”

---

3 In the case of Milton Santos, geographical space is seen as a totality in movement through history that in a determined instant can be materially perceived.



starts from two fronts, firstly approaching the “cultural territory” described by Vaz and Jacques (2006), who describe it as the irradiation (or propagation of the sociocultural environment) around cultural equipment, such as urban areas strongly marked by the constant and strong presence of cultural practices and as symbolic territories present in the imagination due to cultural products<sup>4</sup>. Secondly, the intended concept aims to encompass not only the permanent character given by the “cultural territory” but also the fluidity and volatility characteristic of the postmodern city, highlighted in La Barre’s (2014) already-mentioned proposal of “sonic territories.” For this author, the unifunctional characteristic of the place is replaced in postmodernity by a multiplicity of potentialities that, encouraged by new forms of space appropriation enabled by technological mediation, provide flexible, mobile, participatory, and iterative territories. When originating from musical practices, these territories differ from the permanent sense of “cultural territories,” being characterized instead by ephemerality and spontaneous appropriation. It is noted that, in the case of “cultural territories,” there is a process of collective territory construction, strengthening a sense of place identity. Still, in the case of “sound territories,” there is a possibility of individual construction, the expression of each actor’s identity in space through music as an element of cultural representation, which, in its impermanence, delimits a temporal boundary to this form of musical Territory. There is also a direct relationship between the production of “musical territories” and the involved bodies (Haesbaert, 2020), which should not be neutralized and represent different segments of society, directly intersected by issues relevant to each of them.

To detail the role of actors in their (re)territorialization, it is proposed to consider territoriality as:

Territoriality is a broader concept than territory, which encompasses it (every territory would correspond to a territoriality, but not every territoriality would necessarily have a territory), territoriality both as a property of effectively constructed territories and as a “condition” (theoretical) for their existence (Haesbaert, 2007, p. 26).

Thus, territoriality presents itself as antecedent to the Territory, combining an immaterial sense of the impulse and desire to territorialize, referring to a territorial identity of the involved actors that would promote symbolic control of the Territory, with a material sense of physical control of the Territory. Territoriality, in its symbolic aspect, is a fundamental premise for constructing musical territories, as it is a direct result of sonic agencies. In particular the mentioned territorial identity is especially significant as it characterizes this agency resulting from the musical actors’ own identities, implying specific forms of territorialization of space and sound mediation (Born, 2013).

---

<sup>4</sup> Vaz and Jacques (2006) use as an example Itapuã Beach in Salvador and the song “Tarde em Itapuã” by Caymmi and Vinícius de Moraes. A Rio de Janeiro example would be Copacabana Beach and the eponymous song by João de Barro and Alberto Ribeiro, which immortalized the beach in the voice of Dick Farney in 1946 as the “Princess of the Sea.”



Another critical dimension of territoriality is that the Territory is not only produced but also “consumed”:

The territory is also a “consumed” product, or, if we prefer, a product experienced by those same characters who, without having participated in its elaboration, use it as a means [...] Territoriality reflects, with great certainty, the power given to consumption through its “products” (Raffestin, 1993, p. 8).

From this perspective, the power given to the consumption movement of the Territory is especially significant in the case of musical territories since, although the sonic production comes from a specific individual/group, the listening is often shared. In this way, those who “consume” the music reinforce the construction of the Territory, as they validate the musical practice through their territoriality. Another perspective on territoriality is exposed by Saquet (2009):

Territoriality is understood as the enhancement of the conditions and potential resources of territorial contexts in development processes, which can be translated into active territoriality, which can be realized through political organization and participatory planning (Saquet, 2009, p. 87-88).

This perspective suggests that territoriality is linked to the enhancement of certain functions and affordances of music (Lamont; Greasley; Sloboda, 2016; Merriam, 1964; Sloboda, 2010) that influence the actions of the involved actors. These are varied, from aesthetic pleasure to social integration/disintegration, and are associated with specific conditions and activities performed by the involved actors.

Finally, the musical Territory and the territoriality that precedes it, formed from enhancing music’s affordances and the power relations established in space, are conceptual proposals for research and projects to avoid exclusively positive or negative considerations about the relationship between music and urban space. The same musical practices can promote “sonic-musical territorialities,” which through their regularity produce direct and indirect local benefits to the Territory and “reconfigure the territories in some way and generate new cartographies and sonic or acoustic maps of the city” (Herschmann; Fernandes, 2014, p. 13), as in the case of downtown Rio de Janeiro studied by these authors; or enhance gentrification processes and annoy those who inhabit the place as in the case of the port area of Rio reported by Rocha (2017). In both cases, these conclusions were only possible by directly investigating those who participated in the music-making in the respective spaces.

It is crucial to reflect methodologically to assume this conceptual approach to musical Territory, which involves both the need to understand the actors who territorialize and map, locate, and identify these temporally and spatially dynamic



territories. It, therefore, demands a commitment between sensitive ethnographic practices (Rocha; Eckert, 2008, 2013) and listening to the soundscape (Radicchi, 2017) associated with urban cartography. An example of this approach is carried out by Pereira, Rett, and Bezerra (2021), who highlight the multi-territoriality of musical appropriations on Paulista Avenue (SP) at the Paulista Aberta event through drifts and conversations with those who territorialize the space showing conflicts and consensuses between these actors. These were only evident by assuming the Territory as a central concept, going beyond the qualification of sounds from listening strategies and focusing on the investigation of the (re)production from the actors and their relationship with the sonic, musical, historical, social, identity, and spatial aspects (Bioletto-Bueno, 2020 *apud* Lopes, 2023).

## CONCLUSIONS

Cultural practices, such as musical ones, are integrated daily into the dynamics of urban public open spaces by actors at different levels of power over the space. They can bring a series of positive implications, such as promoting sociability in the space and incorporating areas that have suffered from neglect into the city's sonic-musical geography, thus enhancing their quality. On the other hand, they can be a source of conflict among the different people and identities (and place identities) present in these spaces.

Thus, it is believed that understanding this relationship between music and urban space can be facilitated by the concept of musical Territory and its formation through the territorialities of each actor. This can support understanding the formation or non-formation of conflict in these territories and the conditions and contexts for the symmetry and asymmetry of power relations. Therefore, a new layer is proposed in the discussion about sound, music, and the city, emphasizing the role of actors in constructing everyday space through their territories.

## ACKNOWLEDGMENTS

This work was supported by the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES) – Funding Code 001.

## REFERENCES

BORN, G. *Music, sound, and space*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DE NOTARIS, D.; SAVONARDO, L. The digitalization of sound: how the consumption of music changed from vinyl to hybrid experiences. *Italian Sociological Review*, v. 12, n. 1, p. 159-183, 2022.



- DENORA, T. *Music in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.
- DOUMPA, V. *Music in public space: changing perception, changing urban experience?*. 2012. Thesis [Master in Urban Geography] – Faculty of Geosciences, University of Utrecht, Utrecht, 2012.
- FERNANDES, C. S.; HERSCHMANN, M. *Cidades musicais: comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. v. 1.
- FERNANDES, C. S.; HERSCHMANN, M. Música, sons e dissensos: a potência poética feminina nas ruas do Rio. *MATRIZES*, v. 14, n. 2, p. 163-179, 2020.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, 2020.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HARVEY, D. The Condition of Postmodernity. In: *The New Social Theory Reader*. 2nd. ed. London and New York: Routledge, 2008. p. 235-242.
- HERSCHMANN, M. Das cenas e circuitos às territorialidades (sônico-musicais). *Logos*, v. 25, n. 01, p. 124-137, 2018.
- HERSCHMANN, M.; FERNANDES, C. S. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.
- HUGILL, A. *Aural Diversity Infographic*. 2022. Available at: <http://auraldiversity.org/infographic.html>. Access on: 15 Mar. 2023.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 226: 2003 Acoustics – Normal equal-loudness-level contours*. 2003.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 12913-1: 2014 Acoustics – soundscape – part 1: definition and conceptual framework*. 2014.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 12913-2: 2018 Acoustics – soundscape – part 2: data collection and reporting requirements*. 2018.
- JO, H. I.; JEON, J. Y. Effect of the appropriateness of sound environment on urban soundscape assessment. *Building and environment*, v. 179, p. 1-10, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2020.106975>. Access on:



- JOHNSON, B. From music to noise: the decline of street music. *Nineteenth-Century Music Review*, v. 15, n. 1, p. 67-78, 2018.
- KANG, J. Soundscape: Progress in the past 50 years and challenges in the next 50 years. In: INTERNATIONAL CONGRESS AND EXPOSITION OF NOISE CONTROL ENGINEERING, 50., 2021, Washington, DC. *Proceedings [...]*. Washington: Inter-Noise, 2021.
- KANG, J. Soundscape in city and built environment: current developments and design potentials. *City and Built Environment*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2023. Available at: <https://doi.org/10.1007/s44213-022-00005-6>. Accessed on: 24. sep. 2024.
- KANG, J.; SCHULTE-FORTKAMP, B. *Soundscape and the built environment*. Boca Raton: CRC Press, 2016.
- KASSABIAN, A. *Ubiquitous Listening: affect, attention, and distributed subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2013.
- LA BARRE, J. de. Poder, território, som: alguns comentários. *El Oído Pensante*, v. 2, n. 1, p. 40-56, 2014.
- LABELLE, B. *Acoustic territories: sound culture and everyday life*. New York: The Continuum International Publishing Group Inc, 2010.
- LABELLE, B. *Sonic agency: sound and emergent forms of resistance*. London: Goldsmiths Press, 2018.
- LAMONT, A.; GREASLEY, A.; SLOBODA, J. Choosing to hear music: motivation, process and effect. In: MACDONALD, R. (org.). *The Oxford Handbook of Music Psychology*. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 711-724.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LOPES, H. M. Ciudades vibrantes: sonido y experiencia aural urbana en américa latina. *Revista de Historia (Brazil)*, v. 1, n. 182, 2023.
- MAASØ, A.; HAGEN, A. N. Metrics and decision-making in music streaming. *Popular Communication*, v. 18, n. 1, p. 18-31, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1080/15405702.2019.1701675>. Access on:
- MERRIAM, A. P. *The anthropology of music*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1964.



- OLIVEIRA, A. L. de. *Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)*. 2008. Tese [Doutorado em Planejamento Urbano e Regional] – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- PEREIRA, S. L.; RETT, L.; BEZERRA, P. M. Músicas e sons que ecoam pelas ruas da cidade: o evento Paulista Aberta. *E-Compós*, v. 24, p. 1-22, 2021.
- RADICCHI, A. A pocket guide to soundwalking. Some introductory notes on its origin, established methods and four experimental variations. *Atmosphere and perception*, p. 70-73, 2017.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIA, J.; HERSCHMANN, M.; FERNANDES, C. S. Entre regulações e táticas: músicas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. *Revista FAMECOS*, v. 25, n. 3, p. 30608, 2018.
- REILY, S. A. O musicar local e a produção musical da localidade. *GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2021.
- ROCHA, C. M. de H. *Escutando a cidade: cartografia de sonoridades*. 2017. Tese 157 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – COPPE; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. jan/jun, p. 25-48, 2013.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- ROTHER, E. T. Systematic literature review X narrative review. *ACTA Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. 7-8, 2007.
- SAMPAIO, L. Y. M. Entre atores musicais , (re) produções e disputas urbanas. *Paranoá*, v. 17, n. e42411, p. 1-15, 2024.
- SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SCHAFER, R. M. *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. 2nd. ed. Rochester, Vermont: Alfred Knopf, Inc., 1994.



- SCHLEE, M. B. *et al.* Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. *Paisagem Ambiente: ensaios*, v. 26, p. 225-247, 2009.
- SLOBODA, J. Music in everyday life: the role of emotions. *In: Handbook of music and emotion: theory, research, applications*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 493-514.
- SMALL, C. *Musicking: the meanings of performing and listening*. Middletown: Wesleyan University Press, 1998.
- SUN, K. *et al.* Classification of soundscapes of urban public open spaces. *Landscape and Urban Planning*, v. 189, n. July 2018, p. 139–155, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2019.04.016>. Access on:
- TINHORÃO, J. R. *Os sons que vêm da rua*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- TROTTA, F. Música e conflito na cidade: práticas de escuta, espaço público e violência no Rio. *In: Cidades musicais: comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 57-78.
- VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. Territórios Culturais na Cidade do Rio de Janeiro. *In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (org.). Corpos e Cenários Urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO environmental noise guidelines for the European Region*, 2018.



## Questões da produção do morar vertical e o espaço público: um olhar ao setor Marista, em Goiânia


### Questions in the production of vertical living and the public space: a look at the Marista Sector in Goiânia

### Questiones en la producción de la vivienda vertical y el espacio público: una mirada al sector Marista en Goiânia

*Lara Stival Garrote, mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.*

*E-mail: larastival@usp.br  <https://orcid.org/0000-0002-4649-6895>*

*Manoel Rodrigues Alves, doutor em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.*

*E-mail: mra@sc.usp.br  <http://orcid.org/0000-0002-6935-0477>*

**Para citar esse artigo:** GARROTE, L. S.; ALVES, M. R. Questões da produção do morar vertical e o espaço público: um olhar ao setor Marista, em Goiânia. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 107-120, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p107-120

**Submissão:** 2024-03-17

**Aceite:** 2024-07-31

### Resumo

Na contemporaneidade, presencia-se a disseminação de certos fenômenos urbanos que têm implicações significativas no espaço público, resultando em sua instrumentalização, na diminuição das interações sociais e na depreciação de seu valor. Nesse contexto, o atual aumento do urbanismo vertical residencial, orientado pelo



que o mercado imobiliário constantemente rotula como “novas formas de morar”, tem apresentado desdobramentos visíveis na cidade e no urbano. Isso não apenas porque oferece “exclusividades” intramuros aos moradores, mas também porque influencia nas formas de uso e de apropriação do espaço público e da cidade, reconfigurando, em maior ou menor grau, as práticas socioespaciais e as sociabilizações. O objetivo deste artigo é analisar algumas dessas implicações por meio das estratégias e táticas adotadas pelas empresas imobiliárias que promovem as “novas formas de morar” no setor Marista, em Goiânia. Com o método pesquisa de campo, em conjunto com a revisão bibliográfica, foi possível verificar a produção de “espacialidades do privado” que estão vinculadas a certas apropriações decorrentes de processos de verticalização e da venda de novas tipologias habitacionais, desafiando o sentido de espaço público e contribuindo com a redução da vida urbana.

**Palavras-chave:** Verticalização residencial; Práticas socioespaciais; Espaço público; Espacialidades privadas.

## Abstract

In contemporary times, we witness the dissemination of certain urban phenomena that have significant implications for public space, resulting in its instrumentalization, the reduction of social interactions, and the depreciation of its value. In this context, the current increase in residential vertical urbanism, driven by what the real estate market constantly labels as «new ways of living,» has shown visible impacts on the city and on the urban phenomenon. This is not only because it offers «exclusivities» within the walls to the residents, but also because it influences the ways public space and the city are used and appropriated, reconfiguring, to varying degrees, socio-spatial practices and social interactions. The aim of this article is to analyze some of these implications through the strategies and tactics adopted by real estate companies that promote the «new ways of living» in the Marista sector of Goiânia. Using field research methods, combined with a literature review, it was possible to identify the production of «privatized spatialities» linked to certain appropriations resulting from verticalization processes and the sale of new housing typologies, challenging the concept of public space and contributing to the reduction of urban life.

**Keywords:** Vertical residential; Socio-spatial practices; Public space; Private spatialities.

## Resumen

En la contemporaneidad, se presencia la difusión de ciertos fenómenos urbanos que tienen implicaciones significativas en el espacio público, resultando en su instrumentalización, en la disminución de las interacciones sociales y en la devaluación de su valor. El aumento actual del urbanismo vertical residencial, orientado por lo que



el mercado inmobiliario constantemente etiqueta como “nuevas formas de vivir”, ha presentado desarrollos visibles en la ciudad en la ciudad y en lo urbano. Esto no solo porque ofrece “exclusividades” intramuros a los residentes, sino también porque influye en las formas de uso y apropiación del espacio público y de la ciudad, reconfigurando las prácticas socioespaciales y las sociabilizaciones. El objetivo de este artículo es analizar algunas de estas implicaciones a través de las estrategias y tácticas adoptadas por las empresas inmobiliarias que promueven las “nuevas formas de vivir” en el sector Marista, en Goiânia. Con el método de investigación de campo, junto con la revisión bibliográfica, fue posible verificar la producción de “espacialidades privadas” que están vinculadas a ciertas apropiaciones derivadas de los procesos de verticalización y de la venta de nuevas tipologías habitacionales, desafiando el sentido de espacio público y contribuyendo a la reducción de la vida urbana.

**Palabras clave:** Verticalización residencial; Prácticas socioespaciales; Espacio público; Espacialidades privadas.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Na cidade contemporânea, as transformações que ocorrem no espaço urbano estão condicionadas pelas dinâmicas sociais, culturais, políticas, tecnológicas e econômicas que regem o tempo presente. Nesse contexto, o avanço do capital dentro das estruturas urbanas, sob a configuração neoliberal, transforma a cidade em verdadeiros ativos financeiros, em que as formas socioespaciais resultantes desse processo – desde os edifícios, o ambiente construído, os sistemas de uso do solo, as redes de produção e troca, até os arranjos de infraestruturas metropolitanos – são moldadas com o objetivo de garantir a necessária expansão dos lucros (Brenner; Marcuse; Mayer, 2012; Simoni; Carvalho, 2024).

Diante desse cenário, em que a produção do espaço, via de regra, se encontra pautada pela lógica de circulação e domínio do capital, observa-se a proliferação de certos fenômenos urbanos que afetam significativamente o sentido de espaço público, levando à sua instrumentalização, ao enfraquecimento das interações sociais e à redução de seu valor (Alves, 2014; 2020). Assim, a proposta deste artigo é investigar algumas questões relacionadas ao urbanismo vertical residencial e ao espaço público na contemporaneidade.

Segundo os dados da Embraesp (2020), desde os anos 2000, foram construídas 9.344 torres no Brasil, das quais 8.510 foram residenciais, um valor equivalente a quase o triplo do período entre 1980 e 2000. Autores como Alves, Camargo e Cardozo (2020)

1 O presente artigo integra o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “Verticalização na cidade planejada: transformações do/no espaço urbano e dinâmicas socioespaciais em Goiânia”, cuja investigação contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. O objetivo principal foi de compreender as formas de uso, apropriação e práticas socioespaciais que se manifestam em certos espaços públicos da cidade, inseridos nos recortes empíricos escolhidos, os setores Jardim Goiás e Marista.



e Alves, Appert e Montès (2024) ressaltam que, enquanto os edifícios corporativos são representativos dessa verticalização, os edifícios residenciais verticais na contemporaneidade são mais do que soluções arquitetônicas, tornando-se também *commodities*<sup>2</sup> em um mercado global. São, portanto, elementos essenciais para gerarem fluxos de capital, sendo alvos de promotores e municipalidades como parte de uma estratégia particular de reprodução do espaço urbano (Alves; Camargo; Cardozo, 2020; Alves; Appert; Montès, 2024).

Nesse processo, o mercado imobiliário vertical, frequentemente, tem denominado essa produção como “novas formas de morar”, uma vez que essas tipologias arquitetônicas, voltadas especialmente às classes médias e altas, oferecem ao morador consumidor uma série de comodidades “exclusivas” relacionadas ao lazer, ao serviço e à segurança nos espaços intramuros<sup>3</sup>.

Teresa Caldeira, já na década de 2000, observou um processo semelhante relativo ao surgimento de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho na cidade de São Paulo, o qual denominou de “enclaves fortificados”. Embora a autora tenha dado maior ênfase aos condomínios clube e aos condomínios horizontais fechados, sua interpretação ainda se mostra pertinente para uma compreensão global desse processo: a lógica do condomínio – enclave –, ao estabelecer a versão ideal do “novo conceito de moradia”, serve como referência central a ser replicada em outras tipologias. Nestas, a tendência predominante é a exclusividade de ter “tudo no local de residência”, a busca excessiva pela segurança e a valorização de viver entre “iguais”, longe da heterogeneidade social que compõe a vida pública (Caldeira, 2000).

Em leituras mais recentes, Alves, Appert e Montès (2024) também estão contribuindo com o debate relacionado às novas estratégias mercadológicas da verticalização residencial e seus desdobramentos socioespaciais. Os autores discorrem sobre como a atual produção imobiliária vertical participa no processo de deslocamentos de certos usos e práticas para o interior dos edifícios, além de favorecer a privatização e transformação do espaço público, desencadeando processos de fragmentação socioespacial em diversas cidades.

Nesse sentido, se, por um lado, podemos afirmar que as “novas formas de morar”, na atualidade, são *commodities* que resultam da convergência entre as políticas urbanas de cunho neoliberal e as estruturas financeiras (Alves; Appert; Montès, 2024; Simoni; Carvalho, 2024), por outro, sua (re)produção tem suscitado novos

2 A habitação, tradicionalmente vista como um bem de necessidade básica e um direito humano, é cada vez mais tratada como um ativo financeiro. Indivíduos compram imóveis não apenas para uso pessoal, mas como investimento, esperando sua constante valorização. Isso transforma a habitação em uma mercadoria que pode ser comprada e vendida no mercado, semelhante a outras *commodities* (geralmente, produtos primários comercializados globalmente).

3 Em relação aos ambientes para lazer e serviço, destacam-se os *espaços gourmet*, *playgrounds*, quadras poliesportivas, academias, brinquedotecas, salão de festas, *spas*, salas de jogos, espaços para *delivery*, mercados internos, *coworking*, entre tantas outras acomodações. Por sua vez, em relação às estratégias de segurança, ressaltam-se os sistemas de biometria e de reconhecimento facial, guarita com pulmão de entrada social e de serviço, câmeras e microcâmeras em pontos estratégicos, monitoramento perimetral e instalação de sensores em trechos estratégicos e, até mesmo, o uso de Inteligência Artificial nos projetos de segurança (ver, por exemplo, o empreendimento Casa Conceito, da Terral Incorporadora, que será construído em Goiânia. Disponível em: <https://www.terralincorporadora.com.br/lancamento/casa-conceito---praca-do-sol/69>).



questionamentos no que diz respeito à preponderância do capital na cidade e suas implicações nos usos e formas de apropriação do espaço público. Assim, se este pode ser compreendido como o lugar onde se concretizam as experiências coletivas, o convívio com as diferenças (alteridade), o espaço da civildade e do exercício democrático, em que medida a produção das “novas formas de morar” pode afetar a vida urbana?

Neste artigo, o objetivo é analisar certos usos e formas de apropriação que se manifestam na cidade e no espaço público, especialmente relacionados à produção e venda das “novas formas de morar” na Goiânia contemporânea. Especificamente, direciona-se o olhar para as táticas e estratégias adotadas por empresas imobiliárias no setor Marista, um bairro da década de 1970, composto pela classe média e alta goianiense, o qual tem sido recentemente alvo de processos de verticalização.

Goiânia foi fundada em 1933 para ser a capital planejada do estado de Goiás. Símbolo de um novo tempo, o plano original de Atílio Corrêa Lima<sup>4</sup> representava a tentativa de romper com o passado colonial e a busca pela modernização de uma parte do Brasil rural. Seu processo de verticalização iniciou-se na década de 1960, quando alguns edifícios verticais começaram a surgir timidamente nos bairros centrais. Essa timidez se contrasta com os dias atuais, em que Goiânia desponta como a capital com maior potencial de crescimento imobiliário do país, contando com 200 canteiros de obras, sendo 120 edifícios com mais de 25 pavimentos e boa parte dos empreendimentos relativos ao segmento de luxo (Branco, 2023)<sup>5</sup>.

De acordo com dados da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi), em 2022, foram lançadas 11.550 unidades na cidade, abrangendo o mercado vertical residencial, casas, hotéis e edifícios comerciais. Dessas, 11.047 referiam-se às tipologias de apartamentos. O setor Marista é um dos bairros mais valorizados da capital, cujo metro quadrado está acima de R\$ 9.000 reais. Além disso, é um dos setores que obteve maior crescimento em 2022, contando com 1.352 novas unidades residenciais (Abrainc, 2022).

Diante do exposto, quais são as implicações dessa produção nos espaços públicos do bairro? Assim, uma investigação empírica no entorno de áreas verticalizadas foi realizada, incluindo a análise das formas de apropriação e outras dinâmicas

---

4 Atílio Corrêa Lima (1901-1943) foi um arquiteto, urbanista e engenheiro brasileiro e um dos precursores dos princípios do modernismo no Brasil. Formou-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1926, e cursou Urbanismo no Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP), entre os anos de 1927 e 1930. Neste período, trabalhou no escritório de Alfred Agache, em Paris, um dos principais urbanistas da época, colaborando nos planos de remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro (Diniz, 2021). O plano de Goiânia, elaborado por Atílio, é particularmente celebrado como um exemplo de planejamento urbano que buscava equilibrar desenvolvimento e qualidade de vida.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mercado-imobiliario-de-goiania-cresce-no-embalo-do-agronegocio.shtml> Acesso em: 21 mar. 2024.



representativas desse processo. A partir do método *pesquisa de campo*<sup>6</sup> e da revisão bibliográfica relacionada ao espaço público, à verticalização residencial e aos aspectos de transformação da cidade e sociedade contemporânea (em livros, artigos, teses e dissertações), busca-se destacar como os processos de habitação no contexto de edifícios de grande altura, destinados à classe média e alta, influenciam as dinâmicas sociais e espaciais *na* e *com* a cidade.

### **Questões do espaço público contemporâneo: alguns tensionamentos**

Discutir o espaço público na contemporaneidade é reconhecer a ampla e diversa gama de definições e conceitos associados, o que reflete a complexidade inerente a esse objeto. Para Alves (2014; 2020), o espaço público é o lugar das realizações humanas, da heterogeneidade social e da livre manifestação individual ou coletiva, o que ressalta sua importância para a democracia e para a vida urbana. É o lugar que não apenas media o encontro entre sujeitos diversos, mas também abriga o conflito, fortalecendo os relacionamentos e as interações sociais ao proporcionar o debate e a negociação das diferenças (Alves, 2014; 2020). O espaço é público na medida em que promove a coexistência da diversidade, das controvérsias, das imprevisibilidades e do convívio com a alteridade – natureza ou condição do que é do outro, do que é distinto.

Por sua vez, Arroyo (2011) argumenta que a cidade é tanto conceitual como factualmente um acontecimento público. Para o autor, o público é uma categoria constitutiva do urbano, onde se desenvolvem relações intersubjetivas de caráter político, social e cultural. É neste lugar que ocorre a articulação entre a dimensão física (relativa à materialidade) e a dimensão política, estabelecendo práticas espaço-temporais que definem a experiência cotidiana na cidade, a partir de um sistema de formas-atividades-significados. Isso quer dizer que a forma física se alinha com a manifestação das práticas socioespaciais que acontecem no espaço público, desencadeando um processo de significação social que interfere em seu valor.

Contudo, na contemporaneidade, Arroyo (2011) afirma que há uma desvalorização simbólica dos valores de civilidade que compõem esse lugar. Com a produção de cidades cada vez mais reguladas pela lógica do mercado e diante de certas transformações na sociedade, observa-se a proliferação de fenômenos urbanos

6 Trata-se de um método de investigação que se baseia nas realidades empíricas, utilizando uma abordagem qualitativa para entender um determinado fenômeno social e que envolve uma variedade de táticas, como observações, entrevistas, diários de campo e mapeamento. Além disso, requer um processo complexo de codificação e análise da realidade na qual o pesquisador está imerso (Wang; Groat, 2013). Cabe ressaltar que clássicos como *Paisagem Urbana*, de Gordon Cullen, e *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch, também são leituras que podem auxiliar nas metodologias de campo e nas análises posteriores. Contudo, na proposta da dissertação em questão e, conseqüentemente, deste artigo, foram selecionadas outras abordagens, especialmente de autores antropólogos, como José Magnani, Alessia de Biase e Tim Ingold, tanto para a construção do processo de pesquisa quanto para análise dos resultados encontrados. A aproximação, ainda que de maneira introdutória, com pesquisas de caráter etnográfico, proporcionou uma abordagem inter/transdisciplinar para o entendimento de determinadas questões que são tipicamente urbanas e certos comportamentos sociais.



que tornam o espaço um ambiente altamente empresarial, constantemente mediado por dispositivos de vigilância que, com o aumento exacerbado de barreiras físicas, tensionam a cidade como bem público e cultural a ser vivenciado, em que a alteridade é essencial para sua existência (Alves, 2014; 2020).

Nesse contexto, Bauman (2005) destaca que esses fenômenos estão ligados às transformações na sociedade líquido-moderna. Para o autor, o aumento do sentimento de insegurança, diante da instabilidade do tempo presente, leva à disseminação do medo. Na tentativa de mitigar esse medo, indivíduos contribuem para a reprodução da lógica de mercado, optando por consumir espaços murados e normatizados, em que o preço pago é sempre o afastamento da vida coletiva, das relações interpessoais, do diálogo e da capacidade de conviver com desconhecidos (Bauman, 2005).

Bauman (2005) compreende que a busca por segurança se traduz no desejo de constituir uma identidade “comum” por pessoas que se consideram “iguais” umas em relação às outras, o que implica a separação territorial por meio de “espaços defensáveis”. Além das tendências de retração da sociedade para a vida privada, as formas de socialização e de apropriação também estão condicionadas ao consumo e à instantaneidade (Alves, Appert, Montès, 2024). Apesar dessa constatação, Arroyo (2011) demonstra que isso não implica a ausência de vida urbana nos espaços públicos. Entretanto, as práticas socioespaciais que ali se concretizam refletem um domínio de encontro contingente, um local meramente reduzido à circulação e concentração de pessoas, mercadorias e informações, desafiando seu potencial democrático.

A partir dessas considerações, destaca-se a importância de investigar as implicações de certas tipologias arquitetônicas, como as “novas formas de morar”, no espaço público. Como estruturas que se fecham em si mesmas e contribuem para o redirecionamento das práticas em direção aos espaços coletivos privados no plano vertical, existem outras nuances que permeiam e condicionam as vivências urbanas na cidade. Diante do avanço dessas tipologias em Goiânia, mais especificamente no setor Marista, cabe observar tais manifestações sociais e espaciais que se fazem presentes nos espaços públicos do bairro.

### **Usos e apropriações privadas no setor Marista**

Ao contrário de outros bairros da capital, o Marista não foi planejado; surgiu da ocupação ilegal de uma parte da área doada pelo estado à Congregação Marista (Paula, 2003). Por esse motivo, sua história está intrinsecamente ligada à criação do Colégio Marista, estabelecido em 1962 em uma região que, na época, pertencia ao atual setor adjacente Pedro Ludovico. Com a chegada do colégio, a área ao seu redor tornou-se altamente valorizada, levando à construção de mansões luxuosas que contrastavam com as ocupações ilegais estabelecidas no córrego Areião. De acordo com Paula (2003), esse cenário desencadeou uma pressão significativa



por parte dos moradores dessas mansões e da Congregação para se separarem do setor Pedro Ludovico e estabelecerem a própria área. Assim, o Marista foi oficialmente fundado em 1971 (Figura 1).



Figura 1: Mapa do setor Marista, em Goiânia, com levantamento dos condomínios verticais construídos, em construção ou em fase de lançamento. Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

O bairro é consideravelmente consolidado e totalmente urbanizado. Apesar do processo de verticalização em curso, o padrão horizontal ainda é o predominante, embora seja notável a presença de construtoras e incorporadoras ao longo da Alameda Ricardo Paranhos, refletindo em novas construções. Também é caracterizado pela concentração de serviços médico-hospitalares, comércio varejistas, restaurantes tradicionais e, mais recentemente, conta com a chegada de restaurantes mais sofisticados nas antigas casas convertidas para tal uso, o que fortalece sua centralidade e contribui para que o setor seja uma das áreas mais desejadas para se morar.

Em relação ao recorte empírico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi considerada a presença de espaços públicos qualificados, como o Parque Areião e o canteiro central da Alameda Ricardo Paranhos (Figura 1), espaços possíveis para sociabilidades urbanas e análise de práticas socioespaciais<sup>7</sup>. Para este artigo, as análises estão concentradas nas formas de apropriação que estão

7 As incursões em campo ocorreram ao longo do mês de julho de 2023, tanto em dias úteis quanto em fins de semana, abrangendo diferentes períodos do dia. As práticas estudadas compreenderam as atividades relacionadas ao consumo, ao ócio e lazer, às atividades físicas e esportivas, à manutenção da vida vertical e às dinâmicas imobiliárias. Contudo, devido ao escopo do artigo, destaca-se apenas as últimas, uma vez que estas também atuam na reconfiguração de certas práticas no espaço urbano.

associados aos processos de verticalização e à venda de “novas formas de morar”. Tais usos são reflexos de estratégias e táticas adotadas por empresas imobiliárias, mas que são carregadas de implicações para a vida urbana.

Somada a essas questões, ao “mergulhar” em campo, elementos físicos e simbólicos resultantes de processos de verticalização residencial necessitam, também, de certa atenção, uma vez que interferem na experiência do indivíduo na cidade. Em primeiro lugar, as incursões nos espaços públicos revelaram que as “novas formas de morar” no setor Marista, embora apresentem certa permeabilidade visual em seus recuos frontais, seja por meio do distanciamento da guarita, seja por barreiras translúcidas, têm dispositivos tecnológicos de segurança em suas entradas e perímetros (Figura 2).

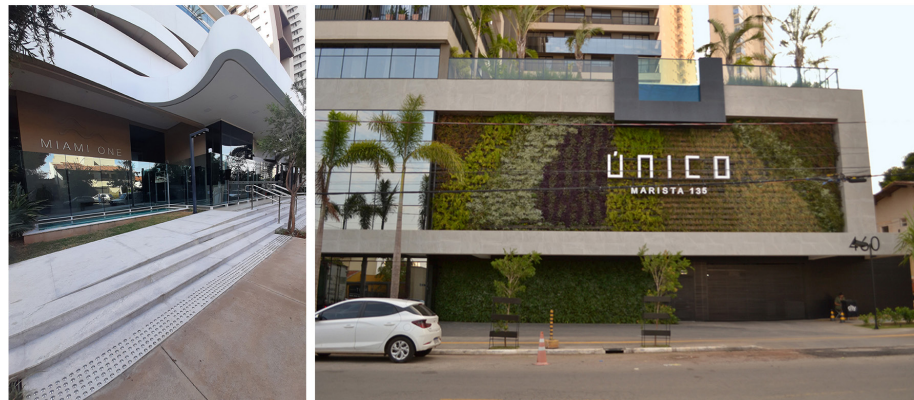


Figura 2: À esquerda, barreiras translúcidas e elevação da calçada para definir o que é público do que é privado; à direita, elevação da área de lazer. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Muros, cercas elétricas, câmeras de vigilância e até certas composições paisagísticas são utilizadas como estratégias defensivas, influenciando profundamente a formação das subjetividades e a maneira como as pessoas vivenciam a cidade. Esses elementos geram uma sensação de separação e isolamento, aumentam os conflitos entre diferentes grupos sociais e destacam a falta de coesão social. Nesse mesmo contexto, vale destacar que a elevação das áreas comuns e de lazer, intensificada nos empreendimentos que têm blocos de estacionamentos em pavimentos superiores, cria verdadeiros “paredões” equipados com sensores e dispositivos de monitoramento, que permeiam todo o percurso ao nível do pedestre. Isso, por sua vez, não apenas exacerba o distanciamento da “vida vertical” em relação aos espaços públicos (Figura 2) como permite o controle e a vigilância constante dos indivíduos que transitam no entorno dos empreendimentos (Figura 3, à esquerda).

Ainda, nota-se que o paisagismo dos empreendimentos tem função estratégica na configuração do morar vertical, intervindo nas práticas socioespaciais. Como Alves (2018) observou no caso do bairro Brooklyn, em São Paulo, as faixas de vegetação que cercam os recuos frontais e laterais dos condomínios no setor Marista passam a delimitar o caminho do pedestre e a influenciar no controle de acesso ao empreendimento. Assim, tornam algumas áreas impossíveis de



Figura 3: À esquerda, sistemas de vigilância e jardins nos perímetros dos empreendimentos; à direita, floreira com o nome da Incorporadora e do empreendimento. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

serem apropriadas para socializações e definem claramente os limites que separam o que é público do que é privado, garantindo que o fluxo de pessoas seja restrito. Além de configurarem-se como estratégias defensivas em Goiânia, o paisagismo também é utilizado como peça de marketing por parte das empresas (Figura 3, à direita).

Após a percepção das características físicas desse tipo de produção imobiliária no ambiente urbano, em um segundo momento, direcionando os olhares para as estratégias e táticas das incorporadoras e construtoras, evidenciou-se uma forte atuação dessas empresas na apropriação dos espaços públicos, como local para divulgação de seus produtos – as “novas formas de morar”. Essa atuação é percebida principalmente nos fins de semana, dias com maiores movimentações de praticantes ao longo do Parque Areião e da Alameda Ricardo Paranhos. As táticas identificadas compreendiam a apropriação privada desses espaços por meio de corretores imobiliários e seus *stands* de informações, distribuindo aos praticantes panfletos e “brindes”, como picolés, sorvetes, barras de cereais, água e acessórios para animais de estimação (Figuras 4 e 5).



Figura 4: À esquerda, corretores imobiliários distribuindo picolés no Parque Areião; à direita, stand de informações na pista de corrida da Alameda Ricardo Paranhos. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.



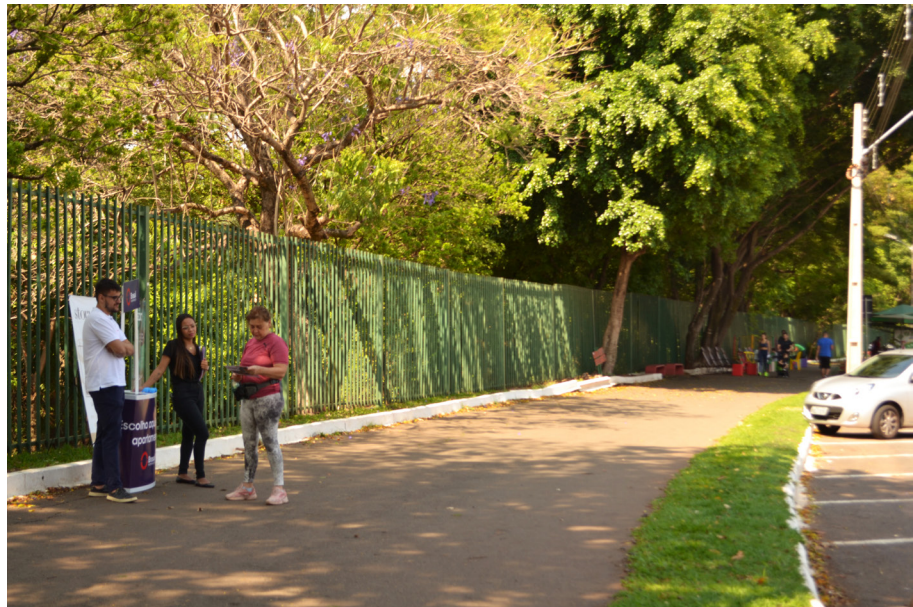


Figura 5: Interação entre praticantes e corretores imobiliários no Parque Areião. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Além disso, ficou perceptível que a atuação dessas empresas não se restringe às apropriações identificadas nos objetos empíricos selecionados. Ela também se manifesta em disputas pelos espaços privados, como meio de ampliar os lucros, ocorrendo de duas maneiras distintas. Uma das formas acontece antes mesmo do início do canteiro de obras, quando se criam espaços voltados ao consumo e ao lazer nos terrenos onde serão construídos os condomínios verticais. Nesse processo, o mais comum é a parceria com marcas de estabelecimentos temporários, como cafeterias e *foodparks*, mas também foram vistos *playground*, *pet places* e espaços “contemplativos” (Figura 6).



Figura 6: Novas espacialidades voltadas ao consumo e lazer. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

A segunda forma observada nas incursões está relacionada aos espaços físicos que centralizam a comercialização das “novas formas de morar” das próprias empresas imobiliárias. Nesses espaços, são realizados os mais diferentes eventos para atrair futuros moradores e investidores. A Figura 7 é representativa desse processo: à esquerda, uma chamada para uma sessão de cinema na sede da EBM Incorporações; à direita, atividades físicas na calçada do espaço da City Soluções Imobiliárias, expandindo-se para a Alameda Ricardo Paranhos.





Figura 7: À esquerda, leia-se “Cineminha EBM – Colônia de Férias”; à direita, calçada do empreendimento Azure da City Soluções Imobiliárias. Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Diante do exposto neste artigo, as dinâmicas observadas em campo trazem novas camadas para as investigações sobre o espaço público e as transformações nas práticas socioespaciais. A primeira está relacionada à apropriação privada dos espaços públicos, compreendidos pelo Parque Areião e pela Alameda Ricardo Paranhos, no setor Marista. Nesse caso, o espaço público é visto como um palco para estimular o consumo de determinada mercadoria, por meio dos *stands* de comercialização da habitação vertical fixados nos objetos empíricos, que interrompem usos e atividades diversas e espontâneas no Parque e na Alameda.

Além disso, a segunda forma está relacionada aos espaços privados das empresas imobiliárias, isto é, nos terrenos onde serão implantadas as “novas formas de morar” ou naqueles que centralizam a comercialização da mercadoria-habitação. Com a promoção de usos de caráter privado, ativados tanto pelo consumo quanto pelos mais diferentes eventos, tais estratégias demonstram a crescente privatização do espaço urbano, contribuindo para a substituição das interações sociais efetivamente públicas. Isso ocorre porque práticas socioespaciais são deslocadas do Parque Areião e da Alameda Ricardo Paranhos para locais onde a atmosfera “pública” real não existe (Alves; Appert; Montès, 2024), visto que são os interesses mercadológicos que norteiam os comportamentos e as formas de socialização.

Nesse sentido, a naturalização dessas tipologias urbanas abre espaço para novos arranjos de dominação, contribuindo com o que Alves, Appert e Montès (2024) alcunharam processo de perversão do espaço urbano (e público). Segundo os autores, a “perversão” se manifesta como um processo que permanece sob o controle do poder político. O modo como esses edifícios são produzidos e permitidos pelo planejamento urbano, além de redirecionar as práticas para o interior dos condomínios verticais, provoca outras implicações socioespaciais. Assiste-se, então, como “espacialidades do privado”, promovem a dissolução das experiências urbanas e condicionam a instrumentalização e a redução da vida pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da verticalização residencial aqui discutida, a partir do caso do setor Marista, permite contribuir com as discussões sobre o espaço público na



contemporaneidade, as quais não se esgotam. Neste artigo, o objeto de análise se vê tensionado tanto por usos e apropriações de empresas que produzem e comercializam edifícios residenciais verticais, transformando-o em palco de espetacularização para garantir processos de mercadorização, quanto pelo retraimento da vida social para espaços fechados e monitorados. Diante da investigação, questiona-se até que ponto esse modo de produção imobiliária está ampliando a participação de empresas e suas respectivas marcas no espaço urbano, promovendo explicitamente a privatização da cidade, inclusive em áreas que até então não estavam sob seu domínio.

Com aproximações a trabalhos já publicados sobre a verticalização residencial, os exemplos empíricos deste artigo não são apenas ilustrativos, mas são a base do argumento (Alves; Appert; Montès, 2024). As transformações observadas do e no espaço urbano e público, condicionadas pela lógica de acumulação flexível e pelas dinâmicas do capital imobiliário e financeiro, desencadeiam aquilo que podemos denominar de “espacialidades do privado”, as quais estruturam, promovem novos usos e apropriações e transformam as dinâmicas socioespaciais. A tendência à homogeneização social, o uso instrumental dos espaços e a crescente privatização do ambiente urbano desafiam o sentido pleno do espaço público, onde a alteridade, as controvérsias, a espontaneidade e a imprevisibilidade são fundamentais para a vida urbana.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. R. Public Spaces, Spaces of Public Domain: icons of a contemporary simulacrum?. In: Carlos Smaniotto Costa; Monika Maciulienė; Marluce Menezes; Barbara Marusic. (Org.). *'Co-creation of Public Open Places. Practice-Reflection-Learning'*. 1. ed. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020, p. 71-84.
- ALVES, M. R. Transformações Culturais e Contradições Urbanas do Espaço Público Contemporâneo. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 470-497, 2014.
- ALVES, M. R.; CAMARGO, C. M.; CARDOZO, L. C. Questões da Verticalização Urbana na França e no Brasil. Projeto Highrise. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, [S. l.], v. 18, p. 138-166, 2020. DOI 10.11606/issn.1984-4506.v18i2p138-166. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/170762/163219>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- ALVES, M. Vertical urbanisms and the regulatory production of “urban volumes”. In: URBAN AFFAIR ASSOCIATION 2018 MEETING, 48th, Toronto, 2018. *Anais* [...] Toronto: Urban Affair Association, 2018, p. 63.
- ALVES, M.; APPERT, M.; MONTÈS, C. *Producing and Living the High-rise: new contexts, old questions?*. 1. ed. Wilmington: Vernon Press, 2024.



ARROYO, J. *Espacio Público entre Afirmaciones y Desplazamientos*. 1. ed. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020. Disponível em: [https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8443/bitstream/handle/11185/5570/JulioArroyo\\_EspacioPublico\\_DIGITAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8443/bitstream/handle/11185/5570/JulioArroyo_EspacioPublico_DIGITAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIARIAS (ABRAIN). Relatório ABRAIN Mercado Imobiliário Capitais Brasileiras – 1º trimestre de 2023. *Brain Inteligência Estratégica*, São Paulo, p. 1-41, 2022.

BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRANCO, A. P. Mercado imobiliário de Goiânia cresce no embalo do agronegócio. *Folha S.Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mercado-imobiliario-de-goiania-cresce-no-embalo-do-agronegocio.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. An Introduction. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (org.). *Cities For People, Not For Profit*. London: Routledge, 2012. p. 1-10.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em SP*. São Paulo: Edusp, 2000.

DINIZ, A. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932 a 1935): Ideal estético e realidade política*. 1. ed. Goiânia: Nega Lilo Editora, 2021. p. 307.

EMPRESA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE PATRIMÔNIO. Base de Dados de Lançamentos Imobiliários, 2020.

GROAT, L.; WANG, D. *Architectural research methods*. Nova York: John Wiley and sons, 2013.

PAULA, F. M. A. *Descentralização e segregação socioespacial em Goiânia: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SIMONI, C.; CARVALHO, H.. Subsidized housing in the metropolis of São Paulo: Typological and geographic changes from boom to bust. In: Alves, M., Appert, M., Montès, C., *Producing and Living the High-rise: new contexts, old questions?*. 1. ed. Wilmington: Vernon Press. 2024. p. 105-132.



## Questions in the production of vertical living and the public space: a look at the Marista Sector in Goiânia

### Questões da produção do morar vertical e o espaço público: um olhar ao setor Marista, em Goiânia

### Questiones en la producción de la vivienda vertical y el espacio público: una mirada al sector Marista en Goiânia

*Lara Stival Garrote, Master of Sciences in Theory and History of Architecture and Urbanism, Institute of Architecture and Urbanism - University of São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brazil.*

*E-mail: larastival@usp.br  <https://orcid.org/0000-0002-4649-6895>*

*Manoel Rodrigues Alves, PhD in Architecture and Urbanism, Professor at Institute of Architecture and Urbanism - University of São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brazil.*

*E-mail: mra@sc.usp.br  <http://orcid.org/0000-0002-6935-0477>*

**How to cite this paper:** GARROTE, L.; ALVES, M. Questions in the production of vertical living and the public space: a look at the Marista Sector in Goiânia. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 121-134, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p121-134

**Submitted:** 2024-03-17

**Accepted:** 2024-07-31

### Abstract

In contemporary times, we witness the dissemination of certain urban phenomena that pose significant implications for public space, resulting in its instrumentalization, depreciation of its value, and reduction of social interactions. The current increase in



residential vertical urbanism, driven by new ways of living, as constantly labeled by the real estate market, has exerted visible impacts on the city as a public good to be experienced because it not only offers exclusivities within the walls to the residents, but also influences the ways public space and the city are used and appropriated. Consequently, it reconfigures, to varying degrees, socio-spatial practices and social interactions. This article analyzes some of those implications through strategies and tactics adopted by real estate companies that promote the new ways of living in the Marista sector of Goiânia. Field research methods combined with a literature review identified the production of privatized spatialities associated with certain appropriations from both verticalization processes and sales of new housing typologies, challenging the concept of public space and contributing to the reduction of urban life.

**Keywords:** Vertical residential; Socio-spatial practices; Public space; Private spatialities.

## Resumo

Na contemporaneidade, presencia-se a disseminação de certos fenômenos urbanos que possuem implicações significativas no espaço público, resultando em sua instrumentalização, na diminuição das interações sociais e na depreciação de seu valor. Nesse contexto, o atual aumento do urbanismo vertical residencial, orientado pelo que o mercado imobiliário constantemente rotula como “novas formas de morar”, tem apresentado desdobramentos visíveis na cidade enquanto bem público a ser vivenciado. Isso não apenas porque oferece “exclusividades” intra-muros aos moradores, mas também porque influencia nas formas de uso e de apropriação do espaço público e da cidade, reconfigurando, em maior ou menor grau, as práticas socioespaciais e as sociabilizações. O objetivo deste artigo é analisar algumas dessas implicações por meio das estratégias e táticas adotadas pelas empresas imobiliárias que promovem as “novas formas de morar” no setor Marista, em Goiânia. Com o método pesquisa de campo, em conjunto com a revisão bibliográfica, foi possível verificar a produção de “espacialidades do privado” que estão vinculadas à certas apropriações decorrentes de processos de verticalização e da venda de novas tipologias habitacionais, desafiando o sentido de espaço público e contribuindo com a redução da vida urbana.

**Palavras-chave:** Verticalização residencial; Práticas socioespaciais; Espaço público; Espacialidades privadas.

## Resumen

En la contemporaneidad, se presencia la difusión de ciertos fenómenos urbanos que tienen implicaciones significativas en el espacio público, resultando en su instrumentalización, en la disminución de las interacciones sociales y en la devaluación de su valor. El aumento actual del urbanismo vertical residencial, orientado por lo que el mercado inmobiliario constantemente etiqueta como “nuevas formas de vivir”, ha



presentado desarrollos visibles en la ciudad como un bien público a ser experimentado. Esto no solo porque ofrece “exclusividades” intra-muros a los residentes, sino también porque influye en las formas de uso y apropiación del espacio público y de la ciudad, reconfigurando las prácticas socioespaciales y las sociabilizaciones. El objetivo de este artículo es analizar algunas de estas implicaciones a través de las estrategias y tácticas adoptadas por las empresas inmobiliarias que promueven las “nuevas formas de vivir” en el sector Marista, en Goiânia. Con el método de investigación de campo, junto con la revisión bibliográfica, fue posible verificar la producción de “espacialidades privadas” que están vinculadas a ciertas apropiaciones derivadas de los procesos de verticalización y de la venta de nuevas tipologías habitacionales, desafiando el sentido de espacio público y contribuyendo a la reducción de la vida urbana.

**Palabras clave:** Verticalización residencial; Prácticas socioespaciales; Espacio público; Espacialidades privadas.

## INTRODUCTION<sup>1</sup>

In contemporary cities, transformations in urban space are conditioned by the social, cultural, political, technological, and economic dynamics that govern the present time. In this context, the advance of capital within urban structures, under the neoliberal configuration, transforms cities into real financial assets, where the socio-spatial forms resulting from this process – from buildings, built environment, land use systems, production, and exchange networks to metropolitan infrastructure arrangements – are shaped so as to ensure the necessary expansion of profits (Brenner; Marcuse; Mayer, 2012; Simoni; Carvalho, 2024).

In such a scenario where the production of space is generally guided by the logic of capital circulation and dominance, certain urban phenomena proliferate, significantly affecting the meaning of public space, thus leading to its instrumentalization, weakening of social interactions, and reduction of its value (Alves; Tapia, 2014; Alves, 2020). Thus, this article investigates some issues related to residential vertical urbanism and public space in contemporary times.

According to data from from Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp, 2020), since the 2000s, 9,344 towers have been built in Brazil, of which 8,510 were residential, a figure nearly triple that of the period between 1980 and 2000. Authors such as Alves, Camargo, and Cardozo (2020) and Alves, Appert, and Montès (2024) emphasized while corporate buildings are representative of that verticalization, contemporary residential high-rises are more than architectural

---

<sup>1</sup> This article is part of a master's thesis entitled *Verticalization in the planned city: transformations of/in the urban space and socio-spatial dynamics in Goiânia*, and supported by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Funding Code 001. The main objective was to understand the forms of use, appropriation, and socio-spatial practices in certain public spaces of the city, specifically within the empirical segments chosen, namely, Jardim Goiás and Marista sectors.



solutions; becoming commodities<sup>2</sup> in a global market. They are, therefore, essential elements for the generation of capital flows, targeted by developers and municipalities as part of a specific strategy for the reproduction of urban space (Alves; Camargo; Cardozo, 2020; Alves; Appert; Montès, 2024).

In that process, the vertical real estate market often labels that production as ‘new ways of living’, since such architectural typologies, especially targeted at middle and upper classes, offer the resident-consumer a range of ‘exclusive’ amenities related to leisure, services, and security within gated spaces<sup>3</sup>.

As early as the 2000s, Teresa Caldeira (2000) observed a similar process related to the emergence of privatized, enclosed, and monitored spaces for residence, consumption, leisure, and work in the city of São Paulo, which she referred to as ‘fortified enclaves’. Although the author placed greater emphasis on gated communities and enclosed horizontal condominiums, her interpretation remains relevant for a global understanding of this process: the logic of the condominium – or enclave – in establishing the ideal version of the ‘new concept of living’, serves as a central reference to be replicated in other typologies. In these, the predominant trend is the exclusivity of having ‘everything in the place of residence,’ the excessive pursuit of security, and the valorization of living among ‘equals,’ away from the social heterogeneity that composes public life (Caldeira, 2000).

More recently, Alves, Appert, and Montès (2024) have also contributed to the debate on the new market strategies of residential verticalization and their socio-spatial implications. The authors discuss the way the current vertical real estate production is involved in the process of relocating certain uses and practices into the interior of buildings and promoting both privatization and transformation of public space, leading to a socio-spatial fragmentation in several cities.

In this sense, while the ‘new ways of living’ are currently considered commodities resulting from the convergence of neoliberal urban policies and financial structures (Alves; Appert; Montès, 2024; Simoni; Carvalho, 2024), their (re)production has raised new questions on the dominance of capital in the cities and its implications for the uses and forms of appropriation of public space. Therefore, if public space can be understood as the place where collective experiences, interaction with differences (alterity), civility, and democratic exercise are performed, to what extent can the production of ‘new ways of living’ affect urban life?

---

2 Traditionally seen as a basic necessity and a human right, housing has been increasingly treated as a financial asset. Individuals purchase properties not only for personal use, but also as an investment, expecting their constant appreciation. Housing is therefore transformed into a commodity that can be bought and sold in the market, similarly to other commodities (typically, primary products traded globally).

3 In terms of leisure and service facilities, the highlights include gourmet spaces, playgrounds, multi-sport courts, gyms, playrooms, party halls, spas, game rooms, delivery spaces, internal markets, coworking spaces, and many other amenities. Regarding security strategies, noteworthy features include biometric and facial recognition systems, guardhouses with social and service entrance vestibules, cameras and micro-cameras placed at strategic points, perimeter monitoring and sensor installation at strategic locations, and even the use of Artificial Intelligence in security projects (see, for example, the Casa Conceito development by Terral Incorporadora, which will be built in Goiânia. Available at: <https://www.terralincorporadora.com.br/lancamento/casa-conceito---praca-do-sol/69>).



This article analyzes certain uses and forms of appropriation that manifest in the city and its public space, particularly related to the production and sales of 'new ways of living' in contemporary Goiânia. The focus is on the tactics and strategies adopted by real estate companies in the Marista sector, a neighborhood from the 1970s, composed of middle and upper classes of Goiânia, which has recently been the target of verticalization processes.

Goiânia was founded in 1933 to be the planned capital of the state of Goiás. A symbol of a new era, the original plan by Atílio Corrêa Lima<sup>4</sup> represented an attempt to break with the colonial past and pursue the modernization of a part of rural Brazil. Its verticalization process began in the 1960s when a few vertical buildings started to appear timidly in the central neighborhoods. Such timidity contrasts with the present day, when Goiânia stands out as the capital with greatest potential for real estate growth in the country, with 200 construction sites, including 120 buildings with more than 25 floors and a significant portion of the projects being in the luxury segment (Branco, 2023)<sup>5</sup>.

According to data from Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO), in 2022, 11,550 units were launched in the city, covering the vertical residential market, houses, hotels, and commercial buildings. Of these, 11,047 were apartments. The Marista sector is one of the most valued neighborhoods in the capital, with the square meter priced above R\$ 9,000. Additionally, it is one of the sectors that witnessed the greatest growth in 2022, with 1,352 new residential units (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás, 2022).

Therefore, what are the implications of that production on the public spaces of the neighborhood? An empirical investigation on verticalized areas, including an analysis of forms of appropriation and other dynamics representative of that process was conducted. Using field research methods<sup>6</sup> and a literature review related to public space, residential verticalization, and aspects of urban and contemporary societal transformation (in books, articles, theses, and dissertations), it aimed to highlight how housing processes in the context of high-rise buildings, intended for middle and upper classes, influenced social and spatial dynamics in and with the city.

---

4 Atílio Corrêa Lima (1901-1943) was a Brazilian architect, urban planner, engineer, and one of the pioneers of modernist principles in Brazil. He graduated from Escola Nacional de Belas Artes, in Rio de Janeiro, in 1926, and studied Urbanism at the Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP) from 1927 to 1930, during which he worked at Alfred Agache's office, one of the leading urban planners of that time, contributing to plans for the renovation and beautification of Rio de Janeiro (Diniz, 2021). The plan for Goiânia, developed by Atílio, is particularly celebrated as an example of urban planning that aimed to balance development and quality of life.

5 Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mercado-imobiliario-de-goiania-crece-no-embalo-do-agronegocio.shtml>

6 This is a method of investigation based on empirical realities, using a qualitative approach to understand a particular social phenomenon, and involves a variety of tactics such as observations, interviews, field diaries, and mapping. Additionally, it requires a complex process of coding and analyzing the reality in which the researcher is immersed (Wang; Groat, 2013). It is worth noting that classics such as 'The Concise Townscape' by Gordon Cullen and 'The Image of the City' by Kevin Lynch are also readings that can assist in field methodologies and subsequent analyses. However, in the dissertation proposal and, consequently, in this article, other approaches were selected, particularly from anthropological authors such as José Magnani, Alessia de Biase, and Tim Ingold, for constructing the research process and for analyzing the results found. The introduction to ethnographic research methods provided an interdisciplinary/transdisciplinary approach to understanding certain issues that are typically urban and specific social behaviors.



### Some tensions on contemporary public space issues

Discussing public space in contemporary times is recognizing the broad and diverse range of definitions and concepts associated with it, reflecting the inherent complexity of the subject. According to Alves (2014; 2020), public space is the place of human achievements, social heterogeneity, free individual or collective expression, highlighting its importance for democracy and urban life. It not only mediates encounters among diverse individuals, but also accommodates conflict, strengthening relationships, and social interactions by providing a space for debate and negotiation of differences (Alves, 2014; 2020). The space is public insofar as it promotes the coexistence of diversity, controversies, unpredictability, and engagement with alterity – the nature or condition of what is ‘other,’ what is distinct.

Arroyo (2011) argued that the city is both conceptually and factually a public event. For the author, the public is a constitutive category of the urban, where intersubjective relationships of political, social, and cultural nature are developed. It is in that place the articulation between the physical dimension (related to materiality) and the political dimension occurs, establishing space-time practices that define daily experiences in the city through a system of forms-activities-meanings. In other words, the physical form aligns with socio-spatial practices developed in public space, triggering a process of social significance that affects its value.

However, in contemporary times, Arroyo (2011) asserted the existence of a symbolic devaluation of the values of civility that compose that place. With the production of cities increasingly regulated by market logic and in light of certain society transformations, there is a proliferation of urban phenomena that turn space into a highly commercial environment, constantly mediated by surveillance devices that, with the exacerbated increase in physical barriers, strain the city as a public and cultural asset to be experienced (Alves, 2014; 2020).

Bauman (2005) highlighted those phenomena were associated with transformations in liquid-modern society. According to the author, the increase in the sense of insecurity, given the instability of the present time, leads to the spread of fear and, towards mitigating it, individuals contribute to the reproduction of market logic by consuming walled and regulated spaces, where the price paid is always the distance from collective life, interpersonal relationships, dialogue, and ability to coexist with strangers (Bauman, 2005). The author also claimed the pursuit of security translates into a desire to establish a ‘common’ identity among people who consider themselves ‘equal’ to each other, implying territorial separation through ‘defensible spaces.’ Besides the tendencies for societal retreat into private life, forms of socialization and appropriation are also conditioned by consumption and immediacy (Alves, Appert, Montès, 2024). However, Arroyo (2011) demonstrated it does not imply the absence of urban life in public spaces. On the other hand, the socio-spatial practices that materialize there reflect a domain of contingent encounter, a place merely reduced to the circulation and concentration of people, goods, and information, challenging its democratic potential.



In function of the aforementioned considerations, the importance of investigating the implications of certain architectural typologies (for example, the 'new ways of living') on public space becomes evident. Whereas structures that enclose themselves and contribute to redirecting practices towards private collective spaces in the vertical plane are one aspect, other nuances permeate and condition urban experiences in the city. In light of the advancement of those typologies in Goiânia, specifically in the Marista sector, such social and spatial manifestations present in the public spaces of the neighbourhood must be observed.

### Private uses and appropriations in the Marista sector

Unlike other neighborhoods in the capital, Marista was not planned; it emerged from an illegal occupation of part of the area donated by the State to the Marist Congregation (Paula, 2003). For this reason, its history is intrinsically associated with the creation of the Marist School, established in 1962 in a region that, at the time, was part of the adjacent sector of Pedro Ludovico. With the arrival of the school, the surrounding area became highly valued, leading to the construction of luxurious mansions that contrasted with the illegal settlements established along the Areião creek. According to Paula (2003), that scenario triggered significant pressure from the residents of those mansions and the Congregation to separate from the Pedro Ludovico sector and establish their own area. Consequently, Marista was officially founded in 1971 (Figure 1).



Figure 1: Map of the Marista sector in Goiânia showing the vertical condominiums that have been built, are under construction, or are in the launching phase. Source: Elaborated by the authors, 2024.



The neighborhood is considerably consolidated and fully urbanized. Despite the ongoing process of verticalization, the horizontal pattern is still predominant, although the presence of construction companies and developers along Alameda Ricardo Paranhos is notable, reflecting in new buildings. It is also characterized by a concentration of medical and hospital services, retail shops, traditional restaurants, and, more recently, arrival of more sophisticated restaurants in former houses converted for that use, which enhances its centrality and contributes to making the sector one of the most desired areas to live in.

Regarding the empirical focus chosen for the field research, the presence of well-designed public spaces was considered. Examples include Areião Park and the central median of Alameda Ricardo Paranhos (Figure 1), which are potential sites for urban sociability and analyses of socio-spatial practices<sup>7</sup>. The present article focuses on analyses of the forms of appropriation associated with the processes of verticalization and the sale of 'new ways of living'. Such uses reflect strategies and tactics adopted by real estate companies; however, they carry significant implications for urban life.

Along with those issues and in function of an "immersion" in the field, both physical and symbolic elements resulting from residential verticalization also require attention, since they impact the individual's experience in the city. Firstly, field visits revealed despite the 'new ways of living' in the Marista sector showing some visual permeability in their front setbacks, whether through the distance of the gatehouse, or through translucent barriers, they feature technological security devices at their entrances and perimeters (Figure 2).

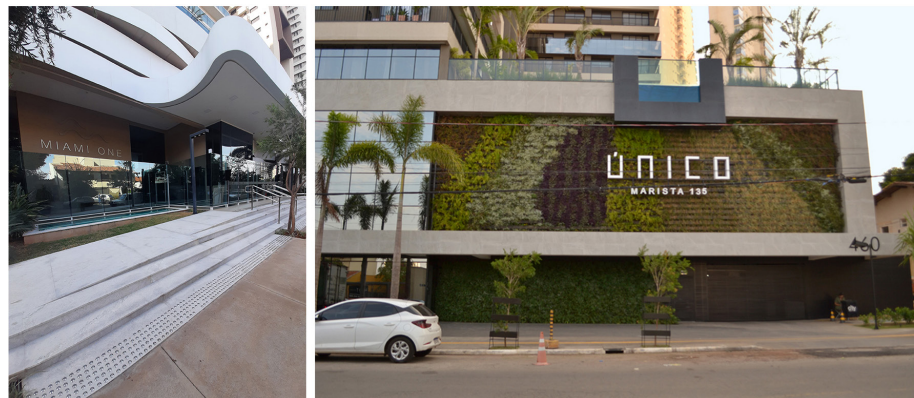


Figure 2: On the left, translucent barriers and sidewalk elevation to define what is public from what is private; On the right, elevation of the leisure area. Source: Elaborated by the authors, 2023.

Walls, electric fences, surveillance cameras, and even certain landscaping compositions are used as defensive strategies, profoundly influencing the

7 Field visits took place throughout July 2023, on both weekdays and weekends, covering different times of the day. The studied practices included activities related to consumption, leisure and recreation, physical and sports activities, maintenance of vertical living, and real estate dynamics. However, due to the scope of the article, only the latter are highlighted, for they also play a role in the reconfiguration of certain practices in urban space.



formation of subjectivities and the way people experience the city. Such elements create a sense of separation and isolation, increase conflicts between different social groups, and highlight a lack of social cohesion. In the same context, the elevation of common and leisure areas, intensified in developments with parking blocks on upper floors, creates real 'barrier walls' equipped with sensors and monitoring devices that span the entire pedestrian route. In turn, it not only exacerbates the distancing of 'vertical living' from public spaces (Figure 2), but also enables constant control and surveillance of individuals moving around the developments (Figure 3 - left).



Figure 3: On the left, surveillance systems and gardens at the perimeters of the developments; On the right, a planter with the name of the developer and the project. Source: Elaborated by the authors, 2023.

Moreover, the landscaping of the developments plays a strategic role in configuring vertical living, intervening in sociospatial practices. As observed by Alves (2018) in the case of the Brooklyn neighborhood in São Paulo, the strips of vegetation surrounding the front and side setbacks of the condominiums in the Marista sector define the pedestrian path and influence access control to the development. They make some areas unsuitable for social interactions and clearly define the boundaries between public and private spaces, ensuring the flow of people is restricted. In addition to serving as defensive strategies, landscaping in Goiânia is also used as a marketing tool by the companies (Figure 3 - right).

After perceiving the physical characteristics of that type of real estate production in the urban environment, in a second phase that focused on the strategies and tactics of developers and construction companies, a strong role of those companies in the appropriation of public spaces as a venue for promoting their products—the 'new ways of living'—was evident. The activity is particularly noticeable on weekends, days with higher foot traffic around Parque Areião and Alameda Ricardo

Paranhos. The tactics identified involved the private appropriation of those spaces through real estate agents and their information stands, distributing flyers and 'gifts' such as popsicles, ice creams, granola bars, water, and pet accessories to visitors (Figures 4 and 5).



Figure 4: On the left, real estate agents distributing popsicles at Parque Areião; On the right, an information stand on the running track at Alameda Ricardo Paranhos. Source: Elaborated by the authors, 2023.

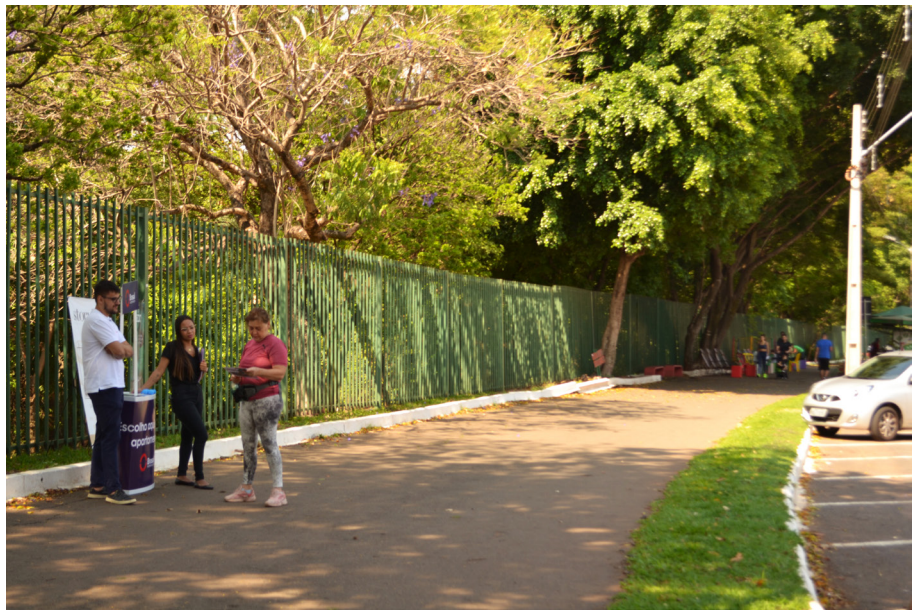


Figure 5: Interaction between visitors and real estate agents at Parque Areião. Source: Elaborated by the authors, 2023.

The activities of those companies are evidently not limited to the appropriations identified in the selected empirical objects; they are also reflected in disputes over private spaces as a means to increase profits, occurring in two distinct ways. One takes place even before the construction site begins, when spaces for consumption and leisure are created on the land where vertical condominiums will be built. The most common practice in that process is partnering with brands of temporary establishments, such as cafes and food parks, but playgrounds, pet areas, and 'contemplative' spaces are also found (Figure 6).



Figure 6: New spatial arrangements focused on consumption and leisure. Source: Elaborated by the authors, 2023.

The second form observed during the field visits is related to the physical spaces that centralize the marketing of the ‘new ways of living’ by the real estate companies themselves. In these spaces, various events are held to attract potential residents and investors. Figure 7 illustrates the process: on the left, in an advertisement for a movie session at the headquarters of EBM Incorporações and, on the right are physical activities on the sidewalk of City Soluções Imobiliárias’ space, extending to Alameda Ricardo Paranhos.



Figure 7: On the left, read ‘Cinema EBM – Summer Camp’; on the right, the sidewalk of the Azure project by City Soluções Imobiliárias. Source: Elaborated by the authors, 2023.

Given the findings presented in this article, the dynamics observed in the field add new layers to the investigations of public space and transformations in socio-spatial practices. The first layer refers to the private appropriation of public spaces, namely Areião Park and Alameda Ricardo Paranhos in the Marista sector. In that case, public space is viewed as a stage to stimulate the consumption of a specific commodity, through the vertical housing sales stands placed in the empirical objects, which interrupt various and spontaneous uses and activities in the Park and the Alameda.

The second layer is related to the private spaces of real estate companies, i.e., plots where the “new ways of living” will be implemented or those that centralize the marketing of the housing commodity. By promoting private uses activated both by consumption and various events, those strategies demonstrate the increasing privatization of urban space. They also contribute to the replacement of effectively public social interactions, since socio-spatial practices are displaced



from Areião Park and Alameda Ricardo Paranhos to locations where the real “public” atmosphere does not exist (Alves; Appert; Montès, 2024), for it is market interests that drive behaviors and forms of socialization.

In this sense, the normalization of those urban typologies paves the way for new arrangements of domination, contributing to what Alves, Appert, and Montès (2024) termed as the process of urban (and public) space perversion. According to the authors, “perversion” manifests as a process that remains under the control of political power. Besides redirecting practices to the interior of vertical condominiums, the way those buildings are produced and sanctioned by urban planning triggers other socio-spatial implications so that the dissolution of urban experiences and the instrumentalization and reduction of public life by privatized spatialities can be observed.

## FINAL CONSIDERATIONS

The discussion of residential verticalization, particularly regarding the Marista sector, contributes to ongoing debates on contemporary public space. In this article, the object of analysis is challenged by uses and appropriations of companies that produce and market vertical residential buildings, turning such spaces into stages for spectacularization to ensure commodification processes, and by the retreat of social life into enclosed and monitored spaces. Therefore, the extent to which such a mode of real estate production is expanding the presence of companies and their brands in urban space, explicitly promoting the privatization of the city, even in areas previously outside their control, is questioned.

Drawing on existing work on residential verticalization, the empirical examples provided in the article are not merely illustrative, but form the basis of the argument (Alves; Appert; Montès, 2024). The transformations observed in and of urban and public space, driven by the logic of flexible accumulation and the dynamics of real estate and financial capital, trigger what can be called privatized spatialities, which structure and promote new uses and appropriations and transform socio-spatial dynamics. The trend towards social homogenization, the instrumental use of spaces, and the increasing privatization of the urban environment challenge the full meaning of public space, where alterity, controversy, spontaneity, and unpredictability are fundamental to urban life.

## REFERENCES

- ALVES, M. R. Public Spaces, Spaces of Public Domain: icons of a contemporary simulacrum?. In: COSTA, C. S.; MACIULIENÈ, M.; MENEZES, M.; MARUSIC, B. (org.). *Co-creation of Public Open Places*. Practice-Reflection-Learning. 1. ed. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020. v. 1, p. 71-84.



ALVES, M. R.; CAMARGO, C. M.; CARDOZO, L. C. Questões da Verticalização Urbana na França e no Brasil. Projeto Highrise: Proyecto Highrise. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), [s. l.], v. 18, p. 138-166, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v18i2p138-166. Available at: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/170762>. Access on: 16 Mar. 2024.

ALVES, M.; APPERT, M.; MONTÈS, C. *Producing and Living the High-rise: new contexts, old questions?*. 1. ed. Wilmington: Vernon Press, 2024.

ALVES, M. R. Transformações Culturais e Contradições Urbanas do Espaço Público Contemporâneo. In: ALVES, M. R.; TAPIA, C. (ed.). *Processos Extremos na Constituição da Cidade*. *Cidades*, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 470-497, 2014.

ALVES, M. Vertical urbanisms and the regulatory production of "urban volumes". In: 48th ANNUAL MEETING, 2018, Toronto. *Anais [...]*. Toronto: Urban Affairs Association, 2018.

ARROYO, J. *Espacio Público entre Afirmaciones y Desplazamientos*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2011.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE GOIÁS. Relatório Trimestral Pesquisa de Mercado Imobiliário em Goiânia e Aparecida de Goiânia. *Brain Inteligência Estratégica*, 2022.

BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRANCO, A. P. Mercado imobiliário de Goiânia cresce no embalo do agronegócio. 2023. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2023. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mercado-imobiliario-de-goiania-cresce-no-embalo-do-agronegocio.shtml>.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. An Introduction. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (org.). *Cities for people, not for profit*. London: Routledge, 2012. p. 1-10.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em SP*. São Paulo: Edusp, 2000.

DINIZ, A. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932 a 1935): Ideal estético e realidade política*. 1. ed. Goiânia: Nega Lilu Editora, 2021. 307 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE PATRIMÔNIO. Base de Dados de Lançamentos Imobiliários, 2020.

GROAT, L.; WANG, D. *Architectural research methods*. New York: John Wiley and sons, 2013.



PAULA, F. M. A. *Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista*. 2007. 212 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SIMONI, C.; CARVALHO, H. Subsidized housing in the metropolis of São Paulo: Typological and geographic changes from boom to bust. *In: ALVES, M.; APPERT, M.; MONTÈS, C. Producing and Living the High-rise: new contexts, old questions?*. 1.ed. Wilmington: Vernon Press, 2024.



## Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano

### Urban hostilities: a feminine perspective on urban space

### Hostilidades urbanas: una perspectiva femenina del espacio urbano

*Yara Coelho Neves, doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

*E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br  <https://orcid.org/0000-0002-6425-3221>*

*Brenda Costa Salatiel Batista da Silva, graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora.*

*E-mail: brenda.salatiel@estudante.ufjf.br  <https://orcid.org/0009-0003-3608-3514>*

**Para citar este artigo:** NEVES, Y. C.; SALASTIEL, B. C. Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 135-147, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p135-147

**Submissão:** 2024-02-15

**Aceite:** 2024-06-24

### Resumo

O presente artigo discute o uso do espaço público pela mulher, abordando por meio de um traçado histórico a influência do patriarcado e do conceito de propriedade privada no não reconhecimento do trabalho reprodutivo feminino. Além disso, a pesquisa enfoca os desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente no contexto



urbano, ao se inserirem no mercado de trabalho e em ambientes que não foram inicialmente projetados para elas. Embora as mulheres tenham conquistado espaço nos ambientes profissionais, continuaram responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que corrobora para uma sobrecarga e contribui para a feminização da pobreza. A conclusão destaca a importância de repensar a estrutura urbana para acolher as necessidades específicas das mulheres, proporcionando ambientes mais seguros e inclusivos. Ao compreender e abordar as complexidades enfrentadas por elas no uso do espaço público, espera-se contribuir para a criação de cidades mais equitativas e acessíveis a todos os grupos sociais.

**Palavras-chave:** Mulheres; Espaço urbano; Espaço público; Cidade; Hostilidades.

### Abstract

The present paper discusses the use of public space by women, approaching through historically outline the influence of the patriarchy and the concept of private propriety in the non-recognition of female reproductive work. Beyond that, the research focuses on the challenges faced by women, especially in the urban context, when entering the job market and environments that were not initially designed for them. Although women have gained space in professional environments, they continue to be responsible for reproductive work, placing a certain overload on them and contributing to the feminization of poverty. Finally, the work highlights the importance of rethinking the urban structure to welcome the specific needs of women, providing safer and more inclusive environments. By understanding and addressing the complexities they face in the use of public spaces, we hope to contribute to the creation of more equitable and accessible cities for all social groups.

**Keywords:** Women; Urban space; Public space; City; Hostilities.

### Resumen

El presente artículo aborda el uso del espacio público por parte de la mujer, explorando a través de un recorrido histórico la influencia del patriarcado y el concepto de propiedad privada en el no reconocimiento del trabajo reproductivo femenino. Además, la investigación se centra en los desafíos que enfrentan las mujeres, especialmente en el contexto urbano, al incorporarse al mercado laboral y a entornos que inicialmente no fueron diseñados para ellas. A pesar de que las mujeres han ganado espacio en los ámbitos profesionales, continúan siendo responsables del trabajo reproductivo, lo que contribuye a una carga adicional y contribuye a la feminización de la pobreza. La conclusión resalta la importancia de repensar la estructura urbana para atender las necesidades específicas de las mujeres, proporcionando entornos más seguros e



inclusivos. Al comprender y abordar las complejidades que enfrentan en el uso del espacio público, se espera contribuir a la creación de ciudades más equitativas y accesibles para todos los grupos sociales.

**Palabras clave:** Mujer; Espacio urbano; Espacio público; Ciudad; Hostilidad.

## INTRODUÇÃO

A divisão de tarefas a partir do gênero é intrínseco ao desenvolvimento da humanidade. Entretanto, essa divisão começa a se tornar conflituosa quando surge a ideia de propriedade privada, acumulação, trabalho remunerado e produção enquanto atividade altamente valorada. Heleieth Saffioti (2013, p. 53) afirma que, quando o valor de troca passa a permear os artigos produzidos pelos trabalhadores, eles passam a se configurar como mercadoria e a força de trabalho ganha a mesma determinação.

Dentro da lógica do surgimento do capitalismo, aconteceu uma clara divisão de tarefas ligadas a cada gênero. Segundo Saffioti (2013, p. 61-66), a mulher sempre teve determinada importância no trabalho, afinal as que estavam nas camadas sociais mais baixas se ocupavam da produção de bens e serviços, ou seja, nunca estiveram alienadas do trabalho, sempre atuaram em prol da subsistência de suas famílias. Nas sociedades pré-capitalistas, a família era o núcleo econômico e, por conta disso, o trabalho que as mulheres se ocupavam em desempenhar era focado no benefício desse grupo (nele e para ele). Dessa maneira, a mulher seria colocada como inferior ao homem nas esferas jurídica, social e política, mas sua participação no sistema produtivo – de certa maneira – era necessária e importante. O limite para essa participação se dava pela impossibilidade de ocuparem posições privilegiadas, ficando sempre relegadas às mais subalternas possíveis. Assim, com o estabelecimento efetivo do sistema capitalista em nossa sociedade, as mulheres foram postas em um lugar de completa marginalidade (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Dessa forma, ao longo dos anos, estabeleceu-se que as mulheres acumulariam essa tortuosa participação no trabalho produtivo com todas as demandas do trabalho reprodutivo, fundamentalmente necessário para sustentar todo o sistema e socialmente desvalorizado, pois não gera mercadoria em si. A mulher ficou muito relegada ao espaço privado, sendo responsável por tudo que envolve cuidados com a casa, com a prole, com os idosos e demais atividades não remuneradas. No entanto, o patriarcado emerge com o não reconhecimento desse trabalho reprodutivo, hierarquizando a importância de cada função na família e corroborando a manutenção da relação de poder e domínio do homem sobre a mulher.



A discussão da estrutura social e econômica a partir de uma perspectiva de gênero se faz fundamental quando vamos levantar um debate sobre o direito à cidade, principalmente relacionado ao que tangencia segurança. A geógrafa Ana Fani Carlos (2007, p. 20) fala sobre como a cidade é resultado de um processo de construção humana, um produto histórico-social. Para ela, a cidade se revelaria ao longo da história como um resultado sempre fluido de eventos e ações humanas acumuladas ao longo do tempo, que despontam para possibilidades futuras que vão sendo criadas na vida cotidiana. De acordo com as ideias debatidas pela autora, não seria possível uma dissociação entre espaço e sociedade, pois as relações sociais se materializariam de maneira física em um território concreto (Carlos, 2007, p. 20-21).

A cidade é o espaço físico onde vemos refletidas as relações e os acontecimentos de nossa sociedade. Terezinha Gonzaga, em sua tese *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*, afirma que a cidade é um lugar de fazer social onde se dão encontros, comemorações, consumo, trabalho, ócio e lutas sociais (Gonzaga, 2004, p. 17). Se observamos ao longo da história das cidades, é possível perceber como as práticas religiosas, as relações sociais, os costumes, as questões econômicas e comerciais e as relações de poder se refletiram fisicamente na conformação espacial das cidades e na produção arquitetônica como um todo.

Nesse sentido, observa-se também que, em muitos casos, quando o espaço público se torna presente nas relações humanas, as mulheres não estão inseridas nesse ambiente. A elas é destinado o espaço privado das residências (onde acontece o trabalho reprodutivo). Isso se agrava sobremaneira quando pensamos que a sociedade – e, por conseguinte, as cidades – se estrutura a partir de relações políticas, das quais elas também não participaram inicialmente. Podemos dizer que a cidade urbanizada se organiza em ambientes políticos, econômicos, educacionais, comerciais, e apenas nos últimos 30 anos as mulheres começaram a se inserir neles de maneira mais substancial, mesmo assim, de maneira extremamente lenta, sendo essa inserção por necessidade de autossustento ou por resultado de embates contra a estrutura patriarca convencional.

No entanto, mesmo que os corpos femininos tenham conquistado espaços na sociedade ao longo da história, o trabalho reprodutivo continua, na maioria dos casos, na responsabilidade das mulheres da família. Essas mulheres exercem o trabalho fora e dentro de casa, transitando de uma maneira extremamente complexa pela cidade que não as atende em termos de estrutura, segurança ou mobilidade.

Sendo assim, o presente trabalho discute a questão do uso da cidade pelos corpos femininos e as dificuldades encontradas no que tangencia a mobilidade e a permanência em espaços públicos. Para isso, o artigo traça uma contextualização do tema articulando o traçado histórico de ocupação das cidades e as autoras da epistemologia feminista.



## Contextualização

A forma como as mulheres ocupam hoje os espaços públicos da cidade resulta de uma construção social histórica e, para compreendê-la, primeiro precisamos entender como sua posição social acompanhou a história da formação das cidades e qual foi o seu papel nesse longo processo.

Segundo Terezinha Gonzaga (2004, p. 73), antes de estar economicamente em classes inferiores, a mulher é culturalmente inferiorizada. Isso acontece para que a ideologia dominante – capitalista e machista em questão – se sustente, uma vez que, como se sabe, para que haja um sistema de dominação, é necessário haver um sistema a ele subordinado. A autora coloca que os espaços foram conquistados pelos homens e sustentados em uma relação de dominação sobre a mulher, os filhos, os escravos, os animais e a natureza. Diante disso, entenderemos a propriedade privada como marco inicial dessa dominação, levando em consideração que, embora os saberes matriarcais tenham sido muito importantes para promover essa permanência, a mulher foi pouco valorizada como alicerce e muito menos incluída no uso desse espaço que foi se desenvolvendo posteriormente em vilas e assentamentos urbanos ao longo da história.

Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, fala sobre como o movimento europeu de cercamentos e expropriações confabulados entre igreja, Estado e proprietários de terras, que ocorreu a partir do final do século XV na Europa e do século XVI na América, foram os precursores para o estabelecimento da propriedade privada e como eles afetaram sobremaneira as mulheres. Segundo Federici (2017), quando a terra foi privatizada, as mulheres encontraram mais dificuldades do que os homens para se sustentar. O trabalho nômade era mais difícil para elas por causa da exposição à violência masculina e ainda pela mobilidade, que era dificultada pela gravidez e cuidado com a prole. Assim, as mulheres estiveram cada vez mais envolvidas e confinadas ao trabalho reprodutivo.

A figura da dona de casa, construída pelas mudanças sociais ao longo da história e reforçada no século XIX, acabou por reforçar a posição das mulheres na sociedade. Essa configuração é reflexo da forte divisão sexual do trabalho e da influência intrínseca sobre o modo como as pessoas vivem nas cidades. Dessa forma, o lugar próprio das mulheres acabou sendo definido e reforçado inúmeras vezes como sendo o do interior da casa, onde se ocupam de afazeres não produtivos (Montaner; Muxí, 2014), enquanto o lugar de permanência dos homens é o local de trabalho, este degradante, braçal e laborioso. Certamente, os reflexos dessa constituição social são observados com frequência ainda hoje.

Entretanto, como aponta Dolores Hayden (1984 *apud* Freitas, 2019, p. 2), o papel doméstico imposto à mulher exigia uma posição social dela, e a transformação dessa posição social não aconteceria se suas responsabilidades domésticas



continuassem sustentando o modelo hegemônico de família. Desde então, a mulher branca da classe média esteve trabalhando fora de casa, ao mesmo tempo que tentava mantê-la em ordem. Muitas vezes, para que isso fosse possível, elas designavam esta função a outra mulher, geralmente preta. Para essa outra mulher, a luta feminina pelo direito ao trabalho não era uma questão, tendo em vista que ela sempre precisou contribuir (ou, muitas vezes, prover integralmente) financeiramente para o sustento de seu lar.

Nesse contexto, o trabalho que até então era desenvolvido pelas mulheres sem remuneração passa a ser terceirizado a outras mulheres ainda mais exploradas (Carneiro, 2003), sendo elas contratadas para educar os filhos e fazer a manutenção do ambiente doméstico das primeiras, e cuidar de doentes e idosos. Nessa perspectiva, Saffioti (1987, p. 116 *apud* Neves; Alves, 2020 p. 237) associa a complexidade da situação de opressão da mulher na atual sociedade brasileira à interseção de três sistemas de exploração: o patriarcado – que age sobre o corpo feminino subjugado; o racismo – que age sobre o corpo negro explorado; e o capitalismo – que age sobre o corpo proletário.

Quando essas mulheres, que antes estavam muito mais reclusas ao lar por não realizarem nenhum trabalho remunerado, começam a acessar cargos produtivos fora de suas residências visando complementar a renda necessária e assim suprir as novas demandas de consumo, elas se deparam com uma cidade que não foi pensada para atendê-las: seus percursos são mais complexos que os dos homens, já que, além do trabalho, ainda arcam com as atividades reprodutivas, ou seja, precisam levar e buscar os filhos na escola, fazer as compras no mercado, cuidar de parentes idosos e acamados, e continuar fazendo todo o trajeto que já faziam.

São as mulheres que vão sentir em seus corpos a precariedade do acesso a bens materiais e simbólicos produzidos pelas cidades e ofertados desigualmente (Alfonsin; Fernandes, 2006, p. 254). São elas que vão sentir as dificuldades relativas à acessibilidade das calçadas, que não são adequadas ao uso do carrinho de bebê ou ao caminhar infantil; a falta de segurança em determinados locais, dada pela iluminação insuficiente; excesso de fachadas cegas e terrenos vagos; e, ainda, a grande exposição a eventos de assédio, seja no transporte público, seja no espaço urbano ou em espaços privativos. Leslie Kern fala sobre os “mitos do estupro”, definindo-os como um componente essencial para embasar o que conhecemos como “cultura do estupro” e que são utilizados para uma culpabilização da vítima. Algumas falas, como “o que você estava vestindo?”, “por que não denunciou?”, “o que estava fazendo na rua até tão tarde?”, “mas, também, esse não é um ambiente para ela”, mostram quanto nossa cultura ainda tenta atribuir a culpa do assédio à mulher. Mesmo as vítimas se acusam de estar agindo indevidamente ao esperar o ônibus sozinhas, frequentar determinado bar, andar desacompanhadas ou pegar atalhos (Kern, 2021).

Neves e Alves (2020, p. 241) afirmam que, quando se trata do planejamento urbano, é indiscutível que as mulheres brasileiras estejam sendo invisibilizadas.



E isso influencia diretamente o uso e a apropriação dos espaços pelos corpos femininos, bem como a participação desses corpos nos processos de decisão a respeito do espaço. De acordo com Ferreira e Silva (2017, p. 5 *apud* Neves; Alves, 2020, p. 241), os ambientes construídos refletem os estereótipos dos lugares ditos femininos e masculinos, e a ótica masculina é predominante na produção dos espaços urbanos. A separação dos setores comerciais, industriais e residenciais pelo planejamento urbano racionalista e funcionalista contribui para o aprisionamento do corpo feminino, reforçando a divisão do trabalho. Esse aprisionamento está ligado ao fato de que o deslocamento é uma barreira entre a mulher e os serviços que a cidade oferece. Se ela não está segura para transitar pela cidade, como pontuado e exemplificado acima, fica claro que há problemas relativos à mobilidade urbana que também afetam principalmente esses corpos femininos, que são a maior parte dos usuários do transporte coletivo.

### **A mulher e o espaço urbano**

O medo que leva as mulheres a segurar suas chaves já nas mãos enquanto andam em direção ao portão de sua casa, para não se exporem ao procurá-las em sua bolsa, ou o medo que faz com que evitem passar muito perto de fachadas com recuos, que podem esconder alguém que represente ameaça, ou o medo que motiva a escolha de um caminho mais longo e demorado em lugar de um percurso mais curto e que possa apresentar perigos, mesmo que imaginários, são sentimentos geralmente não vivenciados – e sequer pensados – pelos homens.

Leslie Kern (2021) conta como sua experiência foi diferente da que teve seu irmão ao se mudarem para uma nova cidade quando eram jovens. Ela fala sobre como sua experiência de gravidez a fez sentir-se indesejada no espaço urbano ao mesmo tempo que seu corpo se tornou mais público do que antes. A sensação de exposição a incomodava por chamar a atenção das pessoas ao mesmo tempo que se sentia invisível em locais onde precisaria de algum suporte. Era uma contradição ser vista como alguém que precisava de cuidados e atenção especial, mas também alguém que as pessoas fingiam não ver para não terem que ceder o lugar no metrô. Posteriormente, com o uso do carrinho de bebê, teve de ouvir falas grosseiras a respeito do espaço que ele ocupava, e lidou com a realidade de uma cidade que não tem espaço para o carrinho ou para as suas crianças andarem lado a lado.

Além das dificuldades em relação ao trânsito com carrinhos de bebês e crianças pequenas, enfrentamos a inexistência de banheiros públicos tanto para suprir as necessidades dos corpos que menstruam como para atender à realidade de mães – geralmente as responsáveis pelas crianças – que precisam trocar as fraldas de seus bebês. Muitos estabelecimentos ainda limitam a presença de crianças, o que faz sentido em ambientes que sejam inapropriados para elas, contudo, isso



também restringe a presença de mães, uma vez que a criança, na maioria dos casos, fica continuamente sob os cuidados da mãe.

Em contrapartida, em relação aos corpos masculinos, é muito comum vê-los urinando em locais públicos de modo desimpedido e despreocupado; mesmo sendo pais, frequentando, sem julgamento externo ou restrições, estabelecimentos que possam ser inapropriados para crianças; e percorrendo a cidade livremente sem o medo constante de ameaças externas ao seu corpo. Dessa forma, é evidente que o espaço público é um local experienciado de forma muito diferente pelo homem, que se sente absolutamente seguro, e pela mulher, que não se sente segura para permanecer no espaço público ou transitar pela cidade.

Na esteira desse debate, a geógrafa Sônia Alves Calió (1991, *apud* Alfonsin; Fernandes, 2006) vai sugerir que, para uma cidade mais inclusiva aos corpos femininos, deve haver a construção de fraldários públicos, a distribuição equilibrada de equipamentos de serviços pelos bairros da cidade, o uso da iluminação pública como medida de segurança e a incorporação das mulheres nos processos de decisão a respeito dos projetos habitacionais.

## Mobilidade

Os percursos feitos pelas mulheres nas cidades também se transformaram ao longo da história e se tornaram mais complexos com a organização e modificação das formas urbanas.

Sabe-se que a principal responsável pela cadeia do cuidado é a mulher e, portanto, além da sua atividade produtiva remunerada, acabam ficando a seu encargo tarefas como levar e buscar crianças na creche/escola/aulas extras/médicos, fazer as compras no supermercado, levar os idosos aos compromissos de saúde etc. Com base nisso, podemos perceber que existe, em relação à mobilidade urbana, uma problematização de gênero que se expressa no modo de circular na cidade, em quais meios de transporte mulheres e homens mais utilizam e no acesso permitido a cada um.

Estudos que têm investigado essa problematização apontam que os padrões de viagens das mulheres são de fato distintos dos padrões de viagens masculinos e que a complexidade do deslocamento feminino é geralmente maior. Em grande parte dos cenários, os percursos masculinos se resumem ao linear casa-trabalho e possuem mais acesso a veículos particulares. A estimativa da quantidade de CNHs emitidas no Brasil, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (2022), é de que apenas 35% sejam para condutoras mulheres,



sendo os homens a maior parte dos condutores de veículos no país. Mesmo as mulheres que têm habilitação muitas vezes não contam com um carro próprio, ou pertencem a uma família com apenas um veículo que, na maior parte do tempo, acaba ficando na posse do pai, irmão ou marido.

Sendo assim, as mulheres utilizam mais o transporte público e a caminhada para transitar pela cidade, e realizam viagens com múltiplos destinos e propósitos (Silva; Dantas; Dimenstein, 2020, p. 3). Segundo Medina *et al.* (2020), a maior parte dos usuários do transporte público é de mulheres (74% das mulheres utilizam o transporte público ou andam a pé, contra 62% dos homens), e a opção por essa modalidade tem relação com a renda – de acordo com as autoras, as mulheres mais pobres são as que mais utilizam esses modais. Esse fator também contribui para que os trajetos sejam mais complexos.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, muitas mulheres, sem condições financeiras para o transporte público, optam por se locomover pela cidade a pé. Por esse motivo, é necessário pensar em infraestruturas adequadas para que o caminhar possa se dar de forma segura e saudável, sendo uma atividade atrativa e leve para o corpo feminino.

Como já dito anteriormente, a respeito do meio de transporte e as distâncias percorridas pelas mulheres nos seus deslocamentos, enfrentamos ainda questões de falta de segurança, assédio e exposição nos transportes públicos. Um grupo de trabalho de monitoramento da relação das mulheres com a mobilidade urbana na cidade de São Paulo utilizou alguns ícones em um estudo em que perguntavam às mulheres como elas se sentiam nas situações descritas, e alguns termos se destacaram.

De acordo com a pesquisa, o movimentar-se na cidade geralmente está ligado a sensações negativas e de insegurança que reverberam no corpo feminino. Como descrito pelas mulheres, todas as formas de se locomover apontam problemas – que não tangenciam o corpo masculino. Como citado anteriormente, o homem não vê problema em, por exemplo, expor seu órgão genital em público para urinar, não reflete sobre o perigo do assédio e não se incomoda com “cantadas” etc. Mesmo o aspecto da superlotação do transporte público é percebido de forma diferente pelos dois, pois mesmo que para o homem seja desconfortável estar em um transporte superlotado, isso não apresenta para ele ameaça quanto à sua integridade física, como pode representar para a mulher no sentido de facilitar assédios.

A pesquisa do Instituto Caminhabilidade também traz um ícone sobre o espaço urbano e os sentimentos das mulheres ao acessá-lo e permanecer nele. Muitas falaram que passam correndo, ou nem passam, devido à sensação de insegurança. Esse sentimento parece ser o fator que mais impede as mulheres de ocuparem e usufruírem dos espaços que deveriam ser acolhedores para todos.



## Espaço público

Quando crianças, as meninas brincam no parquinho da praça com os meninos. Quando pré-adolescentes, eles jogam bola e elas, se jogam, são julgadas por estarem ali entre eles. Quando adolescentes, eles talvez andem de skate e continuem jogando bola, mas elas são “muito frágeis” para esse tipo de esporte, além do que devem se resguardar em casa, serem estudiosas e/ou já serem responsáveis por auxiliar no trabalho doméstico. Quando adultas, podem, quem sabe, voltar a usar esse mesmo espaço para a academia ao ar livre (quando essas funcionam e as usuárias são corajosas o suficiente para não temerem tal exposição). Quando se tornam mães, levam seus filhos para brincar no parquinho.

As senhoras talvez tenham mais oportunidade de aproveitar o espaço pelo simples sentar-se e conversar com a vizinhança, e os senhores utilizam as mesas de xadrez e, também, os bate-papos para se entreterem. Nesse sentido, como já dito anteriormente, existe uma lacuna entre a pré-adolescência até a maternidade na utilização dos espaços públicos para o lazer, e, de acordo com a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão de 2023, as mulheres que mais sofrem assédio estão na faixa de 16 a 34 anos. Ou seja, a faixa etária que mais sofre assédios é também a que menos utiliza os espaços públicos para lazer ou para permanência.

O sentimento de insegurança da mulher, em geral, também está relacionado a um homem que pode representar uma ameaça em potencial, o que não acontece em relação a outras mulheres, por exemplo, e não acontece o contrário: homens que se sentem ameaçados pela presença de mulheres. Homens se sentem ameaçados, por vezes, com a presença de outros homens que possam configurar uma conduta perigosa ou um estereótipo relacionado a violência e/ou roubo, mas isso dificilmente é esperado de uma mulher.

Um contexto em que, geralmente, as mulheres se sentem mais seguras é nas áreas periféricas em que elas moram, e observamos que isso acontece por alguns motivos: em bairros mais vulneráveis, normalmente as pessoas conhecem melhor os seus vizinhos do que em bairros abastados, em que as casas são novas e os moradores não se cruzam; famílias mais pobres tendem a morar mais perto dos seus parentes, muitas vezes na mesma casa, em “puxadinhos” ou no mesmo terreno; outro fator que contribui para a sensação de segurança nas comunidades é que muitas famílias são chefiadas por mulheres nesse contexto, representando certa autoridade e também formando uma rede mútua de apoio entre essas mães que são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias – por vezes elas deixam seus filhos umas com as outras em momentos de necessidade ou têm acordos de trocas de favores entre si em relação ao cuidado com os filhos ou idosos que lhes permitem cumprir seus afazeres fora de casa.

Olhando para o cenário da sensação de segurança nas comunidades, é possível considerar que a relação entre as pessoas, os vizinhos, o conhecer a comunidade traz segurança. A presença de pessoas conhecidas e os relacionamentos



proporcionam esse sentimento. A sensação de pertencimento talvez seja o segredo dessa segurança. Por isso, considera-se fundamental a criação de ambientes em que mulheres possam se sentir parte do espaço, seguras para permanecer e confortáveis para realizar atividades em público.

É importante pontuar que os debates que envolvem as questões de gênero são de cunho estrutural. Nossa sociedade está ancorada em uma cultura machista que ajuda a sustentar a base do nosso modelo social. Sendo assim, é fundamental destacar que as intervenções de natureza da arquitetura e do urbanismo têm como finalidade mitigar essas questões, entretanto, não conseguem supri-las em sua totalidade. Apenas uma mudança estrutural em nossa sociedade seria capaz disso.

Mesmo assim, olhar para as cidades que habitamos tendo nos calçado nas teorias de gênero pode ser fundamental para começarmos a pensar formas de os centros urbanos serem mais democráticos e seguros para os corpos femininos. E é esta a discussão a que este trabalho se pretende.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claramente, é impossível pensarmos o direito à cidade a partir das questões relacionadas à segurança urbana descolando esse debate da perspectiva de gênero. Os corpos mais inseguros nas cidades são os corpos femininos e os corpos submetidos aos seus cuidados (idosos, crianças, pessoas doentes/com deficiência). São eles que transitam nas fissuras do planejamento hegemônico, produzindo espaço urbano de outras maneiras, por meio dos complexos usos cotidianos.

Talvez, a chave para um planejamento urbano mais inclusivo, que vai responder a tantos problemas atuais e proporcionar cidades mais seguras, esteja exatamente em se observar como esses corpos se reinventam diante dos enormes desafios encontrados nos centros urbanos tão inóspitos para eles. Uma aproximação das teorias urbanas com as ações práticas e um posicionamento politizado – como vem sendo proposto, por exemplo, pelas teorias insurgentes – podem ter muito a contribuir para pensarmos a segurança urbana e o direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, B. de M.; FERNANDES, E. (org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 253-264. v. 1.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.



CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 23 out. 2023.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. DNIT revela estudos com número de mulheres habilitadas no país. *Portal do Trânsito e Mobilidade*, 20 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dnit-revela-estudos-com-numero-de-mulheres-habilitadas-no-pais/> Acesso em: 23 out. 2023.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, C. A. de O. Estudos feministas sobre a questão urbana: abordagens e críticas. In: ENANTUR, 18., 2019, Natal. *Anais [...]*. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

GONZAGA, T. de O. *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: DataFolha/FBSP, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JUNQUEIRA, A. *et al. Mulheres caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*. São Paulo: Instituto Caminhabilidade, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/sampape/docs/mulheres\\_caminhantes\\_\\_auditoria\\_de](https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes__auditoria_de). Acesso em: 10 dez. 2023.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Tradução Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p.

MEDINA, G. *et al. Mulheres nas cidades*. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/935134/mulheres-nas-cidades>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.



NEVES, Y. C.; ALVES, J. R. Entre distopias e utopias conjunturais: o lugar e o papel das mulheres das cidades brasileiras. *Indisciplinar*, v. 6, n. 2, p. 234-253, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29017/23150>. Acesso em: 23 out. 2023.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SILVA, A. de A.; DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M. D. B. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 116-135, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v30n1.55732. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/55732>. Acesso em: 5 dez. 2023.



## Urban hostilities: a feminine perspective on urban space

## Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano

## Hostilidades urbanas: una perspectiva femenina del espacio urbano

*Yara Coelho Neves, PhD student at the Institute of Urban Research and Planning, Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Juiz de Fora (UFJF).*

*E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br  <https://orcid.org/0000-0002-6425-3221>*

*Brenda Costa Salatiel Batista da Silva, undergraduate in architecture and urban planning, Federal University of Juiz de Fora (UFJF).*

*E-mail: brenda.salatiel@estudante.ufjf.br  <https://orcid.org/0009-0003-3608-3514>*

**How to cite this paper:** NEVES, Y. C.; SALASTIEL, B. C. Urban hostilities: a feminine perspective on urban space. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 148-159, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p148-159

**Submitted:** 2024-02-15

**Accepted:** 2024-06-24

### Abstract

The present paper discusses women's use of public space, approaching through historically outline the influence of the patriarchy and the concept of private propriety in the non-recognition of female reproductive work. Beyond that, the research



focuses on the challenges faced by women, especially in the urban context, when entering the job market and environments that were not initially designed for them. Although women have gained space in professional environments, they continue to be responsible for reproductive work, placing a certain overload on them and contributing to the feminization of poverty. Finally, the work highlights the importance of rethinking the urban structure to welcome the specific needs of women, providing safer and more inclusive environments. By understanding and addressing the complexities they face in the use of public spaces, we hope to contribute to creating more equitable and accessible cities for all social groups.

**Keywords:** Women. Urban space. Public space. City. Hostilities

## Resumo

O presente artigo discute o uso do espaço público pela mulher, abordando através de um traçado histórico a influência do patriarcado e do conceito de propriedade privada no não reconhecimento do trabalho reprodutivo feminino. Além disso, a pesquisa enfoca nos desafios enfrentados pelas mulheres especialmente no contexto urbano ao se inserirem no mercado de trabalho e em ambientes que não foram inicialmente projetados para elas. Embora as mulheres tenham conquistado espaço nos ambientes profissionais, continuaram responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que corrobora para uma sobrecarga e contribui com a feminização da pobreza. A conclusão destaca a importância de repensar a estrutura urbana para acolher as necessidades específicas das mulheres, proporcionando ambientes mais seguros e inclusivos. Ao compreender e abordar as complexidades enfrentadas por elas no uso do espaço público, espera-se contribuir para a criação de cidades mais equitativas e acessíveis a todos os grupos sociais.

**Palavras-chave:** Mulheres. Espaço urbano. Espaço público. Cidade. Hostilidades.

## Resumen

El presente artículo aborda el uso del espacio público por parte de la mujer, explorando a través de un recorrido histórico la influencia del patriarcado y el concepto de propiedad privada en el no reconocimiento del trabajo reproductivo femenino. Además, la investigación se centra en los desafíos que enfrentan las mujeres, especialmente en el contexto urbano, al incorporarse al mercado laboral y a entornos que inicialmente no fueron diseñados para ellas. A pesar de que las mujeres han ganado espacio en los ámbitos profesionales, continúan siendo responsables del trabajo reproductivo, lo que contribuye a una carga adicional y contribuye a la feminización de la pobreza. La conclusión resalta la importancia de repensar la estructura urbana para atender las necesidades específicas de las mujeres, proporcionando entornos más seguros e



inclusivos. Al comprender y abordar las complejidades que enfrentan en el uso del espacio público, se espera contribuir a la creación de ciudades más equitativas y accesibles para todos los grupos sociales.

**Palabras clave:** Mujer, espacio urbano, espacio público, ciudad, hostilidad

## INTRODUCTION

The division of tasks based on gender is intrinsic to the development of humanity. However, this division starts to become conflicting when the idea of private property, accumulation, paid work, and production as a highly valued activity emerges. Heleieth Saffioti (2013, p. 53) states that when exchange value begins to permeate the articles produced by workers, they begin to be configured as goods, and the workforce gains the same determination.

Within the logic of the emergence of capitalism, there was a clear division of tasks linked to each gender. According to Saffioti (2013, p. 61-66), women have always had a particular importance in work; after all, those in the lower social strata were involved in the production of goods and services. That is, they were never alienated from work and had always worked to support the subsistence of their families. In pre-capitalist societies, the family was the economic nucleus, and because of this, the work that women performed was focused on the benefit of this group (in it and for it). In this way, women would be placed as inferior to men in the legal, social, and political spheres. Still, their participation in the productive system - in a certain way - was necessary and important. This participation was limited due to the impossibility of occupying privileged positions, always being relegated to the most subordinate positions possible. Thus, with the effective establishment of the capitalist system in our society, women were placed in a place of complete marginality (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Consequently, over the years, it was established that women would accumulate this tortuous participation in productive work with all the demands of reproductive work, which is fundamentally necessary to sustain the entire system and socially devalued, as it does not generate goods in itself. Women were largely relegated to the private space, responsible for everything that involved caring for the home, children, the elderly, and unpaid activities. However, patriarchy emerges with the non-recognition of this reproductive work, hierarchizing the importance of each function in the family and supporting the maintenance of the power and dominance relationship of men over women.

The discussion of the social and economic structure from a gender perspective is fundamental when raising a debate on the right to the city, mainly related to security. Geographer Ana Fani Carlos (2007, p. 20) talks about how the city results



from a process of human construction, a historical-social product. For her, the city would reveal itself throughout history as an always fluid result of events and human actions accumulated over time, giving rise to future possibilities created in everyday life. According to the ideas debated by the author, a dissociation between space and society would not be possible, as social relations would materialize physically in a concrete territory (Carlos, 2007, p. 20-21).

The city is the physical space where we see the social relationships and events of our society reflected, as Terezinha Gonzaga says in her thesis *The City and Architecture – Also a Woman: conceptualizing the Methodology of urban planning and architectural projects from a gender point of view*, says that a city is a place of social activity, where meetings, celebrations, consumption, work, leisure, and social struggles take place (Gonzaga, 2004, p. 17). If we observe throughout the history of cities, it is possible to see how religious practices, social relations, customs, economic and commercial issues, and power relations were physically reflected in the spatial conformation of cities and architectural production.

In this sense, it is also observed that, in many cases, when public space becomes present in human relationships, women are not included in this environment. The private space of the residences (where reproductive work takes place) is allocated to them. This becomes even worse when we think that society – and, consequently, cities – are structured based on political relationships, in which they did not initially participate. We can say that the urbanized city is organized into political, economic, educational, and commercial environments, and only in the last thirty years have women started to insert themselves into them in a more substantial way and, even so, in an extremely slow way, this insertion is due to need for self-sustenance, or as a result of clashes against the conventional patriarchal structure.

However, even though female bodies have conquered spaces in society throughout history, reproductive work remains, in most cases, the responsibility of the women in the family. These women work outside and inside the home, moving in a highly complex way through the city that does not serve them in terms of structure, security, or mobility. Therefore, this work discusses the issue of the use of the city by female bodies and the difficulties encountered regarding mobility and permanence in public spaces. To this end, the article contextualizes the topic, articulating the historical outline of the occupation of cities and the authors of feminist epistemology.

## Contextualization

The way women occupy the city's public spaces today was a historical social construction, and to understand it, we first need to understand how their social position followed the history of the formation of cities and what their role was



in this long process. According to Terezinha Gonzaga (2004, p.73), before being economically in lower classes, women are culturally inferior. This happens so that the dominant ideology - capitalist and sexist in question - can be sustained since, as we know, for there to be a system of domination, there must be a system subordinate to it. The author states that spaces were conquered by men and sustained in a relationship of domination over women, children, slaves, animals, and nature. Given this, we will understand private property as the initial milestone of this domination, taking into account that, although matriarchal knowledge was essential in promoting this permanence, women were little valued as a foundation and much less included in the use of this space that was developed later. In towns and urban settlements throughout history.

Silvia Federici, in her book *Caliban and the Witch: women, body and primitive accumulation*, talks about how the European movement of enclosures and expropriations confabulated between church, state, and landowners, which occurred from the end of the 15th century in Europe and 16th century America, were the precursors to the establishment of private property and how they greatly affected women. According to Federici (2017), when land was privatized, women found it more difficult than men to support themselves. Nomadic work was more difficult for them because of exposure to male violence and mobility, which was hampered by pregnancy and caring for offspring. Thus, women were increasingly involved and confined to reproductive work.

The figure of the housewife, constructed by social changes throughout history and reinforced in the 19th century, ended up strengthening women's position in society. This configuration reflects the solid sexual division of labor and an intrinsic influence on the way people live in cities. In this way, women's place ended up being defined and reinforced countless times as being inside the house, where they carry out non-productive tasks (Montaner; Muxí, 2014), while men's place of stay is the place of work, this degrading, manual and laborious. Indeed, the reflections of this social constitution are still frequently observed today.

However, as Dolores Hayden (1984, apud Freitas, 2019, p. 2) points out, the domestic role imposed on women required a social position from them, and the transformation of this social position would not happen if their domestic responsibilities continued to support the hegemonic family model. Since then, the white middle-class woman has been working outside the home while trying to keep it in order. To make this possible, they frequently assigned this role to another woman, usually black. For this other woman, the female fight for the right to work was not an issue, considering that she always needed to contribute (or, often, fully provide) financially to support her home.

In this context, the work that, until then, was carried out by women without remuneration, began to be outsourced to other even more exploited women (CARNEIRO, 2003), with them being hired to educate their children and maintain the domestic environment of the first women., and care for the sick and elderly. From



this perspective, Saffioti (1987, p.116 apud Neves; Alves, 2020, p. 237) associates the complexity of the situation of women's oppression in current Brazilian society to the intersection of three systems of exploitation: patriarchy - which acts on the body subjugated feminine, racism - which acts on the exploited black body and capitalism - which acts on the proletarian body.

When these women, who were previously much more confined to their homes because they did not perform any paid work, begin to access productive positions outside their homes to supplement the necessary income and thus meet new consumer demands, they are faced with a city that does not was designed to serve them: their journeys are more complex than those of men, since in addition to work, they also have to bear reproductive activities, that is, they need to take their children to and from school, shop at the market, take care of elderly and bedridden relatives, and continue traveling the entire route they were already taking.

It is women who will feel in their bodies the precariousness of access to material and symbolic goods produced by cities and offered unequally (Alfonsin, 2006, p. 254). They are the ones who will experience the difficulties related to the accessibility of sidewalks, which are not suitable for using a stroller or for children walking; the lack of security in certain locations due to insufficient lighting, excessive blind facades, and vacant lots; and, also, the great exposure to harassment events, whether on public transport, in urban spaces or private spaces. Leslie Kern (2021) talks about "rape myths", defining them as an essential component to support what we know as "rape culture" and which are used to blame the victim. Some lines like "What were you wearing?", "why didn't you report it?", "what were you doing on the street so late?", "but also, that's not an environment for her", shows how much our Culture still tries to blame harassment on women. Even victims accuse themselves of acting inappropriately by waiting for the bus alone, going to a certain bar, walking alone, and taking shortcuts (Kern, 2021).

Neves and Alves (2020, p. 241) state that, when it comes to urban planning, it is indisputable that Brazilian women are being made invisible. This directly influences the use and appropriation of spaces by female bodies, as well as the participation of these bodies in decision-making processes regarding space. According to Ferreira and Silva (2017, p. 5 apud Neves; Alves, 2020 p. 241), built environments reflect the stereotypes of so-called feminine and masculine places, and the masculine perspective is predominant in producing urban spaces. The separation of commercial, industrial, and residential sectors by rationalist and functionalist urban planning contributes to the imprisonment of the female body, reinforcing the division of labor. This imprisonment is linked to the fact that displacement is a barrier between women and the services that the city offers. If she is not safe to travel around the city, as highlighted and exemplified above, there are problems related to urban mobility, which also mainly affect these female bodies, who are the majority of public transport users.



## Women and urban space

The fears that lead women to hold their keys in their hands as they walk towards the gate of their houses, so as not to expose themselves when looking for them in their bags, or the fear that makes them avoid going too close to facades with setbacks, which can hide someone who poses a threat, or the fear that motivates the choice of a longer and more time-consuming route instead of a shorter route that may present even imaginary dangers, are feelings generally not experienced - or even thought about - by men.

Leslie Kern (2021) talks about how her experience differed from that of her brother when they moved to a new city when they were young. She talks about how her pregnancy experience made her feel unwanted in urban space at the same time that her body became more public than before. The feeling of exposure bothered her because it attracted people's attention at the same time that she felt invisible in places where she needed some support. It was a contradiction to be seen as someone who needed special care and attention, but also someone who people pretended not to see so they didn't have to give up their seat on the subway. Later, with the use of the baby stroller, he had to hear rude speeches about the space it occupied and dealt with the reality of a city that had no space for the stroller or for his children to walk side by side.

In addition to the difficulties of traffic with strollers and small children, we face the lack of public bathrooms both to meet the needs of menstruating bodies and to meet the reality of mothers - generally those responsible for children - who need to change their babies' diapers. Many establishments also limit the presence of children, which makes sense in environments that are inappropriate for them. However, this also restricts the presence of mothers since the child, in most cases, is continually under the care of the mother.

On the other hand, concerning male bodies, it is very common to see them urinating in public places in an unhindered and carefree way; even if they are parents, attending, without external judgment or restrictions, establishments that may be inappropriate for children; and roaming the city freely without the constant fear of external threats to your body. Therefore, it is clear that public space is a place experienced very differently by men, who feel safe, and by women, who do not feel safe even staying in public spaces or moving around the city. In the wake of this debate, geographer Sônia Alves Calió (1991, apud Alfonsin, 2006) will suggest that, for a city that is more inclusive of female bodies, there must be the construction of public baby-changing facilities, a balanced distribution of service equipment throughout the city's neighborhoods, the use of public lighting as a security measure, and the incorporation of women in decision-making processes regarding housing projects.



## Mobility

The routes taken by women in cities have also changed throughout history and have become more complex with the organization and modification of urban forms. It is known that women are primarily responsible for the care chain and, therefore, in addition to their paid productive activity, they end up being responsible for tasks such as taking and picking up children from daycare/school/extra classes/doctors, shopping at the supermarket, taking the elderly to health appointments, etc. From this, we can see that there is, concerning urban mobility, a gender problematization that is expressed in the way of moving around the city, in which means of transport women and men use most and in the access allowed to each one.

Studies investigating this problematization point out that women's travel patterns are different from men's and that the complexity of female travel is generally greater. In most scenarios, men's routes are limited to the linear home-work route and have greater access to private vehicles. According to the National Department of Transport – DNIT (2022), the estimate of the number of driver's licenses issued in Brazil is that only 35% are for female drivers, with men making up the majority of vehicle drivers in the country. Even women who have a license often do not have a car, or they belong to a family with just one vehicle, which usually ends up in the possession of their father, brother, or husband.

Therefore, women use public transport and walk more to get around the city and take trips to multiple destinations and purposes (Silva; Dantas; Dimenstein, 2020, p. 03). According to Medina *et. al.* (2020), most public transport users are women (74% of women use public transport or walk, compared to 62% of men). The option for this modality is related to income; according to the authors, the poorest women are the ones who use these modes the most. This factor also contributes to making routes more complex. Still, according to the same research, many women without the financial means for public transport choose to get around the city on foot. For this reason, it is necessary to think about adequate infrastructure so that walking can take place safely and healthily, being an attractive and light activity for the female body.

As previously mentioned, regarding the means of transport and the distances traveled by women when traveling, we also face issues of lack of safety, harassment, and exposure on public transport. A working group monitoring women's relationship with urban mobility in the city of São Paulo used some icons in a study in which they asked women how they felt in the situations described, and some terms stood out. According to research, moving around the city is generally linked to negative feelings and insecurity that reverberate in the female body. As described by women, all ways of moving indicate problems – which do not affect the male body. As previously mentioned, men have no problem with, for example, exposing their genitals in public to urinate; they do not reflect on the threat of harassment, and they are not bothered by “catcalls”, etc. Even the aspect



of overcrowding on public transport is perceived differently by both men because even if it is uncomfortable for men to be on overcrowded transport, this does not pose a threat to their physical integrity, as it may pose to women in the sense of facilitating harassment.

The Walkability Institute's research also brings an icon about urban space and women's feelings when accessing and staying in it. Many said they rushed by or didn't even pass due to a feeling of insecurity. This feeling seems to be the factor that most prevents women from occupying and enjoying spaces that should be welcoming to everyone.

### Public Place

As children, the girls play in the square's playground with the boys. When pre-teens, they play ball, and if they play, they are judged for being there among them. As teenagers, they may skateboard and continue playing ball, but they are "too fragile" for this type of sport, and they must stay at home, be studious, and already be responsible for helping with housework. As adults, they may, who knows, return to using this same space for the outdoor gym (when these work and users are brave enough not to fear such exposure). When they become mothers, they take their children to play on the playground. The ladies may have more opportunities to make the most of the space by simply sitting and chatting with the neighbors, and the gentlemen use the chess tables and chat to entertain themselves. In this sense, as previously mentioned, there is a gap between pre-adolescence and motherhood in the use of public spaces for leisure, and, according to research by the Patrícia Galvão Institute in 2023, the women who suffer the most harassment are in the range from 16 to 34 years old. In other words, the age group that suffers the most harassment is also the one that uses public spaces least for leisure or stay.

A woman's feeling of insecurity is generally also related to a man who may present a potential threat, which does not happen to other women, for example, and the opposite does not happen. Men sometimes feel threatened by the presence of other men who may exhibit dangerous behavior or a stereotype related to violence and/or theft, but this is hardly expected of a woman. A context in which women generally feel safer is in the peripheral areas where they live, and we observed that this happens for a few reasons: in more vulnerable neighborhoods, people generally know their neighbors better than in affluent communities. Where the houses are new and the residents do not cross paths; Poorer families tend to live closer to their relatives, often in the same house, in "puxadinhos," or on the same land; Another factor that contributes to the feeling of security in communities is that many families are headed by women in this context, representing a certain authority and also forming a mutual support network between these mothers who are mainly responsible for supporting their families, sometimes leaving their



children with each other in times of need or have agreements to exchange favors among themselves about the care of their children or elderly people that allow them to carry out their tasks outside the home.

Looking at the feeling of security in communities, it is possible to consider that the relationship between people, neighbors, and getting to know the community brings security. The presence of people and relationships provides this feeling. The feeling of belonging is perhaps the secret to this security. Therefore, it is essential to create environments in which women can feel part of the space, safe to stay, and comfortable carrying out activities in public. It is important to point out that debates involving gender issues are structural in nature. Our society is anchored in a sexist culture that helps sustain the foundation of our social model. Therefore, it is essential to highlight that architectural and urban planning interventions aim to mitigate these issues, however, they are unable to address them in their entirety. Only a structural change in our society would be capable of this. Even so, looking at the cities we inhabit, taking into account gender theories, can be fundamental for us to start thinking about ways for urban centers to be more democratic and safe for female bodies. And this is the discussion that the work aims to address.

## FINAL CONSIDERATIONS

It is impossible to think about the right to the city based on issues related to urban security, detaching this debate from a gender perspective. The most insecure bodies in cities are female bodies and the bodies subject to their care (elderly people, children, sick/disabled people). They are the ones who navigate the fissures of hegemonic planning, producing urban space in different ways, through complex everyday uses.

Perhaps the key to more inclusive urban planning, which will respond to so many current problems and provide safer cities, lies precisely in observing how these bodies reinvent themselves in the face of the enormous challenges found in urban centers that are so inhospitable to them. An approximation of urban theories with practical actions and a politicized positioning – as has been proposed, for example, by insurgent theories – can have a lot to contribute to our thinking about urban security and the right to the city.

## REFERENCES

ALFONSIN, B. de M.; FERNANDES, E. (Org.). *Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. 1. ed. v. 1. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 253-264.



CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. São Paulo, *Estudos avançados*, v. 17, n. 49 p. 117-133, 2003. Available at: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Access on: 23 Oct. 2023.

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. Revela Estudos com Número de Mulheres Habilitadas no País. *Portal do Trânsito e mobilidade*, 20 de mar, 2022. Available at: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dnit-revela-estudos-com-numero-de-mulheres-habilitadas-no-pais/>. Access on: 23 Oct. 2023.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017

FREITAS, C. A. de O. Estudos Feministas sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas. In: ENANPUR, 2019, Natal. Anais [...]. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

GONZAGA, T de O. A cidade, e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. DataFolha/FBSP, 2023. Available at: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/>. Access on: 10 Dec. 2023.

JUNQUEIRA, A; et al. Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. Instituto caminhabilidade. São Paulo, 2018. Available at: [https://issuu.com/sampape/docs/mulheres\\_caminhantes\\_\\_auditoria\\_de](https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes__auditoria_de). Access on: 10 Dec. 2023.

KERN, L. Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens / Leslie Kern; Tradução Thereza Roque da Motta. - Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p.

MEDINA, G. et al. Mulheres nas cidades. 2020. Available at: <https://www.archdaily.com.br/br/935134/mulheres-nas-cidades>. Access on: 23 Jan. 2024



- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014
- NEVES, Y. C.; ALVES, J. R. Entre distopias e utopias conjunturais: o lugar e o papel das mulheres das cidades brasileiras. *Indisciplinar*, v. 6, n. 2, p. 234-253, 2020. Available at: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29017/23150>. Access on: 23 Oct. 2023.
- SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SILVA, A. de A.; DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M. D. B. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 116-135, 2020. Available at: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/55732>. Access on: 5 Dec. 2023.



## Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) after the renovation of 2015-2016: the public space as a moving project

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) desde la renovación realizada en 2015-2016: el espacio público como proyecto en movimiento

João Maurício Santana Ramos, doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. E-mail: ramosjms@ufba.br  <http://orcid.org/0000-0002-0827-5004>

**Para citar esse artigo:** RAMOS, J. M. S. O Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 160-175, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p160-175

**Submissão:** 2024-03-17

**Aceite:** 2024-09-17

#### Resumo

Este artigo busca registrar como o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador-BA, foi sendo modificado para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade. Considera-se o projeto não como algo definido, mas sim como projeto em movimento, aberto a constantes alterações, seja ao longo da execução, seja após sua inauguração.



Nesta pesquisa, foram utilizadas técnicas e instrumentos comumente empregados na etnografia, de modo a compor uma descrição de transformações urbanas. As observações levam à conclusão de que, no Largo da Mariquita, foram priorizadas atividades de consumo que atendessem às expectativas das classes médias, mas com possibilidades de resistências de atores que se afastavam do urbanismo neoliberal.

**Palavras-chave:** Projeto em movimento; Relações de poder; Fazer-cidade; Largo da Mariquita.

## Abstract

This article aims to document how the Largo da Mariquita renovation project, conducted between 2015 and 2016 along the Rio Vermelho waterfront in Salvador (BA), was modified to accommodate the interests of different stakeholders, revealing power dynamics in urbanism. The project is not seen as something fixed, but as a moving one, open to constant changes, both during its execution and after its inauguration. Ethnographic techniques and tools were used in this research to provide a description of urban transformations. The observations lead to the conclusion that in Largo da Mariquita, consumer activities that meet the expectations of the middle class have been prioritized, although there remain possibilities for resistance by actors who distance themselves from neoliberal urbanism.

**Keywords:** Project in movement; Power relations; Making-city; Largo da Mariquita.

## Resumen

Este artículo busca registrar cómo el proyecto de renovación del Largo da Mariquita, realizado entre 2015 y 2016, en el borde del Río Vermelho, en Salvador – BA, fue modificado para tener en cuenta los intereses de diferentes actores, revelando relaciones de poder en el hacer-ciudad. No se considera el proyecto como algo definido, sino como un proyecto en movimiento, abierto a cambios constantes, ya sea durante la ejecución o después de su inauguración. En esta investigación se utilizaron técnicas e instrumentos comúnmente utilizados en etnografía, con el fin de componer una descripción de las transformaciones urbanas. Las observaciones llevan a la conclusión de que, en Largo da Mariquita, se priorizaron actividades de consumo que respondían a las expectativas de las clases medias, pero con posibilidades de resistencia por parte de actores que se alejaban del urbanismo neoliberal.

**Palabras clave:** Proyecto en movimiento; Relaciones de poder; Hacer-ciudad; Largo da Mariquita.



## INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa que desenvolvi no Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, entre 2016 e 2020, com atualizações e complementações; nele, busco entender como o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador – BA, foi sendo modificado para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade. Utilizei técnicas e instrumentos comumente empregados na etnografia – como contato direto com o campo, observação participante, anotações em caderno de campo, conversas gravadas, fotografias, leitura de notícias de jornal e outros documentos, de modo a compor uma descrição de transformações urbanas – no caso, as transformações ocorridas na reforma da orla do Rio Vermelho e alguns episódios que lhe sucederam.

O texto está dividido em quatro partes além desta introdução. Na primeira delas, apresento conceitos que sustentam a pesquisa realizada. Na segunda parte, trato da primeira etapa da reforma da orla do Rio Vermelho. Na terceira seção, foco no fazer-cidade ocorrido no Largo da Mariquita. Na última seção, apresento as considerações finais.

### **Fazer-cidade no espaço público: projeto em movimento atravessado por relações de poder**

Projetos de arquitetura e urbanismo não dependem unicamente da criatividade e do conhecimento técnico dos profissionais. Eles são resultado da negociação entre diversos atores, cujo objetivo é conectar elementos heterogêneos de modo a atingir efeitos desejáveis (Costa; Azevedo; Pedro, 2018). Essa negociação não se finda no momento em que o projeto é entregue para aqueles que vão cuidar de sua construção, mas se estende durante a construção, na medida em que é necessário modificar o projeto para ajustá-lo a determinadas situações que somente são percebidas na sua execução. Assim, o projeto arquitetônico ou urbanístico não é algo definitivo, imutável; talvez seja possível dizer que, nas alterações ao longo de sua execução, o projeto continua sendo elaborado.

Latour e Yaneva (2008) argumentam que o edifício não deve ser entendido como uma estrutura estática, mas sim como um fluxo de transformações – mesmo depois de construído, ele envelhece, é transformado por seus usuários, modificado por tudo o que acontece dentro e do lado de fora – e que vai se perder ou ser renovado, adulterado e transformado para além de seu reconhecimento. Ora, não é difícil fazer uma analogia entre o edifício e a cidade (ou algum trecho dela, como um bairro, uma praça, uma rua, uma quadra), seja ela nascida de um projeto técnico ou não. A cidade, como o edifício, é um projeto em movimento, na medida em que passa por constantes modificações provocadas pelos diversos atores (humanos e não humanos) que nela habitam ou transitam, bem como está sujeita



às interferências de atores que aparentemente são externos ao espaço da cidade, mas que nele se entrelaçam, na medida em que aí provocam ações orientadas aos seus interesses. Proponho, aqui, observar as transformações ocorridas entre o projetado, o efetivamente construído e o posteriormente modificado no Largo da Mariquita. A existência de alterações de um projeto pode indicar a incidência de relações de poder que merecem ser observadas e analisadas, para melhor compreender o fazer-cidade.

Utilizo aqui “fazer-cidade” como uma ampliação da formulação proposta por Michel Agier (2011, 2015). Para Agier, o fazer-cidade é o meio para instauração do direito à cidade tal como proposto por Lefebvre (2011); proponho “fazer-cidade” como alargamento deste entendimento, contemplando movimentos de todos os atores urbanos – incluindo os que lutam pela efetivação do direito à cidade, outros cujas ações desdobram em aumento da segregação socioespacial e aqueles que estão entre estas duas posições extremas, evitando abordagens dualistas. Compreendo, portanto, fazer-cidade como a constante (re)conformação dos espaços da cidade promovida pelos movimentos e pelos resultados dos movimentos de todos os atores urbanos (Ramos, 2020).

O direito à cidade, tal como proposto por Lefebvre (2011), corresponde não somente ao acesso a espaços e serviços urbanos, mas também ao acesso aos processos decisórios em torno à (re)conformação dos espaços urbanos. É o “direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p. 28), ressaltando que “reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (*ibidem*, p. 28).

Esta coletividade abarca pessoas diversas, com diversos entendimentos e desejos, tornando o conflito inerente ao fazer-cidade – estabelecem-se, então, relações de poder entre os diversos atores, para fazer prevalecer determinados interesses no fazer-cidade. Para o entendimento de poder, recorro a Foucault (2008), para quem o poder não é exercido exclusivamente por determinados atores nem coloca em permanente submissão constante outros atores; de acordo com o filósofo, o poder funciona em rede, em alternância entre os diversos atores: se uns exercem o poder em certos momentos, em outros momentos podem sofrer suas consequências. Visto desse modo, o poder perde sua carga negativa de algo que visa a controlar ou oprimir e passa a ser uma força criativa que atravessa todo o corpo social, embora não esqueçamos que o poder é majoritariamente exercido por alguns grupos – é o poder hegemônico. No contínuo revezamento do exercício do poder é que compreendo os processos do fazer-cidade.

Foucault (1995) também contribui para entendermos como se dão relações de poder. Para ele, relações de poder são ações sobre ações; são ações no sentido de impedir ou dificultar as ações de outros atores, que são sempre entendidos como capazes de resistir, de encontrar formas para também desenvolver suas ações. Ora, as ações sempre ocorrem em algum ambiente, algum espaço. E não só ações



podem inibir outras ações: a própria (re)configuração do ambiente pode inibir determinadas ações. Proponho, portanto, que relações de poder no fazer-cidade correspondem às ações (movimentos) de atores que visam a inibir movimentos de outros atores nos espaços urbanos, bem como as constantes (re)conformações dos espaços urbanos que também inibem movimentos de alguns atores.

Retomando as contribuições de Latour e Yaneva (2008), para quem um edifício não é um objeto estático, mas sim um projeto em movimento, e ampliando este entendimento para o fazer-cidade, propomos que o espaço público é um projeto em movimento atravessado por relações de poder estabelecidas entre os diversos atores que têm interesse conflitantes em determinado espaço público. Analisar as modificações do projeto arquitetônico durante sua execução e as (re)configurações permanentes do espaço público pode levar a mapear as relações de poder que permeiam este ambiente, contribuindo para pensar em encaminhamentos que levem a cidades inclusivas tais como pensadas por Marques e Rasteiro (2018): aquelas nas quais todas as pessoas, independentemente de classe, de gênero, raça, etnia ou religião, estão habilitadas e capacitadas para participar plenamente das oportunidades sociais, econômicas e políticas que as cidades têm para oferecer.

### **A reforma da orla do Rio Vermelho (2015-2016)**

Desde 2013, a cidade de Salvador, capital da Bahia, vivencia um conjunto de ações de reconfiguração de espaços públicos de sua orla – ações chamadas, pela Prefeitura Municipal, de “revitalização” e/ou “requalificação”. Já foram realizadas obras em vários trechos da orla da capital, como Boca do Rio, Ribeira, Barra, Piatã, Itapuã, entre outros.

Entendo que os termos utilizados pela prefeitura para se referir às intervenções urbanísticas – “revitalização” ou “requalificação” – não são os mais adequados, pois implicam ausência de qualidade ou de vida nesses espaços, que seriam reestabelecidas mediante as intervenções. Proponho o uso do termo “reforma”, pois este sugere reconfiguração da forma do espaço sem emitir juízo de valor acerca de sua qualidade ou vitalidade prévias à reforma. Ao optar pelo termo “reforma”, não esqueço que nele estão também embutidas as intenções de “refuncionalização” dos espaços, ou poderia também ser dito que a necessidade de “refuncionalização” dos espaços, para adequá-los às demandas de determinados atores, é o que mobiliza a “reforma”. Aqui, lembramos de Lefebvre (2013, p. 198-212), que propôs a tríade conceitual forma-função-estrutura para analisar o espaço social, e vemos que a sociedade organizada nas formas de produção e de relação capitalistas (estrutura) demanda espaços adequados (forma) às suas necessidades de consumo (função).

O Rio Vermelho é conhecido como o bairro mais boêmio de Salvador, o que impulsiona o turismo da cidade. Na orla do bairro, existem muitos bares e



restaurantes, que atraem muitas pessoas entre as noites de quinta-feira e sábado. As pesquisas de Araújo (2013) e Santos (2013) ajudam a caracterizar o público frequentador dos bares do Rio Vermelho: em sua maioria, são pessoas jovens (18 a 35 anos), de classes médias e altas, solteiras, cursando ou já com nível superior de escolaridade, que frequentam os bares do bairro mais de uma vez por semana, usando veículo próprio ou táxi para chegar até lá e que identificavam, como maiores problemas do bairro, a insegurança, a pequena quantidade de vagas de estacionamento e a deficiente limpeza urbana.

A reforma da orla do Rio Vermelho mobilizou diversos atores. Além de pessoas técnicas da prefeitura, do arquiteto autor do projeto e sua equipe, da empresa vencedora da licitação para executar a obra, entre outros, formou-se uma polarização entre atores que apoiavam a reforma e outras pessoas que a questionavam. De um lado, donos de estabelecimentos de comércio e serviço localizados no trecho a ser reformado e integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Rio Vermelho (Amarv) organizaram-se na Comissão de Acompanhamento de Obras do Rio Vermelho (Caor), que se reunia frequentemente com representantes da prefeitura para acompanhar o cronograma de execução das obras e a qualidade dos serviços realizados, tentando evitar que se repetissem, no Rio Vermelho, os problemas que tinham ocorrido durante e após a primeira etapa da reforma da orla da Barra e que foram motivo para manifestações de moradores e empresários daquele bairro<sup>1</sup>. Do outro lado, estava o coletivo Rio Vermelho em Ação (RVA), formado por moradores e frequentadores do bairro, mediante articulações, nas redes sociais da internet, de pessoas que souberam das notícias do início da reforma da orla do bairro e não tinham acompanhado o debate acerca do seu projeto. O RVA reivindicava a apresentação do projeto para a comunidade do Rio Vermelho e a participação ampla no projeto, para que ele contemplasse os interesses dos moradores do bairro e não somente os interesses dos setores imobiliário e comercial<sup>2</sup>.

As reivindicações do RVA levaram a prefeitura a publicar, em julho de 2015, o projeto urbanístico da reforma da orla do Rio Vermelho no *site* [www.novaorla.salvador.ba.gov.br](http://www.novaorla.salvador.ba.gov.br), mas o diálogo acerca da execução das obras e eventuais modificações no projeto foi mantido exclusivamente com a Caor. O RVA negou-se a integrar a Caor, alegando que este grupo estava legitimando a intervenção da prefeitura na orla do bairro em um processo cuja participação não fora ampla o suficiente (Ramos, 2020).

A inauguração das obras da primeira etapa da reforma ocorreu em 29 de janeiro de 2016, poucos dias antes da Festa de Iemanjá, realizada anualmente em 2 de fevereiro no trecho reformado. Na inauguração, o então prefeito ACM Neto caminhou pelo trecho reformado, descerrando placas comemorativas e, em

1 Cf. ALMEIDA, Luana. Entidades e moradores pedem ajustes na Barra. *A Tarde*, Salvador, 8 nov. 2014. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-e-moradores-pedem-ajustes-na-barra-648075>. Acesso em: 17 set. 2024.

2 Cf. O coletivo. *Rio Vermelho em Ação*, Salvador, 2015. Disponível em: <https://riovermelhoemacao.wordpress.com/o-coletivo/>. Acesso em: 2 abr. 2017.



seguida, ocorreram shows musicais em um palco montado no Largo da Mariquita. Uma grande multidão compareceu à inauguração, causando congestionamentos nas ruas de acesso ao bairro. Em sua maioria, a população avaliou positivamente a reforma realizada, contribuindo para manter alto o índice de aprovação do prefeito (Ramos, 2020).

O projeto urbanístico da reforma da orla do Rio Vermelho, publicado pela prefeitura, permitiu mapear alterações ocorridas durante a execução das obras e outras modificações realizadas após a inauguração da reforma – trataremos agora destas modificações de projeto, enfocando, especificamente, o Largo da Mariquita.

### Projeto em movimento no Largo da Mariquita

Teixeira e Santos (2015) compreendiam que o espaço do Largo da Mariquita abarcava três áreas: a Praça Colombo, situada à margem direita da foz do rio Lucaia, a Praça Augusto Severo, situada à margem esquerda deste rio, e a faixa de terra onde estava instalado o Mercado do Peixe. Por isso, caracterizam este largo como “um espaço residual, bastante recortado, definido pelo sistema viário que atravessa a área – na medida em que é composto pelos ‘recortes’ de espaço que não serviram ao traçado das Ruas Oswaldo Cruz/João Gomes, Borges dos Reis e Conselheiro Pedro Luiz” (Teixeira; Santos, 2015, p. 100-102), como é possível ver na Figura 1. Contudo, nas notícias acerca da reforma e dos documentos da Amarv, não apareceu o nome da Praça Augusto Severo – as referências a este espaço foram feitas usando a denominação Largo da Mariquita, considerando, para delimitação entre a Praça Colombo e o Largo da Mariquita, não o rio Lucaia, mas sim a Rua Conselheiro Pedro Luiz, demonstrando que existe algum entendimento generalizado de que o Largo da Mariquita corresponde a esse espaço – e é esse entendimento que adoto neste texto.



Figura 1: Largo da Mariquita e Praça Colombo em 2005. Fonte: Recorte de fotografia de Pierre André Leclercq sob licença Creative Commons. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador\\_de\\_Bahia\\_vue\\_panoramique\\_2005.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_de_Bahia_vue_panoramique_2005.jpg). Acesso em: 10 mar. 2024.



Teixeira e Santos (2015) apontam que o Largo da Mariquita, “pelo menos em parte, é a subversão de um espaço residual, à medida que, diferentemente de outros espaços com características morfológicas semelhantes na cidade, ele foi apropriado como lugar de encontro” (Teixeira; Santos, 2015, p. 102). As autoras também registraram: privatização do espaço público, mediante mesas dos bares espalhadas na praça; existência de quiosques e tabuleiros para venda de alimentos; presença de vendedores ambulantes e de pessoas em situação de rua que se abrigavam sob as árvores para dormir. Assinalaram “a subutilização ou não utilização de partes significativas dos espaços desinteressantes aos empreendedores locais” (Teixeira; Santos, 2015, p. 107), denunciando a concepção do espaço que não favorecia outros usos além dos existentes.

A perspectiva do projeto de reforma do Largo da Mariquita apresentada pela prefeitura a moradores, empresários e trabalhadores do Rio Vermelho, em fevereiro de 2014, pode ser vista na Figura 2. Nela, observa-se que o piso da praça tinha desenho diferente do que viria a ser executado na reforma (Figura 3). Também é possível ver que há uma laje no trecho do rio Lucaia ao lado da Avenida Juracy Magalhães Júnior, onde se estacionam carros. Ainda se nota uma ciclofaixa que vem da Rua Guedes Cabral, passa entre as edificações da Praça Colombo e o mar e segue até a entrada do Mercado do Peixe. Já estava presente, na imagem, a proposta de construir uma laje sobre o rio Lucaia no trecho ao lado do Largo da Mariquita, para ampliar o piso da praça. Percebe-se, também, a diminuição dos maciços vegetais formados pelas copas das árvores, com consequente diminuição da área sombreada na praça.



Figura 2: Imagem de divulgação do projeto para o Largo da Mariquita, publicada em fevereiro de 2014. Disponível em: <http://salvadoremumdia.blogspot.com.br/2014/02/apresentado-projeto-de-requalificacao.html>. Acesso em: 2 abr. 2017.



As imagens do projeto do Largo da Mariquita divulgadas a partir do encerramento da licitação da obra trazem diferenças em relação a esta imagem inicial e estão de acordo com o projeto urbanístico divulgado pela prefeitura em julho de 2015. Uma das imagens pode ser vista na Figura 3. Nesta imagem, também uma perspectiva aérea da praça, desaparecem a ciclofaixa que vem da rua Guedes Cabral e a laje sobre o rio Lucaia no trecho ao lado da Avenida Juracy Magalhães Júnior. Por outro lado, surge aí o piso de concreto intertravado para tráfego compartilhado e o desenho do piso da praça é bastante próximo do que foi executado (Figura 4).



Figura 3: Imagem de divulgação do projeto para o Largo da Mariquita, publicada em junho de 2015. Disponível em: <https://www.ibahia.com/salvador/obra-do-rio-vermelho-deve-ficar-pronta-ate-2-de-fevereiro-de-2016>. Acesso em: 11 jun. 2024.

A Caor solicitou modificações no projeto à prefeitura, mediante carta<sup>3</sup>, mas não foi atendida. De forma resumida, as solicitações foram: ampliação da área de canteiros com vegetação de porte que propiciasse maior sombreamento; mais bancos para encontros e atrativos para pessoas usuárias da praça; mesas para jogar dominó; grande pergolado com plantas trepadeiras que gerasse sombra para realização de feiras, eventos artísticos ou esportivos; parque infantil com fonte de água próxima para propiciar um microclima mais ameno; arena para capoeiristas; mais lixeiras.

Entretanto, algumas diferenças podem ser percebidas entre a Figura 3 e o que foi executado – ou seja, houve alterações no projeto urbanístico. Na imagem

3 Cf. CARNAVAL do bairro volta à pauta no projeto Rio Vermelho Criativo. Blog do Rio Vermelho. 7 out. 2015. Disponível em: <https://blogdoriovermelho.blogspot.com/2015/10/carnaval-do-rio-vermelho-volta-pauta.html>. Acesso em: 14 out. 2019.



há somente um pergolado, que se associa ao piso vermelho para estabelecer uma ligação entre o Largo da Mariquita e o Mercado do Peixe; nem esse piso nem o pergolado foram executados. Por outro lado, nas proximidades da Praça Colombo, foram erguidos dois pergolados que não estavam previstos no projeto. Na imagem não aparecem as mesas dos bares que funcionam na esquina da praça com a Rua Oswaldo Cruz e que, havia anos, eram posicionadas neste trecho da praça (Figura 1) – aí foi previsto um pequeno jardim com árvores; contudo, o jardim previsto foi diminuído e as mesas dos bares foram mantidas após as obras, protegidas por sombreiros. Na imagem não aparecem os quiosques para venda de tapioca e acarajé, que foram construídos por ocasião da reforma da praça para abrigar trabalhadores que ali já atuavam antes da intervenção, mas o projeto urbanístico publicado pela prefeitura indicava a construção de somente um quiosque para venda de acarajé. Questionei a prefeitura sobre como se deram essas modificações de projeto, mas não obtive resposta. Nas Figuras 4 e 5, é possível observar o Largo da Mariquita após as obras de reforma.



Figura 4: Vista aérea do Largo da Mariquita após a reforma. Fonte: Fotografia de Nilton Souza.



Figura 5: Mesas de bares (a) e quiosques (b) no Largo da Mariquita. Fonte: Fotografias do autor em 23 de julho de 2017.

Outro fato relevante é o descuido com alguns aspectos da mobilidade urbana ao longo do projeto e/ou sua execução. Este descuido pode ser visto na calçada da rua ao lado do largo, mais precisamente no trecho da ponte sobre a foz do rio Lucaia. Aí, postes instalados na pequena largura da calçada dificultavam o trânsito de pedestres desde antes da reforma. No projeto urbanístico publicado pela prefeitura, este problema não foi enfrentado, pois havia a indicação de instalação



de postes em trecho de calçada de pequena largura. Dessa maneira, os entraves à mobilidade previamente existentes não foram resolvidos na reforma, como é possível ver na Figura 6.



*Figura 6: Via de tráfego compartilhado no Largo da Mariquita, onde no trecho exclusivo para pedestres há sérios problemas de mobilidade, causados pelos postes instalados. Fonte: Fotografia do autor em 11 de junho de 2024.*

As mesas e cadeiras dos bares do Largo da Mariquita, posicionadas no espaço público, significam a privatização desse espaço, tornando-o de uso exclusivo dos estabelecimentos para atendimento de clientes. Em dezembro de 2017, foi construída uma cobertura para as mesas e cadeiras em estrutura de eucalipto que, de acordo com a presidência da Amarv, em conversa mantida ao longo da pesquisa, tinha sido solicitada pelos donos dos bares do Largo da Mariquita à Fundação Mário Leal Ferreira, instância da Prefeitura de Salvador encarregada das intervenções em espaços públicos.

A cobertura de mesas e cadeiras demarca a privatização do espaço público não só nas noites, com maior presença de clientes, mas ao longo de toda a semana, mesmo sem a presença de clientes, como pode ser visto na Figura 7. O espaço público, reformado com recursos públicos, torna-se privativo de alguns empresários, conforme acordo com a gestão municipal que privilegia o mercado, em um movimento alinhado ao urbanismo neoliberal.



*Figura 7: Mesas e cadeiras de bares no Largo da Mariquita, com cobertura construída após a inauguração das obras, durante a noite (a) e o dia (b). Fonte: Fotografias do autor em 23 de fevereiro de 2018 (a) e 6 de maio de 2019 (b).*



Outros bares do Largo da Mariquita também mantêm suas mesas, cadeiras e bancos no espaço público durante a noite, mas sem a proteção de cobertura. Este mobiliário é recolhido durante o dia, possibilitando outros usos do espaço público. Mesmo assim, não deixa de ser uma privatização do espaço público, ainda que temporária, como é possível ver na Figura 8.



Figura 8: Bar do Largo da Mariquita, que durante a noite coloca mesas e cadeiras no espaço público (a) e durante o dia as recolhe (b). Fonte: Fotografias do autor em 5 de maio de 2019 (a) e 6 de maio de 2019 (b).

Vendedores ambulantes posicionam-se nas proximidades dos bares do Largo da Mariquita, atraídos pelo fluxo de pessoas. Mulheres negras são, visivelmente, a maioria nesse grupo. Alguns dos ambulantes estendem tecidos no chão, sobre os quais expõem seus produtos; outros apoiam seus expositores no chão; outros assam queijo coalho em braseiros; outros vendem bebidas em caixas de isopor colocadas sobre carrinhos de bebê ou carros de supermercado (Figura 9). Os vendedores ambulantes usam alguns improvisos, que podiam trazer algum perigo para eles e para os transeuntes. Perguntei a alguns deles sobre a ação de fiscais da prefeitura: responderam-me que eles olhavam de longe, mas que até então não tinham tido problema com agentes do poder público.



Figura 9: Vendedores ambulantes nas proximidades dos bares do Largo da Mariquita e da Vila Caramuru: a) assando queijo coalho sobre banqueta de ferro, b) vendendo artesanato sobre tecidos estendidos no chão, c) vendendo bebidas em caixas térmicas colocadas sobre carros de bebê ou de supermercados. Fonte: Fotografias do autor em 5 de maio de 2019.

Os clientes dos bares do Largo da Mariquita atraem artistas de rua, como músicos, atores e circenses, que se apresentam momentaneamente. Registrei a apresentação de um grupo formado por três músicos – um cantor e violonista, um flautista e um percussionista – e a de um grupo de quatro jovens percussionistas que tocavam samba-reggae. Após um período tocando para os clientes dos bares, um dos integrantes de cada um dos grupos passava por entre as mesas ocupadas pelos clientes, recolhendo contribuições voluntárias.

A privatização do espaço público também pode ser verificada, de modo efêmero, nas feiras de artes e gastronomia que se instalam no Largo da Mariquita. São feiras onde são vendidos artigos de produção local, como artesanato, vestuário, bolsas, peças de decoração, plantas, lanches, entre outros, expostos em barracas e toldos, e também oferecem atividades para crianças e *shows* musicais. Observei que a feira mais frequente era a da Associação dos Artesãos da Bahia (Adaba), que ali acontecia, geralmente, uma vez por mês. A feira começava a ser instalada no centro do Largo da Mariquita na tarde de quinta-feira, com funcionamento entre sexta-feira e domingo, geralmente entre 16h e 23h. As barracas eram montadas seguindo o desenho circular da praça, deixando livre o centro do largo; a disposição circular dessas barracas ignorava a posição de alguns bancos existentes ao redor do motivo floral desenhado no piso da praça: as pessoas que neles se sentavam ficavam voltadas para os fundos das barracas, fechadas com lona. No centro da praça, às vezes, aconteciam apresentações de artistas de rua: cantores, instrumentistas, atores... Também aí brincavam crianças com bicicletas, patinetes, bolas e outros brinquedos, observadas pelos pais. Havia um toldo da feira, próximo ao centro da praça, reservado para apresentações musicais de artistas trazidos pela Adaba. A feira era frequentada por pessoas de todas as idades (Figura 10).



*Figura 10: Feira da Adaba no Largo da Mariquita: a) barracas dispostas em forma circular na praça; b) crianças brincam enquanto músicos se apresentam; c) artista interage com crianças; d) disposição das barracas restringe visibilidade de pessoas sentadas nos bancos da praça. Fonte: Fotografias do autor em 05 de maio de 2019 (a e b) e em 25 de maio de 2019 (c e d).*

O largo da Mariquita compreende cheios e vazios. Chama a atenção o desenho de piso com motivo floral que sugere irradiação ou convergência em relação ao que seria o “centro” da praça. Mas também merece atenção o espaço “vazio”, nas imediações da laje construída sobre o rio Lucaia, onde não há desenho de piso nem vegetação de porte – este espaço, apesar do seu caráter árido (pela quase total ausência de vegetação) e mineral (pelo revestimento usado no piso), abre-se para usos imprevistos, ampliando as possibilidades de fazer-cidade. Aí, pode observar apresentações artísticas, a exemplo do Cabaré Belas, Arretadas e Fora

da Casinha, e o encontro semanal de patinadoras, às sextas-feiras, e malabaristas, às segundas-feiras, que iam para a praça trocar experiências e usufruir do espaço público em dinâmicas que se afastam do consumo e, portanto, desvinculam-se do urbanismo neoliberal (Ramos, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao seguir o projeto urbanístico da reforma do Largo da Mariquita, encarado como projeto em movimento, identificando suas alterações não somente na fase de elaboração, mas também durante a execução e após a inauguração, revelam-se relações de poder para contemplar determinados interesses no fazer-cidade. As observações registradas indicam priorização das atividades de consumo para atendimento das necessidades das classes médias, como foi possível comprovar na construção da cobertura próximo aos bares, na instalação de mesas e cadeiras (ainda que temporariamente) e na realização de feiras de artes e gastronomia no espaço público. Tais relações de poder, estabelecidas mediante (re)configurações dos espaços, inibem movimentos de atores que têm interesses divergentes do urbanismo neoliberal. Contudo, alguns destes atores, como artistas e esportistas, buscam brechas, formas alternativas de exercício do poder, ocupando, com seus corpos em movimento, espaços vazios do projeto do Largo da Mariquita, imprimindo usos talvez impensados pelos responsáveis pela elaboração e execução do projeto. Ressalto que, ao considerar o projeto em movimento no fazer-cidade, tais atores podem ser vistos, momentaneamente, como coautores deste projeto em movimento, permanentemente (re)configurando-o.

É possível afirmar que, embora a experiência da reforma do Largo da Mariquita tenha buscado valorizar o consumo, alinhando-se ao urbanismo neoliberal, este projeto (em movimento) jamais será realizado por completo, em razão das resistências que se colocam perante ele – como vimos na presença de ambulantes, de esportistas ou artistas que podem causar algum tipo de constrangimento a alguns indivíduos que integram as classes médias.

Mapear as relações de poder que causam alterações no projeto em movimento pode auxiliar na tomada coletiva de encaminhamentos que torne as cidades mais inclusivas – muito embora este projeto de cidades inclusivas também deva ser considerado em movimento e, portanto, sujeito a resistências e alterações.

Agradeço a Nilton Souza, que, generosamente, cedeu uma fotografia, vista na Figura 4, para ilustrar este artigo.

## REFERÊNCIAS

AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.



AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2018.

ARAÚJO, Sérgio Sobreira. Espaços, práticas e consumo de cultura e entretenimento pela juventude de Salvador no bairro do Rio Vermelho. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 33-43, fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/474>. Acesso em: 5 jan. 2020.

COSTA, R.; AZEVEDO, G.; PEDRO, R. Versões e conexões: a ação projetual em arquitetura como objeto de pesquisa à luz dos estudos em ciência, tecnologia e sociedade. *Projetar*, Natal, v. 3, n. 1, abr. 2018, p. 30-43. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16622>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LATOUR, B.; YANEVA, A. "Give me a gun and I will make all buildings move": An ANT's view of architecture. In: GEISER, R. (ed.) *Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research*. Basel: Birkhäuser, 2008. p. 80-89. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-138-BUILDING-VENICEpdf.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARQUES, C. A. A.; RASTEIRO, D. M. S. Aprender a Planear a Cidade Inclusiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 14, 2018. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/issue/view/Cadernos.2018.1>. Acesso em: 17 mar. 2024.

RAMOS, J. M. S. *Relações de poder no fazer-cidade: articulações em torno da reforma da orla do Rio Vermelho em Salvador – BA (2015-2019)*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.



SANTOS, J. T. dos. *Produção e consumo cultural no bairro do Rio Vermelho – Salvador/BA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12745>. Acesso em: 5 jan. 2020.

TEIXEIRA, Marina Coelho; SANTOS, Jacileda Cerqueira. Leituras possíveis: a paisagem do Largo da Mariquita. *ARQUISUR Revista*, v. 7, p. 94-111, 2015. DOI <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Arquisur/article/view/4941>. Acesso em: 5 jan. 2020.



## Largo da Mariquita (Salvador – BA) after the renovation of 2015-2016: the public space as a moving project

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) después de la renovación de 2015-2016: el espacio público como un proyecto en evolución

João Maurício Santana Ramos. PhD in Architecture and Urbanism, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brazil.

E-mail: [ramosjms@ufba.br](mailto:ramosjms@ufba.br)  <http://orcid.org/0000-0002-0827-5004>

**How to cite this paper:** RAMOS, J. M. S. Largo da Mariquita (Salvador – BA) after the renovation of 2015-2016: the public space as a moving project. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n.2, p. 176-190, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p176-190

**Submitted:** 2024-03-17

**Accepted:** 2024-09-17

#### Abstract

This article aims to document how the Largo da Mariquita renovation project, conducted between 2015 and 2016 along the Rio Vermelho waterfront in Salvador (BA), was modified to accommodate the interests of different stakeholders, revealing power dynamics in urbanism. The project is not seen as something fixed, but as a moving



one, open to constant changes, both during its execution and after its inauguration. Ethnographic techniques and tools were used in this research to provide a description of urban transformations. The observations lead to the conclusion that in Largo da Mariquita, consumer activities that meet the expectations of the middle class have been prioritized, although there remain possibilities for resistance by actors who distance themselves from neoliberal urbanism.

**Keywords:** Moving project; Power relations; Making-city; Largo da Mariquita.

## Resumo

Este artigo busca registrar como o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador (BA), foi sendo modificado para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade. Considera-se o projeto não como algo definido, mas sim como projeto em movimento, aberto a constantes alterações, seja ao longo da execução ou após sua inauguração. Nesta pesquisa, foram utilizadas técnicas e instrumentos comumente empregados na etnografia, de modo a compor uma descrição de transformações urbanas. As observações levam à conclusão de que, no Largo da Mariquita, foram priorizadas atividades de consumo que atendessem às expectativas das classes médias, mas com possibilidades de resistências de atores que se afastavam do urbanismo neoliberal.

**Palavras-chave:** Projeto em movimento; Relações de poder; Fazer-cidade; Largo da Mariquita.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo documentar cómo el proyecto de renovación del Largo da Mariquita, llevado a cabo entre 2015 y 2016 a lo largo de la costa de Rio Vermelho en Salvador (BA), fue modificado para acomodar los intereses de diferentes actores, revelando dinámicas de poder en el urbanismo. El proyecto no se percibe como algo fijo, sino como uno en constante evolución, abierto a cambios continuos tanto durante su ejecución como después de su inauguración. En esta investigación se utilizaron técnicas y herramientas etnográficas para ofrecer una descripción de las transformaciones urbanas. Las observaciones llevan a la conclusión de que en el Largo da Mariquita se han priorizado las actividades de consumo que responden a las expectativas de la clase media, aunque aún existen posibilidades de resistencia por parte de actores que se distancian del urbanismo neoliberal.

**Palabras clave:** Proyecto en movimiento; Relaciones de poder; Hacer-ciudad; Largo da Mariquita.



## INTRODUCTION

This article is an excerpt from the research I conducted during my doctorate in Architecture and Urbanism, as part of the Graduate Program in Architecture and Urbanism at Federal University of Bahia, between 2016 and 2020, with updates and additions. Herein, I seek to understand how the renovation project of Largo da Mariquita, performed between 2015 and 2016 along the Rio Vermelho waterfront in Salvador (BA), was modified to accommodate the interests of various stakeholders, revealing power dynamics in the process of city-making. I used ethnographic techniques and tools — such as direct field engagement, participant observation, field notes, recorded conversations, photographs, newspaper articles, and other documents— to create a description of urban transformations, specifically those that occurred during the renovation of the Rio Vermelho waterfront and certain episodes that followed.

The text is divided into four parts, in addition to this introduction. In the first section, I present the concepts that underpin the research. The second part addresses the initial phase of the Rio Vermelho waterfront renovation. The third section focuses on the city-making process at Largo da Mariquita. In the final section, I offer concluding remarks.

### **City-making in public spaces: a moving project shaped by power relations**

Architecture and urban planning projects do not rely solely on the creativity and technical knowledge of professionals. They result from negotiations between various stakeholders, aiming to connect heterogeneous elements to achieve desirable outcomes (Costa; Azevedo; Pedro, 2018). This negotiation does not end when the project is handed over to those responsible for its construction; it continues during the construction process, as adjustments are often needed to address situations that arise only during execution. Therefore, architectural or urban planning projects are not final or immutable; one could argue that, through changes made during execution, the project continues to evolve.

Latour and Yaneva (2008) suggest that a building should not be viewed as a static structure but rather as a flow of transformations. Even after its completion, it ages, is altered by its users, and is modified by everything happening inside and outside of it. It may eventually deteriorate or be renovated, altered, and transformed beyond recognition. It is not difficult to draw an analogy between a building and a city (or a part of it, such as a neighborhood, square, street, or block), whether it originates from a technical project or not. Like buildings, cities are moving projects, constantly undergoing changes triggered by various actors (both human and non-human) who inhabit or pass through them. Cities are also subject to the



influence of actors who seem external to the urban space but intervene in it by taking actions that serve their interests.

Here, I propose to observe the transformations between what was planned, what was actually built, and what was later modified in Largo da Mariquita. The presence of changes in a project may indicate the influence of power relations that deserve to be observed and analyzed to better understand the process of city-making.

I use “city-making” herein as an expansion of the concept proposed by Michel Agier (2011; 2015). For Agier, city-making is the means to establish the right to the city, as proposed by Lefebvre (2011). I propose “city-making” as a broader concept, encompassing the movements of all urban actors, not only those fighting for the realization of the right to the city but also others whose actions contribute to increasing socio-spatial segregation as well as those in between these two extremes, avoiding dualistic approaches. Thus, I understand city-making as the ongoing (re)shaping of urban spaces driven by the movements and outcomes of all urban actors (Ramos, 2020).

The right to the city, as proposed by Lefebvre (2011), refers not only to access to urban spaces and services but also to participation in the decision-making processes surrounding the (re)shaping of urban spaces. It is the “right to change and reinvent the city in accordance with our deepest desires” (Harvey, 2014, p. 28), with the caveat that “reinventing the city inevitably depends on exercising collective power over the urbanization process” (Harvey, 2014, p. 28).

This collectivity encompasses diverse people, with various understandings and desires, making conflict inherent in the process of city-making. Power relations emerge between different actors to assert certain interests in this process. To understand power, I turn to Foucault (2008), who argued that power is not exclusively exercised by specific actors, nor does it permanently subjugate others. According to the philosopher, power functions as a network, alternating between different actors: while some may exercise power at certain times, they may be subject to its consequences at others. Viewed this way, power loses its negative connotation as something solely aimed at controlling or oppressing, instead becoming a creative force that permeates the entire social body, though we must remember that power is predominantly exercised by certain groups—this is hegemonic power. It is through this continuous alternation in the exercise of power that I understand the processes of city-making.

Foucault (1995) also contributes to our understanding of how power relations operate. For him, power relations are actions upon actions; they are actions that seek to prevent or hinder the actions of others, who are always seen as capable of resisting and finding ways to carry out their own actions. Actions, of course, always take place in a specific environment, a space. Moreover, not only can actions inhibit other actions, but the very (re)configuration of the environment



can also inhibit certain actions. Therefore, I propose that power relations in city-making correspond to the actions (movements) of actors who aim to inhibit the movements of others within urban spaces, as well as the constant (re)shaping of urban spaces, which also inhibits the movements of certain actors.

Building on Latour and Yaneva's (2008) idea that a building is not a static object but a moving project and extending this to the concept of city-making, I suggest that public space is also a moving project, shaped by power relations among various actors with conflicting interests in that space. Analyzing the modifications of architectural projects during their execution, as well as the ongoing (re)configurations of public spaces, can help map the power relations within these environments. This, in turn, can contribute to developing pathways toward inclusive cities, as envisioned by Marques and Rasteiro (2018): cities where all people, regardless of class, gender, race, ethnicity, or religion, are empowered and enabled to fully participate in the social, economic, and political opportunities that cities have to offer.

### **Rio Vermelho waterfront renovation (2015-2016)**

Since 2013, the city of Salvador, capital of Bahia, has undergone a series of public space reconfigurations along its waterfront, actions referred to by the Municipal Government as "revitalization" and "requalification." Several sections of the city's coastline have been renovated, including areas such as Boca do Rio, Ribeira, Barra, Piatã, Itapuã, among others.

I believe the terms used by the city to describe these urban interventions — "revitalization" or "requalification" — are not the most appropriate, as they imply that these spaces previously lacked quality or vitality, which would supposedly be restored through the interventions. I propose using the term renovation instead, as it suggests a reconfiguration of the space's form without passing judgment on its prior quality or vitality. By choosing the term renovation, I also acknowledge that the concept of refunctionalization of spaces is embedded within it. In other words, the need to refunctionalize these spaces to meet the demands of certain actors is what drives the renovation. Here, we recall Lefebvre's conceptual triad of form – function – structure to analyze social space. In this view, a society organized by capitalist modes of production and relationships (structure) demands spaces (form) that meet its consumption needs (function) (Lefebvre, 2013, p. 198-212).

Rio Vermelho is known as Salvador's most bohemian neighborhood, which boosts the city's tourism. The neighborhood's waterfront is lined with numerous bars and restaurants that draw large crowds, especially between Thursday and Saturday nights. Researches by Araújo (2013) and Santos (2013) provide insights into the typical patrons of Rio Vermelho's bars: they are mostly young (18 to 35 years old), middle-class to upper-class individuals, single, with or pursuing higher education.



They frequent the neighborhood's bars more than once a week, arriving by private vehicle or taxi, and cite the main issues in the area as insecurity, limited parking, and inadequate urban cleaning.

The Rio Vermelho waterfront renovation mobilized a variety of actors. In addition to city officials, the architect responsible for the project and their team, and the company awarded the construction contract, a polarization emerged between those who supported the renovation and those who questioned it. On one side, business owners and service providers located in the area to be renovated, along with members of the Rio Vermelho Residents and Friends Association (Amarv), formed the Rio Vermelho Works Monitoring Commission (Caor). This group met regularly with city representatives to oversee the project's timeline and service quality, aiming to avoid the issues that had arisen during and after the first phase of the Barra waterfront renovation, which had led to protests by local residents and business owners<sup>1</sup>. On the other side was the Rio Vermelho em Ação (RVA) collective, composed of neighborhood residents and regular visitors. This group was formed through online social media networks by people who had learned about the upcoming renovation but had not been part of the earlier debates about the project. The RVA demanded that the project has to be presented to the Rio Vermelho community and called for broader participation in the project to ensure that it reflected the interests of the neighborhood's residents, not just the real estate and commercial sectors<sup>2</sup>.

RVA's demands led the city government to publish the urban design plan for the Rio Vermelho waterfront renovation on the website [www.novaorla.salvador.ba.gov.br](http://www.novaorla.salvador.ba.gov.br) in July 2015. However, discussions about the execution of the works and any potential changes to the project were held exclusively with the Caor. The RVA refused to join the Caor, arguing that this group was legitimizing the city's intervention in the neighborhood's waterfront through a process that lacked broad enough participation (Ramos, 2020).

The first phase of the renovation was inaugurated on January 29, 2016, just a few days before the annual Festa de Iemanjá on February 2, which is celebrated in the renovated area. At the inauguration, then-mayor ACM Neto walked through the renovated section, unveiling commemorative plaques, followed by musical performances on a stage set up in Largo da Mariquita. A large crowd attended the event, causing traffic jams on the streets leading to the neighborhood. Most people positively assessed the renovation, which contributed to maintaining the mayor's high approval rating (Ramos, 2020).

The urban design plan for the Rio Vermelho waterfront renovation, published by the city, allowed for the mapping of changes made during the construction process, as well as additional modifications carried out after the renovation's

---

1 Cf. Almeida (2014). Available at: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-e-moradores-pedem-ajustes-na-barra-648075>.

2 <https://riovermelhoemacao.wordpress.com/o-coletivo/>



inauguration. We will now focus on these project modifications, particularly those affecting Largo da Mariquita.

### Moving project at Largo da Mariquita

Teixeira and Santos (2015) identified that the space of Largo da Mariquita encompasses three areas: Praça Colombo, located on the right bank of the Lucaia River; Praça Augusto Severo, situated on the left bank; and the land strip where the Mercado do Peixe is located. They describe this area as “a residual space, quite fragmented, defined by the road system that traverses it—composed of the ‘cuts’ of space that did not serve the layout of Oswaldo Cruz/João Gomes, Borges dos Reis, and Conselheiro Pedro Luiz Streets” (Teixeira; Santos, 2015, p. 100-102) (Figure 1). However, in news articles about the renovation and documents from Amarv, the name Praça Augusto Severo did not appear; references to this space were made using the designation Largo da Mariquita, delimiting the area not by the Lucaia River but by Rua Conselheiro Pedro Luiz. This indicates a general understanding that Largo da Mariquita refers to this space, which is the perspective I adopt in this text.



Figure 1: Largo da Mariquita and Praça Colombo in 2005. Source: excerpt from a photograph by Pierre André Leclercq under Creative Commons license. Available at: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador\\_de\\_Bahia\\_vue\\_panoramique\\_2005.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_de_Bahia_vue_panoramique_2005.jpg). Access on: 10 Mar. 2024.

Teixeira and Santos (2015) note that Largo da Mariquita is “at least in part, a subversion of a residual space, as it has been appropriated as a meeting place, unlike other spaces with similar morphological characteristics in the city” (Teixeira; Santos, 2015, p. 102). The authors also documented the privatization of public space through tables from bars scattered throughout the square, the presence of kiosks and food stands, as well as street vendors and homeless individuals sheltering under trees for sleep. They highlighted “the underuse or non-use of significant parts of spaces that are uninteresting to local entrepreneurs” (Teixeira; Santos, 2015, p. 107), criticizing the conception of the space that did not support uses beyond those already present.



The renovation plan for Largo da Mariquita presented by the city to residents, business owners, and workers in Rio Vermelho in February 2014 can be seen in Figure 2. It shows that the square's flooring design was different from what was ultimately executed in the renovation (see Figure 3). There is also a slab next to the Lucaia River along Avenida Juracy Magalhães Júnior, where cars are parked. A bike lane can be seen running from Rua Guedes Cabral, passing between the buildings of Praça Colombo and the sea, continuing to the entrance of Mercado do Peixe. The proposal to build a slab over the Lucaia River next to Largo da Mariquita to expand the square's flooring was already present in the image. Additionally, a reduction in the mass of vegetation formed by the tree canopies is noticeable, resulting in a decrease in shaded areas within the square.



Figure 2: Promotional image of the project for Largo da Mariquita, published in February 2014. Available at: <http://salvadoremumdia.blogspot.com.br/2014/02/apresentado-projeto-de-requalificacao.html>. Access on: 2 Apr. 2017.

The images of the Largo da Mariquita project released after the conclusion of the bidding show differences compared to the initial image and are aligned with the urban project published by the city hall in July 2015. One of these images can be seen in Figure 3. In this image, which also provides an aerial perspective of the square, the bike lane coming from Guedes Cabral Street and the slab over the Lucaia River next to Avenida Juracy Magalhães Júnior are no longer present. On the other hand, the interlocking concrete pavement for shared traffic is introduced, and the design of the square's pavement closely resembles what was actually executed (see Figure 4).

Caor requested modifications to the project from the city hall via letter<sup>3</sup> but was not attended to. In summary, the requests included: expanding the area of

3 <https://blogdoriovrmelho.blogspot.com/2015/10/carnaval-do-rio-vermelho-volta-pauta.html>



Figure 3: Promotional image of the Largo da Mariquita project, published in June 2015. Available at: <https://www.ibahia.com/salvador/obra-do-rio-vermelho-deve-ficar-pronta-ate-2-de-fevereiro-de-2016>. Access on: 11 June 2024.

gardens with larger vegetation to provide more shade; adding more benches for gatherings and attractions for users of the square; tables for playing dominoes; a large pergola with climbing plants to create shade for fairs, artistic events, or sports; a children's park with a nearby water fountain to create a cooler microclimate; an arena for capoeira practitioners; and more trash bins.

However, several differences can be observed between Figure 3 and what was executed, there were alterations to the urban project. In the image, there is only one pergola, which connects the red pavement to establish a link between Largo da Mariquita and the Mercado do Peixe; neither this pavement nor the pergola was executed. On the other hand, near Praça Colombo, two pergolas were erected that were not included in the original project. The image does not show the tables from the bars located at the corner of the square with Rua Oswaldo Cruz, which had been positioned there for years (see Figure 1) — instead, a small garden with trees was planned for that area; however, the planned garden was reduced, and the tables from the bars were retained after the construction, protected by awnings. The image also does not depict the kiosks for selling tapioca and acarajé, which were built during the square's renovation to accommodate workers who had been operating there prior to the intervention, but the urban project published by the city indicated the construction of only one kiosk for selling acarajé. I inquired with the city hall about how these project modifications came about, but did not receive a response. Figures 4 and 5 show Largo da Mariquita after the renovation works.

Another relevant fact is the neglect of certain aspects of urban mobility throughout the project and/or its execution. This neglect can be seen on the sidewalk of the



Figure 4: Aerial view of Largo da Mariquita after the renovation. Source: Photograph by Nilton Souza.



Figure 5: Tables from bars (a) and kiosks (b) in Largo da Mariquita. Source: Author's photographs taken on July 23, 2017.

street next to the square, particularly at the section of the bridge over the mouth of the river Lucaia. There, poles installed on the narrow sidewalk have hindered pedestrian traffic since before the renovation. The urban project published by the city did not address this issue, as it indicated the installation of poles in a section of the narrow sidewalk. Thus, the pre-existing mobility obstacles were not resolved in the renovation, as can be seen in Figure 6.



Figure 6: Shared traffic lane in Largo da Mariquita, where the pedestrian-only section has serious mobility issues caused by the installed poles. Source: Photograph by the author taken on June 11, 2024.



The tables and chairs of the bars in Largo da Mariquita, positioned in the public space, signify the privatization of this area, making it exclusively for the establishments' use to serve customers. In December 2017, a roof was constructed for the tables and chairs using eucalyptus structures, which, according to the president of Amarv, was requested by the bar owners in Largo da Mariquita from the Fundação Mário Leal Ferreira, the Salvador City Hall entity responsible for interventions in public spaces.

The roof over the tables and chairs marks the privatization of public space not only during the nights, when customer presence is higher, but throughout the entire week, even in the absence of customers (Figure 7). The public space, renovated with public funds, becomes exclusive to some business owners, in an agreement with municipal management that favors the market, aligning with neoliberal urbanism.

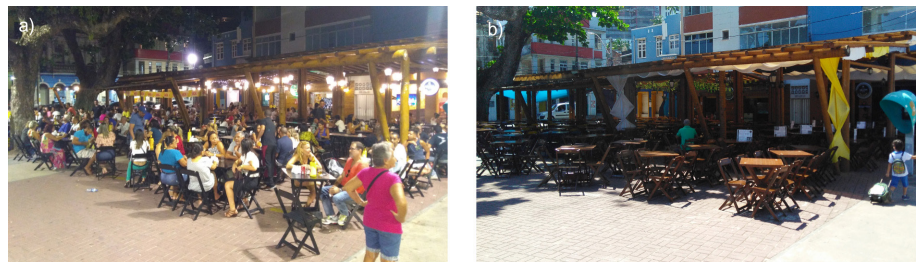


Figure 7: Tables and chairs of bars in Largo da Mariquita, with the roof constructed after the inauguration of the works, during the night (a) and during the day (b). Source: Photographs by the author taken on February 23, 2018 (a) and May 6, 2019 (b).

Other bars in Largo da Mariquita also maintain their tables, chairs, and benches in the public space during the night, but without the protection of a roof. This furniture is removed during the day, allowing for other uses of the public space. Nevertheless, it still represents a temporary privatization of the public area (Figure 8).



Figure 8: Bar in Largo da Mariquita that places tables and chairs in the public space at night (a) and removes them during the day (b). Source: Photographs by the author taken on May 5, 2019 (a) and May 6, 2019 (b).

Street vendors position themselves near the bars of Largo da Mariquita, attracted by the flow of people. Black women are visibly the majority in this group. Some vendors spread fabrics on the ground to display their products; others use the ground to support their displays; some grill cheese on small charcoal grills; others sell drinks from cooler boxes placed on baby strollers or shopping carts (Figure 9). The street vendors exhibit a degree of improvisation that could pose a danger to themselves and pedestrians. When I asked some of them about the actions of city



Figure 9: Street vendors near the bars of Largo da Mariquita and Vila Caramuru: a) grilling cheese on a metal stool, b) selling handicrafts on fabrics spread on the ground, c) selling drinks from cooler boxes placed on baby strollers or shopping carts. Source: Photographs by the author taken on May 5, 2019.

inspectors, they replied that the inspectors watched from a distance but had not encountered any problems with public authorities so far.

Clients of the bars at Largo da Mariquita attract street performers such as musicians, actors, and circus artists who perform temporarily. I recorded the performance of a group of three musicians — a singer and guitarist, a flutist, and a percussionist — and a group of four young percussionists playing samba-reggae. After playing for a while for the bar patrons, one member from each group would pass between the occupied tables to collect voluntary contributions.

The privatization of public space can also be observed, albeit temporarily, during arts and gastronomy fairs that set up in Largo da Mariquita. These fairs consist of booths and tents selling locally produced items such as crafts, clothing, bags, decorative pieces, plants, snacks, and offer activities for children and musical shows. I noticed that the most frequent fair was organized by the Bahia Craftsmen's Association (Adaba), usually held once a month. The fair would start setting up in the center of Largo da Mariquita on Thursday afternoon, operating from Friday to Sunday, generally from 4 PM to 11 PM. The tents were arranged in a circular pattern following the layout of the square, leaving the center of the largo open; this circular arrangement ignored the placement of some benches around the floral motif drawn on the square's pavement, resulting in people sitting facing the backs of the tents, which were covered with tarps. In the center of the square, street performers sometimes presented their acts: singers, instrumentalists, actors, among others. Children also played there with bicycles, scooters, balls, and other toys, supervised by their parents. There was a tent for the fair, near the center of the square, reserved for musical performances by artists brought in by Adaba. The fair attracted people of all ages (Figure 10).

The Largo da Mariquita consists of filled and empty spaces. Notably, the flooring design with a floral motif suggests radiation or convergence towards what would be the "center" of the square. However, attention should also be given to the "empty" space near the slab built over the Lucaia River, where there is no flooring design or tall vegetation. This space, despite its arid character (due to the almost complete absence of vegetation) and mineral appearance (from the paving used), opens to unforeseen uses, expanding the possibilities of city-making. Here, I observed artistic performances, such as the Cabaré Belas, Arretadas, and Fora da Casinha, as well as the weekly gatherings of skaters on Fridays and jugglers on Mondays, who would come to the square to exchange experiences and enjoy the public space in dynamics that move away from consumption, thus detaching from neoliberal urbanism (Ramos, 2020).

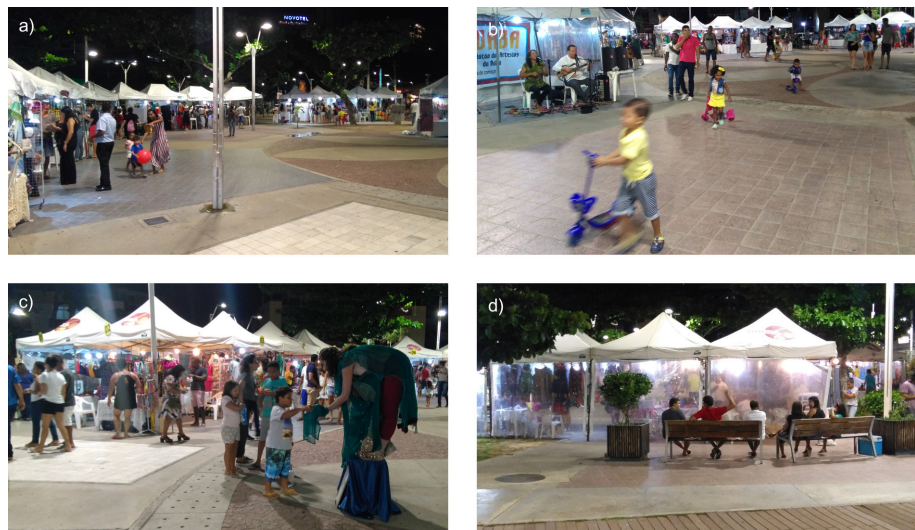


Figure 10: Adaba Fair at Largo da Mariquita: a) tents arranged in a circular pattern in the square; b) children playing while musicians perform; c) artist interacting with children; d) arrangement of the tents restricts visibility for people sitting on the benches in the square. Source: Photographs by the author taken on May 5, 2019 (a and b) and May 25, 2019 (c and d).

## FINAL CONSIDERATIONS

By following the urban project of the Largo da Mariquita reform, viewed as a moving project, and identifying its changes not only during the planning phase but also throughout execution and after the inauguration, we reveal power relations that reflect specific interests in city-making. The recorded observations indicate a prioritization of consumption activities that cater to the needs of the middle classes, as evidenced by the construction of a covering near the bars, the installation of tables and chairs (even if temporarily), and the hosting of arts and gastronomy fairs in the public space. Such power relations, established through (re)configurations of spaces, inhibit the movements of actors with interests that diverge from neoliberal urbanism. However, some of these actors, such as artists and athletes, seek out gaps and alternative ways to exercise power, occupying the empty spaces of the Largo da Mariquita project with their moving bodies, creating uses that may not have been envisioned by those responsible for the project's design and execution. I emphasize that, by considering the moving project within city-making, these actors can be seen, momentarily, as co-authors of this moving project, continually (re)configuring it.

It can be stated that, although the experience of the Largo da Mariquita reform aimed to enhance consumption in alignment with neoliberal urbanism, this (moving) project will never be fully realized due to the resistances that arise against it, such as the presence of street vendors, athletes, or artists, who may create discomfort for some individuals in the middle classes.

Mapping the power relations that lead to changes in this moving project can aid in the collective decision-making processes that make cities more inclusive, although this inclusive city project must also be viewed as a moving one, and thus subject to resistances and changes.

I would like to thank Nilton Souza, who generously provided a photograph, as seen in Figure 4, to illustrate this article.

## REFERENCES

- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dez. 2015. Available at: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso). Access on: 10 Nov. 2018.
- ALMEIDA, L. Entidades e moradores pedem ajustes na Barra. *A Tarde*, Salvador, 8 nov. 2014. Available at: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-e-moradores-pedem-ajustes-na-barra-648075>. Access on: 17 Sep. 2024.
- ARAÚJO, S. S. Espaços, práticas e consumo de cultura e entretenimento pela juventude de Salvador no bairro do Rio Vermelho. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 33-43, fev. 2013. Available at: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/474>. Access on: 05 Jan. 2020.
- COSTA, R.; AZEVEDO, G.; PEDRO, R. Versões e conexões: a ação projetual em arquitetura como objeto de pesquisa à luz dos estudos em ciência, tecnologia e sociedade. *Projetar*, Natal, v. 3, n. 1, abr. 2018, p. 30-43. Available at: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16622>. Access on: 20 Dec. 2018.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



LATOUR, B.; YANEVA, A. Give me a gun and I will make all buildings move: An ANT's view of architecture. In: GEISER, R. (ed.) *Explorations in architecture: teaching, design, research*. Basel: Birkhäuser, 2008. p. 80-89. Available at: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-138-BUILDING-VENICEpdf.pdf>. Access on: 20 Dec. 2018.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARQUES, C. A. A.; RASTEIRO, D. M. S. Aprender a Planear a Cidade Inclusiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 14, 2018. Available from: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2018.1.Marques>. Access on: 17 Mar. 2024.

O Coletivo. *Rio Vermelho em ação*, Salvador, 2015. Available at: <https://riovermelhoemacao.wordpress.com/o-coletivo/>. Access on: 2 Apr. 2017

RAMOS, J. M. S. *Relações de poder no fazer-cidade: articulações em torno da reforma da orla do Rio Vermelho em Salvador – BA (2015-2019)*. 2020. 310 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SANTOS, J. T. dos. *Produção e consumo cultural no bairro do Rio Vermelho – Salvador/BA*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Available at: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12745>. Access on: 05 Jan. 2020.

TEIXEIRA, M. C.; SANTOS, J. C. Leituras possíveis: a paisagem do Largo da Mariquita. *Arquisur Revista*, [s. l.], v. 7, p. 94-111, 2015. Available at: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Arquisur/article/view/4941> Access on: 05 Jan. 2020.



## Resistência espacial e o direito à cidade nos condensadores sociais

### Spatial resistance and the right to the city in social condensers

### Resistencia espacial y el derecho a la ciudad en los condensadores sociales

*Eliel Lucas Batista Baía, mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAU-PPGAU-UPM.*

*E-mail: eliel\_baia@live.com  <https://orcid.org/0000-0003-2406-524X>*

*Candido Malta Campos, doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAU-PPGAU-UPM.*

*E-mail: candido.campos@mackenzie.br  <https://orcid.org/0000-0003-2933-8032>*

*Pedro Augusto Silveira Freitas, doutorando em Direito, Universidade de São Paulo – FD-PPGD-USP.*

*E-mail: pedrosilveirafreitas@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-0455-402X>*

**Para citar esse artigo:** BAÍA, E.; CAMPOS, C. M.; FREITAS, P. Resistência Espacial e o Direito à Cidade nos Condensadores Sociais. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 191-205, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p191-205

**Submissão:** 2024-03-30

**Aceite:** 2024-09-17



## Resumo

Neste estudo, investigamos os condensadores sociais como espaços de resistência, refletindo sobre sua capacidade de transformar o ambiente urbano e as relações sociais. Ao transcender a funcionalidade física, esses espaços tornam-se arenas de discursividade e contestação, exemplificando a interseção da arquitetura com a resistência social e o direito à cidade. Exploramos como essas estruturas, originalmente concebidas no contexto da arquitetura construtivista soviética, funcionam como agentes ativos de transformação social. A análise centra-se na interação entre estes condensadores e a vida cívica, sublinhando sua influência na dinâmica dos espaços públicos e na promoção da cidadania coletiva. Esta perspectiva amplia a compreensão do espaço público como um território de uso comum e posse coletiva. Este artigo visa, portanto, aprofundar a compreensão dos condensadores sociais, destacando seu potencial no planejamento de espaços públicos que abraçam a diversidade, a inclusão e o direito à cidade.

**Palavras-chave:** Condensadores sociais; Resistência espacial; Direito à cidade; Espaço urbano; Construtivismo russo.

## Abstract

In this study, we investigate social condensers as spaces of resistance, reflecting on their capacity to transform the urban environment and social relations. By transcending physical functionality, these spaces become arenas of discourse and contestation, exemplifying the intersection of architecture with social resistance and the right to the city. We explore how these structures, originally conceived in the context of Soviet Constructivist architecture, function as active agents of social transformation. The analysis focuses on the interaction between these condensers and civic life, underlining their influence on the dynamics of public spaces and the promotion of collective citizenship. This perspective broadens the understanding of public space as a territory of common use and collective ownership. This article, therefore, aims to deepen the understanding of social condensers, highlighting their potential in the planning of public spaces that embrace diversity, inclusion, and the right to the city.

**Keywords:** Social Condensers; Spatial Resistance; Right to the City; Urban Space; Russian Constructivism.

## Resumen

En este estudio, investigamos los condensadores sociales como espacios de resistencia, reflexionando sobre su capacidad para transformar el entorno urbano y las relaciones sociales. Al trascender la funcionalidad física, estos espacios se convierten en arenas



de discurso y confrontación, ejemplificando la intersección de la arquitectura con la resistencia social y el derecho a la ciudad. Exploramos cómo estas estructuras, originalmente concebidas en el contexto de la arquitectura constructivista soviética, funcionan como agentes activos de transformación social. El análisis se centra en la interacción entre estos condensadores y la vida cívica, subrayando su influencia en la dinámica de los espacios públicos y la promoción de la ciudadanía colectiva. Esta perspectiva amplía la comprensión del espacio público como un territorio de uso común y propiedad colectiva. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo profundizar la comprensión de los condensadores sociales, destacando su potencial en la planificación de espacios públicos que abracen la diversidad, la inclusión y el derecho a la ciudad.

**Palabras clave:** Condensadores sociales; Resistencia espacial; Derecho a la ciudad; Espacio urbano; Constructivismo ruso.

## INTRODUÇÃO

**N**a complexa teia das cidades, onde algumas edificações podem se erguer como testemunho das lutas sociais e aspirações humanas, os condensadores sociais despontam como monumentos da resistência urbana. Arquitetos visionários como Ginzburg e El Lissitzky, com suas criações que transcendem o físico, representam um idealismo revolucionário e uma busca incessante por novas formas de organização social. Este artigo mergulha nas narrativas entrelaçadas dessas estruturas e nos diálogos entre urbanismo, política e vida cotidiana no tecido do espaço urbano.

Os artistas “de esquerda” [...] pensam que a construção da “sociedade sem classes” [...] pode ser estimulada ou freada pelo quadro de vida em que se desenvolva essa sociedade. [...] Acreditam apressar o surgimento dessa sociedade através de sua arte, de sua ação sobre o ambiente (Kopp, 1990, p. 79).

O espaço urbano revela-se como um palimpsesto histórico – dinâmico, em que a resistência e a rearticulação social ressoam além das reações imediatas. Nos interstícios urbanos, muitas vezes ignorados, floresce o que podemos chamar de resistência urbana, desafiando e redefinindo as relações de poder e espaço. Os condensadores sociais propostos pelo construtivismo russo emergem como exemplos de transformação, desafiando as noções tradicionais de urbanismo e arquitetura com suas formas audaciosas e propósitos multifacetados (Khan-Magomedov, 1987, p. 102).

Ao adentrarmos o universo dos condensadores sociais, desvendamos uma simbiose intrigante entre a forma arquitetônica e a dinâmica social, uma



interconexão vibrante entre aspirações utópicas e realidades concretas (Kopp,1970). Esses espaços transcendem a mera função de construções, assumindo o papel de laboratórios vivos, onde se experimentam novas narrativas de convivência e resistência. No entanto, a busca idealista dos construtivistas se depara com desafios práticos, tecendo um intrincado panorama de possibilidades e contradições (Kopp, 1970).

Para os construtivistas o objetivo é a transformação radical dos antigos conceitos e exige do arquiteto uma clara tomada de posição [...] O objetivo [é] o trabalho em comum com o proletariado, a participação nas tarefas de construção [...] de um novo modo de vida (Ginzburg apud Kopp, 1990, p. 80).

O espaço urbano, palco de indelévels marcas dos conflitos e resistências que permeiam a sociedade, configura um mosaico complexo de relações sociais e estruturas de poder (Fanon, 1961). Mais do que um mero receptáculo passivo, ele se revela como uma entidade dinâmica, cenário da incessante dialética entre poder e resistência (Lefebvre, 2008). A resistência espacial se distancia de uma mera reação. Ela se configura como um processo ativo de rearticulação e subversão criativa do espaço, subvertendo as estruturas de poder e abrindo caminho para novas possibilidades.

Os condensadores sociais russos se revelam, nesse contexto, como espaços fundamentais para a reflexão crítica sobre a transformação do espaço urbano e suas relações com as dinâmicas sociais e culturais. Concebidos como instrumentos para influenciar relações sociais e culturais, eles instigam questionamentos sobre a complexa interconexão entre espaço, poder e identidade social. Este ponto de partida abre caminho para uma investigação mais profunda sobre o papel da arquitetura na configuração das dinâmicas urbanas (Harvey, 2019).

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, [...] advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. [...] o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. [...] Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato [...] e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido (Lefebvre, 2008, p. 57).

Ao refletirmos sobre o legado dos condensadores sociais russos, somos convidados a repensar o espaço urbano, transcendendo a mera compreensão de sua forma física e reconhecendo-o como um palco dinâmico e em constante mutação, em que as relações de poder se configuram e se redefinem. Esta perspectiva nos desafia a imaginar novas configurações de espaço e sociedade, nas quais o poder é questionado e renegociado.



## O conceito de condensadores sociais

Os condensadores sociais<sup>1</sup> são um conceito fundamental na arquitetura soviética, especialmente no período do construtivismo. Originados de uma visão inovadora de Ginzburg, eles representavam mais do que simples estruturas habitacionais, mas uma fusão de arquitetura e ideologia social. Os condensadores sociais procuravam transformar tanto o espaço físico quanto as relações sociais, visando moldar uma nova forma de vida urbana e coletiva que estivesse em harmonia com os ideais socialistas. O exemplo mais notável dessa abordagem é o edifício habitacional Narkomfin, em Moscou (Villac, 2018).

Não podemos mais forçar os ocupantes de uma construção [...] a viver em coletividade [...]. Devemos oferecer a possibilidade de uma transição gradual e natural para o uso comunitário de certas áreas [...] Para nós, é absolutamente necessário incorporar certas características que possam estimular a transição para um modo de vida socialmente superior – estimular, mas não ditar (Ginzburg *apud* Frampton, 2008, p. 210).

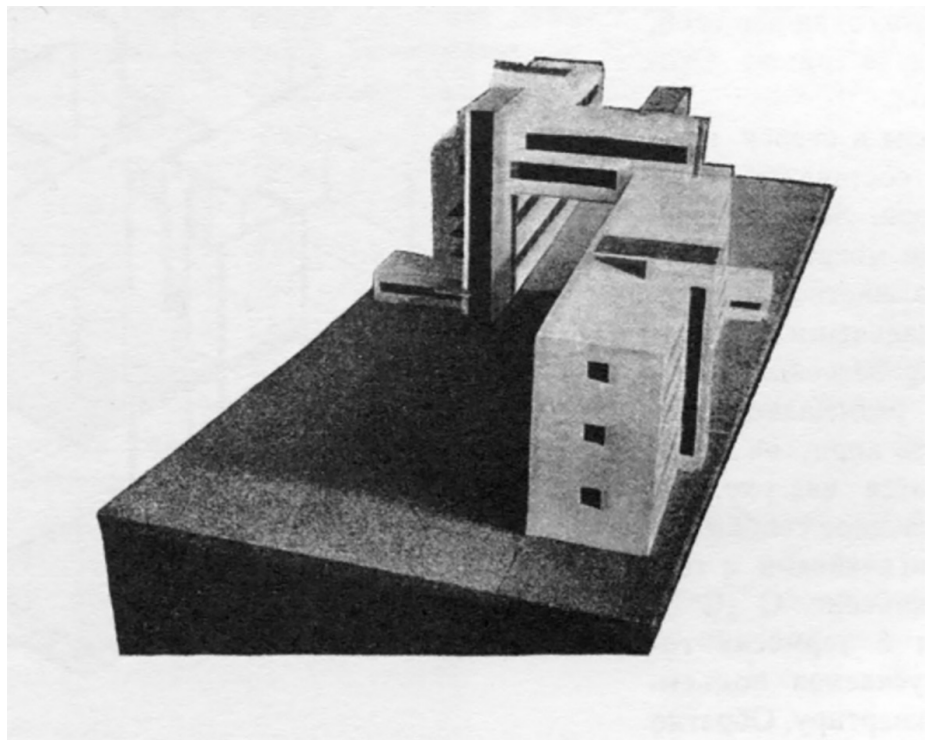


Figura 1 - Maquete do projeto “Casa Comunal A1” (posteriormente conhecida como Narkomfin), desenhada por Ginzburg. Fonte: SA. n. 4-5, p. 131, 1927.

1 Neste trabalho, adotaremos a terminologia “condensadores sociais” em sua forma mais ampla. Apesar de sua idealização no âmbito do construtivismo soviético, é importante enfatizar que a proposta de Ginzburg reverbera para além de suas raízes ideológicas iniciais. Embora a origem soviética, o uso do termo aqui se refere a uma aplicação mais abrangente, que inclui adaptações e interpretações diversas em diferentes contextos políticos e geográficos.



Os condensadores sociais não foram apenas respostas arquitetônicas a necessidades habitacionais, mas também tentativas de reconfigurar a sociedade segundo princípios ideológicos específicos. Esses projetos representavam esforços para conciliar as necessidades imediatas da população com os ideais revolucionários, criando espaços que equilibrassem pragmatismo e idealismo (Kopp, 1970 *apud* Villac, 2018).

A abordagem construtivista buscava não apenas estabelecer um novo estilo arquitetônico, mas também influenciar diretamente o modo como as pessoas viviam e interagiam em suas comunidades. A organização espacial dos condensadores sociais, com seus espaços comuns e áreas de lazer, visava estimular a interação social e a criação de uma vida social baseada na coletividade e na igualdade (Tafari *apud* Villac, 2018).

Ginzburg escreve o editorial da revista SA<sup>2</sup> (1927). Ao enunciar os condensadores sociais, não apenas reconfigura o entendimento da arquitetura como abrigo, ele os eleva ao patamar de um instrumento vital na orquestração de transformações sociais profundas. Essas estruturas, conforme Ginzburg (1927), transcendem sua materialidade para se tornarem laboratórios de inovação social, em que a arquitetura se funde à urbanidade, propiciando um terreno fértil para a redefinição das dinâmicas de convívio e interação social.

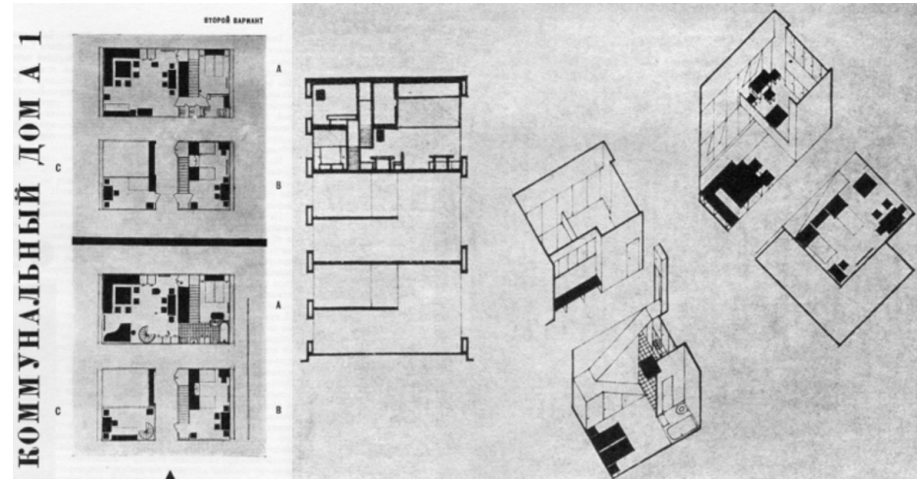


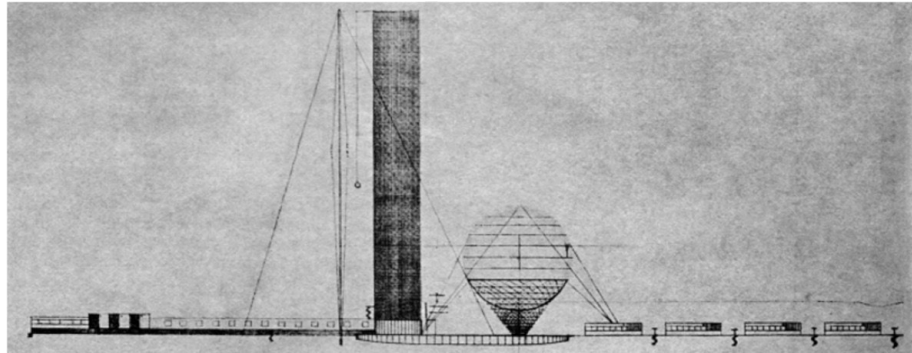
Figura 2 - Fotomontagem do "Casa Comunal A1". O projeto combina individualidade residencial e áreas sociais compartilhadas, como salas de jantar, jardins de infância e lavanderias, refletindo o esforço de Ginzburg para criar espaços que facilitem a interação e a vida comunal. A estrutura residencial do projeto é dividida em três segmentos: A, B e C, cada um atendendo a diferentes necessidades habitacionais, desde alojamento mínimo para indivíduos ou pequenos grupos até espaços para famílias. A distribuição desses elementos em dois andares com design flexível simboliza a dinâmica de crescimento familiar e as mudanças sociais, promovendo assim a coesão comunitária e o desenvolvimento social. Fonte: SA. n. 4-5, p. 130, 1927.

2 *Sovremennaya arkhitektura* (Arquitetura Moderna) foi uma revista publicada pelo grupo OSA (Sovremennykh Arkhitektorov, em português, Sociedade de Arquitetos Contemporâneos) entre 1926 e 1930. Editada por figuras-chave do construtivismo, como Moisei Ginzburg, os irmãos Vesnin e Leonidov, a revista desempenhou um papel central na vanguarda arquitetônica soviética, promovendo o construtivismo e conectando arquitetos soviéticos com ideias internacionais.



O papel dos condensadores sociais estende-se além da mera reestruturação espacial, pois eles instigam uma reorganização nas relações de poder e nas interações sociais, operando como microcosmos das contínuas lutas por justiça e emancipação social. Este paradigma arquitetônico, segundo Ginzburg (1927), é emblemático no contexto de resistência urbana, configurando-se como um manifesto físico e simbólico que une idealismo revolucionário à prática concreta.

Esses espaços refletem a nova ordem socialista, emergente da Revolução de Outubro de 1917. “Cada projeto de um condensador social deve ser amplamente debatido e criticado pelos trabalhadores, futuros usuários desses condensadores” (SA, 1928). Esta abordagem enfatiza a importância de considerar não apenas as necessidades físicas, mas também de moldar ativamente o tecido social e cultural, alinhando-se aos princípios socialistas.



*Figura 3 - Instituto Lenin, por I. Leonidov. A imagem ilustra o projeto do Instituto Lenin, marcante no movimento construtivista. Este projeto reflete a ideologia dos condensadores sociais, propondo um espaço multifuncional que integra educação, cultura e interação social, simbolizando a aspiração de Leonidov por uma arquitetura que molda e reflete as dinâmicas sociais. A complexidade do design revela a intenção de criar um ambiente coletivo que fomenta a interação e o engajamento comunitário. Fonte: SA, ano 3, n. 4-5, p. 15, 1927.*

“Os condensadores sociais, compreendidos como indutores de relações sociais de fundamental importância cultural, promovem convivência e simultaneidade de atividades, inspirando-se na multifuncionalidade e presença dos clubes comunais soviéticos” (Villac, 2018). “O projeto do Palácio da Cultura [...] permite organizar todo o sistema de educação e política cultural do setor urbano onde se encontra situado” (Kopp, 1974 *apud* Villac, 2018).

Murawski (2017) argumenta que o condensador social não é apenas um conceito arquitetônico, mas um método que abrange uma ampla gama de elementos, incluindo crítica, método científico e artístico, ideologia e psicologia, tornando-se central após a Revolução de Outubro de 1917. Paralelamente, Kopp (1970) destaca a função transformadora dos condensadores sociais, que visavam transformar o indivíduo centrado em si mesmo da sociedade capitalista em um membro informado e engajado da sociedade socialista, harmonizando interesses individuais e coletivos. Essa visão reflete a essência dos condensadores sociais como elementos de transformação social e urbana, estabelecendo um diálogo entre o indivíduo e o coletivo.



Kopp destaca que em “cada um desses projetos [condensadores sociais] se pode observar uma tentativa de conciliar as necessidades imediatas da população com os ideais revolucionários” (Kopp, 1970). Essa observação é crucial para entendermos os condensadores como espaços dinâmicos, em que as tensões entre o pragmatismo e o idealismo são manifestas.

[...] tratava-se de todos os equipamentos cuja utilização tinha por consequência a socialização das atividades até então individuais. Essa socialização tinha por objetivo imediato facilitar a vida cotidiana [...] Mas além desses objetivos a curto prazo, visava-se a transformação completa da natureza humana e da vida em sociedade (Kopp, 1990, p. 98).

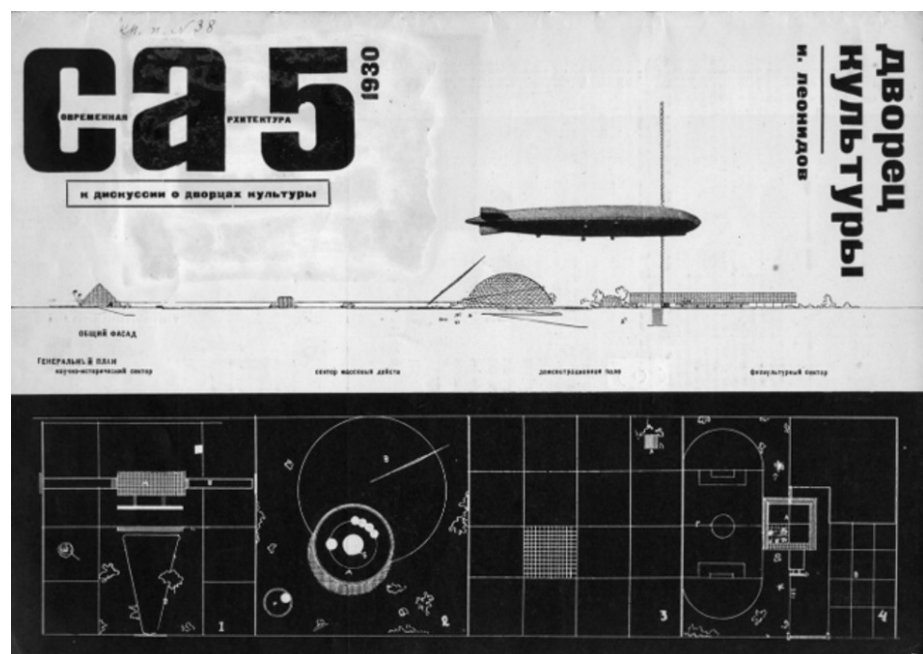


Figura 3 – Folha de rosto da revista SA contendo o projeto do Palácio da Cultura projetado por Leonidov. A página exibe o “Plano Geral” do projeto, que articula diferentes setores sociais e culturais. Inclui o “Setor Científico-Histórico”, integrando educação e pesquisa; o “Setor de Atividades de Massa”, enfatizando a interação comunitária; o “Campo para exposições públicas e eventos”; e o “Setor de Cultura Física”, promovendo saúde e atividades esportivas. Estes componentes demonstram como o design de Leonidov encapsula a ideia de um condensador social. Fonte: SA, n. 5, p. 3, 1930.

### A dialética da resistência espacial

A resistência espacial nos condensadores sociais transcende a mera reatividade e se configura como uma força criativa e transformadora. Podemos compreender essa resistência como uma forma de “contra-hegemonia”, em que os grupos subalternos se apropriam dos espaços e os reinterpretem de acordo com os próprios interesses e necessidades. Essa luta por espaço não se limita apenas à dimensão física, mas também perpassa o campo simbólico e cultural.



A hegemonia é um processo de direção política que se baseia no “consenso ativo” das massas, obtido através da combinação da “força” e do “consentimento”. A classe dominante não apenas impõe sua vontade pela coerção, mas também busca construir um consenso cultural que legitime sua dominação (Gramsci, 2001, p. 167).

Ao analisar os condensadores sociais russos sob a ótica da resistência espacial, desvendamos a complexa e mutável natureza do espaço urbano. Esses ambientes, palco de uma constante fricção entre utopia e realidade, controle e contestação, assumem a forma de um ouroboros que se nutre das histórias que presenciou, ostentando as marcas do passado e abrigando as sementes da transformação social. Desvendar os mecanismos de apropriação e reinterpretação desses espaços é crucial para repensar o papel do espaço urbano na construção de sociedades mais justas e democráticas.

Na compreensão da resistência espacial nos condensadores sociais russos, é essencial considerar o território subjacente – um mapa invisível de subalternidade entrelaçado na materialidade arquitetônica dos condensadores. Esse mapa constitui uma inscrição profunda de práticas sociais e relações de poder, delineando uma geografia alternativa que contesta e subverte o planejamento estatal. Essa perspectiva vai além das representações tradicionais do espaço urbano, propondo uma compreensão mais complexa e dinâmica dos ambientes construídos (Said, 1978).

O espaço é mais do que mera localização: ele é um território de significado, um campo de poder e um palco de conflito. O controle do espaço é uma forma de exercer poder e de impor uma visão de mundo. “Uma tribo primitiva, por exemplo, atribui lugar, função e significado definidos para [...] seu ambiente imediato” (Said, 1978).

Os condensadores sociais revelam a presença de uma dialética entre o projetado e o vivido, o estabelecido e o emergente. Como argumenta Lefebvre (2006, p. 305), a produção do espaço é uma atividade social que se transforma em realidade material através de um processo dialético. Essa dialética, longe de ser uma complicação teórica, é essencial para compreender a rica tapeçaria de práticas e relações que compõem a realidade desses espaços.

Os condensadores sociais russos, em sua essência transformadora, enfrentam os desafios urbanos e a desigualdade social, ultrapassando a mera sobrevivência para redefinir as condições de existência de suas comunidades. Lefebvre ressalta que a “produção do espaço” é uma práxis social, capaz de transformar as relações existentes e gerar novas organizações sociais (Lefebvre, 2006). Assim, os condensadores sociais reimaginam as fronteiras entre o público e o privado, utilizando o espaço como um meio de contestação e transformação social, cultural e política.



Contemporaneamente, a aplicação dos princípios dos condensadores sociais enfrenta desafios significativos, como a urbanização neoliberal e a mercantilização do espaço urbano (Harvey, 2012). No entanto, explorar esses conceitos pode oferecer caminhos para desenvolver práticas urbanas que promovam a resistência espacial e o direito à cidade.

### **A resistência espacial nos condensadores sociais**

A resistência nos condensadores não é uma postura defensiva, mas uma prática ativa de reimaginação e reconfiguração espacial. Nas palavras de Henri Lefebvre, ela envolve a “produção do espaço”, transformando-o de um mero recipiente passivo em um ator dinâmico na luta social (Lefebvre, 2006). Essa transformação eleva o espaço a um “terceiro espaço”, na concepção de Edward Soja, um local onde contestação e transformação se entrelaçam (Soja, 1996).

Lefebvre articula que o espaço não é apenas um espaço ocupado, mas um espaço usado, transformado e apropriado (Lefebvre, 2006). Assim, nos condensadores, observamos uma reconfiguração não apenas física, mas também cultural e social do espaço, redefinindo os paradigmas de como vivemos e interagimos em nossos ambientes urbanos.

Nesses espaços, as relações de poder são constantemente negociadas e redefinidas por atos de resistência e transformação. Cada prática, cada ação coletiva, como a organização de mutirões para construção de moradias, a realização de festas populares que celebram a cultura local e a criação de hortas comunitárias que garantem o acesso a alimentos frescos, se torna uma forma de “contra-hegemonia”, subvertendo o poder estabelecido e reivindicando o espaço como um “campo aberto de possibilidades e transformações” para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Lefebvre, “O espaço é um produto social, e como tal, é também um instrumento de poder. A produção do espaço é, portanto, uma forma de dominação” (Lefebvre, 2008).

Milton Santos argumenta que a produção do espaço é uma ação social que implica relações de poder, e que os “condensadores sociais” são exemplos de espaços onde a luta pela contra-hegemonia se manifesta de forma cotidiana (Santos, 1996). A partir dessa análise, podemos compreender os “condensadores sociais” como territórios de disputa e transformação, em que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária se faz presente através de práticas cotidianas que desafiam a lógica do poder dominante.

Os condensadores sociais transcendem as relações de poder hegemônico e se configuram como espaços de profunda contestação e reinvenção social (Harvey, 2019). Essa resistência se torna agente ativo na construção de novos horizontes, materializando-se em práticas espaciais e relações sociais que desafiam a ordem



hegemônica (Lefebvre, 2006). Essa transformação demonstra a capacidade singular dos condensadores sociais de redefinir o espaço urbano e suas dinâmicas sociais, abrindo caminho para futuros mais emancipatórios e igualitários.

### **O direito à cidade pensado a partir dos condensadores sociais**

Os condensadores sociais representam a expressão viva da luta pelo direito à cidade; não apenas de um direito legal, formalizado e institucionalizado. Trata-se, aqui, da manifestação mais pura do encontro coletivo, físico e realístico entre todos os habitantes, sem quaisquer restrições ou discriminações. Os condensadores sociais viabilizam esse lugar do encontro e, portanto, lugar do diálogo, da luta e da reivindicação pela construção e remodelação das próprias cidades, ou seja, do direito à cidade.

O direito à cidade não é – e nem poderia ser – significado ou instruído por uma visão legalista e nem positivista. Isso porque, conforme informa Gaio, “[...] ao mesmo tempo em que a Lei inscreve conquistas sociais, o Estado (e a Lei) cumprem papel legitimador do processo de acumulação capitalista” (Gaio, 2019). Com isso, não se quer dizer que o direito legislado não seja útil para realizar justiça social e para promover cidades e espaços comunitários mais justos e democráticos. O que se quer ressaltar é que o direito não precisa ser necessariamente estatal, porque o conjunto de legislações pode ser utilizado pela classe dominante com o objetivo de obliterar a cidade real e vívida, os seus cidadãos e as suas culturas.

Não por outro motivo, de modo oportunista, muitos governos têm proclamado o direito à cidade (BORJA; CARRIÓN, 2017, p. 31), contribuindo para a sua balização. Como já alertou Baldez (2003, p. 84), é proposital a estratégia de retirar os movimentos populares do campo político para imobilizá-los na teia jurídica. No mesmo sentido, Monreal (1988, p. 182) afirma que “não faltam casos, nos quais a classe dominante, como meio para acalmar exigências sociais justas de outras classes, concordam em editar as leis [...], com a certeza de que, em sua aplicação, ocorreria o desvirtuamento que melhor lhe conviesse” (Gaio, 2019, p. 10-11).

Caso se queira apresentar um conceito jurídico do direito à cidade, ele deve ser hermenêuticamente aberto para que a atuação dos cidadãos e dos movimentos sociais não seja obstaculizada por entraves jurídicos ou por legalismos formais do direito positivado. Um conceito dessa natureza deve agregar os seguintes elementos, como esclarece Saule Júnior:

[...] os componentes do direito à cidade que qualificam a cidade como bem comum são os seguintes: a cidade livre de



qualquer forma de discriminação; com cidadania inclusiva com maior participação política; que cumpre as suas funções sociais; com espaços públicos de qualidade; com igualdade de gênero; com diversidade cultural, a cidade com economias inclusivas, como um sistema de assentamento e ecossistema comum; [...] (Saule Júnior, 2022, p. 58).

Os condensadores sociais representam uma via alternativa e mais adequada para se tratar o direito à cidade; não de modo formalizado e institucionalizado, sob o regime da classe dominante. Mas, sim, sob os auspícios de um sentimento verdadeiro de comunidade e de pertencimento, a partir do qual concidadãos se legitimam e são legitimados, bem como participam, convivem e interagem em espaços comuns. Trata-se, aqui, de propor uma verdadeira empreitada societária, a fim de que os cidadãos se apropriem da cidade, atualmente dominada pela nefasta prática capitalista da apropriação e da acumulação da propriedade, sem qualquer utilidade social ou comunitária, senão o lucro e a exclusão periférica.

Tal projeto diz respeito a uma também nova concepção de sociabilidade calcada em valores e objetivos humanitários e solidários, forjado não pela lógica da exclusão social, mas pela premissa de que todos somos cidadãos e merecemos tratamento e consideração iguais. Mais do que um lugar para se habitar, a cidade tem de ser tida como o *locus* privilegiado do político – quiçá único –, da existencialidade do ser humano como fazedor de história; momento espacial, temporal e territorial de demarcação do humano e de suas possibilidades desenvolvimentistas (Leal, 2000, p. 125-126).

Os habitantes das cidades, quaisquer que sejam eles e independentemente de onde provenham, devem ter o poder de influenciar e de moldar o ambiente urbano de acordo com as próprias necessidades e desejos. A esse poder, titularizado por todos, sem quaisquer discriminações ou exclusões, é que se deve nominar como “direito à cidade”. Ou seja, o direito de, na cidade, acessar os espaços públicos e comunais, bem como de participar ativamente e sem cerceamentos, do planejamento, da governança e da transformação das cidades.

A cidade, sob essa perspectiva – amplamente refletida no microcosmo representado pelos condensadores sociais –, se tornaria, portanto, um espaço de encontro, de interação e de criação cultural, ressignificando e revolucionando a alienação decorrente da urbanização capitalista. O direito à cidade não é uma fuga da aglomeração capitalista – tal como se pretendesse viver em vilas isoladas e inacessíveis –, mas, ao contrário, um embate direto contra essa modelagem injusta de vivência social. Por essa razão, os cidadãos devem se apropriar do espaço urbano para que ele seja mais do que apenas um aglomerado de edifícios encastelados, mas, sim, um ambiente vivo e dinâmico que reflita e promova os desejos comunitários de seus habitantes.



Em última análise, é repensar a cidade para todos, assegurando um ambiente urbano digno para todos os seus frequentadores, sejam moradores com residência fixa ou transeuntes, visitantes e turistas, e todos os egressos da população em situação de rua que poderiam habitar a região de forma regular e digna (Saule Júnior, 2021, p. 27).

Os condensadores são entidades vivas e laboratórios a céu aberto, ambientes nos quais não somente se operam resistências aos formatos dominantes de vida, mas também se permite, a partir da conscientização coletiva, a própria ressignificação dos direitos positivados nos estatutos e nas legislações. Dentre essas novas significações, destaca-se, especialmente, a determinação constitucional para que a propriedade cumpra a função social. Essa obrigação, apesar de se encontrar prevista em inúmeros diplomas legais que integram o ordenamento jurídico brasileiro, tem sido solene e intencionalmente ignorada por autoridades públicas, por governos e também pelos donos de terras e de edifícios (inc. XXIII, art. 5º; inc. III, art. 170; §2º, art. 182; art. 184; art. 186, todos da CR/1988; §1º, art. 1.228, do CC/2002; art. 39, da Lei Federal nº 10.257/2001; §1º, §2º e *caput*, art. 2º; art. 12; “a”, art. 18; inc. I, art. 47, todos da Lei Federal de nº 4.504/1964).

A prática feudal dos direitos, não obstante alguma tendência teórica diametralmente oposta, é reveladora de um diagrama que, sob as vestes de enigma, ainda guarda claros desafios. O elogio do modo de realização da vida nos espaços urbanos, nos quais se obsta a realização de direitos fundamentais, como o de moradia, não resiste, por certo, ao mais expedito exame. Mas é ele mesmo que se mantém, apesar de tudo e de todos. É por isso que, de certo modo, ainda se põe, naquele mesmo paralelo traçado entre a *urbs* e o universo jurídico, a emancipação dos sentidos num espaço urbano cujo solo seja mais abrigo e menos exclusão (Fachin, 1996, p. 109).

A esse conjunto de prescrições normativas deve ser adscrito um novo sentido, mais prático e efetivo, revolucionário, enfim, que permita, a exemplo de como ocorre na modelagem arquitetônica dos condensadores sociais russos, que a propriedade seja um bem comum e útil ao povo e à sua cultura. Nesse sentido, a expressão “função da social da propriedade” deixa o campo da inefetiva retórica, para assumir as dimensões concretas: da sociabilidade, permitindo o desenvolvimento do sentimento coletivo, da solidariedade social e do espírito de cooperação nos concidadãos; do socialismo, a partir da ação coordenada dos concidadãos na produção não só da produção dos bens e da distribuição da renda, mas também dos espaços públicos que constituem as cidades.

Essas abordagens destacam como a estrutura dos condensadores sociais russos pode ser relacionada diretamente ao direito à cidade, promovendo uma cidade mais justa, democrática, representativa e participativa. Ao integrar esses conceitos,



é possível criar espaços urbanos que não apenas atendam às necessidades práticas dos cidadãos, mas também promovam valores de igualdade, participação e justiça social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os condensadores sociais simbolizam a interseção de arquitetura, política e resistência, ressaltando o papel da reconfiguração espacial como um catalisador de mudança social, para a redefinição de espaços públicos e a luta pelo direito à cidade, refletindo a dinâmica entre as necessidades dos habitantes e a evolução contínua do ambiente urbano.

O legado do construtivismo russo é uma lição poderosa sobre a capacidade da arquitetura de influenciar e ser influenciada pela sociedade. Eles mostram como os espaços podem ser projetados não apenas para abrigar, mas também para inspirar; não apenas para conter, mas para libertar.

Eles nos desafiam a pensar no espaço público não como um domínio estagnado, mas como um campo dinâmico de experimentação e inovação, um espaço onde as fronteiras entre o público e o privado são fluidas e cada elemento do urbano pode ser uma faísca para a mudança.

Ao trazer a discussão dos condensadores para o âmbito do urbanismo, é essencial reconhecer sua relevância não apenas como artefatos históricos, mas como exemplos vívidos de uma aspiração contínua pela harmonia entre espaço, sociedade e cultura.

Esses espaços são testamentos de uma crença inabalável no potencial da arquitetura para não apenas construir paredes, mas também para derrubar barreiras, para tecer uma tapeçaria de comunidade, identidade e esperança. Este é o legado dos condensadores: um convite para olhar além do concreto e enxergar o coração pulsante da cidade.

### REFERÊNCIAS

FACHIN, L. E. A cidade nuclear e o direito periférico. *Revista dos Tribunais*, v. 85, n. 723, p. 107-110, jan. 1996.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

GAIO, D. O direito à cidade sob a lente dos intérpretes do direito. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 14, n. 82, p. 5-13, fev./mar. 2019.

GINZBURG, M. Editorial. *Sovremennaya Arkhitektura*, ano 2, n. 4-5, p. 4, 1927.



- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, n. 29, p. 73–89, 2012. DOI 10.23925/Is.v0i29.18497.
- KHAN-MAGOMEDOV, S. O. *Pioneers of Soviet Architecture: The Search for New Solutions*. New York: Rizzoli, 1987.
- KOPP, A. *Arquitectura y urbanismo soviéticos de los años veinte*. Barcelona: Lumen, 1970.
- KOPP, A. *L'art de gauche en URSS: des années vingt au réalisme socialiste*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1977.
- LEAL, R. G. A cidade como delimitação espacial e temporal do político. *Estudos Jurídicos*, São Leopoldo, v. 33, n. 89, p. 97-128, set./dez. 2000.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MURAWSKI, M. Actually-Existing Success: Economics, Aesthetics, and the Specificity of (Still-)Socialist Urbanism. *Comparative Studies in Society and History*, v. 59, n. 3, p. 649-680, jul. 2017. DOI: 10.1017/S0010417517000160.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAULE JÚNIOR, N. Apontamentos sobre o direito à cidade para a proteção e qualificação dos espaços públicos nas dimensões sociais e culturais. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 17, n. 98, p. 5-28, out./nov. 2021.
- SAULE JÚNIOR, N. Questões-chave para uma compreensão jurídica do direito à cidade. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 17, n. 99, p. 39–60, dez./jan. 2022.
- VILLAC, M. I. Condensador social: uma questão para a vida pública contemporânea. *Oculum Ensaios*, v. 15, n. 1, p. 99–110, 2018. DOI <https://doi.org/10.24220/2318-0919v15n1a3743>.



## Spatial resistance and the right to the city in social condensers

### Resistência espacial e o direito à cidade nos condensadores sociais

### Resistencia espacial y el derecho a la ciudad en los condensadores sociales

*Eliel Lucas Batista Baía, Master's degree student in Architecture and Urbanism, Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAU-PPGAU-UPM, São Paulo, São Paulo, Brazil.*

*E-mail: eliel\_baia@live.com  <https://orcid.org/0000-0003-2406-524X>*

*Candido Malta Campos, PhD in Architecture and Urbanism, Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAU-PPGAU-UPM, São Paulo, São Paulo, Brazil.*

*E-mail: candido.campos@mackenzie.br  <https://orcid.org/0000-0003-2933-8032>*

*Pedro Augusto Silveira Freitas, PhD student in Law, Universidade de São Paulo – FD-PPGD-USP, São Paulo, São Paulo, Brazil.*

*E-mail: pedrosilveirafreitas@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-0455-402X>*

**How to cite this paper:** BAÍA, E.; CAMPOS, C. M.; FREITAS, P. Spatial Resistance and the Right to the City in Social Condensers. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 206-220, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p206-220

**Submitted:** 2024-03-30

**Accepted:** 2024-09-17



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

## Abstract

In this study, we investigate social condensers as spaces of resistance, reflecting on their capacity to transform the urban environment and social relations. By transcending physical functionality, these spaces become arenas of discourse and contestation, exemplifying the intersection of architecture with social resistance and the right to the city. We explore how these structures, originally conceived in the context of Soviet Constructivist architecture, function as active agents of social transformation. The analysis focuses on the interaction between these condensers and civic life, underlining their influence on the dynamics of public spaces and the promotion of collective citizenship. This perspective broadens the understanding of public space as a territory of common use and collective ownership. This article, therefore, aims to deepen the understanding of social condensers, highlighting their potential in the planning of public spaces that embrace diversity, inclusion, and the right to the city.

**Keywords:** Social Condensers; Spatial Resistance; Right to the City; Urban Space; Russian Constructivism.

## Resumo

Neste estudo, investigamos os condensadores sociais, como espaços de resistência, refletindo sobre sua capacidade de transformar o ambiente urbano e as relações sociais. Ao transcender a funcionalidade física, esses espaços tornam-se arenas de discursividade e contestação, exemplificando a interseção da arquitetura com a resistência social e o direito à cidade. Exploramos como essas estruturas, originalmente concebidas no contexto da arquitetura construtivista soviética, funcionam como agentes ativos de transformação social. A análise centra-se na interação entre estes condensadores e a vida cívica, sublinhando sua influência na dinâmica dos espaços públicos e na promoção da cidadania coletiva. Esta perspectiva amplia a compreensão do espaço público como um território de uso comum e posse coletiva. Este artigo visa, portanto, aprofundar a compreensão dos condensadores sociais, destacando seu potencial no planejamento de espaços públicos que abraçam a diversidade, a inclusão e o direito à cidade.

**Palavras-chave:** Condensadores Sociais; Resistência Espacial; Direito à Cidade, Espaço Urbano; Construtivismo Russo.

## Resumen

En este estudio, investigamos los condensadores sociales como espacios de resistencia, reflexionando sobre su capacidad para transformar el entorno urbano y las relaciones sociales. Al trascender la funcionalidad física, estos espacios se convierten en arenas



de discurso y confrontación, ejemplificando la intersección de la arquitectura con la resistencia social y el derecho a la ciudad. Exploramos cómo estas estructuras, originalmente concebidas en el contexto de la arquitectura constructivista soviética, funcionan como agentes activos de transformación social. El análisis se centra en la interacción entre estos condensadores y la vida cívica, subrayando su influencia en la dinámica de los espacios públicos y la promoción de la ciudadanía colectiva. Esta perspectiva amplía la comprensión del espacio público como un territorio de uso común y propiedad colectiva. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo profundizar la comprensión de los condensadores sociales, destacando su potencial en la planificación de espacios públicos que abracen la diversidad, la inclusión y el derecho a la ciudad.

**Palabras clave:** Condensadores sociales; Resistencia espacial; Derecho a la ciudad; Espacio urbano; Constructivismo ruso.

## INTRODUCTION

In the intricate weave of cities, where certain structures stand as witnesses to social struggles and human aspirations, social condensers rise as monuments of urban resistance. Visionary architects such as Ginzburg and El Lissitzky, through their creations that transcend the merely physical, embody revolutionary idealism and a relentless search for new forms of social organisation. This article delves into the intertwined narratives of these structures, exploring the dialogues between urbanism, politics, and everyday life within the fabric of urban space.

The 'left-wing' artists [...] believe that the construction of the 'classless society' [...] can be either stimulated or hindered by the living framework in which such a society develops. [...] They think they can hasten the emergence of this society through their art, by acting upon the environment (Kopp, 1990, p. 79).

Urban space reveals itself as a dynamic palimpsest, where resistance and social rearticulation resonate beyond immediate reactions. In often overlooked urban interstices, what might be termed urban resistance flourishes, challenging and redefining the relationships of power and space. The social condensers proposed by Russian Constructivism emerge as paradigms of transformation, challenging conventional notions of urbanism and architecture with their bold forms and multifaceted purposes (Khan-Magomedov, 1987, p. 102).

As we delve into the universe of social condensers, we uncover an intriguing symbiosis between architectural form and social dynamics, a vibrant interplay between utopian aspirations and concrete realities (Kopp, 1970). These



spaces transcend the mere function of buildings, assuming the role of living laboratories, where new narratives of coexistence and resistance are tested. Yet, the constructivists' idealistic pursuit encounters practical challenges, weaving a complex panorama of possibilities and contradictions (Kopp, 1970)

For the constructivists, the aim is the radical transformation of old concepts, requiring the architect to take a clear stand [...] The objective [is] to work alongside the proletariat, participating in the tasks of constructing [...] a new way of life (Ginzburg *apud* Kopp, 1990, p. 80).

Urban space, as the stage imprinted with the indelible marks of conflicts and resistance permeating society, forms a complex mosaic of social relations and power structures (Fanon, 1961). Far from being a passive receptacle, it reveals itself as a dynamic entity, the stage of the ceaseless dialectic between power and resistance (Lefebvre, 2008). Spatial resistance distances itself from a mere reaction; it manifests as an active process of rearticulation and creative subversion of space, undermining power structures and opening new possibilities.

In this context, Russian social condensers reveal themselves as fundamental spaces for critical reflection on the transformation of urban space and its relationship with social and cultural dynamics. Conceived as instruments to influence social and cultural relations, they provoke questions about the complex interconnection between space, power, and social identity. This starting point paves the way for a deeper investigation into the role of architecture in shaping urban dynamics (Harvey, 2019).

The contradictions of space do not arise from its rational form, [...] they stem from its practical and social content, and specifically, from its capitalist content. [...] The space of capitalist society presents itself as rational when, in practice, it is commodified, fragmented, sold in parcels. [...] Inevitable conflicts exist between these two aspects, notably between abstract space [...] and immediate space, perceived, lived, fragmented and sold (Lefebvre, 2008, p. 57).

Reflecting on the legacy of Russian social condensers invites us to rethink urban space, transcending the mere understanding of its physical form and recognising it as a dynamic and constantly evolving stage where power relations are configured and redefined. This perspective challenges us to imagine new configurations of space and society, where power is questioned and renegotiated.



## The Concept of Social Condensers

Social condensers<sup>1</sup> are a key concept in Soviet architecture, particularly during the constructivist period. Originating from Ginzburg's innovative vision, they represented more than mere housing structures; they embodied a fusion of architecture and social ideology. Social condensers sought to transform both physical space and social relations, aiming to shape a new form of urban and collective life that would align with socialist ideals. The most notable example of this approach is the Narkomfin housing building in Moscow (Villac, 2018).

We can no longer force the occupants of a building [...] to live collectively [...]. We must offer the possibility of a gradual and natural transition to communal use of certain areas [...] For us, it is absolutely necessary to incorporate certain features that may encourage the transition to a socially superior way of life – to encourage but not dictate (Ginzburg *apud* Frampton, 2008, p. 210).

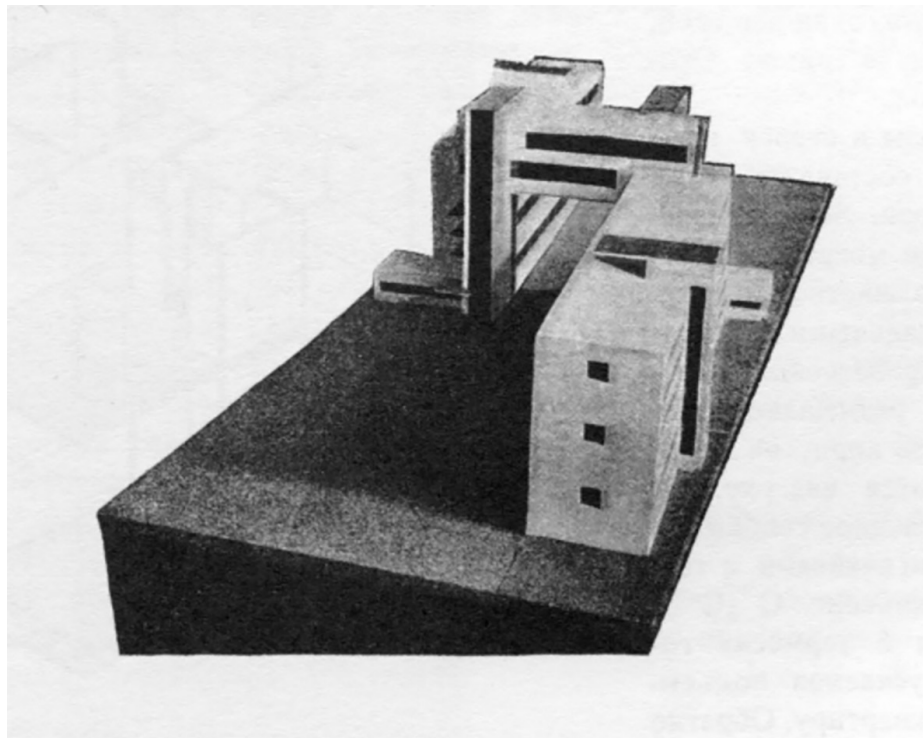


Figure 1 - Model of the "Communal House A1" project (later known as Narkomfin), designed by Ginzburg. Source: Ginzburg, 1927, p. 13.

Social condensers were not merely architectural responses to housing needs but also attempts to reconfigure society according to specific ideological principles.

---

<sup>1</sup> In this paper, we will adopt the term "social condensers" in its broadest sense. Despite its idealisation within the scope of Soviet constructivism, it is important to emphasise that Ginzburg's proposal resonates beyond its initial ideological roots. Although Soviet in origin, the use of the term here refers to a broader application, which includes diverse adaptations and interpretations in different political and geographical contexts.

These projects represented efforts to reconcile the immediate needs of the population with revolutionary ideals, creating spaces that balanced pragmatism and idealism (Kopp, 1970 *apud* Villac, 2018).

The constructivist approach sought not only to establish a new architectural style but also to directly influence how people lived and interacted within their communities. The spatial organisation of social condensers, with their communal spaces and leisure areas, aimed to stimulate social interaction and foster a social life based on collectivity and equality (Tafari *apud* Villac, 2018).

Ginzburg (1927) redefined the understanding of architecture as mere shelter, in his editorial for the SA<sup>2</sup> journal, elevating social condensers to a crucial instrument in orchestrating profound social transformations. These structures, according to Ginzburg (1927), transcend their materiality to become laboratories of social innovation, where architecture fuses with urbanity, providing fertile ground for the redefinition of dynamics of coexistence and social interaction.

The role of social condensers extends beyond mere spatial reorganisation, as they instigate a reorganisation of power relations and social interactions, functioning as microcosms of the ongoing struggles for justice and social emancipation. This architectural paradigm, according to Ginzburg (1927), is emblematic in the context of urban resistance, representing both a physical and symbolic manifesto that unites revolutionary idealism with practical action.

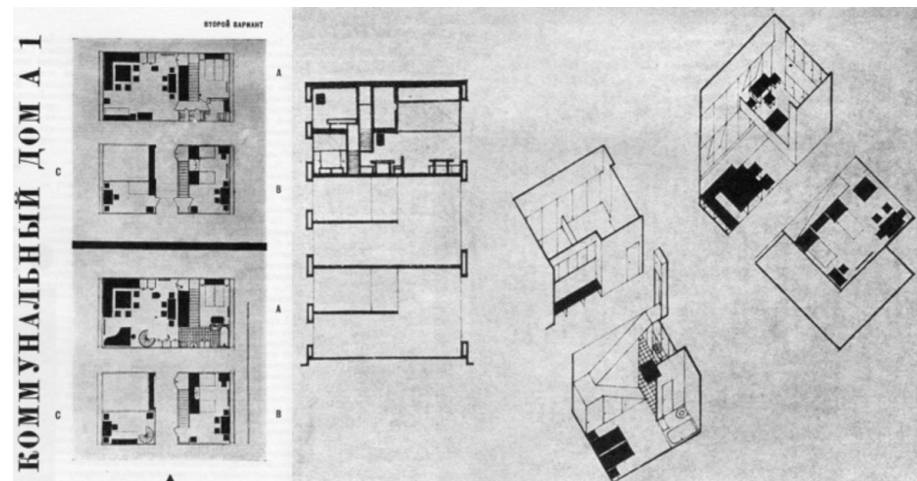


Figure 2 - Photomontage of the “Communal House A1”, which combines individual residential units with shared communal areas such as dining rooms, kindergartens, and laundries, reflecting Ginzburg’s efforts to create spaces that facilitate interaction and communal living. The residential structure of the project is divided into three segments - A, B, and C - each addressing different housing needs, from minimal accommodation for individuals or small groups to family spaces. The flexible design across two levels symbolises the dynamics of family growth and social change, thus promoting community cohesion and social development. Source: Ginzburg, 1927, p. 130.

2 *Sovremennaya Arkhitektura* ('Modern Architecture') was a journal published by the OSA group (*Obshchestvo Sovremennykh Arkhitektorov* or 'Society of Contemporary Architects') between 1926 and 1930. Edited by key figures of Constructivism, such as Moisei Ginzburg, the Vesnin brothers, and Leonidov, the journal played a central role in Soviet architectural avant-garde, promoting Constructivism and connecting Soviet architects with international ideas.



These spaces reflect the emerging socialist order following the October Revolution of 1917. “Every project of a social condenser must be widely discussed and critiqued by the workers, the future users of these condensers” (SA, 1928). This approach emphasises the importance of considering not only physical needs but also shaping the social and cultural fabric in alignment with socialist principles.

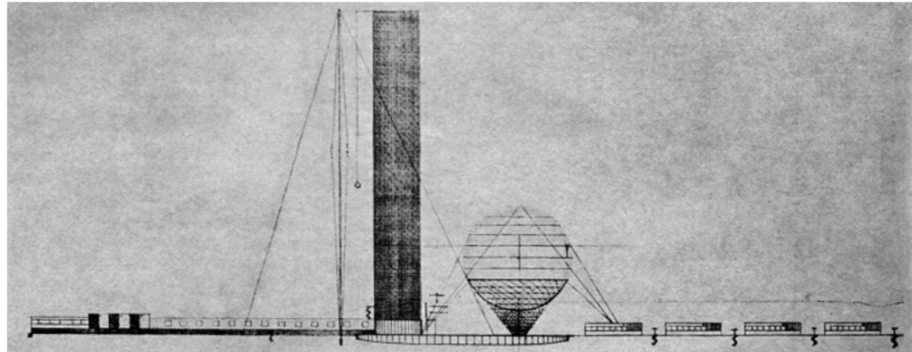


Figure 3 - Lenin Institute by I. Leonidov. The image illustrates the project for the Lenin Institute, a landmark in the Constructivist movement. This project reflects the ideology of social condensers, proposing a multifunctional space that integrates education, culture, and social interaction, symbolising Leonidov's aspiration for an architecture that shapes and reflects social dynamics. The complexity of the design reveals an intention to create a collective environment fostering community interaction and engagement. Source: Ginzburg, 1927, p. 15.

Social condensers, understood as catalysts for social relations of fundamental cultural importance, promote coexistence and the simultaneity of activities, drawing inspiration from the multifunctionality and presence of Soviet communal clubs” (Villac, 2018). “The project of the Palace of Culture [...] allows for the organisation of the entire system of education and cultural policy in the urban sector where it is located” (Kopp, 1974 *apud* Villac, 2018).

Murawski (2017) argues that the social condenser is not merely an architectural concept but a method that encompasses a broad range of elements, including critique, scientific and artistic methodology, ideology, and psychology, becoming central after the October Revolution of 1917. Similarly, Kopp (1970) highlights the transformative function of social condensers, which aimed to reshape the self-centered individual of capitalist society into an informed and engaged member of socialist society, harmonising individual and collective interests. This vision reflects the essence of social condensers as elements of social and urban transformation, establishing a dialogue between the individual and the collective.

Kopp observes that “in each of these [social condenser] projects, there is an attempt to reconcile the immediate needs of the population with revolutionary ideals” (Kopp, 1970). This observation is the key to understand social condensers as dynamic spaces where tensions between pragmatism and idealism are evident.



[...]it was all about equipment whose use had the consequence of socialising activities that were previously individual. This socialisation had the immediate goal of making daily life easier [...] But beyond these short-term objectives, it aimed at the complete transformation of human nature and life in society (Kopp, 1990, p. 98).

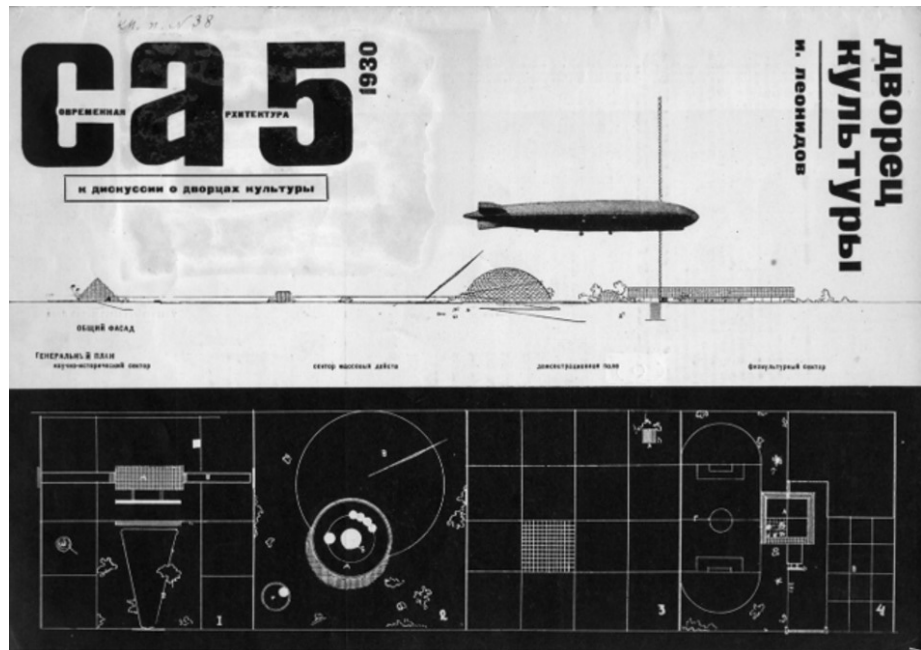


Figure 4 – Cover of the SA magazine featuring the project for the Palace of Culture designed by Leonidov. The page displays the 'General Plan' of the project, which articulates different social and cultural sectors. It includes the 'Scientific-Historical Sector', integrating education and research; the 'Mass Activities Sector', emphasizing community interaction; the 'Field for Public Exhibitions and Events'; and the 'Physical Culture Sector', promoting health and sports activities. These components demonstrate how Leonidov's design encapsulates the idea of a social condenser. Source: SA, 1930, no. 5 p. 3.

## The Dialectics of Spatial Resistance

Spatial resistance in social condensers transcends mere reactivity, becoming a creative and transformative force. This resistance can be understood as a form of "counter-hegemony", where subaltern groups appropriate spaces and reinterpret them according to their own interests and needs. This struggle over space extends beyond the physical dimension, permeating symbolic and cultural realms.

Hegemony is a process of political leadership based on the 'active consensus' of the masses, obtained through a combination of 'force' and 'consent'. The ruling class not only imposes its will through coercion, but also seeks to build a cultural consensus that legitimises its domination (Gramsci, 2001, p. 167).



By analysing Russian social condensers through the lens of spatial resistance, we unveil the complex and mutable nature of urban space. These environments, sites of constant friction between utopia and reality, control and contestation, take the form of an ouroboros, feeding off the histories they have witnessed, bearing the marks of the past while harbouring the seeds of social transformation. Understanding the mechanisms of appropriation and reinterpretation of these spaces is crucial for rethinking the role of urban space in constructing more just and democratic societies.

In understanding spatial resistance within Russian social condensers, it is essential to consider the underlying territory – an invisible map of subalternity intertwined with the architectural materiality of the condensers. This map constitutes a profound inscription of social practices and power relations, outlining an alternative geography that contests and subverts state planning. This perspective moves beyond traditional representations of urban space, proposing a more complex and dynamic understanding of built environments (Said, 1978).

Space is more than a mere location; it is a territory of meaning, a field of power, and a stage of conflict. The control of space is a means of exercising power and imposing a worldview. “A primitive tribe, for instance, assigns place, function, and meaning to [...] its immediate environment” (Said, 1978).

Social condensers reveal a dialectic between the projected and the lived, the established and the emergent. As Lefebvre (2006, p. 305) argues, the production of space is a social activity that becomes material reality through a dialectical process. This dialectic, far from being a mere theoretical complication, is crucial for understanding the rich tapestry of practices and relationships that compose the reality of these spaces.

Russian social condensers, in their transformative essence, confront urban challenges and social inequality, going beyond mere survival to redefine the conditions of existence for their communities. Lefebvre emphasises that the “production of space” is a social praxis, capable of transforming existing relations and generating new social organisations (Lefebvre, 2006). Thus, social condensers reimagine the boundaries between public and private, using space as a medium for contestation and social, cultural, and political transformation.

Today, the application of the principles of social condensers faces significant challenges, such as neoliberal urbanisation and the commodification of urban space (Harvey, 2012). However, exploring these concepts offers paths for developing urban practices that promote spatial resistance and the right to the city.



## Spatial Resistance in Social Condensers

The resistance embodied within social condensers is not a passive or defensive stance, but rather an active practice of reimagining and reconfiguring space. As Lefebvre puts it, this resistance involves the “production of space”, transforming it from a mere passive container into a dynamic agent within social struggles (Lefebvre, 2006). This transformation elevates space into what Edward Soja calls the “third space”, where contestation and transformation intertwine (Soja, 1996).

Lefebvre articulates that space is not merely occupied but used, transformed, and appropriated (Lefebvre, 2006). Thus, in social condensers, we observe a reconfiguration not only of the physical environment but also of cultural and social space, redefining paradigms of how we live and interact within our urban settings.

In these spaces, power relations are constantly renegotiated and redefined through acts of resistance and transformation. Collective actions, such as organising communal efforts to build housing, hosting popular festivals celebrating local culture, or establishing community gardens that provide fresh food, become forms of counter-hegemony. These practices subvert established power and reclaim space as an “open field of possibilities and transformations” for the construction of a more just and equal society. As Lefebvre asserts, “Space is a social product, and as such, it is also an instrument of power. The production of space is therefore a form of domination” (Lefebvre, 2008).

Santos argues that the production of space is an inherently social act, implicating relations of power, and that social condensers serve as tangible examples of spaces where the daily struggle for counter-hegemony manifests (Santos, 1996). From this perspective, social condensers are territories of contestation and transformation, where the pursuit of a more equitable society unfolds through everyday practices that challenge the logic of dominant power structures.

Social condensers transcend hegemonic power relations and emerge as sites of profound contestation and social reinvention (Harvey, 2019). This resistance becomes an active force in the construction of new horizons, materialising in spatial practices and social relations that challenge the established order (Lefebvre, 2006). The transformation of these spaces demonstrates the unique capacity of social condensers to redefine urban space and its social dynamics, paving the way for more emancipatory and egalitarian futures.

## The Right to the City as Conceived Through Social Condensers

Social condensers represent a living expression of the struggle for the right to the city, not merely as a legal or institutional right, but as a manifestation of collective



empowerment and spatial justice. In this sense, the right to the city refers to the physical and symbolic space where all inhabitants, regardless of their background or status, can converge, interact, and reshape their urban environments without exclusion or discrimination. Social condensers provide the setting for this encounter, serving as spaces of dialogue, struggle, and reclamation for the construction and reconfiguration of cities by their inhabitants.

The right to the city cannot — and should not — be reduced to a legalistic or positivist framework. As Gaio notes, “while the law may inscribe social victories, the State (and the law) often serve as legitimators of capitalist accumulation” (Gaio, 2019). This is not to dismiss the importance of legal frameworks in achieving social justice, but to caution against viewing the right to the city solely through the lens of state-sanctioned law, as such laws can be used by ruling elites to marginalise the lived realities, cultures, and needs of urban populations.

For this reason, many governments opportunistically proclaim the right to the city (BORJA; CARRIÓN, 2017, p. 31), contributing to its commodification. As Baldez (2003, p. 84) pointed out, it is an intentional strategy to remove popular movements from the political sphere, immobilising them within a legal framework. In the same vein, Monreal (1988, p. 182) argues that ‘there are numerous cases where the ruling class, in order to placate just social demands from other classes, agrees to pass laws (...), confident that their application will be distorted to suit their interests’ (Gaio, 2019, p. 10-11).

A legal concept of the right to the city, if it is to be meaningful, must be hermeneutically open, ensuring that citizens and social movements are not hindered by legal barriers or the formal constraints of positivist law. Such a concept must encompass the following elements, as Saule Júnior clarifies:

[...] the components of the right to the city that qualify the city as a common good include: a city free from all forms of discrimination; inclusive citizenship with greater political participation; a city that fulfils its social functions; with quality public spaces; gender equality; cultural diversity; inclusive economies, seen as both a settlement system and a shared ecosystem; [...] (Saule Júnior, 2022, p. 58).

Social condensers present an alternative and more genuine approach to the right to the city, one that is rooted not in formal legalism but in a collective sense of belonging and agency. Through these spaces, citizens legitimise one another and participate in shaping common spaces, fostering interactions that transcend the exclusionary dynamics of capitalist urbanism, which prioritises profit over social utility and perpetuates peripheral exclusion.



This project is about forging a new conception of sociability based on humanitarian and solidaristic values and goals, not built on the logic of social exclusion but on the premise that we are all citizens deserving of equal treatment and consideration. More than just a place to live, the city must be conceived as the privileged locus of the political—perhaps the only one—the existential space of humanity as the maker of history; a spatial, temporal, and territorial moment of human demarcation and its developmental possibilities (Leal, 2000, p. 125-126).

Urban inhabitants — no matter who they are or where they come from — must have the power to influence and shape their environment according to their own needs and desires. This power, held by all without any discrimination or exclusion, is what we should call the “right to the city”. It is the right to access public and communal spaces, to actively participate in urban planning, governance, and transformation, free from restriction.

From this perspective — embodied in the microcosm of social condensers — the city becomes a space of encounter, interaction, and cultural creation, re-signifying and revolutionising the alienation born of capitalist urbanisation. The right to the city is not an escape from capitalist agglomeration, but a direct confrontation with the unjust models of urban living. For this reason, citizens must appropriate urban space so that it becomes more than just a cluster of fortified buildings but a vibrant, dynamic environment that reflects and nurtures the communal aspirations of its inhabitants.

Ultimately, it is about rethinking the city for all, ensuring a dignified urban environment for all its inhabitants, whether they be permanent residents, passers-by, visitors, tourists, or those in situations of homelessness, who could inhabit the city with dignity (Saule Júnior, 2021, p. 27).

Social condensers act as living entities, open-air laboratories where resistance to dominant forms of life is enacted, and where collective awareness leads to the re-signification of codified rights. Among these new meanings is the constitutional mandate that property must serve a social function. Despite its enshrinement in various legal instruments within the Brazilian legal system, this obligation has been systematically ignored by public authorities, governments, land, and property owners alike (inc. XXIII, art. 5º; inc. III, art. 170; §2º, art. 182; art. 184; art. 186, Brazilian Constitution of 1988; §1º, art. 1,228, Civil Code of 2002; art. 39, Federal Law nº 10.257/2001; §1º, §2º and caput, art. 2º; art. 12; “a”, art. 18; inc. I, art. 47, all from Federal Law nº 4.504/1964).

The feudal practice of rights, despite theoretical trends to the contrary, reveals a framework that, under the guise of enigma, still presents clear challenges. The praise for ways



of living in urban spaces where fundamental rights such as housing are denied does not withstand even the most cursory examination. But this practice persists, despite everything and everyone. Thus, the parallel between the urbs and the legal universe still demands the emancipation of the senses in an urban space where the ground provides shelter rather than exclusion (Fachin, 1996, p. 109).

To this set of normative prescriptions must be added a new, practical, and revolutionary meaning. In a manner akin to the architectural model of Russian social condensers, property must become a common good, serving the people and their culture. In this way, the expression “social function of property” transcends rhetorical ineffectiveness and assumes concrete dimensions: fostering sociability, collective sentiment, social solidarity, and cooperation among citizens. Socialism becomes manifest through coordinated action, not only in the production of goods and distribution of wealth but also in the shaping of public spaces that constitute cities.

These approaches illustrate how the structure of Russian social condensers can be directly related to the right to the city, fostering a more just, democratic, and participatory urban environment. By integrating these concepts, it becomes possible to create urban spaces that not only meet the practical needs of their inhabitants but also promote values of equality, participation, and social justice.

## FINAL CONSIDERATIONS

Social condensers symbolise the intersection of architecture, politics, and resistance, emphasising the role of spatial reconfiguration as a catalyst for social change. They serve as a framework for the redefinition of public spaces and the fight for the right to the city, reflecting the dynamic interplay between the needs of inhabitants and the continuous evolution of the urban environment.

The legacy of Russian Constructivism offers a powerful lesson in the potential of architecture to both influence and be influenced by society. These structures demonstrate how spaces can be designed not just to shelter, but also to inspire; not merely to contain, but to liberate.

Social condensers challenge us to rethink public space, not as a static domain, but as a dynamic field for experimentation and innovation—where the boundaries between public and private are fluid, and every urban element can serve as a catalyst for change.

By introducing the discussion of social condensers into contemporary urbanism, it is essential to recognise their relevance not merely as historical



artefacts, but as vivid examples of an ongoing aspiration for harmony between space, society, and culture.

These spaces stand as testament to an unshakable belief in the transformative potential of architecture: to not only construct walls, but to tear down barriers; to weave together a tapestry of community, identity, and hope. This is the enduring legacy of social condensers: an invitation to look beyond the concrete, to perceive the pulsating heart of the city.

## REFERENCES

- FACHIN, L. E. A cidade nuclear e o direito periférico. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 85, n. 723, p. 107-110, jan. 1996.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- GAIO, D. O direito à cidade sob a lente dos intérpretes do direito. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Porto Alegre, v. 14, n. 82, p. 5-13, fev./mar. 2019.
- GINZBURG, Moisei. Editorial. *Sovremennaya Arkhitektura*, ano 2, n. 4-5, p. 4, 1927.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012. DOI 10.23925/ls.v0i29.18497.
- KHAN-MAGOMEDOV, S. O. *Pioneers of soviet architecture: the search for new solutions*. New York: Rizzoli, 1987.
- KOPP, A. *Arquitectura y urbanismo soviéticos de los años veinte*. Barcelona: Lumen, 1970.
- KOPP, A. *L'art de gauche en URSS: des années vingt au réalisme socialiste*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1977.
- LEAL, R. G. A cidade como delimitação espacial e temporal do político. *Estudos Jurídicos (São Leopoldo)*, São Leopoldo, v. 33, n. 89, p. 97-128, set./dez. 2000.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.



LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MURAWSKI, M. Actually-Existing success: economics, aesthetics, and the specificity of (still-)socialist urbanism. *Comparative Studies in Society and History*, [s.l.], v. 59, n. 3, p. 649–680, jul. 2017. DOI 10.1017/S0010417517000160.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAULE JÚNIOR, N. Apontamentos sobre o direito à cidade para a proteção e qualificação dos espaços públicos nas dimensões sociais e culturais. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Porto Alegre, v. 17, n. 98, p. 5–28, out./nov. 2021.

SAULE JÚNIOR, N. Questões-chave para uma compreensão jurídica do direito à cidade. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Porto Alegre, v. 17, n. 99, p. 39–60, dez./jan. 2022.

VILLAC, M. I. Condensador social: uma questão para a vida pública contemporânea. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 99–110, 2018. DOI <https://doi.org/10.24220/2318-0919v15n1a3743>.




## Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES

### Women's uses and appropriations of public spaces: a case study of two squares in Vila Velha, ES

### Usos y apropiaciones femeninas en espacios públicos: estudio de caso en dos plazas de Vila Velha, ES

*Myllena Siqueira Santo, mestrado em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha, ES.  
E-mail: myllena.santos@uvvnet.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3822-853X>*

*Larissa Leticia Andara Ramos, doutorado em Tecnologia e Projeto para Qualidade Ambiental.  
Politecnico di Milano, Itália. Professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do  
Mestrado em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha, ES, Brasil.  
E-mail: larissa.ramos@uvv.br  <https://orcid.org/0000-0002-2295-8995>*

**Para citar esse artigo:** SANTOS, M. S.; RAMOS, L. L. A. Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 221-248, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p221-248

**Submissão:** 2024-06-25

**Aceite:** 2024-08-30

### Resumo

As cidades historicamente privilegiaram a experiência masculina, resultando em espaços públicos onde se perpetua a desigualdade de gênero, com as mulheres enfrentando barreiras sociais e espaciais que dificultam os usos e as apropriações urbanas. A relação das mulheres com os espaços públicos é influenciada por diversos



fatores, entretanto, o desenho e a morfologia urbana podem facilitar essa interação. O presente artigo, portanto, busca compreender a inter-relação entre as mulheres e os espaços públicos, tendo como estudo de caso duas praças situadas em contextos socioeconômicos distintos do município de Vila Velha-ES. Trata-se de uma pesquisa aplicada, estruturada em três etapas: contextualização do tema; análises físico-morfológicas e análises comportamentais. Além da coleta de dados em campo, foram aplicadas as técnicas de mapeamento comportamental, contagem de pessoas e entrevistas. Os resultados revelam que os usos e as apropriações femininas em praças frequentemente estão relacionados a atividades de cuidado com crianças, idosos ou animais de estimação. O tempo destinado ao lazer ocorre simultaneamente às responsabilidades ainda atribuídas às mulheres. Destaca-se que características físicas e sociais específicas de cada contexto também influenciam na relação das mulheres com as praças. Tais observações indicam a necessidade de um planejamento urbano mais sensível ao gênero feminino e direcionado aos espaços públicos de permanência.

**Palavras-chave:** Gênero; Mulheres; Espaço público; Praças; Apropriações urbanas.

## Abstract

Cities have historically favored the male experience, resulting in public spaces where gender inequality is perpetuated, with women facing social and spatial barriers that hinder urban uses and appropriation. The relationship of women with public spaces is influenced by several factors, however, the design and urban morphology can facilitate this interaction. This article therefore seeks to understand the interrelationship between women and public spaces, taking as a case study two squares located in different socioeconomic contexts of the city of Vila Velha-ES. This is an applied research, structured in three stages: Contextualization of the theme; Physical-morphological analysis and behavioral analysis. In addition to the data collection in the field, behavioral mapping techniques, people counting, and interviews were applied. The results reveal that female uses and appropriations in squares are often related to activities of care with children, elderly or pets. The time devoted to leisure occurs simultaneously with the responsibilities still assigned to women. It is noteworthy that specific physical and social characteristics of each context also influence the relationship of women with squares. These observations indicate the need for urban planning that is more sensitive to the female gender and directed to public spaces of permanence.

**Keywords:** Gender; Women; Public space; Squares; Urban appropriation.

## Resumen

Las ciudades han privilegiado históricamente la experiencia masculina, dando lugar a espacios públicos donde perpetúa la desigualdad de género, con las mujeres



enfrentando barreiras sociais y espaciales que dificultan los usos y apropiaciones urbanas. La relación de las mujeres con los espacios públicos está influenciada por varios factores, sin embargo, el diseño y la morfología urbana pueden facilitar esta interacción. El presente artículo, por lo tanto, busca comprender la interrelación entre las mujeres y los espacios públicos, teniendo como estudio de caso dos plazas situadas en contextos socioeconómicos distintos del municipio de Vila Velha-ES. Se trata de una investigación aplicada, estructurada en tres etapas: Contextualización del tema; Análisis físico-morfológicos y análisis conductuales. Además de la recogida de datos en el campo, se aplicaron las técnicas de mapeo comportamental, recuento de personas y entrevistas. Los resultados revelan que las utilidades y apropiaciones femeninas en las plazas están frecuentemente relacionadas con actividades de cuidado de niños, ancianos o animales. El tiempo destinado al ocio se produce simultáneamente a las responsabilidades aún asignadas a las mujeres. Destaca que las características físicas y sociales específicas de cada contexto también influyen en la relación de las mujeres con los puestos de trabajo. Tales observaciones indican la necesidad de una planificación urbana más sensible al género femenino y también dirigido a espacios públicos de permanencia.

**Palabras clave:** Género; Mujeres; Espacio público; Plazas; Apropiaciones urbanas.

## INTRODUÇÃO

Ao analisar a origem da palavra “cidade” nas línguas neolatinas, identifica-se que é um substantivo feminino. Em contextos literários, algumas cidades são simbolicamente retratadas como figuras femininas, representando a mãe, a jovem, a amante e a prostituta, como Roma, chamada de “mãe das armas e da lei”, e Paris, descrita como jovem e glamorosa (Risério, 2015, p. 65). No entanto, apesar de a palavra “cidade” ser feminina e de as figuras de linguagem femininas serem usadas para descrevê-la, na prática, as cidades não são acolhedoras para as mulheres, especialmente em seus deslocamentos, usos e permanências nos espaços públicos.

A cidade, na prática, é masculina, pois favorece e reforça os papéis de gênero tradicionais, estabelecendo a experiência dos homens como padrão e considerando pouco as barreiras que cria para as mulheres no cotidiano urbano (Kern, 2021). A diferença das posições de poder entre homens e mulheres advém de uma sociedade patriarcal na qual as mulheres são objetos da opressão masculina (Saffioti, 2004). Essa segregação do domínio do espaço em função do gênero torna necessária uma visão da arquitetura e do urbanismo mais sensível às relações sociais de desigualdade, a fim de buscar reduzir tal disparidade.

O urbanismo nunca foi neutro; ele tem como base uma visão patriarcal capitalista que prioriza as atividades produtivas designadas ao gênero masculino. Portanto, as atividades de reprodução, cuidados, comunitárias e sociopolíticas continuam sendo ignoradas. Para mitigar essa disparidade de gênero, é necessário um



urbanismo que se fundamenta na análise crítica e no reconhecimento da realidade a partir das experiências das mulheres, que Montaner e Muxí (2021) denominam de urbanismo feminista. Para os autores, a solução encontra-se na perspectiva de igualdade de gênero no desenho urbano, tendo em vista que o espaço público deve ser configurado de forma acessível a todas as gerações e classes.

O acesso aos espaços públicos e sociais varia com base em fatores interseccionais como idade, gênero, condição socioeconômica, raça, capacidade e sexualidade, influenciando a liberdade de movimento e a capacidade de usufruir desses espaços (Montaner e Muxí, 2021). A cidade, como produto de várias formas de opressão e desigualdade, não é projetada para grupos como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e de baixa renda, refletindo as relações de poder que estruturam a sociedade (Berth, 2023).

O corpo feminino, por exemplo, é visto como indesejado e pronto para ser limitado; ainda que tenhamos liberdade de ir e vir, não é a liberdade e segurança que os homens desfrutam na cidade. Embora o deslocamento seja possível, frequentemente não se considera a qualidade desse acesso. Isso cria uma falsa sensação de liberdade, pois, na prática, nem todos os espaços urbanos são acessíveis para todos os grupos sociais devido a normas e códigos sociais implícitos (Berth, 2023).

É importante destacar que as mulheres enfrentam falta de segurança nos espaços públicos; além das preocupações com crimes em geral, há também a sexualização e violação de seus corpos. Nessa perspectiva, é crucial que o planejamento urbano considere a vivência das mulheres e de outros grupos sociais vulneráveis, pois a questão de gênero está intrinsecamente ligada à desigualdade étnico-social que aumenta sua vulnerabilidade à violência urbana.

Enquanto fatores socioculturais e características individuais desempenham um papel crucial na forma como as mulheres utilizam e se apropriam do espaço público, não se deve negligenciar que elementos espaciais podem promover maior interação das pessoas com esses espaços. Assim, nesse contexto, o presente estudo busca compreender a inter-relação entre as mulheres e o espaço público das praças, considerando que a igualdade de gênero é também uma pauta reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) em seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente na Agenda 2030.

O estudo é de natureza aplicada, exploratória e descritiva, adotando uma abordagem quanti-qualitativa. Foi dividido em três etapas: 1) Contextualização do tema; 2) Análise físico-morfológica; 3) Análise comportamental. Com base na revisão de literatura e nos parâmetros da ferramenta de avaliação dos espaços públicos da UN-Habitat (2020), identificaram-se elementos físico-morfológicos, tanto internos quanto externos à praça, que poderiam influenciar a relação das mulheres com o espaço público. Na terceira etapa, para a análise comportamental, foram empregadas técnicas como mapeamento comportamental, contagem de pessoas (Gehl; Svarre, 2018) e entrevistas com mulheres frequentadoras das praças em estudo.



O recorte espacial deste estudo foram duas praças, do município de Vila Velha-ES, localizadas em bairros residenciais, com alta densidade demográfica, mas em contextos socioeconômicos distintos. As praças estão situadas nos bairros Itapuã e Santa Mônica, na Regional Grande Centro e Regional Grande Ibes, respectivamente. Destaca-se que ambas as praças passaram por reformas entre os anos de 2022-2023, têm extensão territorial entre 2.500 e 3.000 m<sup>2</sup>, bem como características físicas, quantidade e diversidade de equipamentos similares.

## Mulheres e espaço público

Com a chegada da indústria, houve uma separação entre trabalho reprodutivo e produtivo, dificultada pelos horários extensivos e ritmos de trabalho, resultando na ênfase cultural de que a reprodução é uma função exclusivamente feminina (Tilly e Scott, 1989). Estabeleceu-se uma divisão sexual do trabalho: mulheres ficaram responsáveis pelo trabalho reprodutivo e não remunerado no lar, enquanto homens assumiram o trabalho produtivo e remunerado e ocuparam espaços públicos e políticos. Essa divisão, baseada em um determinismo biológico, consolidou a sociedade capitalista e patriarcal, fundamentada na ideia binária de essências femininas e masculinas, que define características e papéis sociais de acordo com essas categorias. Essa visão reforça a ideia de que o “lugar do feminino era o ‘natural’ lugar na família, no doméstico, em contraste com os espaços masculinos” (Aboim, p. 112-113, 2012).

O papel das mulheres foi desafiado pelo crescimento urbano e pela migração para centros urbanos durante a Revolução Industrial. Kern (2021) descreve como o rápido crescimento das cidades na Europa misturou classes sociais e gêneros, desafiando normas da época ao permitir que mulheres brancas de alta classe fossem confundidas com “mulheres públicas” ou mulheres pobres. Para preservar sua posição social, essas mulheres passaram a ser acompanhadas por homens ou mulheres mais velhas.

A solução foi criar espaços públicos destinados às mulheres, como as lojas de departamento em Paris, em 1870. Embora esses espaços permitissem a presença feminina, eram mais uma resposta às necessidades de consumo do capitalismo do que uma busca real por independência (Kern, 2021). Isso reflete a lógica capitalista, na qual “tudo é transformado em mercadoria”, incluindo os espaços urbanos, que são vistos como locais de consumo (Gonzaga, 2011, p. 27).

Compreender o contexto dos países latino-americanos é essencial, pois a colonização e a escravidão criaram uma realidade distinta da europeia. No início do século XIX, a elite brasileira adotava o estilo de vida da aristocracia portuguesa e ideias europeias, buscando ser “civilizada” como os europeus (D’Incao, 1997). Essa busca resultou na imposição de regras rígidas para os espaços, com a intenção de reprimir interações sociais que não se alinhavam ao ideal de civilização. As mulheres mais pobres resistiam às normas, pois para a autora:



Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade (Soihet, 1997, p. 366-367).

É crucial analisar gênero, classe e raça juntos, considerando que as mulheres negras, mesmo antes da abolição da escravidão, já circulavam pelas ruas. Risério (2015, p. 215) destaca que essas mulheres lutavam para comprar sua alforria e, depois, para sustentar suas famílias. Segundo Rolnik (1989), as ruas eram também territórios ocupados pelos escravizados, que realizavam suas tarefas diárias. As mulheres negras, frequentemente envolvidas no comércio de alimentos, trabalhavam como quituteiras nos mercados, evidenciando sua presença e atividade nos espaços públicos da cidade.

No Brasil, a visão negativa da “mulher pública” é semelhante à do contexto europeu, em que a prostituta representava a antítese da mulher de família, que permanecia em casa (Del Priore, 2020, p. 177). No início do século XX, as mulheres brasileiras também desempenharam um papel significativo na mão de obra fabril, enfrentando condições de trabalho insalubres, salários baixos, assédio sexual e preconceito (Priore, 2020).

Segundo Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea está em constante mudança e afeta as mulheres de maneira coletiva, não apenas individual. A opressão não se limita ao ambiente doméstico; questões como renda, tempo livre, sexualidade e participação política também são impactadas. A associação das mulheres com o espaço doméstico e a organização das cidades restringem seu acesso a lazer, cultura e conhecimento, limitando sua criatividade e mantendo-as em papéis subordinados aos homens (Calió, 2017). A maioria dos tomadores de decisão são homens, que definem desde política ao planejamento de moradias, da localização de escolas ao transporte público, sem se preocupar como afetam a vida cotidiana das mulheres (Kern, 2021).

Homens e mulheres vivenciam as cidades de forma distinta, com necessidades e deslocamentos diferentes, refletindo também na liberdade e segurança que desfrutam. As mulheres frequentemente sentem que sua presença é indesejada e têm sua liberdade de movimento restringida pela violência urbana e de gênero (Berth, 2023). A mobilidade feminina é influenciada por preocupações



com segurança, tornando a cidade mais atraente durante o dia, quando essas preocupações são menores (Del Valle, 1997). A liberdade de ir e vir, no entanto, é teórica, com regras sociais não explícitas que limitam o acesso e a permanência das mulheres em certos espaços urbanos (Berth, 2023).

Diante da constatação de que o planejamento urbano tradicional não considera as necessidades das mulheres, acadêmicas começaram a explorar alternativas que dessem voz a essas demandas, resultando no estudo do urbanismo feminista, ou urbanismo sob a perspectiva de gênero. O urbanismo feminista, que ganhou força nas últimas décadas do século XX, especialmente na Europa, está ligado à geografia feminista, como visto no trabalho de Gill Valentine em 1989. Embora já reconhecido por acadêmicas como Leslie Kern e Zaida Muxí, o conceito ainda é novo e pouco difundido. A discussão sobre o tema varia conforme a região: na Europa, ele está mais integrado ao planejamento urbano e foca em críticas aos mecanismos de dominação e em novas formas de participação social. Na América Latina, onde o debate é mais recente, a pesquisa se concentra mais em dados sobre *design* urbano e segurança, com menos ênfase nas dinâmicas patriarcais.

O conceito de “urbanismo feminista”, com esta precisa nomenclatura, é explorado de forma insipiente por pesquisadoras de gênero e cidade, porém, consolidou-se de forma mais incisiva a partir do trabalho de divulgação do Coletivo Col-lectiu Punt 6, com a urbanista argentino-catalã Zaida Muxí. O Coletivo define o urbanismo feminista a partir da perspectiva de gênero, reconhecendo que o urbanismo e o planejamento urbano não são neutros, mas refletem os valores de uma sociedade patriarcal (Helene, 2017). Essa abordagem considera que os espaços urbanos são desenvolvidos de maneira a perpetuar esse modelo de dominação. O urbanismo feminista, portanto, propõe que as decisões urbanas sejam centradas nas pessoas, levando em conta uma ampla diversidade de identidades e vivências. O objetivo é criar espaços que promovam a vida comunitária, evitem a segregação e incentivem a autonomia individual, a proximidade de serviços, a diversidade, a vitalidade urbana e a representatividade de diferentes grupos.

Os espaços públicos devem ser democráticos e garantir segurança e acessibilidade, especialmente para os grupos mais vulneráveis. No entanto, frequentemente, esses espaços são negligenciados em favor dos espaços privados de lazer. Como resultado, os espaços públicos tendem a se esvaziar, o que aumenta a sensação de insegurança. Jacobs (2014, p. 30) observa que “quando as pessoas temem as ruas, tendem a usá-las menos, o que, por sua vez, torna essas ruas ainda mais inseguras”. Esse mesmo fenômeno ocorre nas praças urbanas, onde o medo da violência e a sensação de insegurança fazem com que os cidadãos evitem os espaços públicos, perpetuando assim o ciclo de insegurança.

Ao discutir a insegurança em espaços públicos, é essencial considerar o medo específico das mulheres de frequentá-los, especialmente no que se refere ao assédio, tendo em vista que dados da pesquisa realizada pelo Instituto YouGov e divulgada pela Actionaid (2016) indicam que o Brasil ocupa uma posição destacada em termos de assédio em espaços públicos. É fundamental reconhecer



que a desigualdade de gênero impacta as mulheres de maneira diversa e não homogênea. As mulheres permanecem majoritárias nas atividades que envolvem o cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência, tanto de forma remunerada quanto não remunerada.

Elas também são predominantes em trabalhos informais, como vendedoras ambulantes e catadoras de materiais recicláveis (IPEA, 2015). Durante seus períodos de lazer, muitas vezes as mulheres se dedicam a tarefas domésticas pendentes e, quando frequentam espaços públicos, frequentemente o fazem acompanhadas de dependentes, como filhos ou idosos. Isso indica que o lazer das mulheres muitas vezes é voltado para o cuidado de outros, refletindo uma dinâmica de sobrecarga de responsabilidades (IPEA, 2015).

Jacobs (2014) afirma a respeito da segurança urbana a influência da vigilância natural, do ver e ser visto. Aborda aspectos como a importância da vitalidade urbana, em que se defendem a diversidade de usos e a circulação de pessoas nas ruas, seja em diferentes horários, seja para a geração de uma cidade mais atrativa e segura. Gehl (2014) destaca que a sensação de segurança é crucial para que as pessoas se sintam confortáveis e aproveitem o espaço urbano. Ele argumenta que, para tornar as cidades mais funcionais e atraentes, é necessário garantir a segurança tanto percebida quanto real.

A presença constante de pessoas nos espaços públicos contribui para a segurança e valoriza esses locais. O autor também afirma que uma cidade vibrante é aquela que promove o uso de espaços públicos para caminhadas, ciclismo e encontros. Esses espaços, quando bem projetados em termos de qualidade física e estética, não só facilitam atividades recreativas, mas também incentivam o convívio social e a vida comunitária, tornando a vida urbana mais variada e enriquecedora (Gehl, 2014).

O espaço público é crucial para que as mulheres realizem tarefas reprodutivas que geralmente são desempenhadas fora do ambiente doméstico. No entanto, esses espaços frequentemente não são adequados para tais atividades, carecendo de calçadas de qualidade e sinalização apropriada, e não são projetados para atender pessoas com cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê. A segurança no espaço público está diretamente relacionada à diversidade de atividades nos bairros e não é alcançada por meio da segregação com grades e muros, mas sim por espaços ativos e continuamente frequentados por pessoas (Muxí, 2008).

Sob essa perspectiva, é necessário abordar a insegurança e a desigualdade de gênero em diferentes escalas. O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos desenvolveu o “Guia Parques para Todas e Todos: sugestões para a Implantação de Parques Urbanos com Perspectiva de Gênero” (UNOPS, 2020), que oferece diretrizes para criar espaços mais seguros e inclusivos. O documento destaca a importância da “participação”, enfatizando a necessidade de diversificar os processos participativos para incluir grupos minoritários no planejamento, uma abordagem que os autores denominam planejamento sensível ao gênero.



Integrar a gestão pública, as políticas públicas e o planejamento urbano é crucial para alcançar esses objetivos em uma escala macro. Outro aspecto relevante abordado é o de “espaços e equipamentos”, que recomenda a inclusão de quadras para diversos usos e faixas etárias, áreas com bancos sombreados para acompanhantes de crianças e banheiros familiares adaptados. O guia também sublinha a importância de criar espaços que incentivem a sociabilidade, o descanso e a atividade física, proporcionando conforto e segurança para mulheres e cuidadores em geral.

Além dessas diretrizes, é imperativo avaliar a qualidade dos espaços públicos, com foco específico nas praças, que são o recorte deste trabalho. Espaços bem qualificados, que tenham equipamentos adequados e que atendam às necessidades da comunidade são essenciais para garantir seu uso efetivo e inclusivo. Sendo assim, foi utilizada neste trabalho a ferramenta da UN-Habitat (2020) *Public space site-specific assessment: guidelines to achieve quality public spaces at neighbourhood level* (Avaliação específica de espaços públicos: para alcançar espaços públicos de qualidade em escala local, tradução nossa). A ferramenta objetiva facilitar a compreensão dos arquitetos quanto às cinco dimensões relativas a um espaço público de qualidade: segurança, inclusão, conectividade, acessibilidade e sustentabilidade.

### **Usos e apropriações femininas: estudo de caso nas praças Agenor Moreira e Haroldo Rosa, Vila Velha-ES**

O município de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo, abriga cerca 467.772 habitantes e estende-se por uma área de 210.225 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Nesta pesquisa, duas praças de Vila Velha foram selecionadas como estudo de caso, ambas localizadas em bairros residenciais densamente povoados (Itapuã e Santa Monica, identificados na Figura 1), reformadas nos anos de 2022 e 2023, com características físicas semelhantes, mas contextos socioeconômicos distintos. A praça Agenor Moreira (2.540 m<sup>2</sup>) situa-se no bairro Itapuã, de alta renda *per capita* e densidade populacional (185 hab./ha), sendo as mulheres 53% da população (Figura 2). A praça Haroldo Rosa (2.880 m<sup>2</sup>) localiza-se no bairro Santa Mônica, de classe média baixa e de alta densidade demográfica (180 hab./ha), sendo as mulheres 54,4% da população do bairro (Figura 3).

Destaca-se que, em 2019, o município de Vila Velha recebeu financiamento externo do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), aprovado pelo Governo Federal e direcionado para obras do Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais (Vila Velha, 2019). A partir desse crédito, o município conseguiu, em um curto período de tempo (Gestão Municipal 2021-2024), requalificar aproximadamente 20 praças, cujos projetos foram elaborados, principalmente, pela equipe técnica da Secretaria de Obras e Projetos Estruturantes e pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sem estabelecer um processo participativo com a população dos bairros envolvidos.



a) Localização de Vila Velha -ES

b) Mapa de localização dos bairros

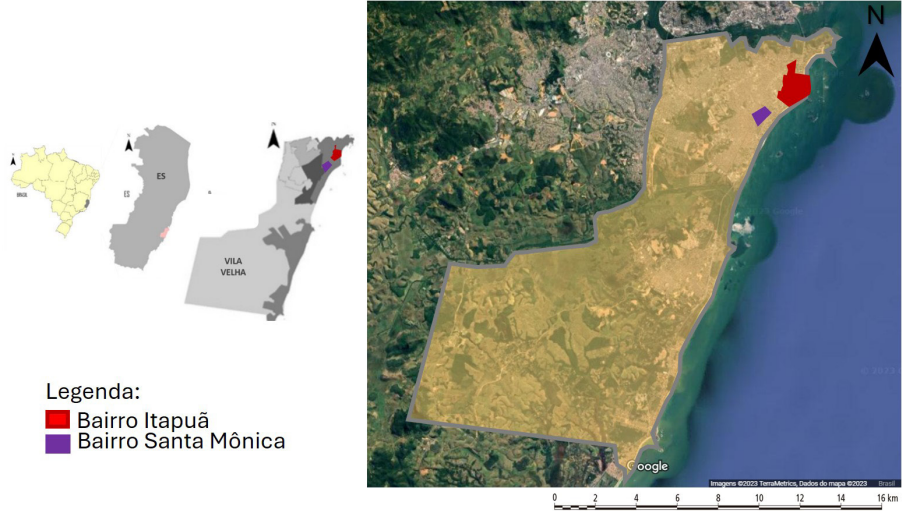


Figura 1: Mapa de localização dos bairros Itapuã e Santa Mônica, respectivamente. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Itapuã

b) Vista de satélite da praça Agenor Moreira



Figura 2: Mapa de localização da praça Agenor Moreira. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Santa Mônica

b) Vista de satélite da praça Haroldo Rosa



Figura 3: Mapa de localização da praça Haroldo Rosa. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.



Ressalta-se que o “Guia Parques para Todas e Todos” elucida que a elaboração de projetos de infraestrutura deve garantir a participação equitativa de todos os grupos na tomada de decisões, incluindo consultas legais e escuta ativa das demandas. O planejamento sensível ao gênero visa assegurar que todos tenham voz e igualdade de oportunidades nesses processos, com reuniões em locais acessíveis e atenção à diversidade de identidades. A participação também é essencial no monitoramento e na avaliação das medidas implementadas, para identificar problemas e buscar soluções.

Antes da reforma, tanto a praça Agenor Moreira (P1) quanto a praça Haroldo Rosa (P2) apresentavam equipamentos e mobiliários quebrados, não apropriados ao uso e com sinais de abandono e vandalismo. Eram utilizadas, sobretudo, como passagem e passeio de pessoas com seus *pets*. Com a reforma, a Praça Agenor Moreira (P1) recebeu novos equipamentos, como um espaço para *pets* (parcão), *playground*, reforma da quadra, iluminação LED, nova calçada, rampa de acesso, paraciclos, bancos de concreto moldados, mesas de xadrez e um mural artístico (Figura 4). Tais melhorias trouxeram benefícios significativos para o local, aumentaram os usos e apropriações do espaço e contribuíram para uma maior vitalidade urbana. Por outro lado, a Praça Haroldo Rosa (P2), localizada em um bairro de classe média a baixa, passou por uma reforma que melhorou a infraestrutura do *playground*, da quadra e da academia popular, entretanto, as mudanças realizadas foram menos abrangentes (Figura 5).

#### PRAÇA HAROLDO ROSA (P1) ANTES E APÓS REFORMA



Figura 4: Imagens identificando as intervenções realizadas na praça Agenor Moreira.  
Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Street View, 2023.



## PRAÇA HAROLDO ROSA (P2) ANTES E APÓS REFORMA

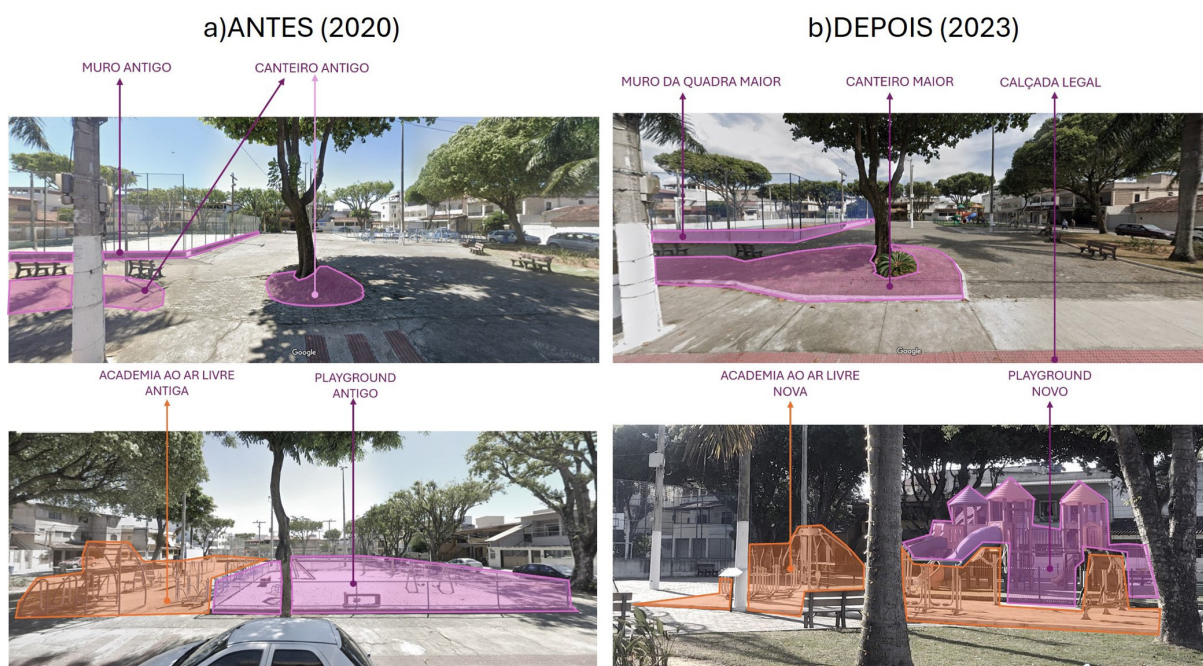


Figura 5 : Imagens identificando as intervenções realizadas na praça Haroldo Rosa. Fonte: elaborado pelas autoras com auxílio do Google Street View, 2023.

A etapa de **levantamento físico-morfológico** teve como referência a ferramenta de avaliação dos espaços públicos da UN-Habitat (2020), dividida em cinco dimensões: uso e usuários; acesso e acessibilidade; amenidades e mobiliários; conforto e segurança. Com base nessas temáticas, foram estabelecidos parâmetros de análises tanto internos quanto externos às praças, já que o convívio social no espaço público está profundamente ligado às oportunidades de acesso e uso, o que depende tanto de um desenho “interno” coerente quanto de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequados (Alex, p. 126, 2008). A articulação com o tecido urbano, ou seja, a conexão entre diversos espaços, incluindo a praça e seu entorno, é uma de suas funções originais essenciais (Alex, 2008).

Ao analisar a dimensão **uso e usuários**, cuja categoria é influenciada pelo desenho externo, observa-se que ambas as praças se localizam em bairros residenciais, entretanto, na P1 predominam habitações multifamiliares, com edifícios de vários pavimentos, enquanto na P2, habitações unifamiliares de até três pavimentos (Figura 6). Embora as praças tenham predominantemente uso residencial em seu entorno, a P1 conta com alguns pontos comerciais e mistos, conforme ilustrado na Figura 6.

Jacobs (2014) defende que a diversidade de usos é essencial para a vitalidade dos espaços urbanos. Ela argumenta que a combinação de atividades residenciais, comerciais e culturais em uma área contribui para a segurança e o dinamismo dos bairros. Espaços públicos que abrigam uma variedade de funções e atraem

diferentes grupos de pessoas ao longo do dia e da noite se tornam mais animados e seguros. A presença contínua de pessoas e a interação social promovem um ambiente mais acolhedor e eficiente. Nas praças analisadas, observa-se uma predominância de uso residencial; entretanto, a Praça P1 se destaca por ter mais comércio no entorno, além de carrinhos de comida, barraquinhas e brinquedos, o que a torna mais frequentada pelos usuários.

PRAÇA AGENOR MOREIRA (P1)

PRAÇA HAROLDO ROSA (P2)

a) Praça Agenor Moreira

b) Praça Haroldo Rosa



Figura 6: Na parte superior, imagem aérea da praça Agenor Moreira (à esquerda) e Haroldo Rosa (à direita). Na parte inferior, mapas de uso do solo. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS, 2023.

No entorno da P1, as fachadas dos edifícios são monótonas e inativas, refletindo a predominância de construções habitacionais verticais (Figura 7). Na P2, no entanto, as fachadas ao redor são visualmente permeáveis, caracterizadas pela abertura de portas e janelas das habitações do entorno (Figura 8). Destaca-se que fachadas ativas e permeáveis podem auxiliar na sensação de segurança de quem utiliza o espaço público (Gehl, 2014).

A classificação de fachadas pode ser abordada através de diferentes perspectivas. Gehl (2014) distingue entre fachadas ativas – aquelas que promovem a interação e o engajamento social ao incorporar elementos como vitrines, portas e áreas comerciais, contribuindo para a criação de ruas vibrantes e dinâmicas – e fachadas passivas, que são mais fechadas e oferecem menos interação com o espaço público, resultando em ambientes menos estimulantes para pedestres. Além dessa classificação, foi adotada uma análise adicional que inclui a fachada

monótona, caracterizada por uma sequência de fachadas similares que criam um efeito repetitivo e pouco diversificado, e a fachada inativa, exemplificada por muros cegos que não contribuem para a vitalidade urbana e não apresentam aberturas para o espaço público. Para compreender a relação do edifício com o espaço público, foi mapeada a quantidade de aberturas: portas, portões e janelas.

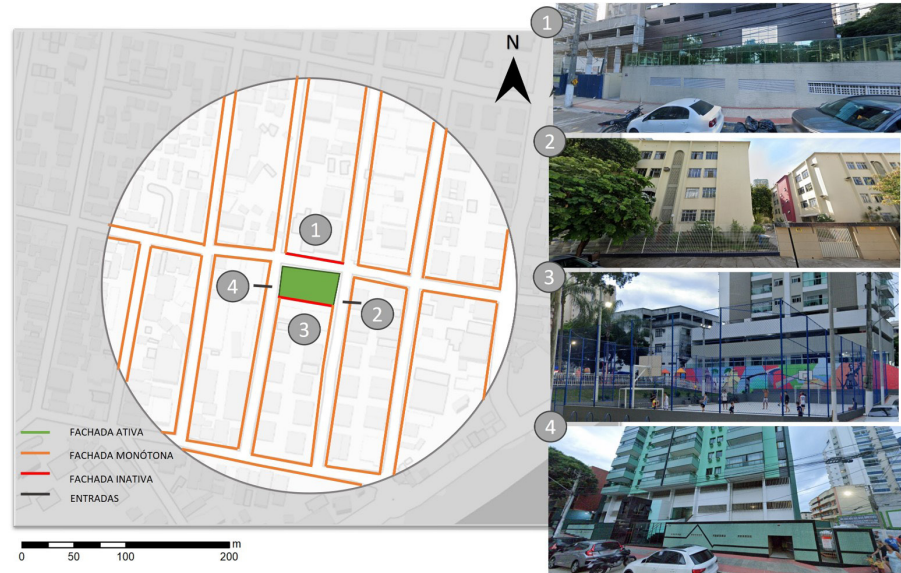


Figura 7: Mapa das fachadas, considerando o raio de 200 m, da praça Agenor Moreira (P1).  
Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS e Google Street View, 2023.

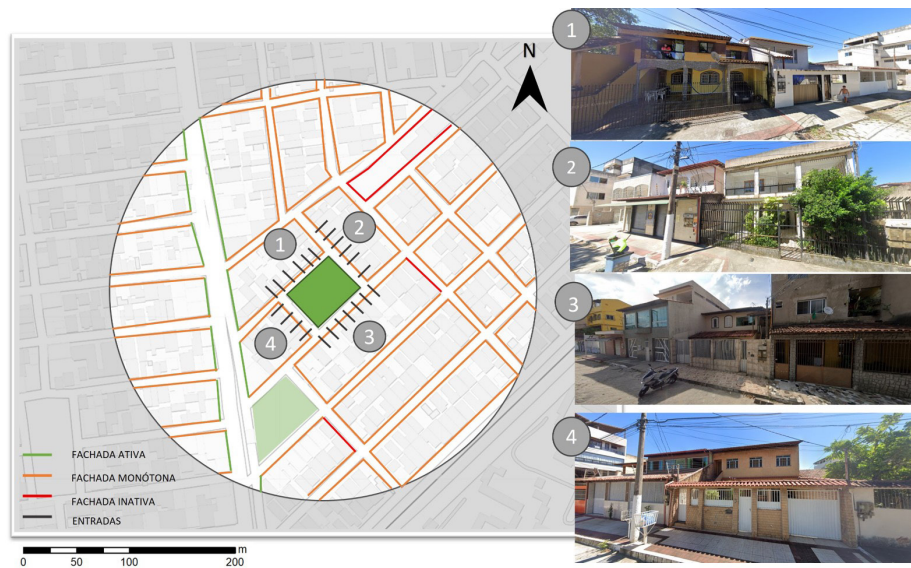


Figura 8: Mapa das fachadas, considerando o raio de 200 m, da praça Haroldo Rosa (P2).  
Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS e Google Street View, 2023.

Em relação ao **acesso e à acessibilidade**, é essencial reconhecer que o debate emergente nos estudos acadêmicos e na formulação de políticas públicas enfatiza a importância de integrar a perspectiva de gênero com outros marcadores sociais,



como raça, classe, idade e deficiência, por meio de uma abordagem interseccional<sup>1</sup>. Essa integração é fundamental para abordar as complexas desigualdades na construção de um espaço urbano verdadeiramente democrático.

A P1 apresentou melhorias após a reforma, tornando a circulação mais acessível para todos os públicos. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a acessibilidade dos equipamentos e mobiliários, bem como a falta de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. Já P2, embora a calçada perimetral tenha sido reformada, as calçadas do entorno de ambas as praças não são acessíveis, e a pavimentação da praça continuou em piso intertravado, que dificulta o deslocamento, em especial, de idosos, mulheres grávidas, crianças pequenas, cadeirantes e carrinhos de bebê.

Entre os meios de locomoção, as mulheres utilizam mais o transporte coletivo (43,5%) e o deslocamento a pé (32,5%), ao passo que os homens utilizam mais o transporte individual, especialmente carros próprios. Mulheres com menor renda familiar tendem a andar mais a pé e usar ônibus; por outro lado, mulheres de alta renda optam mais pelo transporte individual, conforme Pesquisa Origem e Destino 2017 (PMSP, 2020). É imperativo considerar o acesso às praças. Nesse contexto, é importante destacar que tanto a P1 quanto a P2 têm um ponto de ônibus próximo, o que facilita e democratiza o acesso.

No item **amenidades e mobiliário**, a Praça P1 se destaca pela diversidade de equipamentos e pela presença de assentos lineares e sombreados, especialmente próximos ao parquinho e à quadra, em conformidade com as recomendações da UNOPS (2020). No entanto, o guia da UNOPS recomenda a inclusão de espaços destinados a atividades físicas para idosos, o que está presente na Praça P2, mas não na P1. Além disso, o guia sugere a criação de parquinhos infantis e quadras que atendam a diferentes idades e permitam usos variados, como a ausência de marcações e estruturas específicas para uma única prática esportiva, promovendo, assim, usos diversificados e inclusivos para todos os gêneros. Nas praças analisadas, ambas têm parquinhos para crianças pequenas e quadras poliesportivas para futebol e basquete, apenas. Idealmente esses espaços teriam ao menos um banheiro de família com estruturas adaptadas para crianças e um espaço para troca de fraldas.

Em relação à dimensão **conforto**, ambas as praças oferecem um ambiente agradável, limpo, com áreas sombreadas, árvores e presença de sons naturais. No entanto, a P1, por estar circundada por duas vias coletoras, é afetada pelo fluxo intenso de veículos, e o ruído proveniente do tráfego é presente. Em contrapartida, a P2 está circundada por vias locais e desfruta de um movimento de carros inferior, com predominância de sons de pessoas e pássaros.

---

1 Interseccionalidade, um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, descreve a sobreposição e interseção de diversas formas de discriminação e opressão, com foco particular nas experiências das mulheres negras. No entanto, esse conceito tem sido expandido para abordar outros marcadores sociais, promovendo um debate mais amplo sobre a complexidade das relações que geram desigualdades e vulnerabilidades.



No âmbito da **segurança**, a P1, embora apresente fatores que contribuem para a sensação de insegurança – como a presença de muros cegos e o tráfego intenso de veículos automotores –, tem atrativos estéticos e infraestruturais, além de contar com comércio informal em seu interior que traz movimentação de pessoas. Por outro lado, a P2 é utilizada de modo mais intimista, funcionando como uma extensão das residências para as famílias locais. Nela, grupos reúnem-se para eventos como churrascos entre moradores, que também zelam pelo espaço.

As praças estão bem conservadas, sem sinais de vandalismo ou depredação. Soares e Saboya (2019) destacam que espaços abandonados e sem manutenção, com lixo e estrutura depredada, podem aumentar a sensação de insegurança, levando os usuários a evitarem o local e tornando-o mais vulnerável a ações criminosas. Na P1, há presença ocasional de rondas policiais, no entanto, não há postos policiais nas proximidades. Embora a presença de autoridades possa desencorajar a criminalidade, é importante considerar que algumas pessoas, como mulheres negras, podem se sentir inseguras devido ao histórico de violência policial direcionada a elas.

Em estudo realizado por Carvalho (2022) sobre a violência policial contra mulheres, foi observado que 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. A autora fez uma análise de uma amostra de notícias, e o estudo revela que as mulheres enfrentam violências cotidianas praticadas por agentes da segurança pública. Essas manifestações violentas ocorrem em espaços públicos, de forma física e verbal. As agressões verbais, em particular, são marcadas por uma conotação sexista, racista e transfóbica (Carvalho, 2022).

No Quadro 1, a seguir, estão sintetizadas as principais características de cada praça analisada, agrupadas segundo as dimensões analisadas.

Na **análise comportamental**, foram utilizadas as técnicas de contagem de pessoas e mapeamento comportamental, com base em Gehl e Svarre (2018), considerando um intervalo de 15 minutos. As análises foram realizadas em um dia de semana e no fim de semana, considerando os turnos matutino (9h e 10h), vespertino (16h e 17h) e noturno (19h e 20h). A coleta de dados foi realizada nas duas praças em concomitância e as observações estão representadas nos mapas comportamentais demonstrados no Quadro 2 e 3.

Na P1, durante as manhãs, tanto em dias de semana quanto nos fins de semana, a quadra apresentou pouca movimentação; quando observado o uso, foi de crianças e seus responsáveis. Nesse turno, foi comumente visto mais mulheres idosas cuidando de crianças e homens idosos jogando nas mesas de xadrez. À tarde e à noite, o movimento aumenta, com destaque para um maior uso da quadra no fim de semana à tarde. Também foi observado que adultos e idosos também frequentam a P1 para compras rápidas na banca de jornal ou na padaria situada nas proximidades.



Dimensão	P1 (Praça Agenor Moreira)	P2 (Praça Haroldo Rosa)
<b>Usos e usuários</b>	Bairro predominantemente multifamiliar residencial verticalizado com fachadas monótonas e inativas. Possui comércio transitório no interior da praça e pequenos eventos sazonais	Bairro predominantemente residencial unifamiliar com edificações de até 3 pavimentos. As fachadas são monótonas e inativas. Não possui atividades comerciais formais ou informais.
<b>Acessibilidade</b>	Calçadas do entorno não seguem a norma ABNT NBR 9050 e estão em mal estado de manutenção. O Interior da praça tem piso regular e não trepidante e percursos com largura 1,50m ou superior	Calçadas do entorno apresentam irregularidades, falta de sinalização tátil e obstáculos, dificultando a locomoção de pessoas com deficiência.
<b>Amenidades e mobiliário</b>	A praça possui <i>playground</i> , quadra e pet Park, mesas de jogos e banca de revistas	A praça possui <i>playground</i> , quadra e academia popular.
<b>Conforto</b>	A praça é bem arborizada e sombreada, mas carece de diversidade de vegetação. Possui boa manutenção e limpeza. Há sons naturais de pássaros e vento, mas o ruído predominante é o de veículos devido ao tráfego intenso	A praça é arborizada e sombreada, com maior variedade de vegetação. A manutenção precisa de melhorias, com uma lixeira quebrada e a quadra em deterioração. A área residencial é silenciosa, permitindo ouvir sons naturais como o vento e os pássaros.
<b>Segurança</b>	A praça está bem conservada, sem vandalismo aparente, porém sem câmeras de segurança internas. A iluminação na praça é adequada, mas o entorno carece de boa iluminação. Fachadas predominantemente cegas. Rondas policiais são frequentes, com viaturas ocasionalmente estacionadas	A praça já mostra alguns sinais de depredação em algumas lixeiras e na quadra, apesar dos equipamentos estarem em bom estado. Há uma câmera de segurança na praça. O entorno não possui muros cegos, com as residências voltadas para o espaço público, promovendo vigilância natural.

Quadro 1: Comparativo da análise físico-morfológica das praças analisadas. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A P1, durante o dia, em dias de semana, é muito utilizada para circulação de mulheres carregando bolsas e aproveitando a facilidade de locomoção proporcionada pela área sombreada. À noite, a P1 denota maior vitalidade, com a presença de *foodtrucks* e atividades recreativas para crianças, em dias de semana e nos fins de semana.

No fim de semana, a quantidade de pessoas na P1 aumenta e, ainda que muitas famílias frequentem a praça, a proporção de homens é maior (cerca de 66% homens e 34% mulheres), apesar de ter sido observado mais mulheres no *playground*. As meninas, por vezes, encontravam-se no centro da praça, brincando de patins ou de bola sob vigilância dos responsáveis, que se encontravam sentados nas mesas postas pelos *foodtrucks*. Na P1, as atividades comerciais transitórias (*barraquinhas* e *foodtrucks*) funcionam no final da tarde e à noite, oferecendo oportunidade de alimentação e recreação. Observou-se ainda que tal comércio é operado por mulheres.

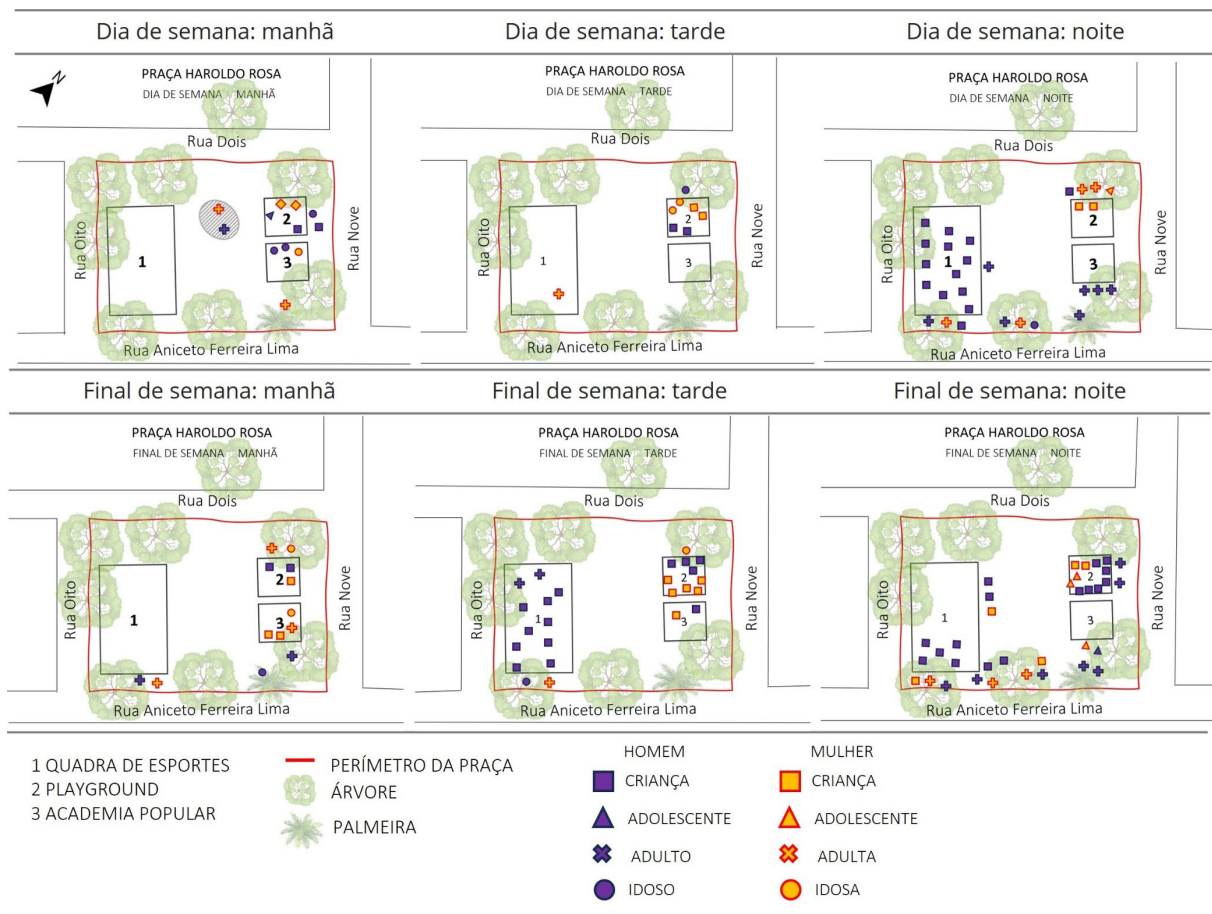




Quadro 2: Mapas comportamentais dos dias de semana e fins de semana (manhã, tarde e noite) da praça Agenor Moreira (P1). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software PowerPoint, 2023.

Na P2, durante o fim de semana, as atividades seguem uma dinâmica semelhante à P1. Pela manhã, foi observada a presença de crianças no *playground*, acompanhadas de seus responsáveis, além de adultos e idosos socializando ou descansando nos bancos da praça. Na academia popular, destaca-se a presença de idosos e crianças utilizando os aparelhos. Nas tardes, percebeu-se o uso mais expressivo de crianças e adolescentes na quadra, com alguns responsáveis permitindo que elas brinquem de forma autônoma. À noite, observou-se um número maior de adultos supervisionando as crianças, em comparação com o período da tarde. É notável que, especialmente entre os mais velhos, a P2 é considerada uma extensão de suas residências, utilizada, por exemplo, para churrascos nos fins de semana, como foi observado em uma das visitas.

Destaca-se tanto na P1 quanto na P2 uma maior concentração de mulheres nos *playgrounds*, em especial nos turnos da manhã e tarde, independentemente do dia da semana. Durante a noite, tanto em dias de semana quanto nos fins de semana, a maior movimentação é de homens responsáveis pelas crianças. Nas atividades esportivas, as quadras são predominantemente utilizadas por adolescentes meninos, enquanto as meninas brincam em outros espaços da praça.



Quadro 3: Mapas comportamentais dos dias de semana e finais de semana (manhã, tarde e noite) da praça Haroldo Rosa (P2). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software PowerPoint, 2023.

Em ambas as praças foi observado um maior número de pessoas nos fins de semana quando comparado com os dias de semana. Sobre o comportamento feminino, observaram-se semelhanças entre as duas praças. Um dos pontos observados foram as múltiplas funções exercidas pelas mulheres, principalmente nas atividades ligadas ao cuidado de crianças, além de leitura, conversas com outras mães, uso do telefone e exercício físico. Vale destacar que o espaço público reflete o que ocorre no espaço privado, com as mulheres realizando diversas tarefas simultaneamente.

Por meio da contagem de pessoas, em ambas as praças foi constatado que a presença masculina é maior, representando cerca de 60% do total de frequentadores. Quanto à faixa etária, percebeu-se uma quantidade inferior de meninas adolescentes em comparação aos meninos da mesma idade. Quanto às mulheres idosas, observou-se que essas tendem a usar as praças mais pela manhã, principalmente auxiliando no cuidado de crianças, enquanto os homens idosos jogavam ou observavam o movimento.

Ainda na etapa de análise comportamental, foram realizadas entrevistas com as mulheres que frequentam as praças em turnos e horários variados. Os resultados

revelaram que as mulheres frequentam a P2 diariamente, enquanto na P1 visitam a praça entre uma e duas vezes por semana. Tanto na P1 quanto na P2, a maioria das mulheres mencionou que utiliza o espaço sempre acompanhadas de familiares. Quanto às motivações para o uso da praça, as entrevistas confirmaram as observações registradas nos mapas comportamentais, destacando que muitas mulheres frequentam a praça principalmente para cuidar de crianças ou de seus *pets*.

Em ambas as praças, ao serem questionadas sobre o que as faria se sentir mais seguras e confortáveis no espaço público da praça, constatou-se que a maioria delas associou o aumento da sensação de segurança à presença de autoridades, a câmeras de monitoramento, rondas policiais e à presença de pessoas, especialmente famílias, como fatores importantes. Na P1, as respostas também mencionam o impacto positivo da reforma na segurança, assim como a presença de barracas, *foodtrucks* e uma comunidade mais participativa. Na P2, por sua vez, as mulheres que responderam destacaram a tranquilidade do ambiente e o conhecimento entre os frequentadores como aspectos positivos. Tais respostas encontram-se ilustradas nas nuvens de palavras representada na Figura 9.

"O que te faz sentir segura ou confortável em um espaço público como a praça?"



"Na sua opinião, o que poderia melhorar na praça? Tem alguma atividade que você gostaria que existisse na praça?"



Figura 9: Nuvem de palavras da praça Agenor Moreira (P1) à esquerda e Haroldo Rosa (P2) à direita. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do site Wordcloud, 2023.



Quando perguntadas sobre os aspectos passíveis de melhorias na praça, as respostas incluíram atividades e equipamentos direcionados a crianças ou idosos, e não relacionados a elas mesmas, como mostra a nuvem de palavras na Figura 9. Outras respostas foram: variedade de brinquedos para diferentes faixas etárias, atividades para os idosos (no caso da praça Agenor Moreira), melhor uso da quadra esportiva incluindo grupo de crianças e meninas, além de atividades físicas com auxílio de profissional. Foi ainda citada a necessidade de melhorias na segurança e na manutenção dos espaços e destacada positivamente a presença de barraquinhas e dos vendedores ambulantes.

Ainda quando perguntadas sobre o local da praça que consideraram mais agradável, tanto na P1 quanto na P2, as participantes também associaram essa preferência ao lugar de brincar das crianças. No caso de P1, destacaram o fato de o *playground* incluir crianças menores de 3 anos, ser recintado e longe da rua. Também foi destacado que ambas as praças têm áreas agradáveis, com bancos embaixo das sombras da copa das árvores, bem como os espaços centrais que são mais amplos, sem obstáculos visuais, e que permitem às mães ou responsáveis vigiar as crianças.

Em relação aos lugares menos agradáveis, apesar de a maioria das mulheres não ter conseguido indicar, ainda assim na P1, foi sinalizada a área do *parcão*, devido ao odor, a área próxima ao muro, por ser mal iluminada, e uma das esquinas, em que há aglomeração de pessoas em situação de rua. Já na P2 há uma preocupação com o aumento de usuários de drogas na praça e com a deterioração da quadra, devido à falta de manutenção e à presença de vândalos.

Quanto à diferença de uso entre homens e mulheres na praça, em ambas as praças as respostas revelaram que as mulheres frequentam o espaço quase sempre associado à presença de crianças, enquanto os homens têm uma abordagem mais descontraída, às vezes desfrutando de bebidas e momentos com amigos. Algumas notaram uma predominância masculina na quadra de esportes, e outras destacaram atividades mais voltadas para o público masculino, como jogos de baralho. De fato, durante as visitas, as mulheres foram vistas frequentando as praças motivadas pelas atividades centradas na família, enquanto os homens, na socialização e no lazer com grupos da mesma faixa etária e interesses.

Ambas as praças apresentaram melhorias após a reforma, porém, é evidente a diferença de investimento entre a praça localizada em um bairro de maior renda e aquela situada em uma área de menor renda. A praça Agenor Moreira (P1) passou por melhorias significativas em termos de estética, iluminação e equipamentos, o que atraiu atividades comerciais transitórias e, conseqüentemente, um maior número de usuários. Em contrapartida, a praça Haroldo Rosa (P2) recebeu apenas melhorias superficiais e insuficientes.

Vale destacar que a localização da praça também exerce influência, pois a praça Agenor Moreira atrai pessoas de bairros vizinhos. Além disso, há aspectos que ainda necessitam de aprimoramento em ambas as praças, como a acessibilidade



no entorno, especialmente nas calçadas. É essencial considerar que a análise da praça não pode ser dissociada do contexto urbano, e o incentivo ao deslocamento a pé é crucial, tendo em vista que as mulheres frequentemente utilizam esse modo de transporte no espaço público. Para isso, são necessárias calçadas acessíveis, com largura adequada para idosos, pessoas com deficiência e carrinhos de bebê, por exemplo.

Adicionalmente, os equipamentos das praças não atendem à diversidade etária, com parquinhos voltados exclusivamente para crianças pequenas e quadras restritas a esportes como futebol e basquete, sem espaços lúdicos não demarcados, conforme recomendado pela UNOPS (2020). A análise comportamental revelou que essas quadras são frequentemente dominadas por homens, especialmente adolescentes e jovens. As meninas e mulheres jovens tendem a se apropriar menos dos espaços públicos, especialmente nos esportivos. Um relatório sobre a implantação do planejamento com perspectiva de gênero descobriu que 70% das meninas e 44% dos meninos evitam compartilhar espaços ocupados por meninos mais velhos, com 82% das meninas e 47% dos meninos sendo rejeitados em suas tentativas; as meninas, em particular, enfrentam insultos sexuais e ameaças ou atos de agressão sexual (UNOPS, 2020).

Com relação às áreas de descanso sombreadas, recomendadas pela UNOPS (2020), as participantes da entrevista também reconheceram sua importância. Dado que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, muitas vezes não remunerado, é essencial considerar espaços adequados para quem cuida de crianças, idosos, entre outros. Como a praça é um espaço de lazer, as mulheres frequentemente desempenham múltiplas atividades simultaneamente, como cuidar dos filhos, socializar, comer, usar o celular e ler. Portanto, é importante criar espaços multifuncionais, incluindo *playgrounds* protegidos, que foram mencionados pelas entrevistadas como uma necessidade. Além disso, é fundamental incentivar atividades que atraiam mulheres para o espaço, tanto para lazer pessoal quanto para a prática de exercícios físicos.

Em relação à segurança, as participantes destacaram não apenas a necessidade de câmeras e policiamento, mas também a importância da presença de pessoas para aumentar a sensação de segurança, um ponto defendido por autores sobre a vitalidade urbana e a “cidade viva”, que sugere a presença constante de pessoas nos espaços públicos em diferentes horários do dia e da semana (Gehl, 2014; Jacobs, 2014). Embora o tema da segurança seja complexo e exija estudos mais aprofundados que correlacionem gênero, levantar dados sobre o espaço físico e ouvir a opinião dos usuários é crucial para a elaboração de projetos e planejamento urbano eficazes.

O estudo revela que a presença masculina ainda predomina nas praças. Montaner e Muxí (2021) destacam que os problemas de segurança e equilíbrio nos espaços públicos, frequentemente dominados por grupos masculinos, podem ser mitigados



ao adotar a perspectiva de igualdade de gênero no planejamento urbano. Eles defendem que uma cidade justa deve implementar critérios que beneficiem todas as gerações e classes sociais, considerando praças e ruas como locais de conflito onde se manifestam direitos e deveres, e que esses espaços devem ser inclusivos e respeitar a diversidade. Além disso, a presença de mulheres em espaços públicos, como observado no Bryant Park em Nova York, é um indicador de segurança. O estudo sugere que a proporção ideal de mulheres para homens seria de 52% para 48%, respectivamente. Uma diminuição dessa proporção pode sinalizar um agravamento da segurança no parque (Gehl; Svarre, 2018).

A partir desses resultados, foi possível levantar alguns direcionamentos para planejamento de espaços públicos de permanência mais inclusivos a mulheres:

Investir em acessibilidade é fundamental para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como mulheres grávidas, mulheres com crianças pequenas e circulando com carrinhos de bebês tenham acesso pleno aos espaços públicos, por meio de rampas, calçadas adequadas, pisos regulares e sinalização tátil. Investir na ampliação das calçadas e acessos facilita o deslocamento das pessoas a pé, especialmente de mulheres com crianças, carrinhos de bebê e sacolas.

Melhorar a segurança dos locais públicos com iluminação adequada, câmeras de videomonitoramento e presença policial feminina e aumentada auxilia na criação de ambientes mais seguros para todos os cidadãos.

Oferecer uma diversidade de atividades e espaços que atendam às necessidades e aos interesses de diferentes grupos da comunidade é essencial, incluindo áreas de lazer, cultura, esporte e recreação. Estimular o uso da praça também para atividades comerciais com barraquinhas e outros serviços para a comunidade ajuda na atração de mulheres.

Uma infraestrutura inclusiva, com equipamentos e mobiliários para todas as idades, incluindo *playgrounds* para crianças menores, academia popular, banheiros familiares com fraldário e bancos sombreados, esses últimos tendo em vista que as mulheres frequentemente precisam se sentar enquanto acompanham crianças e realizam compras.

Incentivar a participação ativa da comunidade no planejamento, *design* e gestão dos espaços públicos, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Representantes comunitários devem zelar pela manutenção e segurança dos locais públicos, atuando como porta-vozes das autoridades e reivindicando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os cidadãos.

Promover campanhas de educação e conscientização sobre questões de inclusão e diversidade nos espaços públicos de modo a estimular a criação e adequação das políticas públicas às necessidades das mulheres.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do urbanismo revela que este nunca foi verdadeiramente neutro, sendo fundamentado em uma visão patriarcal e capitalista que privilegia as atividades produtivas tradicionalmente associadas ao gênero masculino, enquanto negligencia as atividades de cuidado, reprodução e sociabilidade. Para superar essa desigualdade de gênero no planejamento urbano, é crucial adotar uma abordagem crítica que reconheça a realidade a partir das experiências das mulheres, promovendo um urbanismo que seja verdadeiramente inclusivo e acessível a todas as gerações e classes sociais.

O acesso aos espaços públicos é influenciado por fatores interseccionais, como idade, gênero, condição socioeconômica, raça, capacidade e sexualidade, que moldam a liberdade de movimento e a capacidade de usufruir desses espaços. A cidade, moldada por diversas formas de opressão e desigualdade, frequentemente não atende adequadamente a grupos marginalizados, refletindo relações de poder desiguais. Assim, é essencial repensar o desenho urbano para garantir que os espaços públicos sejam realmente inclusivos e seguros, promovendo a diversidade de atividades e a presença contínua de pessoas, em vez de depender de barreiras físicas e segregação. Essa abordagem não apenas amplia a liberdade e a segurança para todos os grupos sociais como também contribui para uma vivência urbana mais equitativa e acolhedora.

Os espaços públicos deveriam ser mais utilizados e apropriados pelas mulheres, e o acesso até eles, mais seguros e acessíveis, conforme preconiza a ONU (2005) em dois dos seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Diante disso, a principal contribuição deste trabalho foi tornar visível a situação das mulheres no espaço público e entender quais motivos as levam a se apropriarem ou não desses espaços. Alguns fatores que podem desestimular o uso e a apropriação das mulheres nos espaços públicos referem-se à sensação de insegurança que os espaços transmitem, gerada, em especial, por um desenho urbano pouco inclusivo às mulheres, bem como iluminação insuficientes, equipamentos quebrados e ambientes pouco frequentados.

Ao examinar as praças Agenor Moreira e Haroldo Rosa, foram observadas diferenças significativas em contexto físico, segurança percebida e uso do espaço por mulheres. Observou-se que as mulheres desempenham múltiplas funções ao apropriarem-se dos espaços públicos das praças, enquanto observam as crianças brincarem no *playground*, passeiam com seus *pets*, utilizam o celular e conversam com a vizinhança. No entanto, a presença masculina é predominante, e há diferenças no uso de áreas como parquinhos e quadras esportivas. Cabe ressaltar que o público masculino utiliza mais o comércio local, e sempre permanece sozinho na praça, enquanto as mulheres sempre estão acompanhadas de seus filhos ou amigos.



Percebe-se que a praça Agenor Moreira tem um maior público, inclusive o feminino, frequentando seus espaços, quando comparada à Haroldo Rosa. Apesar de os aspectos morfológicos indicarem que a praça Haroldo Rosa pudesse apresentar maior sensação de segurança para as mulheres – tendo em vista a maior presença de fachadas permeáveis em seu entorno e vias laterais de menor fluxo –, evidencia-se a importância da conectividade, da integração da praça na malha viária, bem como a densidade demográfica do bairro e o uso misto no entorno da praça para maior uso e apropriação.

Nas duas praças analisadas, a situação socioeconômica não se mostrou o principal fator na apropriação feminina dos espaços públicos. Observou-se que a interação das mulheres e demais usuários com as praças varia conforme suas características específicas. A praça Agenor Moreira, com sua oferta de comércio informal e eventos sazonais, atrai não apenas moradores locais, mas também visitantes de outros bairros, criando um ambiente mais ativo e diversificado que incentiva maior uso por diferentes grupos, incluindo mulheres. Por outro lado, a praça Haroldo Rosa é usada de maneira mais intimista pela comunidade local, funcionando como uma extensão das residências ao redor. Essa diferença no uso indica que, embora a situação socioeconômica tenha seu impacto, a configuração e a funcionalidade dos espaços públicos também desempenham um papel crucial na forma como esses espaços são apropriados pelo gênero feminino.

As mulheres consideram a presença de autoridades, câmeras de segurança e comunidade unida como fatores que as fazem sentir seguras nas praças. Elas sugerem melhorias na diversidade de brinquedos, atividades físicas supervisionadas e segurança nas praças. Em termos de ambiente agradável e necessidades de infraestrutura, mulheres valorizam a presença de sombra, bancos, áreas amplas e sem obstáculos visuais. A localização do *playground* e a presença da vegetação arbórea foram citadas como aspectos importantes para o conforto nas praças.

Os resultados avançaram na compreensão das dinâmicas de gênero no espaço público urbano e destacaram a importância da participação da comunidade, especialmente das mulheres, nos projetos de planejamento urbano. Limitações incluíram o tamanho da amostra e a análise restrita a duas praças, apontando para a necessidade de estudos mais amplos e sensíveis ao contexto. Sugere-se expandir a pesquisa para incluir mais praças em diferentes cidades, considerando outras identidades de gênero e dimensões de diversidade.

Os resultados deste estudo têm implicações significativas tanto do ponto de vista prático quanto teórico. Em termos práticos, os resultados podem ser utilizados para embasar próximos projetos em praças urbanas mais sensíveis ao gênero, além das necessidades das crianças e adequação de políticas públicas às



necessidades das mulheres e de práticas que promovam a participação ativa das mulheres em processos de planejamento urbano, considerando-as na tomada de decisões relacionadas ao *design* e à gestão de praças urbanas. Os resultados lançam luz sobre a importância de pesquisas com abordagens sensíveis ao gênero na concepção de espaços públicos, reconhecendo as diferentes necessidades e experiências das mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, p. 148. 2015.
- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 95-117, 2012.
- ALEX, S. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora Senac, 2008. 291p.
- UNOPS. Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Instituto Semeia. *Parque para todas e todos. Parque para Todos e Todas: Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero*, maio 2020. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-para-todas-e-todos-2020/>. Acesso em: jun. 2023.
- BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismo, e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. 274p.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL lidera assédio de mulheres em espaço público, Actionaid, 20 de maio, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/uoHUF>. Acesso em: 31 de out. 2024.
- CALIÓ, S. A. *Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano*. IV Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JXiVaj>. Acesso em: jun. 2023.
- CARVALHO, D. Respeita a Polícia: A violência policial como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. *Revista Contraponto*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 172-188, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/129102>. Acesso em: 29 jan. 2023.



- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *In: Feminist legal theories*. Routledge, 2013. p. 23-51.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. *In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. Planeta Estratégia, 2020.
- DEL VALLE, T. *Andamios para una nueva ciudad: Lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- GEHL, J.; SVARRE, B. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Orgrafic Gráfica e Editora, 2018.
- GONZAGA, T. de O. *A cidade e arquitetura também mulher*. Conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>. Acesso em: mar. 2024.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. Brasília: Ipea, 2015.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- HELENE, D. *O urbanismo feminista do Col·lectiu Punt 6*. FeminisUrbana. 12 de setembro 2017. Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/09/12/o-urbanismo-feminista-do-col%C2%B7lectiu-punt-6/> Acesso em: 29 out. 2024.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. Editora Olhares, 2021.



MUXÍ, Z. Arquitectura y género: depoimento. Costa Rica. *Revista Su Casa*. Entrevista concedida a Kurt Aumair y cortesía de la arquitecta. N. 46. 2008.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 out. 2024.

PMSP. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. SMDU. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO *Informe Urbano nº 44. Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô*. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes\\_Urbanos/44\\_IU\\_mobilidade\\_mulheres.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf). Acesso em: jun. 2023.

RISÉRIO, A. *Mulher, casa e cidade*. Editora 34, 2015.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 17, p. 1-17, 1989.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOARES, M.; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TILLY, L.; SCOTT, J. W. *Women, work and family*. Routledge, 1989.

UN-HABITAT. Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. *Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality Public Spaces at Neighbourhood Level*. 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/public-space-site-specific-assessment-guidelines-to-achieve-quality-public-spaces-at-neighbourhood>. Acesso em: mar. 2024.

VALENTINE, G. The geography of women's fear. *Area*, p. 385-390, 1989.

VILA VELHA. *Fonplata: governo aprova crédito de U\$27,6 milhões para Vila Velha*. Site da Prefeitura de Vila Velha, 21 out. 2019. Seção Secretaria de Obras e Projetos Estruturantes. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/10/fonplata-governo-federal-aprova-credito-de-us-27-6-milhoes-para-vila-velha-27356>. Acesso em: 1º abr. 2024.



## Women's uses and appropriations of public spaces: a case study of two squares in Vila Velha-ES

### Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES

### Usos y apropiaciones femeninas en espacios públicos: estudio de caso en dos plazas de Vila Velha-ES

*Myllena Siqueira Santos. Master's degree in Architecture and Urban studies. University of Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brazil.*

*E-mail: myllena.santos@uvvnet.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3822-853X>*

*Larissa Leticia Andara Ramos. echnology and Design for Environmental Quality. Politecnico di Milano, Itália. Professor in the Undergraduate Architecture and Urbanism Program and in the Master's Program in Architecture and Urban Studies.. University of Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brazil.*

*E-mail: larissa.ramos@uvv.br  <https://orcid.org/0000-0002-2295-8995>*

**How to cite this paper:** SANTOS, M. S.; RAMOS, L. L. A. Women's uses and appropriations of public spaces: a case study of two squares in Vila Velha-ES. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 249-275, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p249-275

**Submitted:** 2024-06-25

**Accepted:** 2024-08-30

### Abstract

Cities have historically favored the male experience, resulting in public spaces where gender inequality is perpetuated, with women facing social and spatial barriers that



hinder urban uses and appropriation. The relationship of women with public spaces is influenced by several factors, however, the design and urban morphology can facilitate this interaction. This article, therefore, aims to understand the interrelationship between women and public spaces, taking as a case study, two squares located in different socioeconomic contexts of the city of Vila Velha (ES). This is an applied research, structured in three stages: contextualization of the theme, physical-morphological analysis, and behavioral analysis. In addition to the data collection in the field, behavioral mapping techniques, people counting, and interviews were applied. The results reveal that female uses and appropriations in squares are often related to activities of care with children, elderly or pets. The time devoted to leisure occurs simultaneously with the responsibilities still assigned to women. It is noteworthy that specific physical and social characteristics of each context also influence the relationship of women with squares. These observations indicate the need for urban planning that is more sensitive to the female gender and directed to public spaces of permanence.

**Keywords:** Gender; women; public space; squares; urban appropriation.

## Resumo

As cidades historicamente privilegiaram a experiência masculina, resultando em espaços públicos onde perpetua a desigualdade de gênero, com as mulheres enfrentando barreiras sociais e espaciais que dificultam os usos e as apropriações urbanas. A relação das mulheres com os espaços públicos é influenciada por diversos fatores, entretanto, o desenho e a morfologia urbana podem facilitar essa interação. O presente artigo, portanto, busca compreender a inter-relação entre as mulheres e os espaços públicos, tendo como estudo de caso duas praças situadas em contextos socioeconômicos distintos do município de Vila Velha (ES). Trata-se de uma pesquisa aplicada, estruturada em três etapas: Contextualização do tema; Análises físico-morfológicas e Análises comportamentais. Além da coleta de dados em campo, foram aplicadas as técnicas de mapeamento comportamental, contagem de pessoas e entrevistas. Os resultados revelam que os usos e as apropriações femininas em praças frequentemente estão relacionados a atividades de cuidado com crianças, idosos ou animais de estimação. O tempo destinado ao lazer ocorre simultaneamente às responsabilidades ainda atribuídas às mulheres. Destaca-se que características físicas e sociais específicas de cada contexto também influenciam na relação das mulheres com as praças. Tais observações indicam a necessidade de um planejamento urbano mais sensível ao gênero feminino e direcionado aos espaços públicos de permanência.

**Palavras-chave:** Gênero; mulheres; espaço público; praças; apropriações urbanas

## Resumen

Las ciudades han privilegiado históricamente la experiencia masculina, dando lugar a espacios públicos donde perpetúa la desigualdad de género, con las mujeres



enfrentando barreras sociales y espaciales que dificultan los usos y apropiaciones urbanas. La relación de las mujeres con los espacios públicos está influenciada por varios factores, sin embargo, el diseño y la morfología urbana pueden facilitar esta interacción. El presente artículo, por lo tanto, busca comprender la interrelación entre las mujeres y los espacios públicos, teniendo como estudio de caso dos plazas situadas en contextos socioeconómicos distintos del municipio de Vila Velha (ES). Se trata de una investigación aplicada, estructurada en tres etapas: Contextualización del tema; Análisis físico-morfológicos y análisis conductuales. Además de la recogida de datos en el campo, se aplicaron las técnicas de mapeo comportamental, recuento de personas y entrevistas. Los resultados revelan que las utilidades y apropiaciones femeninas en las plazas están frecuentemente relacionadas con actividades de cuidado de niños, ancianos o animales. El tiempo destinado al ocio se produce simultáneamente a las responsabilidades aún asignadas a las mujeres. Destaca que las características físicas y sociales específicas de cada contexto también influyen en la relación de las mujeres con los puestos de trabajo. Tales observaciones indican la necesidad de una planificación urbana más sensible al género femenino y también dirigido a espacios públicos de permanencia.

**Palabras clave:** Género; mujeres; espacio público; plazas; apropiaciones urbanas

## INTRODUCTION

When analyzing the origin of the word “city” in the Neo-Latin languages, it is identified that it is a feminine noun. In literary contexts, some cities are symbolically portrayed as female figures, representing the mother, the young woman, the lover and the prostitute, such as Rome, called “mother of arms and of the law”, and Paris, described as young and glamorous (Risério, 2015, p. 65). However, despite the word ‘city’ being a feminine noun in Neolatin languages and the use of feminine figures of speech to describe it, in practice, cities are not welcoming to women, especially in their movements, uses, and stays in public spaces.

The city is practically masculine because it favors and reinforces traditional gender roles, establishing men’s experiences as the standard and neglecting the barriers it creates for women in urban daily life (Kern, 2021). The difference in power positions between men and women stems from a patriarchal society where women are objects of male oppression (Saffioti, 2015). This segregation of space based on gender makes it necessary to adopt a perspective in architecture and urban planning that is more sensitive to social inequalities, to address and reduce such disparities.

Urbanism, therefore, has never been neutral; it is rooted in a patriarchal capitalist vision that prioritizes the productive activities assigned to men. As a result, reproductive, caregiving, community, and sociopolitical activities continue to be ignored. To mitigate this gender disparity, an urbanism grounded in critical



analysis and recognition of reality based on women's experiences is necessary, which Montaner and Muxí (2021) refer to as feminist urbanism. According to the authors, the solution lies in the perspective of gender equality in urban design, considering that public space must be designed to be accessible to all generations and social classes.

Access to public and social spaces varies based on intersectional factors such as age, gender, socioeconomic status, race, ability, and sexuality, influencing freedom of movement and the ability to enjoy these spaces (Montaner; Muxí, 2021). The city, as a product of various forms of oppression and inequality, is not designed for groups such as women, Black people, Indigenous people, LGBTQIA+ individuals, and low-income populations, reflecting the power dynamics that structure society (Berth, 2023).

The female body, for example, is often seen as unwelcome and subject to restrictions. Although we may have the freedom to move about, it is not the same freedom and security that men enjoy in the city. While movement is possible, the quality of this access is often overlooked. This creates a false sense of freedom because, in practice, not all urban spaces are accessible to all social groups due to implicit social norms and codes (Berth, 2023).

It is important to highlight that women face a lack of security in public spaces. In addition to concerns about common crimes, there is also the sexualization and violation of their bodies. From this perspective, it is crucial that urban planning considers the experiences of women and other vulnerable social groups, as gender issues are intrinsically linked to ethnic and social inequalities that increase their vulnerability to urban violence.

While sociocultural factors and individual characteristics play a crucial role in how women use and engage with public spaces, it should not be overlooked that spatial elements can enhance interaction with these spaces. Thus, in this context, the present study aims to understand the interrelationship between women and public squares, considering that gender equality is also a priority recognized by the United Nations (ONU, 2015) in its Sustainable Development Goals (SDGs), outlined in the 2030 Agenda.

The study is of an applied, exploratory, and descriptive nature, adopting a quantitative-qualitative approach. It was divided into three stages: 1) Contextualization of the theme; 2) Physical-morphological analysis; and 3) Behavioral analysis. Based on the literature review and the parameters of the UN-Habitat (2020) public space evaluation tool, physical-morphological elements, both internal and external to the square, were identified as potentially influencing women's relationship with public space. In the third stage, for the behavioral analysis, techniques such as behavioral mapping, people counting (Gehl; Svarre, 2018), and interviews with women frequenting the squares under study were employed.



The spatial scope of this study includes two squares in the municipality of Vila Velha (ES), located in residential neighborhoods with high population density but in distinct socioeconomic contexts. The squares are situated in the Itapuã and Santa Mônica neighborhoods, within the Grande Centro and Grande Ibes regions, respectively. Notably, both squares underwent renovations between 2022 and 2023, have an area ranging from 2,500 to 3,000 square meters, and share similar physical characteristics, equipment quantity, and diversity.

### Women and public space

With the arrival of industry, there was a separation between reproductive and productive work, complicated by long hours and work rhythms, resulting in the cultural emphasis that reproduction is an exclusively female function (Tilly; Scott, 1989). A sexual division of labor was established: while women were responsible for reproductive and unpaid work at home, men took on productive and paid work and occupied public and political spaces. This division, based on biological determinism, consolidated a capitalist and patriarchal society, founded on the binary idea of feminine and masculine essences, which defines social characteristics and roles according to these categories. This perspective reinforces the notion that “the place of the female was the ‘natural’ place in the family, in the domestic sphere, in contrast to male spaces” (Aboim, p. 112-113, 2012).

The role of women was challenged by urban growth and migration to urban centers during the Industrial Revolution. Kern (2021) describes how the rapid expansion of cities in Europe blurred social classes and genders, challenging contemporary norms by allowing high-class white women to be mistaken for ‘public women’ or impoverished women. To maintain their social status, these women began to be accompanied by men or older women.

The solution was to create public spaces for women, such as department stores in Paris in 1870. Although these spaces allowed for the presence of women in the public sphere, they were more a response to the consumption needs of capitalism than a genuine pursuit of independence (Kern, 2021). This reflects capitalist logic, where “everything is turned into merchandise”, including urban spaces, which are viewed as places of consumption (Gonzaga, 2021, p. 27).

Understanding the context of Latin American countries is essential, as colonization and slavery created a reality distinct from that of Europe. In the early nineteenth century, the Brazilian elite adopted the lifestyle of the Portuguese aristocracy and European ideas, seeking to be “civilized” like Europeans (D’Incao, 1997). This quest resulted in the imposition of rigid rules for spaces, intended to suppress social interactions that did not align with the ideal of civilization. The poor women resisted these norms, because, according to the author:



This process unfolded with significant resistance from the members of the lower classes, including women, who fought inch by inch for their right to urban space. It should be noted that, for many, the street became a place akin to home where they ate, slept, and earned their livelihood. Women also gathered in squares and plazas to converse, discuss, or socialize, and they often congregated at fountains and water sources, frequently contending for their turn. As the primary caregivers for their families, the freedom of movement and presence in streets and squares was crucial for poor women, who daily improvised informal roles and forged social bonds (Soihet, 1997, p. 366-367).

It is crucial to analyze gender, class, and race together, considering that Black women were already circulating in the streets even before the abolition of slavery. Risério (2015, p. 215) highlights that these women struggled to purchase their freedom and later to support their families. According to Rolnik (1989), the streets were also territories occupied by the enslaved, who performed their daily tasks there. Black women, often involved in the food trade, worked as vendors in the markets, demonstrating their presence and activity in the city's public spaces.

In Brazil, the negative perception of “public women” parallels that in the European context, where the prostitute was viewed as the antithesis of the family woman who stayed at home (Del Priore, 2020, p. 177). At the turn of the 20th century, Brazilian women also played a significant role in factory labor, confronting unhealthy working conditions, low wages, sexual harassment, and prejudice (Del Priore, 2020).

According to Biroli (2018), the sexual division of labor in contemporary society is constantly evolving and affects women collectively, rather than merely on an individual level. Oppression extends beyond the domestic sphere; issues such as income, free time, sexuality, and political participation are also impacted. The association of women with the domestic sphere and the organization of cities restrict their access to leisure, culture, and knowledge, thereby limiting their creativity, and maintaining them in subordinate roles to men (Calió, 2017). Most decision-makers are men, who determine everything from policy to housing planning, and from the location of schools to public transportation, often without considering the impact on women's daily lives (Kern, 2021).

Men and women experience cities differently, with distinct needs and patterns of movement, which also reflect the levels of freedom and security they experience. Women often feel that their presence is unwelcome and have their freedom of movement constrained by urban and gender-based violence (Berth, 2023). Female mobility is influenced by safety concerns, making the city more accessible during the day, when these concerns are reduced (Del Valle, 1997). However, the freedom



to move about is largely theoretical, constrained by implicit social norms that limit women's access to and presence in certain urban spaces (Berth, 2023).

In response to the realization that traditional urban planning does not address women's needs, academics began to explore alternatives that would give voice to these demands, leading to the study of feminist urbanism, or urbanism from a gender perspective. Feminist urbanism, which gained prominence in the late twentieth century, particularly in Europe, is associated with feminist geography, as demonstrated in Gill Valentine's work in 1989. Although recognized by scholars such as Leslie Kern and Zaida Muxí, the concept remains relatively new and not widely disseminated. The discourse on this topic varies by region: in Europe, it is more integrated into urban planning, focusing on critiques of mechanisms of domination and new forms of social participation. In Latin America, where the debate is more recent, research tends to concentrate on urban design and safety data, with less emphasis on patriarchal dynamics.

The concept of "feminist urbanism", with this precise terminology, is still emerging among gender and city researchers. However, it was more definitively established through the work of the *Colectivo Col·lectiu Punt 6*, along with Catalan-Argentine urbanist Zaida Muxí. The Collective defines feminist urbanism from a gender perspective, recognizing that urbanism and urban planning are not neutral, but reflect the values of a patriarchal society (Helene, 2017). This approach acknowledges that urban spaces are designed to perpetuate this model of domination. Feminist urbanism, therefore, advocates for people-centered urban decisions, considering a wide diversity of identities and experiences. The aim is to create spaces that foster community life, avoid segregation, and promote individual autonomy, proximity to services, diversity, urban vitality, and the representation of different groups.

Public spaces must be democratic and ensure safety and accessibility, particularly for the most vulnerable groups. However, these spaces are often neglected in favor of private leisure areas. As a result, public spaces tend to become deserted, which increases the perception of insecurity. Jacobs (2014, p. 30) observes that "when people fear the streets, they tend to use them less, which in turn makes these streets even more unsafe." This same phenomenon occurs in urban squares, where fear of violence and a sense of insecurity lead citizens to avoid public spaces, thereby perpetuating the cycle of insecurity.

When discussing insecurity in public spaces, it is essential to consider the specific fear women have of frequenting them, particularly regarding harassment. Given that data from the research conducted by the YouGov Institute and published by Brasil..., (2016) indicate that Brazil holds a prominent position in terms of harassment in public spaces, it is crucial to recognize that gender inequality affects women in diverse and non-homogeneous ways. Women remain the majority in



activities involving the care of children, the elderly, and people with disabilities, both paid and unpaid.

They are also predominant in informal jobs, such as street vendors and recyclable material collectors (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015). During their leisure time, women often dedicate themselves to unfinished household tasks, and when they frequent public spaces, they often do so accompanied by dependents, such as children or the elderly. This indicates that women's leisure time is often centered around caregiving, reflecting a dynamic of overburdened responsibilities (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015).

Jacobs (2014) discusses urban safety, emphasizing the influence of natural surveillance, the idea of seeing and being seen. The author addresses aspects such as the importance of urban vitality, advocating for the diversity of uses and the circulation of people on the streets, whether at different times or to create a more attractive and safer city. Gehl (2014) highlights that the sense of security is crucial for people to feel comfortable and enjoy urban spaces. He argues that to make cities more functional and appealing, both perceived and real security must be ensured.

The constant presence of people in public spaces contributes to safety and enhances the value of these areas. The author also asserts that a vibrant city is one that encourages the use of public spaces for walking, cycling, and social gatherings. When well-designed in terms of both physical and aesthetic quality, these spaces not only facilitate recreational activities but also foster social interaction and community life, making urban living more diverse and enriching (Gehl, 2014).

Public space is crucial for women to carry out reproductive tasks that are often performed outside the home environment. However, these spaces are frequently inadequate for such activities, lacking quality sidewalks and appropriate signage, and are not designed to accommodate people with wheelchairs or strollers. Safety in public spaces is directly related to the diversity of activities in neighborhoods and is not achieved through segregation with fences and walls, but through active spaces that are continuously frequented by people (Muxí, 2008).

From this perspective, it is necessary to address insecurity and gender inequality on different scales. The United Nations Office for Project Services developed the Parks for All: Suggestions for Gender-Responsive Urban Parks (UNOPS, 2020) guide, which provides guidelines for creating safer and more inclusive spaces. The document highlights the importance of participation, emphasizing the need to diversify participatory processes to include minority groups in planning, an approach that the authors refer to as gender-sensitive planning.

Integrating public management, public policies, and urban planning is crucial for achieving these goals on a macro scale. Another relevant aspect addressed



is Spaces and equipment, which recommends the inclusion of courts for various uses and age groups, shaded seating areas for those accompanying children, and adapted family bathrooms. The guide also emphasizes the need to create spaces that foster social interaction, relaxation, and physical activity, ensuring comfort and safety for women and caregivers in general.

In addition to these guidelines, it is imperative to assess the quality of public spaces, with a specific focus on squares, which are the subject of this work. Well-designed spaces, equipped with appropriate facilities and meeting community needs, are essential for ensuring their effective and inclusive use. Therefore, the UN-Habitat (2020) *Public space site-specific assessment: guidelines to achieve quality public spaces at the neighborhood level* tool is used in this study. This tool aims to help architects understand the five dimensions of a quality public space: safety, inclusion, connectivity, accessibility, and sustainability.

### **Female uses and appropriations: a case study of Agenor Moreira and Haroldo Rosa squares in Vila Velha (ES)**

The municipality of Vila Velha is in the Metropolitan Region of Grande Vitória, in the state of Espírito Santo and is home to about 467,772 inhabitants, covering an area of 210,225 km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). In this research, two squares in the city Vila Velha were selected as a case study, both located in densely populated residential neighborhoods (neighborhoods Itapuã and Santa Monica- identified in Figure 1), renovated in 2022 and 2023, with similar physical characteristics, but different socioeconomic contexts. The square Agenor Moreira (2,540 m<sup>2</sup> or approximately 27,357 square feet) is in the neighborhood of Itapuã, with high per capita income and population density (185 inhabitants per hectare), where women represent 53% of the neighborhood's population (Figure 2). Haroldo Rosa square (2,880 m<sup>2</sup> or approximately 31,017 square feet) is in the neighborhood of Santa Mônica, a low-middle class neighborhood with high population density (180 inhabitants per hectare), where women represent 54.4% of the neighborhood's population (Figure 3).

It is noteworthy that, in 2019, the municipality of Vila Velha received external funding from the Fund for the Development of the Plata Basin (Vila Velha, 2019 approved by the Federal Government and allocated to works of the Urban Requalification and Environmental Improvements Program (Vila Velha, 2019). Using this funding, the municipality managed to requalify approximately 20 squares in a short time (Municipal Management 2021-2024). The projects were developed mainly by the technical teams of the Structural Works and Projects Secretariat and the Urban Development Secretariat, without establishing a participatory process with the residents of the involved neighborhoods.



a) Localização de Vila Velha -ES

b) Mapa de localização dos bairros

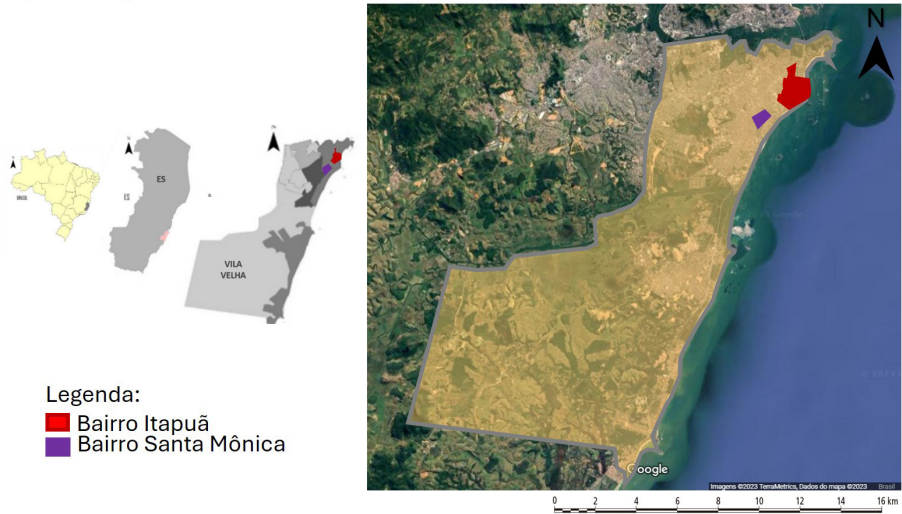


Figure 1: Map showing the locations of the neighborhoods Itapuã and Santa Mônica, respectively. Source: Authors, with the assistance of Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Itapuã

b) Vista de satélite da praça Agenor Moreira



Figure 2: Map showing the location of Agenor Moreira Square. Source: Authors, with the assistance of Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Santa Mônica

b) Vista de satélite da praça Haroldo Rosa



Figure 3: Map showing the location of Haroldo Rosa Square. Source: Authors, with the assistance of Google Earth, 2023.



The *Parque para todas e todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero* (UNOPS, 2020) emphasizes that the development of infrastructure projects must ensure the equitable participation of all groups in decision-making, including legal consultations and active listening to their needs. Gender-sensitive planning aims to ensure that everyone has a voice and equal opportunities in these processes, with meetings held in accessible locations and attention given to the diversity of identities. Participation is also essential in monitoring and evaluating the implemented measures, to identify problems and find solutions.

Before the renovation, both Agenor Moreira (S1) and Haroldo Rosa Square (S2) had broken equipment and furniture, which was not suitable for use, and showed signs of abandonment and vandalism. They were mostly used as passageways and for walking pets. With the renovation, Agenor Moreira Square (S1) received new amenities, including a pet area, a playground, a renovated sports court, LED lighting, a new sidewalk, an access ramp, bike racks, molded concrete benches, chess tables and an artistic mural (Figure 4). These improvements brought significant benefits to the site, increased the usage and appropriation of space, and contributed to greater urban vitality. On the other hand, Haroldo Rosa Square (S2), located in a low-income neighborhood, underwent renovations that improved the infrastructure of the playground, the sports court, and the outdoor gym; however, the changes were less extensive (Figure 5).

#### AGENOR MOREIRA SQUARE (S1) BEFORE AND AFTER RENOVATIONS

a) ANTES (2020)

b) DEPOIS (2023)

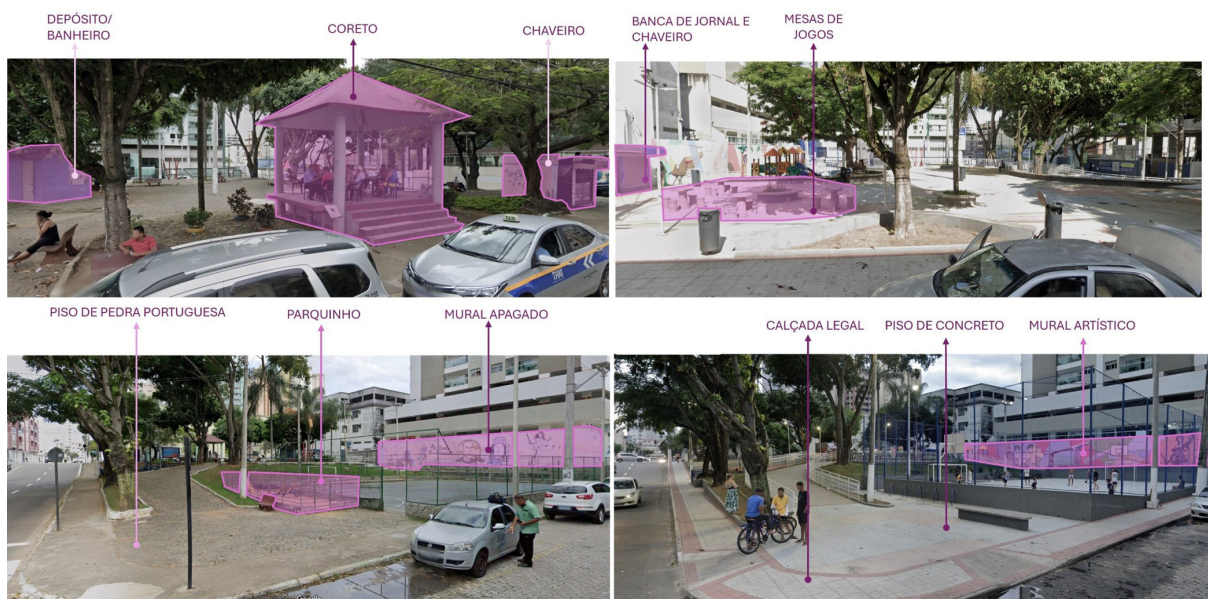


Figure 4: Images identifying the interventions made in the Agenor Moreira Square.  
Source: Authors, with assistance of Google Street View, 2023.



## HAROLDO ROSA SQUARE (S2) BEFORE AND AFTER RENOVATIONS

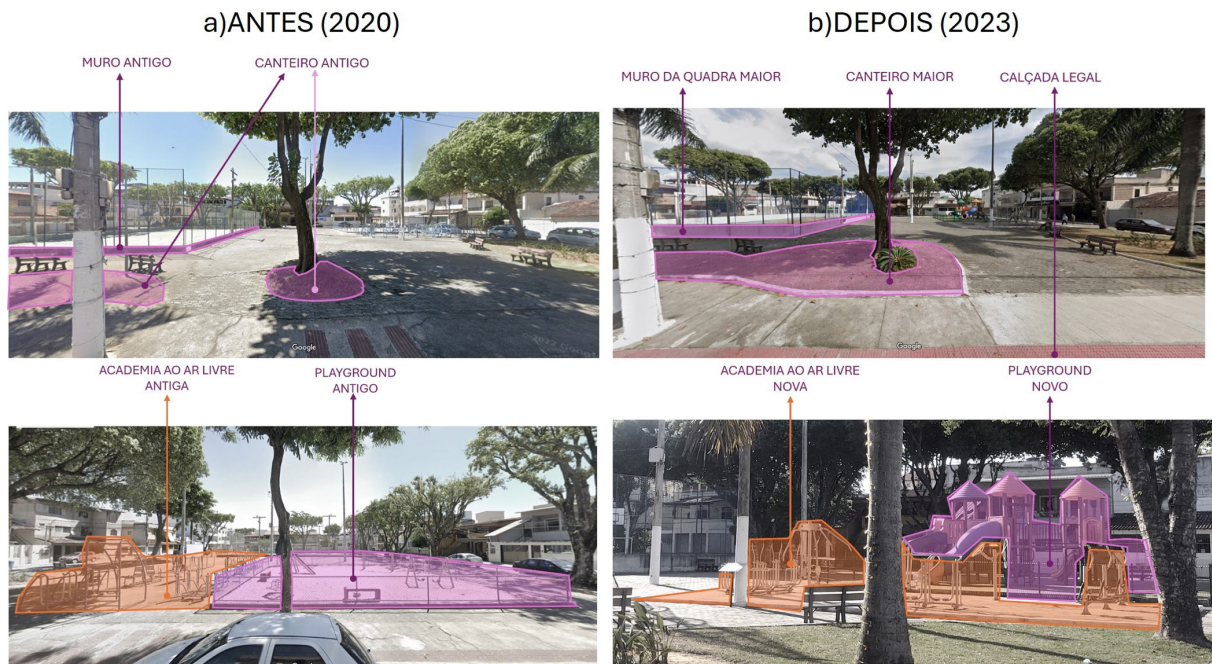


Figure 5: Images identifying the interventions made in the Haroldo Rosa Square. Source: Authors, with assistance of Google Street View, 2023.

The physical-morphological survey was based on UN-Habitat's public spaces assessment tool (2020) which is divided into five dimensions: Use and users; Access and accessibility; Amenities and furniture; and Comfort and Safety. Analysis parameters were established based on these dimensions, covering both internal and external aspects of the square. Social interaction in public space is closely linked to opportunities for access and use, which depends on a coherent internal design as well as an adequate external design — referring to the streets and traffic in the area (Alex, p. 126, 2008). The integration with the urban fabric, which refers to the connection between the various spaces, including the square and its surroundings, is one of its original fundamental functions (Alex, 2008).

When analyzing the dimension Use and users, which is influenced by the external design, it is observed that both squares are in residential neighborhoods. However, in Agenor Moreira Square (S1), multifamily dwellings predominate, with buildings of several floors, whereas in Haroldo Rosa Square (S2), single-family dwellings of up to three floors are predominant (Figure 6). Although both squares are predominantly surrounded by residential areas, S1 also features some commercial and mixed-use establishments, as illustrated in Figure 6.

Jacobs (2014) argues that diversity of uses is essential for the vitality of urban spaces. She contends that the combination of residential, commercial and cultural activities in an area contributes to the security and dynamism of neighborhoods. Public spaces that accommodate a variety of functions and attract different groups



Figure 6: The upper section shows aerial images of the Agenor Moreira Square (left) and Haroldo Rosa Square (right). The lower section features land use maps. Source: Authors, with the assistance of QGIS software, 2023.

of people throughout the day and night become livelier and safer. The continuous presence of people and social interaction fosters a more welcoming and efficient environment. In the analyzed squares, a predominance of residential use is observed; however, Agenor Moreira Square (S1) stands out due to its surrounding commercial activity, including food trucks and stalls, and playground equipment, which makes it more frequented by users.

In the surroundings of S1, the buildings facades are monotonous and inactive, reflecting the predominance of vertical residential constructions (Figure 7). In contrast, the facades around S2 (Haroldo Rosa Square) are visually permeable, characterized by the openings of doors and windows in the surrounding buildings (Figure 8). It is noteworthy that active and permeable facades can contribute to the sense of security for those using the public space (Gehl, 2014).

The classification of facades can be approached from various perspectives. Gehl (2014) distinguishes between active facades — those that promote social and engagement by incorporating elements such as shop windows, doors, and commercial areas, contributing to vibrant and dynamic streets — and passive facades, which are more closed off and offer less interaction with public space, resulting in less stimulating environments for pedestrians. In addition to this classification, an additional analysis was conducted, including the monotone facade, characterized by a sequence of similar facades that create a repetitive and

monotonous effect, and the inactive facade, exemplified by blank walls that do not contribute to urban vitality and lack openings for public space. To understand the relationship of the building with the public space, the number of openings-doors, gates and windows was mapped.

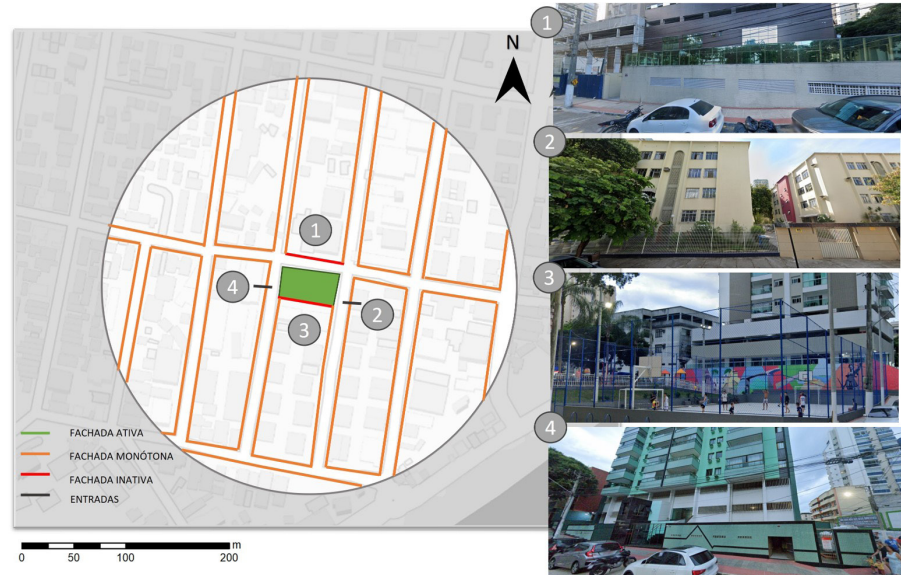


Figure 7: Map of the facades within a 200-meter radius of Agenor Moreira Square (S1). Source: Authors with the help of QGIS software and Google Street View, 2023.

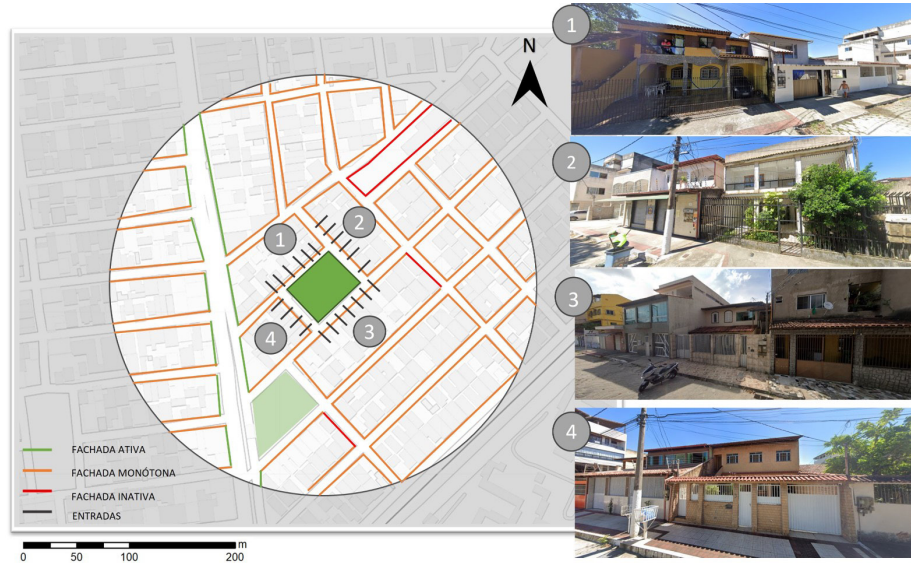


Figure 8: Map of the facades within a 200-meter radius of Haroldo Rosa Square (S2). Source: Authors with the help of QGIS software and Google Street View, 2023.

Regarding *access and accessibility*, it is essential to recognize that the emerging debate in academic research and public policy formulation emphasizes the importance of integrating the gender perspective with other social markers



such as race, class, age, and disability through an intersectional<sup>1</sup> approach. This integration is fundamental to address the complex inequalities involved in creating a truly democratic urban space.

S1 has been improved after the renovation, making circulation more accessible for all users. However, challenges remain, such as the accessibility of equipment and furniture, and a lack of parking spaces for people with disabilities. In contrast, while S2 has had its perimeter paving renovated, the surrounding sidewalks at both squares remain inaccessible, and the square's paving continues to be interlocking, which complicates movement, particularly for the elderly, pregnant small children, wheelchair users, and strollers.

Considering that among modes of transportation, women use public transportation (43.5%) and walking (32.5%) more frequently, while men use more individual transportation, especially private cars. Women with lower family incomes tend to walk more and use buses, whereas, higher-income women opt for individual transportation, according to the 2017 Origin and Destination Survey (São Paulo, 2020). It is imperative to consider access to the squares. In this context, it is important to highlight that both S1 and S2 have a bus stop nearby, which enhances and democratizes access.

In the section on *amenities and furniture*, S1 Square is notable for its the diverse range of equipment and the presence of linear and shaded seats, especially near the playground and the sports court, in accordance with the recommendations of UNOPS (2020). However, the Unops guide also recommends including spaces for physical activities for the elderly, which is available in Square S2, but not in S1. In addition, the guide advises the creation of playgrounds and sports courts that cater to different age groups and allow a range of activities, avoiding specialized markings and specific structures for a single sport practice, promoting diversified and inclusive usages for all genders. While both analyzed squares feature playgrounds for young children and multi-sport courts for soccer and basketball, they would benefit from additional amenities, such as at least one family restroom with facilities for children and a designated area for diaper changing.

Regarding the *comfort* dimension, both squares offer a pleasant environment, that is clean and features shaded areas, trees and natural sounds. However, S1, being surrounded by two main streets, is affected by the intense vehicle flow and traffic noise. In contrast, S2 is surrounded by local streets and has a lower car traffic, with predominance sounds from people and birds.

In the context of *safety*, S1, while presenting factors that contribute to a sense of insecurity — such as the presence of blank walls and heavy traffic — also features

---

<sup>1</sup> Intersectionality, a term coined by Kimberlé Crenshaw in 1989, describes the overlap and intersection of various forms of discrimination and oppression, with a particular focus on the experiences of Black women. However, this concept has since expanded to encompass other social markers, fostering a broader discussion on the complexity of the relationships that produce inequalities and vulnerabilities.



aesthetic and infrastructural elements. Additionally, the presence of informal trade within the square attracts people, contributing to its activity. On the other hand, S2 is used in a more intimate manner, serving as an extension of the residential areas for local families. In this square, groups gather for events such as barbecues and residents take care of the space.

The squares are well preserved, showing no signs of vandalism or depredation. Soares and Saboya (2019) highlight that abandoned and neglected spaces, characterized by litter and damaged furniture, can increase the feelings of insecurity, leading users to avoid the area and making it more susceptible to criminal activity. In S1 there is occasional police patrols, however there are no police stations nearby. While the presence of authorities may deter crime, it is important to recognize that some people, such as black women, may feel unsafe due to a history of targeted police.

In a study conducted by Carvalho (2022) on police violence against women, it was observed that 83% of the victims of police lethality were black women. The author analyzed a sample of news reports, revealing that women experience daily violence perpetrated by public security agents. This violence occurs in public spaces, and manifests both in physical and verbal form. Verbal aggression is characterized by a sexist, racist, and transphobic connotations (Carvalho, 2022).

In Table 1, the main characteristics of each analyzed square are summarized and grouped according to the dimensions considered.

Dimension	S1 (Agenor Moreira Square)	S2 (Haroldo Rosa Square)
<b>Use and users</b>	Predominantly multifamily residential neighborhood with monotonous, inactive vertical facades. It has transient commerce within the square and hosts small seasonal events.	Predominantly single-family residential neighborhood with buildings up to three stories. The facades are monotonous and inactive. There are no formal or informal commercial activities.
<b>Accessibility</b>	The surrounding sidewalks do not comply with the ABNT NBR 9050 standard and are poorly maintained. Inside the square, the pavement is smooth and non-vibrating, with paths measuring 1.50m or wider.	The surrounding sidewalks have irregularities, a lack of tactile signage, and obstacles, making it difficult for people with disabilities to navigate.
<b>Amenities</b>	The square features a playground, sports court, pet park, game tables, and a newsstand.	The square features a playground, sports court, and outdoor gym.
<b>Comfort</b>	The square is well-shaded with ample trees but lacks vegetation diversity. It is well-maintained and clean. Natural sounds of birds and wind can be heard, but the predominant noise comes from vehicles due to heavy traffic.	The square is well-shaded and has a greater variety of vegetation. Maintenance needs improvement, with a broken trash can and the court in a state of disrepair. The residential area is quiet, allowing natural sounds such as the wind and birds to be heard.
<b>Safety</b>	The square is well-maintained, with no apparent vandalism but without internal security cameras. The lighting within the square is adequate, though the surrounding area lacks sufficient lighting. The facades are predominantly blank. Police patrols are frequent, with vehicles occasionally parked.	The square shows some signs of vandalism on a few trash cans and on the court, although the equipment is in good condition. There is a security camera in the square. The surroundings have no blank walls, with residences facing the public space, promoting natural surveillance.

Table 1: Comparative Analysis of the Physico-Morphological Characteristics of the Analyzed Squares. Source: Authors, 2023.



In the behavioral analysis, people counting, and behavioral mapping techniques were employed, following Gehl and Svarre (2018), with a 15-minute interval. Analyses were conducted on both weekdays and weekends, during the morning (9:00 AM and 10:00 AM), afternoon (4:00 PM and 5:00 PM), and evening (7:00 PM and 8:00 PM) shifts. Data collection was performed concurrently in both squares, and the observations are depicted in the behavioral maps shown in Tables 2 and 3.



Table 2: Behavioral maps of weekdays and weekends (morning, afternoon, and evening) for Agenor Moreira Square (P1). Source: Authors with the assistance of PowerPoint software, 2023.

In S1, during the mornings, both on weekdays and weekends, the court presented little movement, when observed the use was of children and their guardians. In this turn, it was commonly seen more elderly women taking care of children and elderly men playing at the chess tables. In the afternoon and evening, movement increases, with emphasis on greater use of the court at the weekend, in the afternoon. It was also observed that adults and elderly people also attend S1 for quick purchases at the newspaper stand or bakery located nearby.

During the day, on weekdays, S1 is widely used for women carrying bags and benefiting from the ease of movement provided by the shaded area. At night, S1 becomes livelier, with the presence of food trucks and recreational activities for children on weekdays and weekends.



On the weekend, the number of people in S1 increases and, although many families attend the square, the proportion of men is higher (about 66% men and 34% women), despite more women being observed at the playground. Girls were sometimes seen in the center of the square, playing with skates or ball, under the supervision of guardians who were sitting at the tables set by the food trucks. In S1, the transitory commercial activities (stalls and food trucks) operate in the late afternoon and evening, offering opportunities for food and recreation. It was also observed that these businesses are run by women.

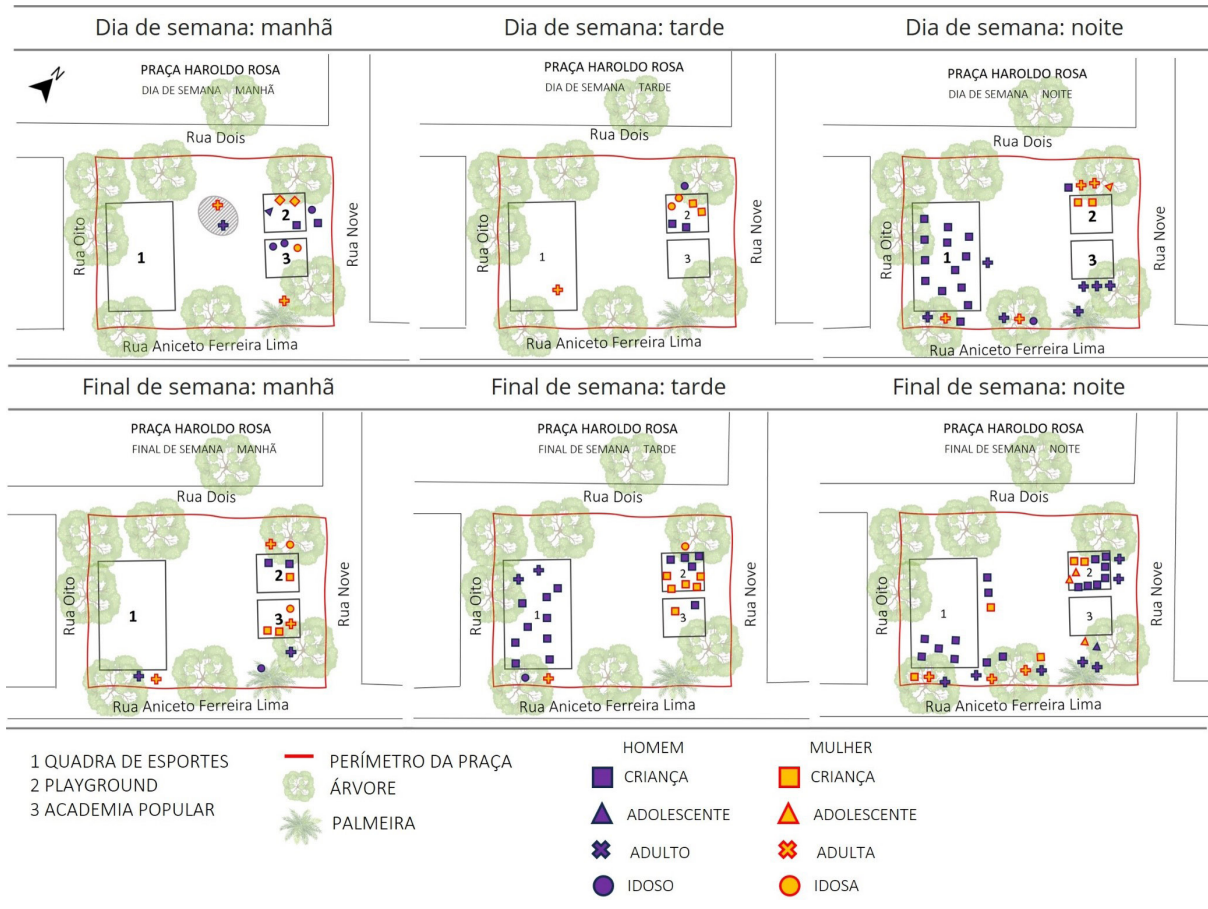


Table 3: Behavioral maps of weekdays and weekends (morning, afternoon, and evening) for Haroldo Rosa Square (S2). Source: Authors with the assistance of PowerPoint software, 2023.

In S2, during the weekend, activities follow a dynamic similar to S1. In the morning, children were observed at the playground, accompanied by their guardians, as well as adults and elderly people socializing or resting on the benches of the square. In the popular gym, the presence of elderly and children using the devices stands out. In the afternoons, it was noticed the most expressive use of children and adolescents on the court, with some responsible allowing them to play autonomously. At night, a higher number of adults supervised the children compared to the afternoon period. It is remarkable that, especially among the elderly, S2 is considered an extension of their residences, used, for example, for barbecues on weekends, as was observed in one of the visits.



It is noteworthy that, in both S1 and S2, a higher concentration of women at the playgrounds, especially in the morning and afternoon shifts, regardless of the day of the week. In the evenings, both on weekdays and weekends, men are more prominent, often supervising children. In sports activities, the courts are predominantly used by boys, while girls tend to play in other areas of the square.

In both squares, a higher number of people was observed on weekends compared to weekdays. Similarities in female behavior were noted between the two squares. Women are observed performing multiple roles, particularly in activities related to childcare, as well as reading, conversing with other mothers, using their phones and engaging in physical exercise. It is worth noting that the public space reflects what occurs in the private sphere, with women multitasking in various roles simultaneously.

By counting people in both squares, it was found that the male presence is higher, representing about 60% of the total number of visitors. In terms of age group, a lower number of adolescent girls was observed compared to boys of the same age. As for the elderly women, it was observed that they tend to use the squares more in the morning, mainly helping with childcare. Elderly men were playing cards and board games in the square or observing the surroundings.

During the behavioral analysis stage, interviews were conducted with women who visit the squares at various times and shifts. The results revealed that women attend S2 daily, whereas they visit S1 between one and two times a week. In both S1 and S2, most women mentioned that they use the space always accompanied by family members. The interviews also confirmed the observations noted in the behavioral maps, emphasizing that many women visit the squares primarily to care for children or their pets.

In both squares, when asked what would make them feel safer and comfortable in the public space of the square, it was found that most of them associated the increased sense of security with the presence of authorities, video monitoring cameras, police patrols and the presence of people, especially families. In S1, the responses also mention the positive impact of the renovation on safety, as well as the presence of stalls, food trucks and a more engaged community. In S2, the women who responded highlighted the tranquility of the environment and the familiarity among visitors as key as positive aspects. These answers are illustrated in the word clouds shown in Figure 9.

When asked about the aspects that could be improved in the square, the answers included activities and equipment aimed at children or elderly people, rather than at themselves, as shown by the word cloud in Figure 9. Other answers included a greater variety of toys for different age groups, activities for the elderly (in the case of Agenor Moreira square), better use of the sports court, including group of children and girls, as well as physical activities with the assistance of a professional. The need for improvements in security and



maintenance of spaces was also mentioned, and the presence of stalls and street vendors was positively highlighted.

"O que te faz sentir segura ou confortável em um espaço público como a praça?"



"Na sua opinião, o que poderia melhorar na praça? Tem alguma atividade que você gostaria que existisse na praça?"



Figure 9: Word cloud from the square Agenor Moreira (P1) on the left and Haroldo Rosa (P2) on the right. Source: Authors, with assistance of the site Wordcloud, 2023.

When asked about the area of the square that they consider more pleasant, both in S1 and S2, the participants also associated this preference to the children’s play area. In the case of S1, they highlighted the fact that the playground accommodates children under three years old, is fenced, and is located away from the street. In both squares, areas with benches under the shade of three canopies were noted as pleasant, as well as central spaces that are wider, free from visual obstacles, allowing mothers or guardians to easily supervise their children.

Regarding the less pleasant places, although most women were unable to specify any, in S1, the pet area was pointed out due to the odor, the area near the wall because of poor lighting, and one of the corners where there is a crowd of homeless people. In S2, there is concern about the increase in drug users in the square and the deterioration of the sports court, caused by lack of maintenance and the presence of vandals.



Regarding the difference in how men and women use the square, in both squares, the responses revealed that women tend to visit the space almost always in connection with childcare. While men have a more relaxed approach, sometimes enjoying the time and having drinks with friends. Some noted a male predominance on the sports court, and others highlighted activities more oriented towards a male audience, such as playing cards. Indeed, during the visits, women were observed attending the squares mainly for family-centered activities, while men were seen socializing and engaging in leisure activities with peers of the same age group and interests.

Both squares showed improvements after the renovation; however, the difference in investment between the square in a higher-income neighborhood and the one in a lower-income area. Agenor Moreira square (S1) underwent significant enhancements in terms of aesthetics, lighting and equipment, which attracted temporary commercial activities and, consequently, a larger number of users. In contrast, Haroldo Rosa Square (S2) received only superficial and insufficient upgrades.

It is worth noting that the location of the square also influences its use, as Agenor Moreira square attracts visitors from neighboring areas. Additionally, there are aspects that still need improvement in both squares, such as accessibility in the surrounding areas, especially on sidewalks. It is essential to consider that the analysis of the square cannot be separated from the urban context, and encouraging walking is crucial, given that women frequently use this means of getting around in public spaces. To achieve this, accessible sidewalks are necessary, with suitable width for elderly people, those with disabilities and strollers, for example.

In addition, the equipment in the squares does not accommodate age diversity, featuring playgrounds designed exclusively for young children and sports courts limited to activities such as football and basketball, lacking informal play areas, as recommended by Alves; Costa (2020). Behavioral analysis revealed that these courts are often dominated by men, especially adolescents and young people. Young girls and women tend to take less ownership of public spaces, especially in sports facilities. A report on gender-sensitive planning found that 70% of girls and 44% of boys avoid sharing spaces with older boys, with 82% of girls and 47% of boys facing rejection in their attempts; girls encounter sexual harassment and threats or acts of sexual assault (Alves; Costa, 2020).

Regarding the shaded rest areas recommended by Alves and Costa, (2020), the interview participants also acknowledged their importance. Considering that women remain the primary caregivers, often performing unpaid reproductive work, it is essential to provide appropriate spaces for those caring for children, the elderly, and others. As the square serves as a leisure area, women frequently engage in multiple activities simultaneously, such as childcare, socializing, eating, using their cell phones, and reading. Therefore, creating multifunctional spaces, including sheltered playgrounds — identified by interviewees as a necessity — is



crucial. Additionally, it is important to promote activities that draw women to the space, for both personal leisure and physical exercise.

Regarding security, participants emphasized not only the need for cameras and policing, but also the importance of the presence of people to enhance the sense of safety. This aligns with the concept of urban vitality and the “living city,” which suggests that constant presence in public spaces at various times of day and week contributes to safety (Gehl, 2014; Jacobs, 2014). While the issue of safety is complex and necessitates more in-depth studies that correlate gender, gathering data on the physical space and considering users’ opinions are crucial for developing effective urban planning and design.

The study reveals that male presence still predominates in the squares. Montaner and Muxí (2021) highlight that safety and balance issues in public spaces, often dominated by male groups, can be mitigated by adopting a gender equality perspective in urban planning. They argue that a just city should implement criteria that benefit all generations and social classes, viewing squares and streets as arenas where rights and duties are manifested. Such spaces must be inclusive and respectful of diversity. Additionally, the presence of women in public spaces, as observed at Bryant Park in New York, is a safety indicator. The study suggests that the ideal ratio of women to men is 52% to 48%, respectively. A decrease in this ratio may indicate a deterioration in park safety (Gehl; Svarre, 2018).

From these results, several guidelines for planning more inclusive public spaces for women can be established:

Investing in accessibility is crucial to ensure that people with disabilities or reduced mobility, as well as pregnant women, women with young children, and those using strollers, have full access to public spaces. This includes the implementation of ramps, suitable sidewalks, regular paving, and tactile signage. Expanding sidewalks and improving access also facilitates the movement of people on foot, particularly women carrying children, strollers, and bags.

Enhancing the safety of public spaces through adequate lighting, video surveillance cameras, and an increased female police presence contributes to creating safer environments for all citizens.

Offering a diverse range of activities and spaces that cater to the needs and interests of various community groups is essential. This includes areas for leisure, culture, sports, and recreation. Additionally, promoting the square for commercial activities, such as stalls and other community services, can help attract more women.

An inclusive infrastructure, featuring equipment and furniture for all ages, including playgrounds for younger children, public gyms, family restrooms with baby-changing facilities, and shaded benches. The latter is particularly important,



as women often need to sit while accompanying children and making purchases.

Encourage active community participation in the planning, design, and management of public spaces, ensuring that all voices are heard and considered. Community representatives should oversee the maintenance and safety of public areas, acting as spokespersons to the authorities and advocating for an inclusive and welcoming environment for all citizens.

Promote education and awareness campaigns on issues of inclusion and diversity in public spaces to stimulate the creation and adaptation of public policies to women's needs.

## FINAL CONSIDERATIONS

The analysis of urbanism reveals that it was never truly neutral, being based on a patriarchal and capitalist vision that prioritizes productive activities traditionally associated with the male gender, while neglecting care, reproduction, and sociability activities. To address this gender inequality in urban planning, it is crucial to adopt a critical approach that acknowledges reality from women's experiences, promoting an urbanism that is genuinely inclusive and accessible to all generations and social classes.

Access to public spaces is influenced by intersectional factors such as age, gender, socioeconomic status, race, ability, and sexuality, which shape freedom of movement and the ability to enjoy these spaces. The city, shaped by various forms of oppression and inequality, often fails to adequately cater to marginalized groups, reflecting unequal power relations. Therefore, it is essential to rethink urban design to ensure that public spaces are truly inclusive and safe, promoting a diversity of activities and the continued presence of people, rather than relying on physical barriers and segregation. This approach not only expands freedom and security for all social groups, but also contributes to a more equitable and welcoming urban experience.

Public spaces should be more utilized and appropriated by women, and access to them should be safer and more accessible, as recommended by the UN (2005) in two of its Sustainable Development Goals (SDGs). The main contribution of this work was to highlight the situation of women in public spaces and understand the reasons that lead them to either appropriate or avoid these areas. Some factors that may discourage women's use and appropriation of public spaces include the sense of insecurity that these spaces convey, often due to urban design that is not inclusive of women, as well as insufficient lighting, broken equipment, and underutilized environments.



When examining the squares of Agenor Moreira and Haroldo Rosa, notable differences were observed in physical context, perceived safety, and women's use of space. Women were seen performing multiple roles as they appropriated the public spaces, such as watching children in the playground, walking their pets, using their cell phones, and engaging with the community. However, male presence remained predominant, with distinct differences in the use of areas like playgrounds and sports courts. It is worth noting that men tend to frequent local businesses more and often remain alone in the square, whereas women are typically accompanied by their children or friends.

The Agenor Moreira square has a larger audience, including more women frequenting its spaces, compared to Haroldo Rosa. Although the morphological aspects suggest that Haroldo Rosa square could offer a greater sense of security for women —due to the higher presence of permeable facades and lower traffic side streets — the importance of connectivity, integration into the road network, neighborhood demographic density, and mixed-use surroundings is evident for promoting greater use and appropriation.

In the two squares analyzed, socioeconomic status was not the main factor influencing women's appropriation of public spaces. It was observed that the interaction of women and other users with the squares varies according to their specific characteristics. Agenor Moreira Square, with its informal trade offerings and seasonal events, attracts not only residents but also visitors from other neighborhoods, creating a more active and diverse environment that encourages greater use by various groups, including women. In contrast, Haroldo Rosa Square is more intimately used by the local community, functioning as an extension of the surrounding homes. This difference in use suggests that while socioeconomic status has an impact, the configuration and functionality of public spaces also play a crucial role in how these spaces are appropriated by women.

Women consider the presence of authorities, security cameras, and a cohesive community as key factors that contribute to their sense of safety in the squares. They suggest improvements in the variety of playground equipment, supervised physical activities, and overall security. Regarding the environment and infrastructure needs, women appreciate features such as shade, benches, spacious areas free of visual obstacles, and the location of playgrounds. The presence of trees and arboreal vegetation were also highlighted as important for comfort in the squares.

The results advanced the understanding of gender dynamics in urban public spaces and highlighted the importance of community participation, particularly by women, in urban planning projects. However, limitations included the sample size and the analysis being restricted to only two squares, indicating a need for broader and context-sensitive studies. It is recommended to expand the research to include additional squares in various cities, considering other gender identities and dimensions of diversity.



The results of this study have significant implications from both practical and theoretical perspectives. Practically, the findings can inform future projects aimed at creating more gender-sensitive urban squares. This includes addressing the needs of children, adapting public policies to better meet women's needs, and promoting active female participation in urban planning processes, including decision-making related to the design and management of urban squares. The study highlights the importance of incorporating gender-sensitive approaches in public space design to acknowledge and address the diverse needs and experiences of women.

## REFERENCES

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT *NBR 9050*: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148 P.
- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, p. 95-117, 2012. ALEX, S. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: SENAC Publisher, 2008, 291p.
- UNOPS. Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Instituto Semeia. *Parque para todas e todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero*. May 2020. Available at: [http://semeia.org.br/publicacoes/2020\\_ParquesParaTodaseTodos.pdf](http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf). Accessed on: October 31, 2024
- BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023, 274p.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL lidera assédio de mulheres em espaço público, *Actionaid*, 20 May 2026. Available at: <https://goo.gl/uoHUJF>. Accessed on: October 31, 2024
- CALIÓ, S. A. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. In: IV MEETING OF LATIN AMERICAN GEOGRAPHERS, 2017, São Paulo, 2017. *Anais [...]*. São Paulo, 2017. Available at: <https://goo.gl/JXiVaj>. Access on: June 2023.
- CARVALHO, D. Respeita a polícia: a violência policial como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. *Revista Contraponto*, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 172-188, 2022. Available at: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/129102>. Accessed on: October 31, 2024.



COL-LECTIU PUNT 6. *Feminist urbanism. For a radical transformation of living spaces*. Barcelona: Virus Editorial i Distribüidora, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: *Feminist Legal Theories*. Routledge, 2013. p. 23-51.

D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. Planeta Estratégia, 2020.

DEL VALLE, T. *Andamios para una nueva ciudad: lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.

GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2014. GEHL, J.; SVARRE, B. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Orgrafic Gráfica e Editora, 2018.

GONZAGA, T. de O. *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, 2022. Available at: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>. Accessed on: October 31, 2024

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. Brasília: Ipea, 2015.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

HELENE, D. *O urbanismo feminista do Col-lectiu Punt 6*. FeminisUrbana. 12 de setembro 2017. Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/09/12/o-urbanismo-feminista-do-col%C2%B7lectiu-punt-6/> Accessed on: October 31, 2024

MONTANER, J. M. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. Editora Olhares, 2021.



MUXÍ, Z. *Architecture and gender: testimony*. Costa Rica. Revista Su Casa. Interview granted to Kurt Aumair and courtesy of the architect. No. 46, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 out. 2024.

PMSP. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO SDMU SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Informe Urbano nº 44. Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô*. São Paulo, 2020. Available at: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes\\_Urbanos/44\\_IU\\_mobilidade\\_mulheres.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf). Accessed on: October, 31, 2024.

RISÉRIO, A. *Mulher, casa e cidade*. São Paulo: Editora 34, 2015.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 17, p. 1-17, 1989.

SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOARES, M.; SABOYA, R. T. Spatial factors of criminal occurrence: a structuring model for the analysis of empirical evidence. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s. l.], v. 11, 2019.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (Coord. De textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TILLY, L.; SCOTT, J. W. *Women, work, and family*. Routledge, 1989.

UN-HABITAT. United Nations Human Settlements Programme. *Public space site-specific assessment: guidelines to achieve quality public spaces at neighbourhood level*. 2020. Available at: <https://unhabitat.org/public-space-site-specific-assessment-guidelines-to-achieve-quality-public-spaces-at-neighbourhood>. Accessed on: October 31, 2024

VALENTINE, G. The geography of women's fear. *Area*, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 385-390, 1989.

VILA VELHA. Fonplata: governo aprova crédito de U\$27,6 milhões para Vila Velha. *Prefeitura de Vila Velha*, 21 out. 2019. Seção Secretaria de Obras e Projetos Estruturantes. Available at: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/10/fonplata-governo-federal-aprova-credito-de-us-27-6-milhoes-para-vila-velha-27356>. Accessed on: October, 31, 2024.



## Histórico evolutivo das habitações de interesse social (HIS) sustentáveis: Uma revisão sistemática

### Evolutionary history of sustainable social housing (HIS): A systematic review

### Historia evolutiva de la vivienda social sostenible (HIS): Una revisión sistemática

Ana Carolina Ruivo Reis, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [carolinaruivoarq@gmail.com](mailto:carolinaruivoarq@gmail.com)  <http://orcid.org/0000-0002-1115-1483>

Marcos Alberto Oss Vaghetti, Departamento de Estruturas e Construção Civil, Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [marcos.vaghetti@ufsm.br](mailto:marcos.vaghetti@ufsm.br)  <https://orcid.org/0000-0001-8702-0482>

Fabiane Vieira Romano, Departamento de Desenho Industrial, Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [fabioromano@gmail.com](mailto:fabioromano@gmail.com)  <https://orcid.org/0000-0001-8249-403X>

**Para citar este artigo:** REIS, A. C. R.; VAGHETTI, M. A. O.; ROMANO, F. V. Histórico evolutivo das habitações de interesse social (HIS) sustentáveis: Uma revisão sistemática. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 276-291, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p276-291

**Submissão:** 2024-02-28

**Aceite:** 2024-08-31



## Resumo

No Brasil, a evolução das habitações de interesse social foi influenciada por diversos fatores ao longo do tempo, incluindo aspectos históricos, sociais e políticos, especialmente devido à rápida urbanização impulsionada pela industrialização no século XX. Melhorias urgentes são necessárias para abordar questões relacionadas à qualidade das habitações, tecnologias de construção, sustentabilidade e políticas públicas. Este estudo busca realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a evolução das habitações de interesse social, com foco na integração com a sustentabilidade. Como resultado da revisão sistemática, observa-se um aumento no desenvolvimento de trabalhos sobre a evolução da Habitação de Interesse Social (HIS) sustentável, com o propósito de agregar soluções e inovações às demandas habitacionais, a partir de eventos históricos, avanços tecnológicos e mudanças nas políticas públicas relacionadas à sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Habitação de Interesse Social; sustentabilidade; urbanização.

## Abstract

In Brazil, the evolution of social housing was influenced by several factors over time, including historical, social and political aspects, especially due to rapid urbanization driven by industrialization in the 20th century. Urgent improvements are needed to address issues related to housing quality, construction technologies, sustainability and public policy. This study seeks to carry out a systematic review of the literature on the evolution of social housing, focusing on integration with sustainability. As a result of the systematic review, there is an increase in the development of work on the evolution of sustainable Social Housing (HIS), with the purpose of adding solutions and innovations to housing demands, based on historical events, technological advances and changes in public policies related to sustainability.

**Keywords:** Social Interest Housing; Sustainability; Urbanization.

## Resumen

En Brasil, la evolución de la vivienda social estuvo influenciada por varios factores a lo largo del tiempo, incluidos aspectos históricos, sociales y políticos, especialmente debido a la rápida urbanización impulsada por la industrialización en el siglo XX. Se necesitan mejoras urgentes para abordar cuestiones relacionadas con la calidad de la vivienda, las tecnologías de construcción, la sostenibilidad y las políticas públicas. Este estudio busca realizar una revisión sistemática de la literatura sobre la evolución de la vivienda social, centrándose en la integración con la sostenibilidad. Como resultado de la revisión sistemática, se incrementa el desarrollo de trabajos sobre la evolución de la



Vivienda Social Sustentable (HIS), con el propósito de sumar soluciones e innovaciones a las demandas habitacionales, con base en eventos históricos, avances tecnológicos y cambios en políticas públicas relacionadas con la sostenibilidad.

**Palabras clave:** Vivienda de Interés Social; Sostenibilidad; Urbanización.

## INTRODUÇÃO

A evolução das habitações de interesse social (HIS) no Brasil foi moldada por fatores históricos, sociais e políticos, principalmente devido à industrialização no século XX, que impulsionou a migração urbana em massa (Freitas, 2021). Essa urbanização acelerada levou à necessidade de habitações em grande escala e desencadeou um problema social que persiste até hoje: o déficit habitacional, estimado em 6.215.313 domicílios no Brasil em 2022 (FJP, 2024).

A necessidade por habitação resulta, frequentemente, em adaptações construtivas ou ocupações irregulares de território, como encostas de morros, planícies de rios, regiões alagáveis, próximas a aterros sanitários (Oliveira; Manzi, 2020), expondo os indivíduos a situações de vulnerabilidade. Ao analisar a expansão urbana das cidades, é comum perceber as HIS alocadas distantes dos centros urbanos, com pouca ou nenhuma infraestrutura, saneamento básico, sistemas de transporte adequado, comércio e serviços.

O atual quadro de eventos extremos e escassez de recursos naturais no mundo (Masson-Delmotte, 2021) tem preocupado o poder público e a sociedade, levando à necessidade e reivindicação de construções mais sustentáveis, seguras e adaptáveis às mudanças climáticas. O aumento das precipitações recentes ocorridas no Rio Grande do Sul, principalmente a partir do ano de 2023, que resultaram em grandes inundações, deslizamentos, danos ao patrimônio, deslocamento de comunidades inteiras, inúmeras mortes e sérios desafios para a saúde pública, demonstra a necessidade da reformulação imediata dos assentamentos urbanos dispostos em locais de maior vulnerabilidade social.

A indústria da construção é responsável por uma parcela significativa das emissões globais de CO<sub>2</sub> (UNEP, 2022), destacando a importância de novos modelos de construção que reduzam o consumo de energia, água e insumos naturais, enquanto garantem a qualidade do ar e o bem-estar das pessoas. Diante dos problemas e desafios da HIS, é fundamental implementar melhorias na qualidade das edificações e planejamento urbano, nas tecnologias de construção, na sustentabilidade e nas políticas públicas, visto que as HIS são essenciais para proporcionar moradias adequadas à população de baixa renda e reduzir a



desigualdade social (Lemos, 2019).

A emergente preocupação com o crescimento populacional e o uso de recursos naturais impulsionou o interesse em projetos arquitetônicos sustentáveis, integrando edifícios ao ambiente local (Custódio, 2021). Para garantir que a HIS seja verdadeiramente sustentável, é fundamental considerar a preservação ambiental e o desenvolvimento social em todas as etapas, desde o planejamento até a ocupação pós-construção, favorecendo um convívio seguro e saudável para as famílias. Ao analisar a produção habitacional no Brasil, é possível levantar as modificações ocorridas ao longo dos anos, considerando os erros e acertos, e a partir disso promover melhorias na produção de HIS no País. O objetivo deste trabalho é analisar a evolução histórica de HIS e a sua integração com a sustentabilidade, por meio de revisão sistemática de literatura.

## Metodologia

O presente trabalho faz uma revisão sistematizada da literatura acerca do histórico evolutivo das HIS e seu processo de introdução na sustentabilidade. Caracteriza-se por ser um estudo descritivo-exploratório. Descritivo por ter como objetivo apresentar os indicadores das publicações acadêmicas na área de HIS sustentável, e exploratório por buscar contribuir com o tema, através da pesquisa bibliométrica, que levará à construção de um panorama sobre a área, conforme protocolo de busca (Quadro 1).

Etapas	Definições
Questões da pesquisa	De que forma se deu a evolução das tipologias de habitação de interesse social e em que momento se deu a preocupação com a sustentabilidade?
Tipos de documentos	Teses, dissertações e artigos científicos
Seleção das fontes de pesquisa	Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar, Scielo
Definições dos termos de busca	"Histórico", "Habitação de Interesse Social", "Sustentabilidade"
Critério de exclusão	Serão desconsiderados os trabalhos que não abordam funções de similaridade
Idioma	Português
Recorte temporal	A partir dos anos 1970

Quadro 1: Protocolo de busca. Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram utilizadas as fontes de pesquisas dos Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar e Scielo (Tabela 1). Para construção das estratégias avançadas de busca, onde *AND* equivale à intersecção, *OR* equivale à união e *AND NOT* equivale à exclusão (Galvão; Ricarte, 2019), foram usados os conectores da seguinte forma: "Histórico" *and* "Habitação de Interesse Social" *and* "Sustentabilidade". Os artigos considerados na revisão sistemática seguiram os critérios de similaridade e relevância para a pesquisa. A escolha dos anos 1970 como recorte temporal se justifica por ser o período em que os debates sobre sustentabilidade começaram a ganhar destaque.



Para a análise dos resultados, foram elaborados gráficos no Excel e quadros-síntese contendo os resultados relevantes da produção científica sobre a evolução das HIS no país provenientes da revisão sistemática. A discussão abordará a evolução da HIS e a evolução da sustentabilidade, contextualizando os fatos relevantes que contribuíram para o entendimento atual acerca dessas temáticas.

## Resultados

A Tabela 1 apresenta a síntese dos resultados provenientes da revisão sistemática. A seleção de artigos teve como base a questão da pesquisa (Quadro 1).

Quantidade	Periódicos Capes	BDTD	Google Scholar	Scielo
<b>Documentos totais do acervo</b>	30	28	39.000	5
<b>Documentos analisados da busca</b>	30	28	200	5
<b>Documentos resultantes da busca</b>	24	11	34	3
<b>Teses</b>	0	2	0	0
<b>Dissertações</b>	0	9	15	0
<b>Artigos</b>	24	0	18	3

Tabela 1: Resultados encontrados na busca. Fonte: Elaborado pelos autores.

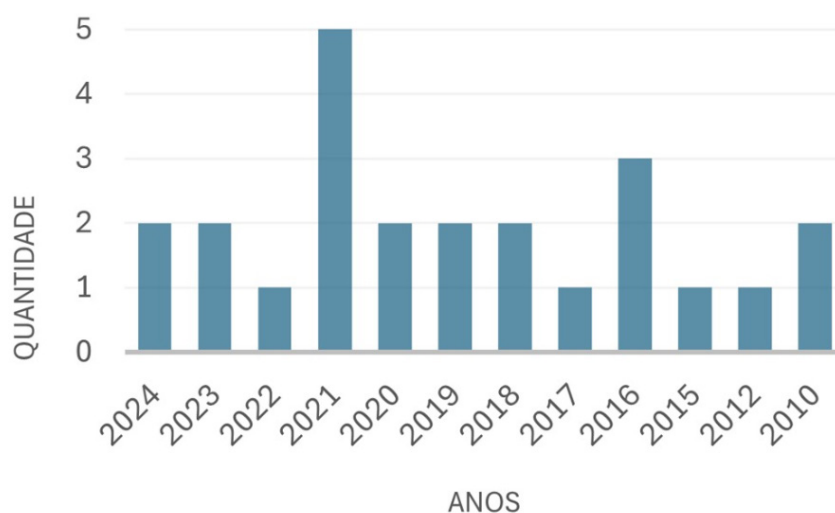


Gráfico 1: Resultados das buscas na plataforma Periódicos Capes. Fonte: Elaborado pelos autores.

Os gráficos de 1 a 5 apresentam os resultados encontrados das busca nas fontes de pesquisas selecionadas. Considerando o protocolo de busca realizado neste



trabalho, a plataforma de Periódicos da Capes apresentou o maior número de pesquisas desenvolvidas, com cinco artigos publicados no ano de 2021, seguido por três publicações no ano de 2016, conforme consta no Gráfico 1.

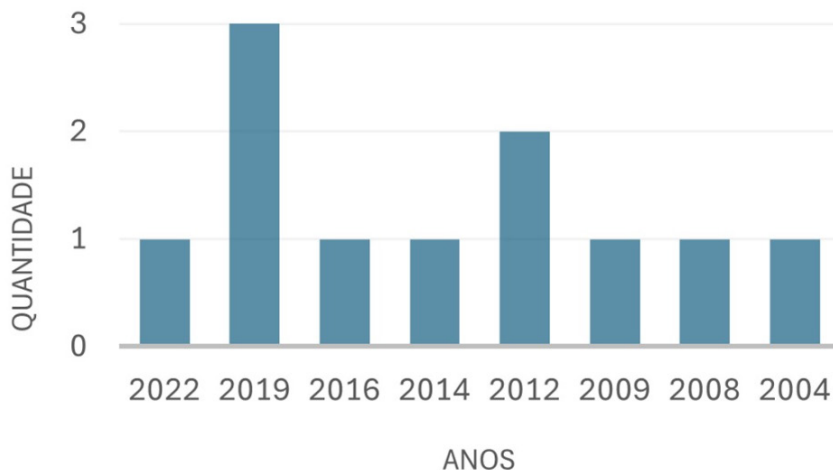


Gráfico 2: Resultados das buscas na plataforma BDTD. Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 apresenta os resultados provenientes das buscas na plataforma BDTD, na qual o maior número de trabalhos desenvolvidos foi no ano de 2019, com duas dissertações e uma tese, seguido pelo ano de 2012, que teve duas dissertações desenvolvidas.

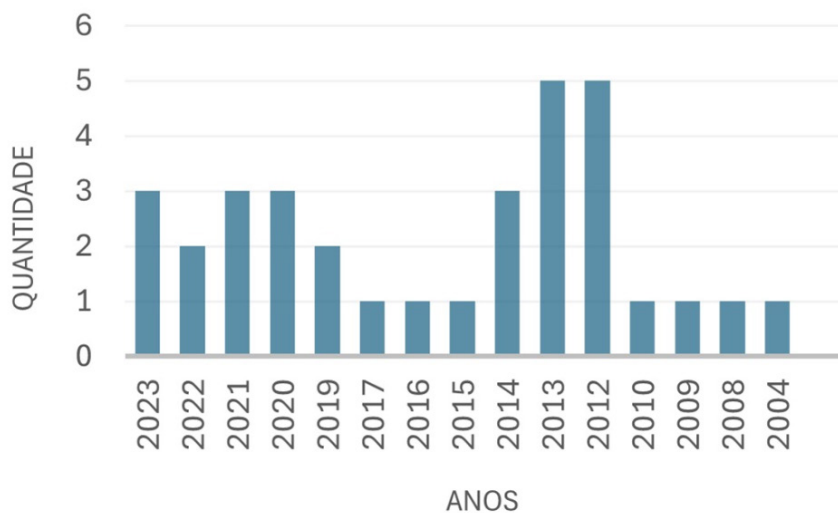


Gráfico 3: Resultados das buscas na plataforma Google Scholar. Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 apresenta as quantidades de pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos na plataforma Google Scholar. Os anos de 2012 e 2013 tiveram um avanço significativo acerca do assunto histórico de HIS sustentáveis; em 2012 houve uma dissertação e quatro artigos, e em 2013, duas dissertações e três artigos.



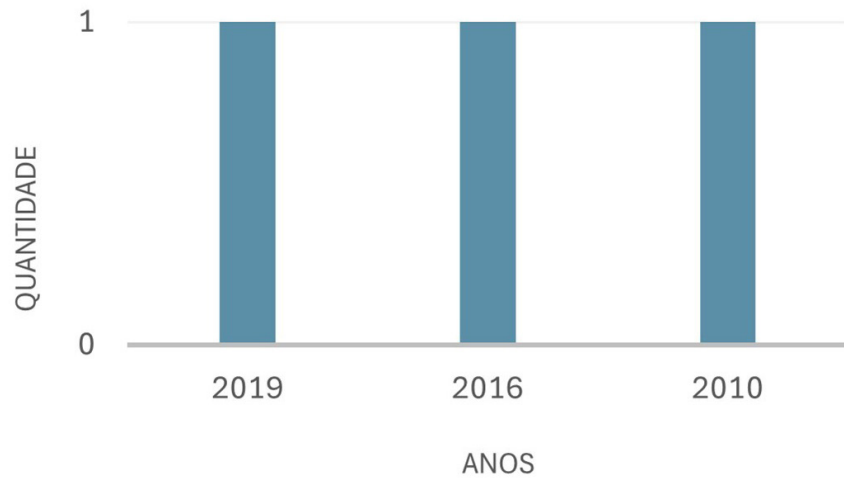


Gráfico 4: Resultados das buscas na plataforma Scielo. Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 4 apresenta a quantidade de artigos publicados na plataforma Scielo, tendo sido apenas um em cada um dos três anos demonstrados no gráfico.

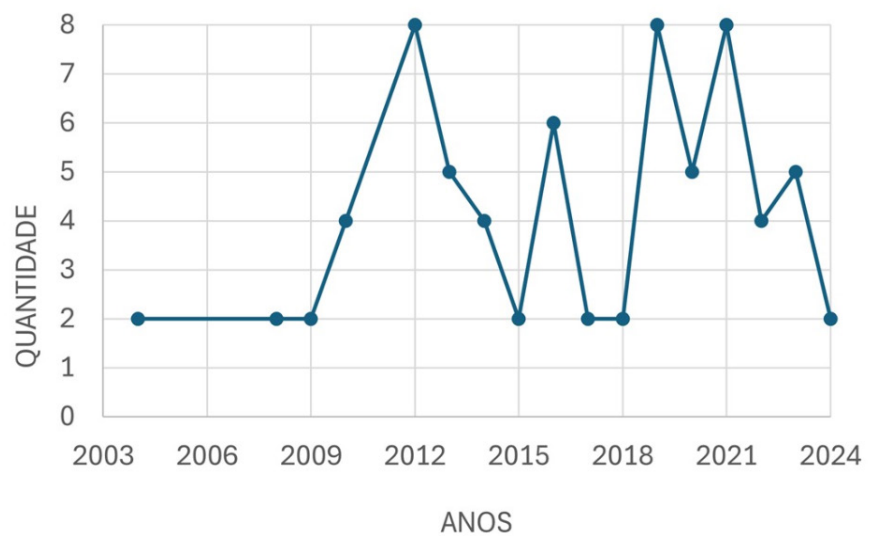


Gráfico 5: Resultados do levantamento dos trabalhos referentes à HIS sustentável nas plataformas digitais ao longo dos anos. Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 5 demonstra os picos de desenvolvimento de pesquisas nas plataformas de busca citadas no Quadro 1, tendo sido os anos de 2012, 2018 e 2021 os que apresentaram maior resultado. É relevante citar o processo de início de trabalhos relacionados à fusão das temáticas de HIS com a sustentabilidade, que iniciaram a partir dos anos 2000.

Com base nos gráficos e na revisão bibliográfica, foi elaborado um quadro-síntese (Quadro 2) destacando os períodos de maior e menor produção de trabalhos desenvolvidos, bem como as possíveis motivações para essas variações.



Período	Características
<b>Estabilidade inicial (2000-2009)</b>	Esse período deu início às discussões sobre sustentabilidade em HIS, porém com poucos trabalhos desenvolvidos acerca do histórico evolutivo, possivelmente devido a uma menor conscientização e menor pressão para a integração de práticas sustentáveis.
<b>Crescimento e picos iniciais (2010-2013)</b>	Observa-se um aumento significativo no número de trabalhos. Este crescimento pode estar associado ao aumento da conscientização global sobre mudanças climáticas. Políticas públicas começaram a incluir aspectos de sustentabilidade, incentivando a produção acadêmica e técnica na área.
<b>Flutuações e declínio temporário (2014-2017)</b>	Esta fase de flutuações pode ser relacionada à instabilidade econômica e política em diversos países, que afetou investimentos e iniciativas em sustentabilidade.
<b>Instabilidade e novo declínio (2018-2024)</b>	Período de oscilação, que pode ser motivado pela crise econômica global iniciada em 2020 com a pandemia de Covid-19.

Quadro 2: Síntese dos resultados. Fonte: Elaborado pelos autores.

## Discussão

### Histórico da evolução das HIS

O conhecimento do histórico evolutivo das HIS no Brasil desempenha um papel fundamental para compreender a motivação e a implementação dos programas habitacionais no país. Ao analisar a trajetória (Figura 1), é possível identificar as mudanças necessárias para aprimorar este tipo de habitação e melhor atender as necessidades da população. Por meio de uma análise crítica das problemáticas anteriores, é possível gerar conhecimento para melhorias contínuas e promoção das melhores práticas.



Figura 1: Resultados do histórico evolutivo das HIS. Fonte: Elaborado pela autora.

Ao longo dos anos, com base nas pesquisas desenvolvidas na área da construção e urbanização, diversos problemas foram observados nas HIS em todo o território nacional, tanto em relação à mobilidade e infraestrutura urbana quanto à ocorrência de problemas construtivos, como aberturas insuficientes de ventilação e iluminação natural, patologias, baixa qualidade de materiais construtivos, localização inadequada, materiais de baixo desempenho térmico, entre outros.



A análise da temática habitacional no Brasil teve início por volta da década de 1880, devido às graves ameaças à saúde pública. Isso ocorreu devido à incapacidade da produção de HIS em acompanhar o rápido crescimento populacional nas cidades (Bonduki, 2017). No período da República Velha (1889-1930), as iniciativas estatais no setor de HIS no país foram praticamente nulas. Durante esse período, a inexistência de um sistema de financiamento da casa própria tornava tendência o aluguel dos cortiços e outras tipologias de habitação (Duarte, 2013; Lemos, 2019; Martins, 2022), ainda que estas apresentassem condições precárias.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um marco na história dos direitos humanos. Foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 1948, e estabeleceu pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos. Segundo ela, a moradia é um direito fundamental de todo cidadão (ONU, 1948). Esse período foi marcado pela criação das primeiras instituições públicas que estimularam a produção social de moradias, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) em 1937 e a Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946 (Lemos, 2019; Freitas, 2021).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil testemunhou um intenso processo de migração da população rural para as áreas urbanas, com 56% da população, estimada em 93.139 milhões de pessoas, residindo nas cidades (Martine; Camargo, 1984; Grzegorzewski, 2022). Observa-se que a crescente demanda por habitação impulsionou a construção em larga escala de unidades habitacionais replicadas. No entanto, essa expansão ocorreu negligenciando características climáticas e outros fatores cruciais, como a mobilidade urbana, a infraestrutura local e a qualidade dos materiais construtivos, que, entre outros fatores, são elementos essenciais para garantir a qualidade de vida dos moradores e a sustentabilidade das construções.

Em 1964, durante o regime militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que possibilitou a construção de moradias em larga escala através da articulação entre o setor público e privado, bem como do financiamento a longo prazo (Oliveira, 2014). Com o intuito de facilitar a construção e a aquisição de imóveis, especialmente para a população de baixa renda, o BNH estabeleceu o Sistema Financeiro Habitacional (SFH).

Durante os 22 anos de existência do BNH, foram financiadas 4,3 milhões de residências. No entanto, em 1986, o banco foi extinto e suas funções de financiamento passaram a ser desempenhadas pela Caixa Econômica Federal (Oliveira, 2014; Custódio *et al.*, 2021). Uma das principais críticas em relação às habitações do BNH era a sua localização em áreas periféricas, uma questão que persiste até os dias atuais.

A forma como as habitações são concebidas e produzidas no Brasil sempre esteve longe de satisfazer as demandas e necessidades reais dos cidadãos. Por isso, a população recorre a meios alternativos para acessar moradia, como a criação de favelas, loteamentos irregulares e autoconstrução. A responsabilidade de prover



moradia adequada é compartilhada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, incluindo a construção de novas habitações, a melhoria das condições habitacionais e o saneamento.

A Constituição Federal do Brasil (1988), promulgada em 1988, representa um marco importante para a habitação social no país. A partir dela, o direito à moradia adequada é reconhecido como um direito social, abrangendo medidas para os grupos mais vulneráveis e visando garantir-lhes condições de habitação digna com infraestrutura básica.

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, com o objetivo de implementar uma política de habitação mais eficaz, com foco nas camadas mais pobres da população (Grzegorzewski, 2022). No ano de 2004, foi criada a Política Nacional de Habitação (PNH), gerida pelo Ministério das Cidades, marcando o primeiro plano destinado à habitação desde a falência do BNH. Em 2005, o Fundo Nacional de Habitação (FNH) foi instituído, e, a partir daí, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) passou a exigir dos estados e municípios a criação de fundos, conselhos e planos de habitação para acessarem recursos federais (Freitas, 2021; Grzegorzewski, 2022).

Em 2007, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com o objetivo de reduzir o déficit habitacional e sustentar o desenvolvimento econômico (Brasil, 2009). No entanto, assim como as divergências em torno do BNH, estudiosos também apontam as principais problemáticas no Programa MCMV. Dentre elas, destacam-se: a localização dos empreendimentos distantes dos centros urbanos, problemas de qualidade nas construções, falta de conforto térmico, acústico e luminotécnico e ausência de equipamentos e serviços básicos de infraestrutura urbana.

Em 2020, foi lançado o Programa Casa Verde e Amarela (CVA), uma reformulação do MCMV, com o objetivo de beneficiar um total de 1,6 milhão de famílias de baixa renda até 2024 (Ministério da Economia, 2020). No entanto, esse programa tem decepcionado os pesquisadores da área, pois não desenvolveu melhorias na qualidade e não apresentou soluções para os problemas decorrentes de programas habitacionais antecessores.

Atualmente, o MCMV tem se aprimorado para aumentar a sustentabilidade das HIS (Grzegorzewski, 2022). Para promover a eficiência energética e hídrica, foram introduzidos aquecedores solares de água, dispositivos economizadores de água, compartimentos para coleta seletiva de lixo, medição individualizada de consumo de água e sistemas de reúso de água em áreas comuns. Houve também a implementação de arborização nos projetos, contribuindo para o conforto ambiental dos moradores.

A incorporadora brasileira para o mercado de habitação social, MRV, apresentou novas iniciativas de projetos arquitetônicos que priorizam o conforto ambiental, como a otimização do uso de materiais e a redução de desperdícios, a utilização de materiais com menor impacto ambiental, o foco na eficiência energética



e na gestão da água durante a construção (Grzegorzewski, 2022). Tais ações demonstram o avanço e compromisso crescente com a sustentabilidade nas HIS no Brasil, buscando melhora na qualidade de vida dos moradores e redução do impacto ambiental da construção civil.

### Histórico da evolução das discussões sobre o meio ambiente

A preocupação com a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais começou a ser debatida pela comunidade global no início da década de 1970, após a conclusão da Conferência de Estocolmo em 1972 (Jorio, 2021; Grzegorzewski, 2022). Esse foi o primeiro grande encontro internacional que reuniu representantes de várias nações para discutir os problemas ambientais e explorar possíveis abordagens para a preservação do meio ambiente. A Figura 2 apresenta uma linha do tempo relacionada à discussão do desenvolvimento sustentável ao longo dos anos.

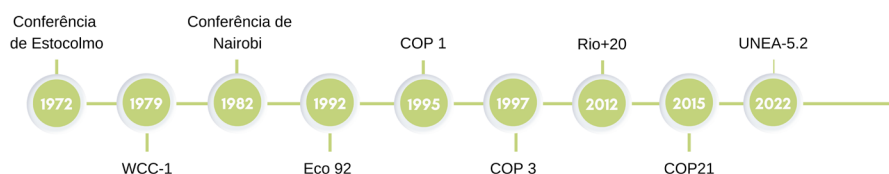


Figura 2: Linha do tempo dos principais eventos sobre o tema sustentabilidade. Fonte: Elaborado pelos autores.

Após alguns anos da Revolução Industrial, à medida que os efeitos da intensa poluição e da extração sem precedentes de recursos naturais se tornaram evidentes, o setor da construção civil começou a se reconfigurar para reavaliar e mitigar o uso desses recursos, bem como as emissões de gases e a produção de resíduos. Dessa forma, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável passaram a ser amplamente discutidos, devido à crescente preocupação com a extensão dos danos causados pelo homem.

Em 1979, aconteceu a World Climate Conference (WCC-1), a primeira conferência voltada exclusivamente ao clima. (OMM, 1979; Silva, 2019). Em 1987, o termo “desenvolvimento sustentável” foi apresentado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela Organização das Nações Unidas (ONU) (FGV, 1991). No Brasil, as mudanças significativas começaram a partir da Eco 92, afetando diversas esferas da sociedade, especialmente o setor da construção civil, que passou a desenvolver estratégias visando à minimização dos impactos de suas atividades.

Desde 1995, a Conferência das Partes (COPs) tem sido realizada periodicamente com os objetivos de mobilizar medidas concretas de combate ao aquecimento global (Braz *et al.*, 2020). Em 1997, ocorreu a COP3, que resultou no tratado ambiental internacional denominado Protocolo de Kyoto, que teve por objetivo

limitar as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para a atmosfera (Braz *et al.*, 2020).

Posteriormente, em 2012, ocorreu a conferência Rio+20, com o tema “Desenvolvimento Sustentável”. Como resultado desse encontro, foi definida a Agenda 2030, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Jorio, 2021; Grzegorzewski, 2022). O objetivo 11 dos ODS destaca a promoção do acesso à infraestrutura básica para todos, promovendo a inclusão dos mais pobres num ambiente urbano de práticas sustentáveis.

Em 2015 ocorreu a COP21, que teve como principal resultado o acordo de Paris, cujo o objetivo é a redução das emissões de gases de efeito estufa. O acordo foi aprovado por 195 países, que apresentaram suas contribuições para a redução dos GEE conforme viabilidade econômica e social local (De Oliveira; Manzi, 2020).

Período	Características da produção de HIS sustentável
1930 a 1937	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Industrialização</li> <li>- Migração</li> <li>- Vilas operárias e moradias de aluguel</li> </ul>
1945 a 1950	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Urbanização</li> <li>- Moradias irregulares em áreas de periferia ou terrenos invadidos</li> <li>- Conjuntos habitacionais de baixa renda</li> </ul>
1964 a 1985	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eventos e discussões sobre o meio ambiente</li> <li>- Produção habitacional significativa</li> <li>- Conscientização das problemáticas advindas do crescimento populacional das cidades (degradação ambiental, vazios urbanos etc.)</li> </ul>
1986 a 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Período de baixos investimentos</li> <li>- Crise econômica e ausência do Estado na definição da política habitacional</li> <li>- Nova Constituição</li> <li>- Aumento da pobreza urbana e déficit de habitação</li> <li>- Aumento da população em favelas</li> <li>- Falta de financiamento habitacional</li> <li>- Reforma urbana</li> <li>- Ações políticas na área habitacional (Cartas de crédito e programas sociais)</li> <li>- Investimentos para todas as faixas de renda</li> <li>- Segregação socioespacial</li> </ul>
2005 a 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação do Estatuto da Cidade;</li> <li>- Condomínios fechados das classes médias e altas;</li> <li>- Aumento na oferta de crédito e programas habitacionais;</li> <li>- Discussões sobre o meio ambiente.</li> </ul>
2010 a atual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da conscientização ambiental</li> <li>- Certificações de sustentabilidade</li> <li>- Etiquetagens de desempenho</li> <li>- Linhas de financiamento</li> <li>- Aumento da produção científica da fusão entre as áreas HIS e sustentabilidade</li> <li>- Novos materiais construtivos</li> <li>- Acesso a tecnologias sustentáveis (energia solar)</li> </ul>

Quadro 3: Processo evolutivo das HIS sustentável. Fonte: Adaptação de Balbim e Krause (2014).



No ano de 2022, ocorreu a Fifth Session of The United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2), com o objetivo de compartilhar melhores práticas sustentáveis por meio de planos de recuperação ecológicos e sustentáveis após a pandemia de Covid-19 (UNEP, 2022), já que durante esse período houve a percepção ainda maior da importância dos preceitos das construções sustentáveis, principalmente quanto à eficiência energética, ventilação e iluminação natural.

O Quadro 3 apresenta uma síntese da evolução das características das Habitações de Interesse Social no país, partindo de uma população majoritariamente rural, que após o advento da industrialização na década de 1930 foi se tornando cada vez mais urbana, exigente e consciente.

Historicamente, é percebido que as HIS não costumavam priorizar a sustentabilidade. Contudo, com avanços na legislação e conscientização, há um movimento crescente em direção a projetos que incorporam práticas sustentáveis, como o emprego de materiais mais sustentáveis, gestão de resíduos e valorização de áreas verdes, que, além de promover a biodiversidade local, também contribuem para a redução do impacto das ilhas de calor urbanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As HIS no Brasil têm evoluído para incorporar princípios cada vez mais sustentáveis, adaptando-se às exigências ambientais e sociais contemporâneas. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que essa conscientização se traduza em práticas efetivas na construção civil. Ao levar em conta o impacto das mudanças climáticas, a literatura destaca a importância de considerar os cenários climáticos futuros, tornando ainda mais evidente a necessidade de aprimorar o desempenho das HIS.

Através da análise e do estudo dos artigos selecionados, foi possível identificar evidências capazes de relacionar o atual cenário de déficit habitacional com o processo histórico de urbanização do país. Dessa forma, pesquisadores têm um papel fundamental nesse cenário, podendo contribuir significativamente ao apresentar métodos inovadores e soluções sustentáveis para os variados problemas relacionados à habitação de interesse social. Estudos focados em tecnologias construtivas, sustentabilidade, políticas de financiamento acessíveis e regulamentação justa do mercado imobiliário podem oferecer caminhos viáveis para reduzir o déficit habitacional.

Os resultados apontam para picos de trabalhos relacionados à temática nos anos de 2012, 2015 e 2018, que podem estar associados a políticas públicas e programas específicos voltados para a habitação sustentável, além do avanço das tecnologias verdes, que se tornaram mais difundidas e acessíveis. O desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias e materiais sustentáveis também podem ter



contribuído para os picos de publicações, fornecendo novas oportunidades e métodos para a construção de habitação sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BALBIM, R.; KRAUSE, C. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 189, maio 2014. DOI 10.22296/2317-1529.2014v16n1p189. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BONDUKI, N. G. *Origens da Habitação Social no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017. 352 p.
- BRAZ, S. N.; LUCON, F. A. P.; LONGO, R. M. Conferências das Partes (COPs) no Contexto do Desenvolvimento Sustentável: Um Panorama desses Eventos Ambientalistas. In: II SUSTENTARE e V WIPIS – Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos, 2020, Campinas. *Anais [...]*. Campinas, PUC Campinas, 2020. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/299094.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Do Programa Minha Casa, Minha Vida. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*: Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm). Acesso em: 19 jun. 2023.
- CUSTÓDIO, I. M. *et al.* (orgs.). Sustentabilidade a partir do uso de selos de certificação ambiental em empreendimentos de Habitação Social. *Revista Científica ANAP Brasil*, São Paulo, v. 14, n. 35, p. 33-47, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.17271/19843240143520212922>. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap\\_brasil/article/view/2922](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil/article/view/2922). Acesso em: 20 abr. 2024.
- OLIVEIRA, L. A de; MANZI, M. Urbanização de assentamentos precarizados e direito à cidade. *Revista Territorialidades*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2020. DOI: 10.17648/revistaterritorialidades-v1n1-1. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades/article/view/719>. Acesso em: 17 jun. 2024



DUARTE, M. P. L. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 2013, Natal. *Anais [...]* São José: Associação Nacional de História. 2013. p. 1-15. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178\\_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf). Acesso em: 22 jun. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Nosso Futuro Comum*: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf). Acesso: 18 jun. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Déficit habitacional no Brasil 2022*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. 72 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FREITAS, G. N. N. *Habitações de interesse social no Brasil: a questão qualitativa dos projetos arquitetônicos populares*. 2021. Relatórios de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica) – UniCEUB. Brasília, DF. 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. DOI <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GRZEGORZEWSKI, F. C. *Sustentabilidade na Habitação de Interesse Social: Um estudo através de cenários*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2022.

Masson-Delmotte, V. et al. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Cambridge University Press, Cambridge, 2021. DOI 10.1017/9781009157896. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_SummaryVolume.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SummaryVolume.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

JORIO, M. L. *Avaliação dos Impactos das Habitações de Interesse Social no Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro*. 2021. Dissertação (Mestrado em Energias Sustentáveis). Instituto Superior de Engenharia do Porto. Porto, Portugal. 2021.

LEMOS, P. R. et al. *Habitação de interesse social: qualidade, tecnologia e sustentabilidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. Rio Grande do Sul. 2019.



MARTINS, J. R. *Moradia ativa: arquitetura flexível, evolutiva e adaptável na habitação de interesse social multifamiliar*. 2022. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2022.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 99-143 1984. Disponível em: [https://www.rebep.org.br/revista/article/view/5/pdf\\_3](https://www.rebep.org.br/revista/article/view/5/pdf_3). Acesso em: 12 de ago. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCTI). *Convenção sobre mudança do Clima*, 2014. Editado e traduzido pelo MCTI/MRE. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, V. F. D. Do BNH Ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças e Permanências Na Política Habitacional. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 36–53, 2014. DOI 10.14393/RCG155022937. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, D. M. *As mudanças climáticas e um comparativo entre o protocolo de Quioto e o acordo de Paris*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Ânima Educação, Florianópolis, SC. 2019.

UNEP. *UNEA-5.2*. United Nations Environment Programme. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/events/unea/unea-52>. Acesso em: 17 maio 2023.



## Evolutionary history of sustainable social housing (HIS): A systematic review

### Histórico evolutivo das habitações de interesse social (HIS) sustentáveis: uma revisão sistemática

### Historia evolutiva de la vivienda social sostenible (HIS): una revisión sistemática

Ana Carolina Ruivo Reis, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil.

E-mail: [carolinaruivoarq@gmail.com](mailto:carolinaruivoarq@gmail.com)  <http://orcid.org/0000-0002-1115-1483>

Marcos Alberto Oss Vaghetti, Departamento De Estruturas E Construção Civil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil.

E-mail: [marcos.vaghetti@ufsm.br](mailto:marcos.vaghetti@ufsm.br)  <https://orcid.org/0000-0001-8702-0482>

Fabiane Vieira Romano, Departamento De Desenho Industrial, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil.

E-mail: [fabioromano@gmail.com](mailto:fabioromano@gmail.com)  <https://orcid.org/0000-0001-8249-403X>

**How to cite this paper:** REIS, A. C. R.; VAGHETTI, M. A. O.; ROMANO, F. V. Evolutionary history of sustainable social housing (HIS): A systematic review. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n.2, p. 292-306, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p292-306

**Submitted:** 2024-02-28

**Accepted:** 2024-08-31



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

## Abstract

In Brazil, the development of social housing has been shaped by various factors over time, including historical, social, and political influences, particularly due to the rapid urbanization driven by industrialization in the 20th century. Urgent improvements are needed to address issues related to housing quality, construction technologies, sustainability, and public policies. This study aims to conduct a systematic literature review on the evolution of social housing, with a focus on its integration with sustainability. The review reveals an increase in research on the development of sustainable Social Housing (HIS), with the goal of incorporating solutions and innovations to meet housing demands, drawing from historical events, technological advancements, and changes in public policies related to sustainability.

**Keywords:** Social Interest Housing; Sustainability; Urbanization.

## Resumo

No Brasil, a evolução das habitações de interesse social foi influenciada por diversos fatores ao longo do tempo, incluindo aspectos históricos, sociais e políticos, especialmente devido à rápida urbanização impulsionada pela industrialização no século XX. Melhorias urgentes são necessárias para abordar questões relacionadas à qualidade das habitações, tecnologias de construção, sustentabilidade e políticas públicas. Este estudo busca realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a evolução das habitações de interesse social, com foco na integração com a sustentabilidade. Como resultado da revisão sistemática, observa-se um aumento no desenvolvimento de trabalhos sobre a evolução da Habitação de Interesse Social (HIS) sustentável, com o propósito de agregar soluções e inovações às demandas habitacionais, a partir de eventos históricos, avanços tecnológicos e mudanças nas políticas públicas relacionadas à sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Habitação de Interesse Social; Sustentabilidade; Urbanização.

## Resumen

En Brasil, la evolución de la vivienda social estuvo influenciada por varios factores a lo largo del tiempo, incluidos aspectos históricos, sociales y políticos, especialmente debido a la rápida urbanización impulsada por la industrialización en el siglo XX. Se necesitan mejoras urgentes para abordar cuestiones relacionadas con la calidad de la vivienda, las tecnologías de construcción, la sostenibilidad y las políticas públicas. Este estudio busca realizar una revisión sistemática de la literatura sobre la evolución de la vivienda social, centrándose en la integración con la sostenibilidad. Como resultado de la revisión sistemática, se incrementa el desarrollo de trabajos sobre la evolución de la



Vivienda Social sustentable (HIS), con el propósito de sumar soluciones e innovaciones a las demandas habitacionales, con base en eventos históricos, avances tecnológicos y cambios en políticas públicas relacionadas con la sostenibilidad.

**Palabras clave:** Vivienda de Interés Social; Sostenibilidad; Urbanización.

## INTRODUCTION

The evolution of social housing (HIS) in Brazil has been shaped by historical, social, and political factors, primarily due to industrialization in the 20th century, which spurred mass urban migration (Freitas, 2021). This rapid urbanization created a large-scale demand for housing and triggered a social issue that still persists: the housing deficit, estimated at 6,215,313 houses in Brazil as of 2022 (FJP, 2024).

The demand for housing often leads to makeshift construction or irregular land occupations, such as hillside settlements, floodplains, and areas near landfills (Oliveira; Manzi, 2020), exposing individuals to vulnerable conditions. When examining urban expansion, it is common to find HIS located far from city centers, with little or no infrastructure, basic sanitation, adequate transportation, commercial services, or other amenities.

The current scenario of extreme weather events and the global scarcity of natural resources (IPCC, 2021) has raised concerns among public authorities and society, highlighting the need for more sustainable, safe, and climate-adaptable construction. The recent increase in heavy rainfall in Rio Grande do Sul, particularly since 2023, has resulted in severe flooding, landslides, property damage, displacement of entire communities, numerous deaths, and significant public health challenges. These events underscore the urgent need to redesign urban settlements in areas with higher social vulnerability.

The construction industry is responsible for a substantial share of global CO<sub>2</sub> emissions (UNEP, 2022), emphasizing the importance of adopting new building models that reduce energy, water, and natural resource consumption, while ensuring air quality and people's well-being. Considering the challenges facing HIS, it is crucial to improve building quality, urban planning, construction technologies, sustainability practices, and public policies, since HIS is essential for providing adequate housing to low-income populations and reducing social inequality (Lemos, 2019).

Growing concerns about population increase and the use of natural resources have spurred interest in sustainable architectural projects that integrate buildings into the local environment (Custódio *et al.*, 2021). To ensure that HIS is truly sustainable,



environmental preservation, and social development must be considered at every stage, from planning to post-construction occupancy, promoting a safe and healthy living environment for families. By analyzing housing production in Brazil, we can identify changes over the years, learning from past mistakes and successes to foster improvements in HIS development. The aim of this study is to examine the historical evolution of social housing and its integration with sustainability through a systematic literature review.

## Methodology

This study conducts a systematic literature review on the evolutionary history of HIS and its integration into sustainability. It is characterized as a descriptive-exploratory study. It is descriptive because its goal is to present the key indicators from academic publications in sustainable HIS, and exploratory because it seeks to contribute to the topic through bibliometric research, which will help build an overview of the field, following a defined search protocol (Chart 1).

Steps	Definitions
<b>Review questions</b>	How did the evolution of social housing typologies occur, and when did concerns about sustainability emerge?
<b>Document types</b>	Theses, dissertations, and scientific articles.
<b>Search sources</b>	CAPES Journals, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Google Scholar, SciELO.
<b>Search terms</b>	"History," "Social Housing," "Sustainability."
<b>Exclusion criteria</b>	Studies that do not address similar functions will be excluded.
<b>Language</b>	Portuguese.
<b>Time frame</b>	From the 1970s onward.

Chart 1: Search protocol. Source: Authors.

Search sources include CAPES Journals, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Google Scholar, and SciELO (Chart 1). For the development of advanced search strategies – where *and* represents intersection, *or* represents union, and *and not* represents exclusion (Galvão; Ricarte, 2019) – the following connectors were used: "History" *and* "Social Housing" *and* "Sustainability." Articles considered for the systematic review followed criteria of similarity and relevance to the research. The choice of the 1970s as a time frame is justified by the fact that this was when discussions on sustainability began to gain prominence.

For the analysis of the results, graphs were created using Excel, and summary tables were compiled containing the relevant findings from the scientific production on the evolution of HIS in Brazil, based on the systematic review. The discussion will address the evolution of social housing and sustainability, contextualizing the key events that have contributed to the current understanding of these topics.



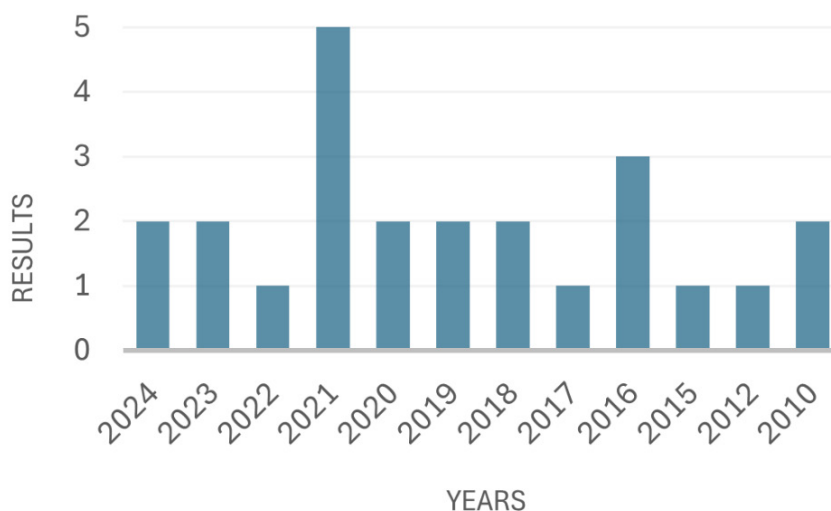
### Results

Table 1 provides a summary of the results from the systematic review. The selection of articles was based on the research questions (Chart 1).

Quantity	CAPES Journals	BDTD	Google Scholar	SciELO
<b>Total documents found</b>	30	28	39,000	5
<b>Documents analyzed</b>	30	28	200	5
<b>Documents included</b>	24	11	34	3
<b>Theses</b>	0	2	0	0
<b>Dissertations</b>	0	9	15	0
<b>Articles</b>	24	0	18	3

Table 1: Results from the search. Source: Authors.

Graphs 1 to 5 display the results from the searches conducted across the selected research platforms. Considering the search protocol established in this study, the CAPES Journals platform had the largest number of relevant studies, with five articles published in 2021, followed by three publications in 2016 (Graph 1).

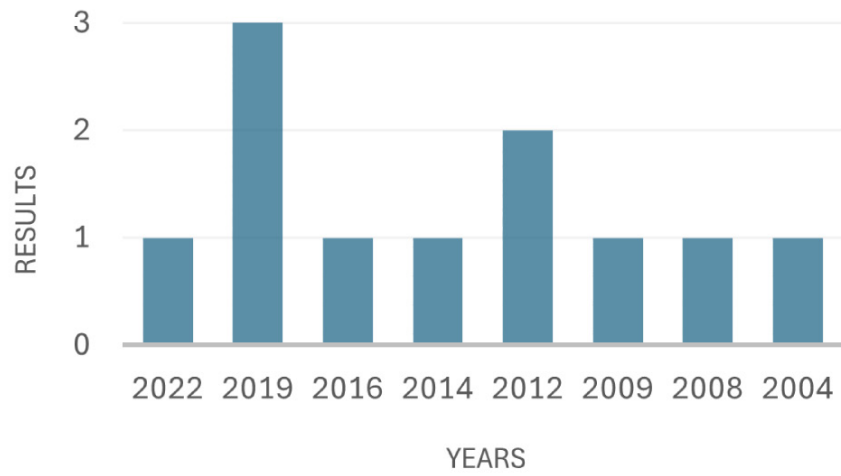


Graph 1: Results from searches on the CAPES Journals platform. Source: Authors.

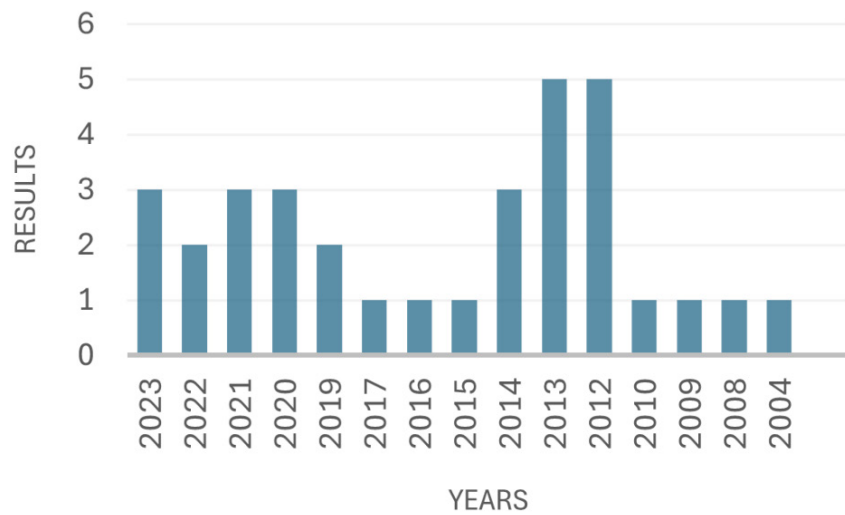
Graph 2 shows the results from searches on the BDTD platform, where the highest number of works was developed in 2019, with two dissertations and one thesis. This was followed by 2012, which saw two dissertations.

Graph 3 presents the number of studies conducted over the years on the Google Scholar platform. The years 2012 and 2013 saw significant progress in research on the history of sustainable social housing, with one dissertation and four articles in 2012, and two dissertations and three articles in 2013.

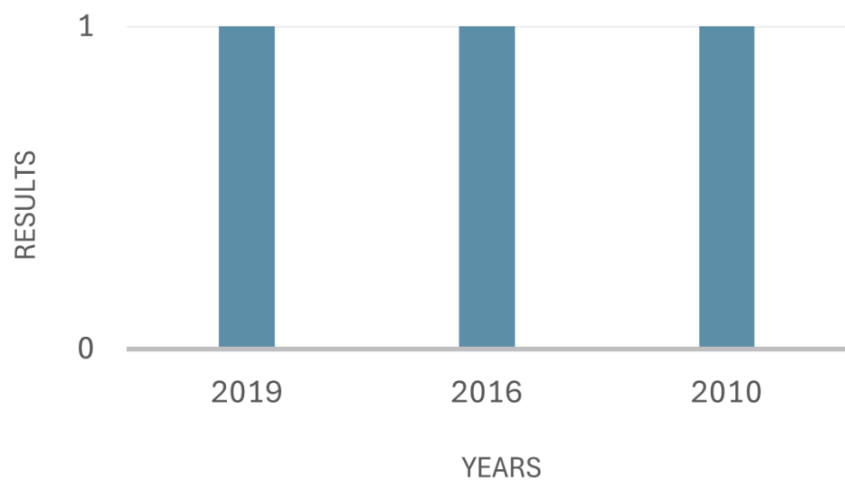




Graph 2: Results from searches on the BDTD platform. Source: Authors.



Graph 3: Results from searches on Google Scholar. Source: Authors.

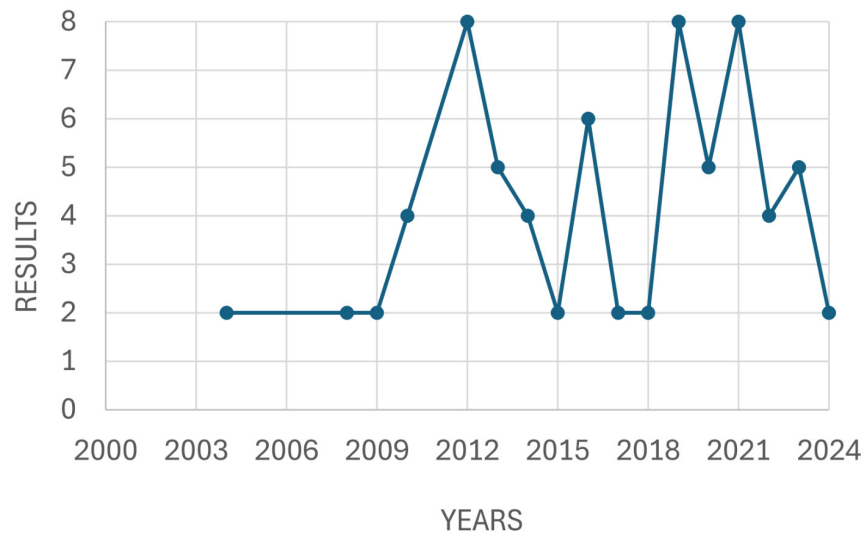


Graph 4: Results from searches on the Scielo platform. Source: Authors.



Graph 4 shows the number of articles published on the SciELO platform, with only one article published in each of the three years displayed.

Graph 5 illustrates the peaks in research development across the search platforms mentioned in Chart 1, with the years 2012, 2018, and 2021 showing the highest activity. The integration of HIS and sustainability themes began in the early 2000s.



Graph 5: Results of the research on sustainable social housing across digital platforms over the years. Source: Authors.

Based on the graphs and the literature review, a summary table (Chart 2) was created to highlight the periods of greatest and least research output as well as possible reasons for these fluctuations.

Period	Characteristics
<b>Initial stability (2000-2009)</b>	This period marked the beginning of discussions on sustainability in HIS, but with few studies on its historical evolution. This could be due to lower awareness and less pressure to integrate sustainable practices.
<b>Growth and initial peaks (2010-2013)</b>	A significant increase in research was observed. This growth is likely linked to rising global awareness of climate change. Public policies began to incorporate sustainability aspects, encouraging academic and technical production in this area.
<b>Fluctuations and temporary decline (2014-2017)</b>	This phase of fluctuations may be attributed to economic and political instability in various countries, affecting investments and sustainability initiatives.
<b>Instability and new decline (2018-2024)</b>	A period of oscillation, possibly driven by the global economic crisis triggered by the Covid-19 pandemic starting in 2020.

Chart 6: Summary of results. Source: Authors.



## Discussion

### Historical Evolution of HIS

Understanding the historical evolution of HIS in Brazil is crucial for comprehending the motivations behind and the implementation of housing programs in the country. By examining its trajectory (Figure 1), it is possible to identify the changes needed to improve this type of housing and better address the population's needs. A critical analysis of past issues allows for the generation of knowledge that can support continuous improvement and the promotion of best practices.

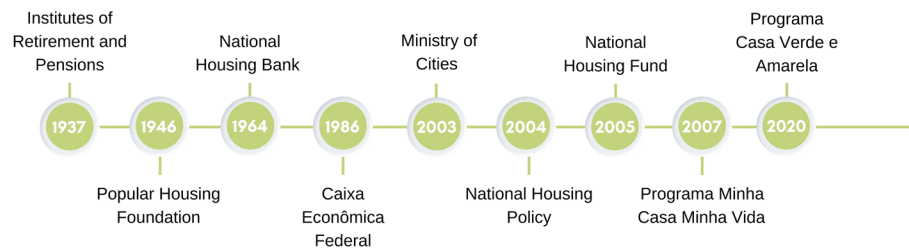


Figure 1: Results on the historical evolution of HIS. Source: Authors.

Over the years, research in the areas of construction and urbanization has highlighted various problems in social housing across Brazil. Issues have been identified related to urban mobility and infrastructure as well as construction defects, such as inadequate ventilation and natural lighting, structural pathologies, low-quality building materials, poor location, and the use of materials with low thermal performance, among others.

The analysis of housing issues in Brazil began around the 1880s, driven by serious public health threats. This arose from the inability of social housing production to keep up with the rapid population growth in cities (Bonduki, 2017). During the Old Republic (1889–1930), state initiatives in the social housing sector were almost nonexistent. In this period, the lack of a housing finance system made renting tenements and other types of housing prevalent (Duarte, 2013; Lemos, 2019; Martins, 2022), despite their often poor living conditions.

The Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the United Nations General Assembly in Paris in 1948, was a landmark document in human rights history. It established, for the first time, the universal protection of human rights, declaring housing as a fundamental right for all citizens (ONU, 1948). This period also saw the creation of the first public institutions aimed at promoting social housing, such as the Institutes of Retirement and Pensions (IAP) in 1937 and the Popular Housing Foundation (FCP) in 1946 (Lemos, 2019; Freitas, 2021).

In the 1960s and 1970s, Brazil experienced a significant wave of rural-to-urban migration, with 56% of the population, estimated at 93.1 million people, residing in

cities (Martine; Camargo, 1984; Grzegorzewski, 2022). The increasing demand for housing led to large-scale construction of replicated housing units. However, this expansion overlooked critical factors such as climate characteristics, urban mobility, local infrastructure, and construction material quality. These are essential elements for ensuring residents' quality of life and the sustainability of the buildings.

In 1964, during the military regime, the National Housing Bank (BNH) was established, enabling large-scale housing construction through collaboration between the public and private sectors as well as long-term financing (Oliveira, 2014). To facilitate the construction and acquisition of homes, especially for low-income populations, the BNH set up the Housing Finance System (SFH).

Over its 22 years of operation, the BNH financed the construction of 4.3 million houses. However, in 1986, the bank was dissolved, and its financing functions were taken over by Caixa Econômica Federal (Oliveira, 2014; Custódio *et al.*, 2021). One of the main criticisms of BNH housing was its peripheral location, a problem that persists to this day.

The way housing is conceived and produced in Brazil has long fallen short of meeting the real needs and demands of its citizens. As a result, people often turn to alternative means to secure housing, such as the creation of favelas, irregular settlements, and self-built homes. The responsibility for providing adequate housing is shared among the federal, state, and municipal governments, including building new homes, improving housing conditions, and ensuring sanitation.

The Federal Constitution of Brazil, promulgated in 1988, represents a significant milestone for social housing in the country. It recognizes the right to adequate housing as a social right, including measures aimed at the most vulnerable groups to ensure access to decent housing with basic infrastructure.

In 2003, the Ministry of Cities was created to implement more effective housing policies, focusing on the poorest segments of the population (Grzegorzewski, 2022). In 2004, the National Housing Policy (PNH) was introduced, managed by the Ministry of Cities, marking the first housing plan since the collapse of the BNH. In 2005, the National Housing Fund (FNH) was established, and from that point on, the National Social Housing System (SNHIS) required states and municipalities to create housing funds, councils, and plans to access federal resources (Freitas, 2021; Grzegorzewski, 2022).

In 2007, the Minha Casa Minha Vida (MCMV) program was launched, aiming to reduce the housing deficit and support economic development (Brasil, 2009). However, similar to the criticisms leveled against the BNH, scholars have highlighted key issues with the MCMV program. These include the distant location of developments from urban centers, construction quality problems, lack of thermal, acoustic, and lighting comfort, and the absence of basic urban infrastructure and services.



In 2020, the Casa Verde e Amarela (CVA) program was launched as a reformation of the Minha Casa Minha Vida (MCMV) program, aiming to benefit a total of 1.6 million low-income families by 2024 (Ministério da Economia, 2020). However, the program has disappointed researchers in the field, as it has failed to improve housing quality or address the issues found in previous housing programs.

Currently, the MCMV program has made strides toward enhancing the sustainability of social housing (Grzegorzewski, 2022). To promote energy and water efficiency, several sustainable features have been introduced, including solar water heaters, water-saving devices, compartments for selective waste collection, individual water consumption meters, and water reuse systems for common areas. Additionally, tree planting has been incorporated into the projects, improving the environmental comfort for residents.

Brazilian social housing developer MRV has also introduced new architectural initiatives that prioritize environmental comfort. These include optimizing material usage and reducing waste, using environmentally friendly materials, focusing on energy efficiency, and managing water use during construction (Grzegorzewski, 2022). Such actions reflect the ongoing progress and growing commitment to sustainability in Brazil's social housing sector, aiming to improve residents' quality of life while reducing the environmental impact of construction.

## Historical evolution of environmental discussions

Global concerns over environmental protection and the conservation of natural resources began to gain traction in the early 1970s, following the Stockholm Conference in 1972 (Jorio, 2021; Grzegorzewski, 2022). This was the first major international meeting to bring together representatives from various nations to address environmental issues and explore strategies for preserving the environment. Figure 2 provides a timeline of key events related to sustainable development discussions over the years.

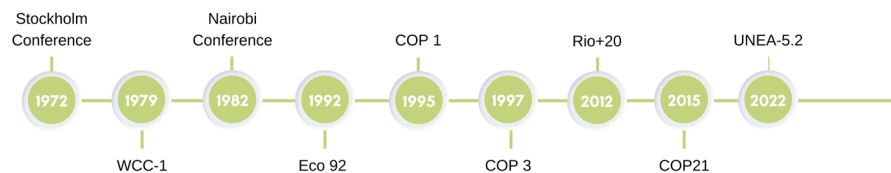


Figure 2: Timeline of key events on sustainability. Source: Authors.

Following the Industrial Revolution, the severe pollution and unprecedented extraction of natural resources became increasingly evident. The construction industry began to rethink its practices to reduce resource consumption, emissions, and waste production. As a result, sustainability and sustainable development became central topics of discussion due to growing concerns about the extent of human-caused environmental damage.



In 1979, the World Climate Conference (WCC-1) was held, marking the first conference dedicated exclusively to climate issues (OMM, 1979; Silva, 2019). In 1987, the term “sustainable development” was introduced by the World Commission on Environment and Development, formed by the United Nations (UN) (FGV, 1991). In Brazil, significant changes began with Eco 92, which impacted various sectors of society, particularly the construction industry. This sector began developing strategies to minimize the environmental impact of its activities.

Since 1995, the Conference of the Parties (COP) has been held regularly, with the aim of implementing concrete measures to combat global warming (Braz *et al.*, 2020). The COP3 in 1997 resulted in the Kyoto Protocol, an international treaty aimed at limiting carbon dioxide (CO<sub>2</sub>) emissions into the atmosphere (Braz *et al.*, 2020).

In 2012, the Rio+20 conference took place, focusing on the theme of “Sustainable Development.” As a result, the 2030 Agenda was established, which outlines 17 Sustainable Development Goals (SDGs) (Jorio, 2021; Grzegorzewski 2022). SDG 11 emphasizes the need to provide access to basic infrastructure for all, promoting inclusion of the poorest in urban environments that follow sustainable practices.

In 2015, COP21 resulted in the Paris Agreement, aimed at reducing greenhouse gas (GHG) emissions. The agreement was endorsed by 195 countries, each submitting contributions based on their economic and social capabilities to reduce emissions (Oliveira; Manzi, 2020).

In 2022, the Fifth Session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2) was held, focusing on sharing best sustainable practices to help governments rebuild through ecological and sustainable recovery plans following the Covid-19 pandemic (Unep, 2022). During the pandemic, there was a heightened awareness of the importance of sustainable building principles, particularly in terms of energy efficiency, natural ventilation, and lighting.

Chart 7 provides a summary of the evolution of HIS characteristics in Brazil, tracing the shift from a predominantly rural population to an increasingly urban, demanding, and environmentally conscious society after the advent of industrialization in the 1930s.

Historically, HIS in Brazil did not prioritize sustainability. However, with advancements in legislation and increasing environmental awareness, there has been a growing shift toward projects that incorporate sustainable practices. These include the use of more eco-friendly materials, waste management systems, and the enhancement of green spaces. In addition to promoting local biodiversity, these green areas help mitigate the urban heat island effect, contributing to more livable and environmentally friendly urban spaces.



Period	Key features of sustainable HIS production
1930 to 1937	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Industrialization</li> <li>- Migration</li> <li>- Workers' villages and rental housing</li> </ul>
1945 to 1950	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Urbanization</li> <li>- Irregular housing in peripheral areas or squatted land</li> <li>- Low-income housing developments</li> </ul>
1964 to 1985	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Environmental events and discussions</li> <li>- Significant housing production</li> <li>- Awareness of urban population growth issues (environmental degradation, urban voids, among others)</li> </ul>
1986 to 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Low investment period</li> <li>- Economic crisis and absence of state-defined housing policy</li> <li>- New Constitution</li> <li>- Urban poverty increase and housing deficit</li> <li>- Growth of favelas</li> <li>- Lack of housing financing</li> <li>- Urban reform</li> <li>- Political actions in housing (credit programs and social initiatives)</li> <li>- Investments for all income groups</li> <li>- Socio-spatial segregation</li> </ul>
2005 to 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementation of the City Statute</li> <li>- Gated communities for middle and upper classes</li> <li>- Increase in housing credit and programs</li> <li>- Environmental discussions</li> </ul>
2010 to present	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Growing environmental awareness</li> <li>- Sustainability certifications</li> <li>- Performance labeling</li> <li>- New financing lines</li> <li>- Increased scientific output on the integration of HIS and sustainability</li> <li>- New building materials</li> <li>- Access to sustainable technologies (solar energy)</li> </ul>

Chart 7: Evolutionary process of sustainable HIS. Source: Adapted from Balbim and Krause (2014).

## FINAL CONSIDERATIONS

HIS in Brazil has evolved to increasingly incorporate sustainable principles, adapting to modern environmental and social demands. However, there remains a long road ahead to ensure this awareness translates into effective practices within the construction industry. With the impact of climate change becoming more evident, the literature emphasizes the importance of accounting for future climate scenarios, further underscoring the need to improve the performance of HIS.

Through the analysis of selected articles, it was possible to identify evidence linking the current housing deficit with the country's historical urbanization process. Researchers play a crucial role in this context, as they can contribute significantly by proposing innovative methods and sustainable solutions to the various challenges associated with social housing. Studies focused on construction



technologies, sustainability, accessible financing policies, and fair regulation of the real estate market can offer viable paths to reducing the housing deficit.

The results highlight peaks in research on the topic in 2012, 2015, and 2018, which may be linked to public policies and specific programs aimed at sustainable housing, as well as advancements in green technologies that have become more widespread and accessible. The development and dissemination of new sustainable technologies and materials may also have contributed to these publication spikes, offering new opportunities and methods for constructing sustainable housing.

## REFERENCES

BALBIM, R.; KRAUSE, C. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 189-189, 2014.

BONDUKI, N. G. *Origens da Habitação Social no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BRAZ, S. N.; LUCON, F. A. P.; LONGO, R. M. Conferências das Partes (COP's) no Contexto do Desenvolvimento Sustentável: Um Panorama desses Eventos Ambientalistas. *In: II SUSTENTARE e V WIPIS - Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos, 2020, Campinas. Anais [...]*. Campinas: PUC Campinas, 2020. Available at: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/299094.pdf>. Access on: 20 Apr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Available at: [https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Access on: 20 June 2023.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 2009. Brasília, DF, 7 jul. 2009. Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm). Access on: 19 June 2023.

CUSTÓDIO, I. M. *et al.* (org.). Sustentabilidade a partir do uso de selos de certificação ambiental em empreendimentos de Habitação Social. *Revista Científica ANAP Brasil*, [s.l.], v. 14, n. 35, p. 33-47, 2021.



OLIVEIRA, L. A de; MANZI, M. Urbanização de assentamentos precarizados e direito à cidade. *Revista Territorialidades*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2020.

DUARTE, M. P. L. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. In: XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2013, Natal, RN. *Anais [...]*. São José: Associação Nacional de História. 2013. Available at: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178\\_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf). Access on: 22 jun. 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento: nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Available at: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf). Access on: 18 June 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2022*. Relatório de Déficit Habitacional. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. 72 p. Available at: <https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>. Access on: 17 June 2024.

FREITAS, G. N. N. Habitações de interesse social no Brasil: a questão qualitativa dos projetos arquitetônicos populares. *Relatórios de Pesquisa*, Brasília, v. 8 n. 1, 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da Informação*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GRZEGORZEWSKI, F. C. *Sustentabilidade na habitação de interesse social: um estudo através de cenários*. 2022. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2021: the physical science basis*. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. *Cambridge University Press*, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2391 pp. doi: 10.1017/9781009157896.



JORIO, M. L. *Avaliação dos Impactos das Habitações de Interesse Social no Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro*. 2021. Dissertação (Mestrado em Energias Sustentáveis) – Instituto Superior de Engenharia do Porto, Instituto Politécnico de Porto, Porto, 2021.

LEMOS, P. R. *et al. Habitação de interesse social: qualidade, tecnologia e sustentabilidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2019.

MARTINS, J. R. *Moradia ativa: arquitetura flexível, evolutiva e adaptável na habitação de interesse social multifamiliar*. 2022. 102 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1984. Available at: [https://www.rebep.org.br/revista/article/view/5/pdf\\_3](https://www.rebep.org.br/revista/article/view/5/pdf_3). Access on: 12 Aug. 2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida*. 2020. Available at: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Access on: 20 June 2023

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM). Conferência Mundial do Clima-1 (WCC-1). *Anais*. 1979. Genebra, Suíça. Available at: [https://library.wmo.int/doc\\_num.php?explnum\\_id=8346](https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=8346). Access on: 18 June 2023.

OLIVEIRA, V. F. D. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. *Caminhos de geografia, Uberlândia*, v. 15, n. 50, 2014. Available at: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937/14957>. Access on: 19 June 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Available at: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Access on: 12 June 2024.

SILVA, D. M. *As mudanças climáticas e um comparativo entre o protocolo de Quioto e o acordo de Paris*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais), Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *UNEA-5.2*. Unep. 2022. Available at: <https://www.unep.org/pt-br/events/unea/unea-52>. Access on: 17 may 2023.



## Resgate da escala humana

### The rescue of the human scale

### Rescate a escala humana

*Depoimento de Renata Falzoni*

**Para citar este artigo:** FALZONI, R. Resgate da escala humana. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 307-309, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p307-309

**Submissão:** 2024-03-16

**Aceite:** 2024-07-31

**S**eria um exagero dizer que os maiores problemas das nossas cidades convergem no excesso do uso do carro?

Não.

Estruturas para automóveis, como pontes, viadutos, túneis e avenidas, estão diretamente relacionadas à degradação do espaço público, inacessibilidade, elitização de redutos urbanos, violência, baixa qualidade de vida, saúde precária, ineficiência, insegurança, mortes evitáveis e o espraiamento urbano. Tudo isso é inevitável em uma cidade que depende do carro para se mover.

São obras caras que cisalham o espaço urbano e confinam os cidadãos em quadrantes deteriorados e desconectados, antes chamados de bairros.



Automóveis nas cidades, mesmo que fossem movidos a pensamento, sempre serão insustentáveis; além de pesados, ocupam muito espaço. Para cada carro são necessárias quatro vagas a seu dispor, portanto, sua existência, mesmo quando estacionado, é sempre um custo extra de espaço urbano, sendo a maior parte dele ao longo do meio-fio da rua, que deveria ser de uso coletivo.

Hoje, mais de 80% dos espaços públicos são destinados à circulação ou estacionamento de automóveis.

Cidades sustentáveis e acessíveis oferecem estruturas para a livre escolha, cada um vai como quer, sendo prioridade os modos ativos, caminhar e pedalar, combinados ao transporte coletivo. Esse sistema deve ser isolado do inevitável congestionamento inerente ao excesso do uso do carro. Estacionar nas ruas é taxado, e a receita vai para estruturas de mobilidade sustentável. Assim, a população ocupa e cuida do espaço público e volta a ser cidadã, diferentemente do que acontece hoje em dia: o munícipe a pé ou de bicicleta é um sobrevivente na guerra do trânsito, em que o carro é o rei.

O castigo dos que teimam em circular por onde “não pode” é a morte.

Nessa jornada disruptiva da lógica do século XX, que abriu o tapete vermelho aos veículos motorizados privados e detonou as cidades mundo afora, o maior desafio é: como escapar da arapuca que consagrou o individualismo sobre o coletivo?

A fórmula passa por resgatar a escala humana no conceito inicial de cada projeto, em especial os de urbanismo. Vai para a prancheta? Comece pela pessoa, pelo ser humano, e, a partir daí, que venham as ideias.

Políticas públicas apoiadas em bons projetos, calcados em pesquisas da academia, fazem parte da solução; mesmo assim, ainda hoje, o que se vê são projetos mirabolantes, egocêntricos, e o mais importante, que seria o bem-estar coletivo, é ignorado.

Os próprios arquitetos não se inserem como pessoa, e sim como motoristas em automóveis. Dessa forma, as operações urbanas continuam focadas nas infraestruturas viárias e relegam parques, calçadas, ciclovias, transporte coletivo, moradia social para onde sobrar espaço, isso se sobrar algum. Em geral, essa necessidade cidadã aparece como apêndices amorfos, “para o projeto ficar bonitinho de se ver no papel”.

Ainda hoje, os urbanistas começam seus projetos pela avenida, e não pela calçada ou pelo parque.

O Brasil todo padece desse mal; estamos em um beco em que a saída deverá passar por uma importante transformação sociocultural.



Bairros mistos, com moradias para todas as camadas sociais, mais comércio, escolas, hospitais, centros culturais, tudo perto, conectado por rotas de pedestres e ciclistas, com prioridade sobre os automóveis, cruzando parques ladeados por rios abertos, ampla vegetação. Isso deve ser a base, o conceito inicial ao se projetar uma cidade. Daí a importância de se elaborar e cumprir planos diretores sustentáveis, focados no interesse coletivo.

Transporte público eficiente somado a uma logística inteligente, em que os últimos 2 km sejam bicicletas cargueiras elétricas, para aumentar a eficiência da distribuição das cargas, com economia de espaço público, soma-se à fórmula.

Enfim, as soluções são para lá de estudadas e conhecidas, mas culturalmente a ideia da cidade apoiada no individualismo dos automóveis permanece. Uma solução vendida como liberdade que na real continua sendo uma prisão, ponto-chave da desigualdade social.

Portanto, hoje, mais do que nunca, é fundamental para um arquiteto urbanista, antes de projetar, vivenciar o que é ser um cidadão a pé, que fique exposto ao sol, enquanto espera um ônibus numa calçada estreita sem banco com encosto. Que esse arquiteto empurre um carrinho de bebê ou uma cadeira de rodas a caminho da escola ou hospital por calçadas inexistentes ou desniveladas e atravesse a avenida por uma passarela cujo acesso é por escadas. À noite, que esse cidadão caminhe por uma calçada deserta, ao longo de um condomínio de muros altos, sem visão, sem iluminação... E por aí vai.

Não existe solução urbana a partir de um profissional que não se coloca como pessoa no seu projeto. Para resgatar a escala humana, há que se usar a energia própria no espaço dito público para entender e equacionar soluções que resgatam o direito à cidade, à cidadania e à qualidade de vida.

O arquiteto tem que pensar gente.



## The rescue of the human scale

### Resgate da escala humana

### Rescate a escala humana

*Testimonial by Renata Falzoni*

**How to cite this paper:** FALZONI, R. The rescue of the human scale. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 310-312, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p310-312

**W**ould it be an exaggeration to say that the biggest problems in our cities converge in the excessive use of cars?

No, it would not.

Structures for cars such as bridges, viaducts, tunnels and avenues are directly related to the degradation of public space, inaccessibility, the elitism on urban spaces, violence, poor quality of life, precarious health, inefficiency, insecurity, avoidable deaths and urban sprawl. All these problems are unavoidable in a city that relies on cars to move around.

These are expensive projects that shear off urban space and confine citizens to deteriorated and disconnected quadrants, once called neighborhoods.

The presence of car in cities, even if they were powered by thought, are always going to be unsustainable. Besides their heavy weight, they occupy too much space. For each car it is required four parking spaces, so even when parked, they always increase the cost of urban space, most of it along the curb, which should be for collective use.



Nowadays, more than 80% of public spaces are used for car circulation or parking.

Sustainable and accessible cities offer structures for free personal choice, prioritizing active modes as walking and cycling, combined with public transport. This system must be isolated from the inevitable congestion inherent in excessive car use. On-street parking is taxed, and the income goes to sustainable mobility structures. In contrast to the current situation, where the citizen (on foot or by bicycle) is a survivor in the traffic war, in a sustainable city the population occupies and takes care of the public space. The population regains its citizenship, and the car loses its majesty.

The punishment for those who insist on driving where they “can’t”.

In this disruptive journey of 20th century logic, which opened the red carpet to private motor vehicles and ruined cities around the world, the biggest challenge is how to escape the trap that has enshrined individualism over the collective?

The formula is restoring the human scale to the initial concept of each project, especially in urban planning projects. Are you going to the drawing board? Start with the people, the human being, and then, let the ideas come from there.

Public policies supported by good projects, based on academic research, are part of the solution; even so, what we still have today are outlandish, self-centered projects, and the most important thing, which would be the collective well-being, is ignored.

The architects themselves do not think from the human perspective, but as drivers in cars. In this way, urban operations continue to focus on road infrastructure and relegate parks, sidewalks, bike lanes, public transportation and social housing to wherever there is space left, if there is any. In general, the citizen needs appear as amorphous appendages, “so that the project looks good on paper”.

Even today, urban planners start their projects with the avenue, and not the by the sidewalk or a park.

Brazil as a whole suffers from this problem: we are in an alley, where the only way out will be found through a major socio-cultural transformation.

Mixed neighborhoods, with houses for all social classes, more shops, schools, hospitals, cultural centers (everything close by), connected by pedestrian and cycling routes, with priority over cars, crossing parks flanked by open rivers with an extensive green area. This must be the basis, the initial concept to design a city. Hence, the importance of drawing up and complying with sustainable master plans, focused on the collective interest.

Efficient public transport combined with intelligent logistics, in which the last 2 km (1.24 miles) are electric cargo bikes, to increase the efficiency of cargo distribution, saving public space, complements the formula.



In short, the solutions have been studied and are well known, but culturally the idea of the city based on the individualism of cars remains. A solution sold as freedom that, in reality, keeps us in a prison, as a key point of social inequality.

Therefore, more than ever, it is essential for an urban planner, before designing, to experience what it is like to be a citizen on foot, exposed to the sun while waiting for a bus on a narrow sidewalk without a bench with a backrest. Let this architect push a stroller or a wheelchair on the way to school or a hospital along non-existent or uneven sidewalks and cross the avenue on a footbridge accessed by stairs. At night, let this citizen walk along a deserted sidewalk, along a condominium with high walls, no view, no lighting... And so on.

There is no urban solution from a professional who does not see himself as a person in his project. In order to recover the human scale, we have to use our own energy in the so-called public space to understand and equate solutions for recovering the right to the city, citizenship and well-being.

Architects have to think humanly.



cadernos **pós**  
cadernos de pós-graduação  
em arquitetura e urbanismo  
universidade presbiteriana mackenzie

